

FNDE

Relatório de Atividades 2005



FNDE
Fundo Nacional
de Desenvolvimento
da Educação



**Ministério
da Educação**

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário-Executivo do Ministério da Educação
Jairo Jorge

Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
José Henrique Paim Fernandes

Chefe de Gabinete da Presidência do Fnde
José Luis Balalaica dos Santos

Diretor Financeiro
Antônio Corrêa Neto

Diretor de Ações Educacionais
Daniel Silva Balaban

Diretor de Administração e Tecnologia
José Carlos Wanderley Dias de Freitas

Diretor de Programas Especiais
Leopoldo Jorge Alves Júnior

Diretor de Programas e Projetos Educacionais
Luis Silveira Rangel

Diretor de Planejamento e Orçamento
Rafael Pereira Torino

Procuradora Federal
Marly Librelon Pires

Auditor Interno
Ivan Jadovski

Assessora de Comunicação Social
Suzana Helena Carneiro Verissimo

Elaboração do Relatório de Atividades - FNDE 2005

Coordenação-Geral de Planejamento

Adalberto Domingos da Paz (Coordenador-Geral)

Coordenação de Sistematização do Planejamento

Sebastião Jader Leite de Souza (Coordenador)

Equipe Técnica

Alexandro Portal Matos

Almir Pereira de Souza

Elida Maria Loureiro Lino

Francisco Stelio Soares

Simone Cardoso dos Santos

Equipe de Apoio

Adélia Mamede

Ana Lúcia Miranda Lima

Andrea Santos de Melo

Carlos Nunes da Costa

Enedina Leite Maroclo Antunes

Gabriel Machado de Freitas

Helder Vitorino de Souza

Hilda Souza Pereira

João Antônio Lopes de Oliveira

Jurema de Fátima Lisboa

Luciana Cardoso de Carvalho

Lucimeiry Lima Cardoso

Maria do Socorro Alves Porfírio

Monica Gotti

Paulo de Tarso Bernardes de Assis

Revisão

Elizabeth Maria Speller Trajano

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

José Henrique Machado dos Santos

Sumário

Apresentação, 9

Introdução, 11

I – Aspectos institucionais, 13

1. Informações gerais, 15

2. Estrutura organizacional do FNDE, 17

3. Conselho Deliberativo, 19

4. Comunicação Social, 20

5. Procuradoria Federal, 22

5.1. Consultoria, 23

5.2. Contencioso, 23

6. Auditoria Interna, 25

7. Administração, 28

7.1. Pessoas e organização, 29

7.2. Diárias e passagens, 38

7.3. Ambientação institucional, 39

7.4. Compras, 40

7.5. Patrimônio, 41

7.6. Acervo e documentação, 41

7.7. Recursos tecnológicos, 42

8. Planejamento, 46

8.1. Projeto de Fortalecimento Institucional, 46

8.2. Plano Plurianual, 48

8.3. Sistemas de informação, 51

8.4. Rede de parcerias e controle social, 52

II – Aspectos orçamentário e financeiro, 55

1. Orçamento, 57

2. Receita, 58

3. Contribuição Social do Salário-Educação, 61

3.1. Aspectos gerais, 61

3.2. Desempenho da Contribuição Social do Salário-Educação, 62

3.3. Distribuição da Contribuição Social do Salário-Educação, 64

3.4. Superávit do Salário-Educação, 68

3.5 Programa integrado de inspeção em empresas e escolas (Proinspe), 69

3.6 Cobrança administrativa, 70

3.7 Parcelamento de débitos, 70

4. Execução orçamentária da receita e da despesa, 71

- 4.1. Execução orçamentária , 71
- 4.2 Execução financeira, 75
- 4.3 Restos a pagar, 81
- 4.4 Aplicação financeira, 82

5. Contas correntes, 83

6. Publicidade dos pagamentos, 85

7. Contabilidade, 86

8. Prestação de contas, 87

III – Desempenho dos programas e ações governamentais, 93

0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, 95

- 0073.001S - Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social, 97

0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, 99

- 0150.0948 - Apoio ao Ensino Fundamental Escolar Indígena, 101
- 015.09DX – Capacitação de Professores para a Educação Fundamental Indígena, 102

0903 - Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica, 105

- 0903.0369 - Quota-Parte dos Estados, Municípios e do Distrito Federal do Salário-Educação, 105

1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, 107

- 1060.0081 - Apoio à Ampliação da Oferta de Vagas do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos, 109
- 1060.0507 - Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos, 111
- 1060.0920 - Concessão de Bolsa ao Alfabetizador, 112
- 1060.0965 - Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação de Jovens e Adultos, 113
- 1060.0972 - Apoio à Capacitação de Professores de Jovens e Adultos, 113
- 1060.09BT - Apoio à Capacitação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos, 114

1061 - Brasil Escolarizado, 117

- 1061.0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica, 119
- 1061.0513 - Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, 119
- 1061.09CW - Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública, 123
- 1061.09DM - Apoio a Inovações Educacionais, 124
- 1061.09EB - Apoio à Formação Continuada em Educação Ambiental para Profissionais da Educação, 125
- 1061.09EV - Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública, 126
- 1061.2272 - Gestão e Administração do Programa, 127
- 1061.4042 - Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica, 128
- 1061.4045 - Distribuição de Acervos Bibliográficos, 129
- 1061.4389 - Capacitação para o Exercício do Controle Social, 130
- 1061.4641 - Publicidade de Utilidade Pública, 131
- 1061.6372 - Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública, 131
- 1061.6375 - Distribuição de Material de Apoio à Educação a Distância e ao Uso de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação, 133
- 1061.869R - Transmissão do Sinal via Satélite do TV Escola, 134

1062 - Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, 135

- 1062.09EJ - Qualificação da Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, 139
- 1062.0A13 - Concessão de Bolsa-Auxílio para Pré-Formação Profissional - Escola de Fábrica, 139
- 1062.3676 - Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional – PROEP, 141
- 1062.3685 - Implementação da Expansão Profissional de Educação Profissional – PROEP, 142
- 1062.3687 - Implantação do Sistema de Informação da Educação Profissional – PROEP, 143
- 1062.7109 - Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional – PROEP, 144
- 1062.7365 - Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico – PROEP, 145

1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil, 147

- 1065.0960 - Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Infantil, 149
- 1065.09HI - Apoio à Aquisição de Equipamentos para a Rede Pública de Educação Infantil, 150
- 1065.6351 - Distribuição de Periódicos para a Educação Infantil, 150

1067 - Gestão da Política de Educação, 153

- 1067.6334 - Preparação para Implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, 155

1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica, 157

- 1072.0304 - Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), 159
- 1072.0966 - Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, 164
- 1072.0968 - Apoio à Capacitação de Recursos Humanos no Ensino Médio – PROMED, 165
- 1072.0973 - Apoio à Formação Continuada de Professores da Educação Infantil, 165
- 1072.09CY - Apoio à Formação Continuada de Professores para Ações Educativas Integradas, 166
- 1072.09DP - Apoio à Formação Continuada dos Trabalhadores Estaduais e Municipais da Educação Básica, 168
- 1072.6332 - Formação em Serviço e Certificação em Nível Médio de Professores Não-Titulados, 169
- 1072.6369 - Capacitação de Recursos Humanos de Tecnologias na Educação Pública, 169
- 1072.6377 - Capacitação de Recursos Humanos para a Educação a Distância e para o Programa TV Escola, 171

1336 - Brasil Quilombola, 173

- 1336.09CJ - Apoio à Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, 175

1374 - Desenvolvimento da Educação Especial, 177

- 1374.0959 - Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial, 179
- 1374.0977 - Apoio à Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial, 180
- 1374.09DK - Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência, 181
- 1374.09EG - Apoio à Distribuição de Equipamentos para a Educação Especial, 185
- 1374.09EH - Apoio à Distribuição de Material Didático para a Educação Especial, 186
- 1374.09EI - Educação Especial como Fator de Inclusão Escolar, 188
- 1374.09FD - Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para a Educação Especial, 189
- 1374.09GL - Capacitação de Gestores e Educadores para a Educação Especial, 190
- 1374.8371 - Fortalecimento da Educação Especial, 191

1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 193

- 1376.0515 - Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental, 195
- 1376.0954 - Apoio à Distribuição de Materiais Didáticos e Pedagógicos para o Ensino Fundamental, 204
- 1376.0969 - Apoio ao Transporte Escolar no Ensino Fundamental, 206
- 1376.0971 - Apoio à Correção do Fluxo Escolar, 208
- 1376.09CK - Apoio à Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos, 209
- 1376.4046 - Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Fundamental, 210
- 1376.5079 - Fortalecimento da Escola - Fundescola III, 213

1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania, 221

1377.0946 - Apoio à Educação do Campo, 223

1377.09EL - Apoio a Atividades Educacionais de Valorização da Diversidade no Espaço Escolar, 2243

1377.09EM - Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Educacionais, Culturais e de Lazer em Escolas Abertas nos Finais de Semana, 224

1377.09HS - Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania, 226

1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio, 229

1378.0923 - Apoio à Implantação do 4º Ano Vocacional no Ensino Médio, 233

1378.3680 - Estudos e Pesquisas para a Implantação das Políticas para o Ensino Médio – PROMED, 233

1378.3682 - Expansão e Melhoria da Rede Escolar – PROMED, 234

1378.3686 - Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – PROMED, 236

1378.6322 - Distribuição de Livros Didáticos para o Ensino Médio, 237

8034 - Nacional de Juventude, 239

8034.09JG - Apoio à Aceleração da Aprendizagem de Jovens, 241

8034.2272 - Gestão e Administração do Programa, 242

8034.2E06 - Fornecimento de Lanche aos Jovens do Programa Nacional de Juventude, 242

8034.86AB - Distribuição de Material Didático e Pedagógico para Escolarização de Jovens, 244

8034.86AC - Qualificação de Jovens, 244

8034.86AD - Capacitação de Professores em Metodologias Inovadoras para Educação de Jovens, 245

Anexos, 247

Apresentação

Ao encerrar mais um exercício, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cumpre novamente o dever legal de apresentar a sua prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004, da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, e da Portaria CGU nº 3, de 05 de janeiro de 2006.

O exercício de 2005 teve importantes resultados para o FNDE, como consequência, entre outros aspectos, das mudanças estruturais iniciadas em 2004, voltadas para promover o fortalecimento institucional e a modernização gerencial da Autarquia, com redesenho de processos e planejamento estratégico, bem como para resolver entraves, melhorar desempenhos e ampliar recursos das ações de governo na educação.

Este relatório resgata os principais resultados alcançados pelo FNDE ao longo de 2005, com ênfase na execução dos 19 programas e 121 ações de políticas educacionais e de apoio a sua implementação que estão sob a responsabilidade do FNDE.

O documento procura cumprir todas as recomendações emanadas dos órgãos de controle interno e externo, sobretudo do Tribunal de Contas da União, demonstrando os elementos necessários à avaliação da gestão da Autarquia.

Cabe ressaltar que o FNDE vem ampliando sobremaneira, em especial nesses últimos anos, a sua missão originária de apoio ao desenvolvimento da educação fundamental, de modo a compreender a educação infantil e o ensino médio, contemplando toda a educação básica, além da educação profissional, da educação de jovens e adultos e das ações de alfabetização, assim como outras ações complementares, incorporando os novos desafios que se apresentam na agenda de políticas públicas do Ministério da Educação.

Esta ampliação de abrangência vem sendo acompanhada por um correspondente aumento no volume de recursos sob responsabilidade da Autarquia, cujo orçamento cresceu 22% de 2004 para 2005.

A Contribuição Social do Salário-Educação, cuja competência de arrecadação é do FNDE, apresentou um crescimento de 22% ao longo de 2005, em continuidade ao processo de melhoria na gestão e na fiscalização, a partir das medidas internas de modernização e da nova sistemática de apropriação para a arrecadação indireta.

No que concerne à gestão dos programas, foram registrados muitos avanços em 2005. Foram repassados em torno de R\$ 330 milhões para manutenção e pequenos investimentos a escolas públicas do ensino fundamental e escolas privadas sem fins lucrativos de educação especial, além de outros R\$ 265 milhões aos estados, Distrito Federal e municípios, em apoio às ações de transporte escolar.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar teve elevação em 20% no valor do repasse per capita para estados e municípios. Além de ter sido integrado à ação governamental do Fome Zero, o Pnae ganhou um reforço no poder de compra, a exemplo do que já havia ocorrido em 2004, após dez anos de congelamento. A eficiência do programa brasileiro de alimentação escolar despertou a atenção de diversos países e de organismos internacionais, que se mostraram interessados em conhecer essa tecnologia social. Esse movimento gerou a assinatura de um acordo entre a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o FNDE para a disseminação do modelo brasileiro em países da África e da América Latina.

No caso dos programas do livro, mediante investimento de cerca de R\$ 463 milhões, foram adquiridos 110 milhões de livros didáticos destinados ao ensino fundamental. Além disso, houve aquisição de 13 milhões de obras de português e matemática para alunos do ensino médio, ampliando para todo o território nacional a distribuição experimental realizada em 2004 para o Norte e o Nordeste. Foi reformulada a sistemática de distribuição dos dicionários, que passaram a ser fornecidos como acervo das escolas públicas, com distinção entre os níveis de ensino. Também foram distribuídos mais de 40 mil volumes de livros em braile, para uso em 2006, atendendo aos alunos da rede pública e entidades sem fins lucrativos – além de livros para-didáticos.

O redesenho dado ao projeto Fundescola, iniciado em 2004, para propiciar condições de melhorar sua gestão, resultou na prorrogação de prazo para concluir convênios antigos, na retomada da linha de construção e adaptação de escolas e na revisão e recuperação do orçamento do projeto.

Além da transferência da gestão de programas de financiamento internacional de secretarias do MEC para o FNDE, já consumada em exercícios anteriores, 2005 foi marcado pela passagem à Autarquia do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), ocorrida em fevereiro, quando se iniciou o levantamento da situação da execução de todos os 269 convênios existentes que estavam paralisados. Foram retomados 118 convênios, com um orçamento total de R\$ 131,4 milhões. Também foi analisada a viabilidade de reativação de 110 convênios assinados em 2002, que estavam cancelados. Entre estes, foram identificados 34 convênios com potencial de reativação, cuja execução foi negociada junto ao Banco Mundial, representando um investimento adicional de R\$ 63,7 milhões para a construção de 34 escolas de educação profissional em 18 estados.

O programa Escola Aberta, executado em parceria com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), teve expansão no número de escolas, passando a funcionar em 1.300 instituições das regiões Sul, Sudeste e Nordeste. São mais escolas abertas aos finais de semana, ampliando acesso a atividades educativas, culturais, esportivas, de lazer e de geração de renda das comunidades. O objetivo é melhorar o relacionamento entre professores, alunos e familiares, reduzindo os índices de violência entre os jovens, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo do Relatório de Gestão, serão apresentados os dados orçamentários e financeiros de todas as ações executadas pelo FNDE, bem como detalhadas as informações qualitativas de natureza mais relevante para a atuação da Autarquia.

José Henrique Paim Fernandes
Presidente do FNDE

Introdução

O Relatório de Atividades constitui peça fundamental na composição do processo de prestação de contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC). Sua elaboração baseia-se nas determinações dos órgãos de controle interno e externo e traduz, a cada exercício, as realizações da instituição, enfocando, notadamente, a gestão e o desempenho da arrecadação da contribuição social do salário-educação e a execução física e financeira dos diversos programas, e ações educacionais sob responsabilidade da organização.

Neste contexto, e considerando a dimensão da atuação do FNDE no cenário educacional brasileiro, um documento desse porte, apresentando as atividades da Instituição, retrata, de certo modo, os rumos da política setorial. O relatório de 2005 descreve os efetivos resultados do segundo ano do programa de governo do presidente Lula, consubstanciado no Plano Brasil de Todos¹.

O documento foi estruturado em seções e capítulos e o critério de organização dos assuntos levou em consideração o aspecto de que todas as atividades desenvolvidas são o resultado da atuação institucional. Neste sentido, as Seções I e II subdividiram-se por função, como administração, planejamento, orçamento, entre outras, e na Seção III, as separações tomaram por referência os programas e ações do Plano Plurianual (2004-2007).

¹ Denominação do Plano Plurianual (2004-2007) do governo Lula, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004.

I – Aspectos institucionais

1. Informações gerais

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), criado pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, modificada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A Autarquia tem como finalidade precípua original captar recursos financeiros e canalizá-los para o financiamento de projetos educacionais, notadamente nas áreas de ensino, pesquisa, alimentação e material escolar e bolsas de estudo, observadas as diretrizes estabelecidas pelo MEC.

Desde a sua criação, diversas transformações² foram implementadas, direcionando esforços tanto para promover impacto imediato no desempenho dos programas, projetos e ações educacionais quanto para a melhoria da qualidade de gestão, de modo a adequá-la para atender às mudanças no cenário da política educacional brasileira. Nesse contexto, em especial, a partir de 2004, diversas iniciativas vêm sendo adotadas para resolver entraves, melhorar resultados e ampliar recursos das ações de governo voltadas à educação. No âmbito da área administrativa, iniciou-se ampla reforma, focada no fortalecimento institucional e na modernização gerencial que, entre outras medidas, busca redesenhar os processos e o planejamento estratégico, tático e operacional da instituição.

Como resultado das mudanças administrativas implementadas definiram-se os direcionadores estratégicos da Autarquia da seguinte forma:

- **missão do FNDE:** “prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da educação”;
- **visão de futuro:** pretende-se que, com sua atuação, seja propiciada “educação de qualidade e acesso garantido a todo cidadão”;
- **valores organizacionais:** privilegia “os princípios de cidadania, a transparência, o controle e a inclusão social, a avaliação de resultados e a excelência na gestão”; e
- **desafios a serem logrados:**
 - ▶ eficiência na arrecadação e gestão da contribuição social do salário-educação;
 - ▶ eficiência na gestão dos programas finalísticos;
 - ▶ eficiência em compras governamentais;
 - ▶ fortalecimento institucional permanente; e
 - ▶ busca permanente de parcerias estratégicas.

A Autarquia tem seus registros no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 00378257/0001-81, e na Secretaria da Receita Federal e no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) sob o código da Unidade Orçamentária nº 26.298, ambos vinculados ao Ministério da Fazenda, com as seguintes Unidades Gestoras:

² Como resultado de tais transformações, às atribuições conferidas ao FNDE quando de sua criação, foram acrescidas, desde 1997, as da competência da extinta Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), por força do disposto no art. 18, inciso VIII, alínea “c”, da Medida Provisória nº 1549-27, de 14 de fevereiro de 1997, bem como, desde 2004, as relativas ao Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) e as correspondentes ao Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), mediante Portaria MEC nº 1.859, de 24 de junho de 2004 e, em 2005, as do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

- 153173: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- 152173: FNDE/ Promed;
- 159173: FNDE/ Fundescola III - Fonte 0148001464; e
- 152174: FNDE/Proep.

Ressalte-se que a reunião dessas quatro unidades gestoras resultou no recebimento de novas ações e competências para o FNDE, oriundas do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed), do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) e do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep).

Face aos encargos de sua missão, o órgão conta com recursos provenientes do Tesouro Nacional, com ênfase na receita da arrecadação da Contribuição Social do Salário-Educação.

O FNDE assistiu em 2005 a quase totalidade de 43,2 milhões de alunos matriculados em mais de 160 mil escolas públicas da educação básica espalhadas em todo o território nacional.³

As principais formas de atendimento são:

- o repasse das quotas-partes estadual e municipal da contribuição social do salário-educação;
- a complementação da parcela federal relativa ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef);
- a transferência automática de recursos voltados à alimentação escolar, ao transporte escolar, à educação de jovens e adultos e à manutenção de escolas;
- a transferência voluntária para financiamento de projetos educacionais;
- a aquisição direta e distribuição de livros;
- a ampliação da oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superior de tecnologia.

O FNDE tem sede em Brasília (DF), no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício Áurea, CEP 70.070-929, e os contatos podem ser feitos pelo telefone 0800-616161, pelo fax (61) 3212-4812 e, ainda, pelo sítio eletrônico <http://www.fnde.gov.br>.

³ Dados fornecidos pelo Inep/MEC

2. Estrutura organizacional do FNDE

Nos últimos dois anos, foram implementadas transformações no FNDE que impuseram a necessidade de alterações em sua estrutura regimental. Em 2003, as mudanças foram aprovadas pelo Decreto nº 4.626, de 21 de março de 2003, que foi retificado pelo Decreto nº 5.157, de 27 de julho de 2004. Em 28 de outubro do mesmo ano, foi publicado no Diário Oficial da União, por meio da Portaria Ministerial nº 3.511, o Regimento Interno da Autarquia, disciplinando o Decreto nº 5.157.

A estrutura organizacional da Autarquia, conforme apresentado na Figura nº 1, é composta por:

- **Órgão executivo:**

- ▶ Presidência: o presidente é indicado pelo ministro da Educação e nomeado pelo presidente da República.

- **Órgão de assistência direta e imediata ao presidente:**

- ▶ Gabinete.

- **Órgãos seccionais:**

- ▶ Procuradoria Federal (Profe);
- ▶ Auditoria Interna (Audit);
- ▶ Diretoria de Administração e Tecnologia (Dirat);
- ▶ Diretoria Financeira (Difin);
- ▶ Diretoria de Planejamento e Orçamento (Diplo).

- **Órgãos específicos singulares:**

- ▶ Diretoria de Ações Educacionais (Dirae);
- ▶ Diretoria de Programas e Projetos Educacionais (Dirpe); e
- ▶ Diretoria de Programas Especiais (Dipro).

- **Órgão colegiado:**

- ▶ Conselho Deliberativo: órgão colegiado de deliberação superior, constituído por dez membros, cujas composição foi definida pelo Decreto nº 5.157, de 27 de julho de 2004.

Composição:

a) Presidente:

Ministro de Estado da Educação.

b) Membros:

Secretário Executivo do MEC;

Secretários das Secretarias do MEC: Educação Básica - SEB, Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, Educação Especial - SEESP e Educação a Distância – SEED.;

Presidente do FNDE; Procurador Federal do FNDE; e

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

c) Principais funções:

▶ deliberar sobre:

a) o financiamento de projetos e programas educacionais, promovidos pela União;

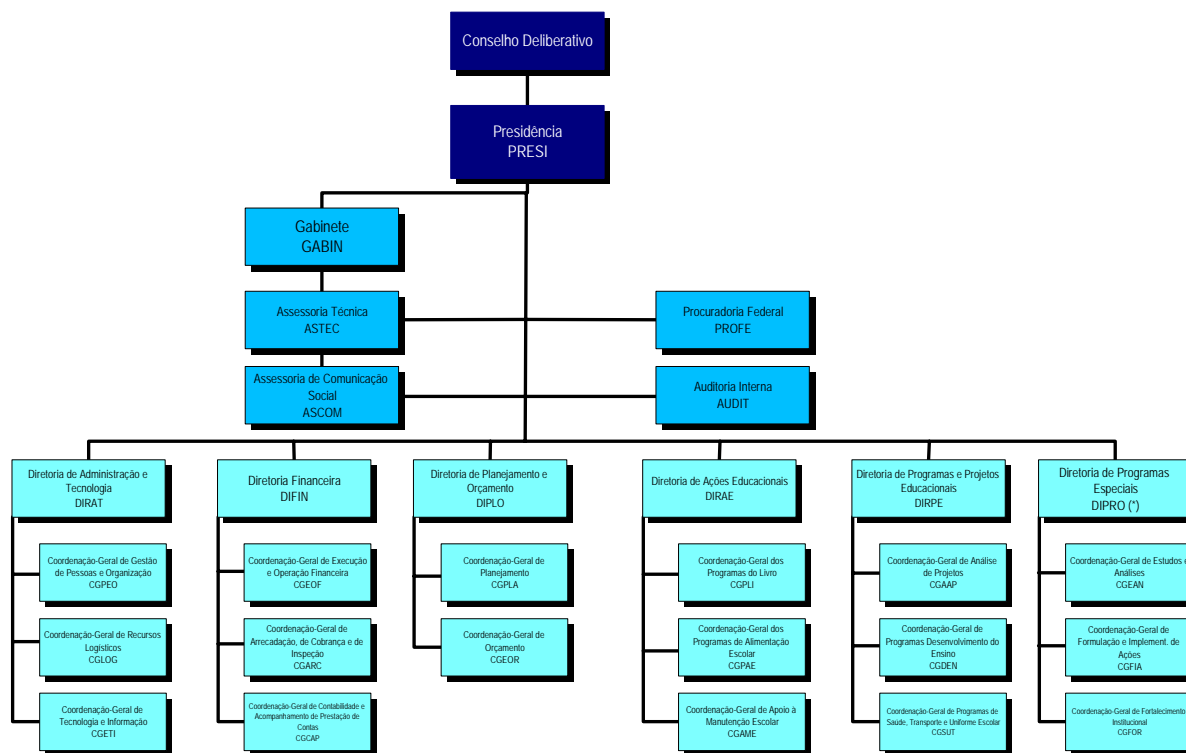
b) a assistência financeira aos estados, Distrito Federal, municípios e estabelecimentos particulares de ensino; e

c) o orçamento do FNDE e suas alterações, bem como acompanhar a sua execução.

▶ Formular a política de captação e canalização de recursos financeiros da Autarquia.

▶ Aprovar as contas do Presidente do FNDE e a nomeação e exoneração do titular da Auditoria Interna.

Figura nº 1: Organização administrativa do FNDE



* Corresponde ao DAS de Diretor de Programa, conforme Decreto Nº 5.157/2004, de 24 de julho de 2004. Sua apresentação no organograma com as coordenações vinculadas é conceitual e baseada no princípio de hierarquia administrativa.

3. Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo do FNDE, no uso de suas competências legais no exercício de 2005, deliberou sobre:

- a captação e canalização de recursos destinados ao financiamento de projetos e programas educacionais;
- a execução financeira do Fundo;
- a aprovação de prestação de contas do FNDE relativa ao exercício de 2004 e o Plano de Atividades de Auditoria para o exercício de 2005;
- a sanção de 81 resoluções, sendo vinte e uma relativas a projetos executados no exercício de 2004 e sessenta referentes a 2005, conforme se observa no anexo I.

Tais resoluções viabilizaram a implementação de ações voltadas para a redução das desigualdades educacionais, sociais e regionais, e regulamentaram os seguintes programas:

- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD);
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE);
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
- Programa Nacional de Transporte do Escolar (Pnate);
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), entre outros.

4. Comunicação Social

A política de comunicação social do FNDE, fundamentada nas diretrizes emanadas do governo federal, tem como constante característica a preocupação da Autarquia com o aumento da transparência e da visibilidade de sua atuação na execução dos programas, projetos e ações sob sua responsabilidade. Essas preocupações levaram a organização a manter importante parceria com a Radiobrás para difusão de suas ações, bem como a adoção de uma política de atualização diária do seu sítio eletrônico, cujo leiaute apresenta forma e padrão utilizados pelos órgãos federais, e ainda encontra-se conectado diretamente ao portal do MEC.

Em 2005 foi registrado 1,65 milhão de acessos à página da Internet e 551 matérias foram veiculadas na mídia impressa, fatos que dão a dimensão do grande esforço na divulgação das atividades da Autarquia, conforme demonstrado na tabela nº 1.

Tabela nº 1: Inserção na mídia escrita por assunto – exercício de 2005

Assunto	Inserções
Bienal do livro	2
Brasil Alfabetizado	23
Capacitação de técnicos	2
Denúncias	7
Educação de Jovens e Adultos	18
Escola Aberta	16
Escola de Fábrica	2
Sobre o FNDE	16
Fundef – Fundeb	75
Fundescola	2
Inep	4
Orçamento para educação	4
Portadores de Necessidades Especiais – Paed	2
Programa Dinheiro Direto na Escola	15
Programa Nacional de Alimentação Escolar	216
Programa Nacional do Livro Didático	53
Programa Nacional de Saúde do Escolar	2
Programas do Transporte Escolar	37
Prestação de Contas	14
Proep	1
Projetos Educacionais	14
Pró-jovem	2
Salário-Educação	24
Total	551

Fonte: Ascom/ FNDE

No campo da comunicação externa, e à luz das atribuições regimentais e da política de maior aproximação do FNDE com os seus usuários, a Autarquia disponibiliza, em conjunto com o MEC, o Serviço de Atendimento ao Cidadão (Sac) por meio do telefone 0800-616161.

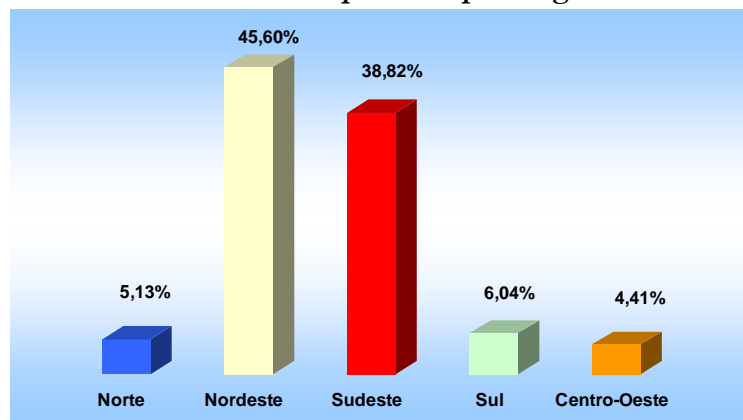
Durante o exercício de 2005, foram registradas 1,53 milhão de chamadas, sendo as regiões Nordeste e Sudeste, respectivamente com 45,60% e 38,82%, as maiores usuárias deste serviço, e as regiões Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente com 6,04%, 5,13% e 4,41% dos atendimentos realizados, conforme demonstrado na tabela nº 2 e no gráfico nº 1.

Tabela nº 2: Quantidade de chamadas atendidas pelo Sac (0800) – exercício de 2005

Região	Chamadas atendidas
Brasil	1.526.645
Norte	78.276
Nordeste	696.169
Sudeste	592.643
Sul	92.258
Centro-Oeste	67.299

Fonte: Ascom/FNDE

Gráfico nº 1: Chamadas atendidas pelo Sac por Regiões – exercício de 2005



Fonte: Ascom/FNDE

No âmbito do FNDE, as maiores demandas de informações referiram-se à liberação de recursos dos programas, na seguinte seqüência: Alimentação Escolar, Quota do Salário-Educação, Dinheiro Direto na Escola, Transporte Escolar, Educação de Jovens e Adultos e Fundescola.

A Comunicação Social atuou, ainda, na preparação e divulgação dos feitos da Autarquia em eventos como o “Ano do Brasil na França”, na etapa “Educação e Cooperação Brasil / França” (10 a 15 de outubro de 2005), em Paris, na “XIV Feira Internacional do Livro de Havana / Cuba” (3 a 13 de fevereiro de 2005), na “12ª Bienal do Livro do Rio de Janeiro” (12 a 22 de maio de 2005), na “51ª Feira do Livro de Porto Alegre” (28 de outubro a 15 de novembro de 2005), na “24ª Feira do Livro de Brasília” (26 de agosto a 7 de setembro de 2005) e no Acordo celebrado com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Fao/Onu), em Roma / Itália (17 de outubro de 2005).

Divulgou, ainda, uma série de seminários e capacitações por todo o país sobre as ações educacionais sob o gerenciamento direto do FNDE. Merecem destaque: o Seminário Transporte Escolar em Debate (19 de abril de 2005); o 1º Encontro Técnico Nacional do Programa Dinheiro Direto na Escola (25 a 27 de outubro de 2005); o 9º Encontro Nacional do Livro Didático, em Recife / Pernambuco (2 a 6 de agosto de 2005), e o 2º Encontro Nacional de Experiências Inovadoras em Alimentação Escolar (9 a 11 de novembro de 2005).

5. Procuradoria Federal

À Procuradoria Federal (Profe), órgão executor da Procuradoria Geral Federal, nos termos do Regimento Interno da Autarquia, compete, entre outras atribuições, representar a Autarquia judicial e extrajudicialmente, prestar assistência jurídica às unidades regimentais, auxiliando-as no controle interno da legalidade dos seus atos, bem como apurar a liquidez dos créditos em favor do FNDE.

A Profe - composta pelas Divisões de Consultoria Administrativa (Dicad) e de Contencioso (Dicon) e pelo Serviço da Dívida Ativa (Sedat) - com o intuito de desincumbir-se de suas atribuições regimentais, teve seu desempenho marcado, no exercício de 2005:

- a) pelo crescimento de 70,75% das atividades, relativas a despachos e pareceres, conforme demonstrado na tabela nº 3;

Tabela nº 3: Despachos e pareceres – de 2003 a 2005

Ano	Despacho Profe	Pareceres Dicad	Total	(%) Variação em relação ao ano anterior
2003	2.607	1.628	4.234	-
2004	3.145	1.877	5.022	18,61%
2005	6.079	2.496	8.575	70,75%

Fonte: Profe/FNDE

- b) pela inscrição de 947 débitos na dívida ativa, que correspondeu a R\$ 136,5 milhões. Em relação a 2004, o número de inscrições e o valor monetário registraram reduções, respectivamente de -8,24% e -26,02%, conforme demonstrado na tabela nº 4;

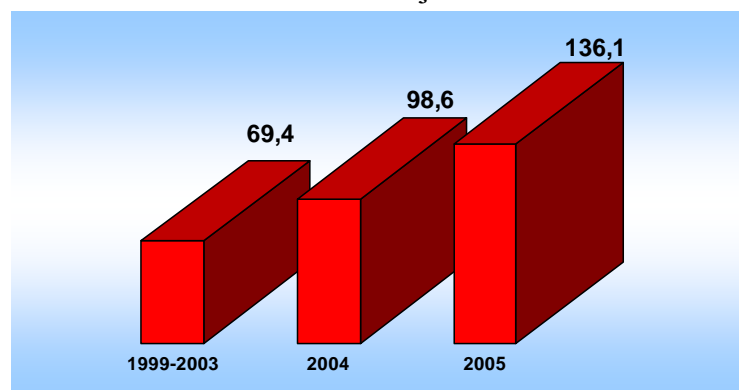
Tabela nº 4: Quantidade de inscrições na Dívida Ativa e valor do débito – de 1999 a 2005

Ano	Quantidade inscrições	Variação anual (%)	Total dos débitos (em R\$ Milhões)	Variação anual (%)
1999	268	-	43,7	-
2000	460	71,64	64,1	46,68
2001	476	3,48	86	34,17
2002	700	47,06	105,2	22,33
2003	699	-0,14	109,9	4,47
2004	1.032	47,64	184,5	67,88
2005	947	-8,24	136,5	-26,02

Fonte: Profe/FNDE

- c) pelo crescimento entre os exercícios de 2004 e 2005, de R\$ 98,6 milhões para R\$ 136,1 milhões da arrecadação administrativa dos haveres do FNDE. Em termos percentuais, o acréscimo foi de 38,03%, conforme demonstrado no gráfico nº 2.

Gráfico nº 2: Comparação da arrecadação administrativa dos haveres do FNDE no período de 1999 a 2003 com as arrecadações de 2004 e 2005 - Em R\$ milhões



Fonte: Profe/FNDE

5.1. Consultoria

Em 2005, a Profe foi procurada para examinar e fornecer pareceres versando sobre diversos assuntos, tais como:

- inovações nos programas, projetos e ações educacionais já implementados e também naqueles em processo de implementação;
- transferência para o FNDE da gestão do Promed e Fundescola, consumada por intermédio da Portaria MEC nº 1.859, de 24 de junho de 2004, e do Proep – Portaria n.º 376, de 02 de fevereiro de 2005;
- manifestação jurídica do procedimento administrativo-fiscal da Contribuição Social do Salário-Educação;
- resoluções, editais de licitação, contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres e suas eventuais rescisões e termos aditivos, bem como hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, encaminhados pelas unidades regimentais do FNDE;
- atos normativos e interpretativos do FNDE quanto aos aspectos legais e formais de sua elaboração;
- consultas sobre diversos temas, em especial: direito administrativo, trabalhista e constitucional.

5.2. Contencioso

A principal demanda no âmbito do contencioso refere-se às ações onde são questionadas a exigibilidade e a constitucionalidade da cobrança rigorosa da Contribuição Social do Salário-Educação. Essas ações perfazem cerca de 25 mil processos, em parceria, nos estados, com a Procuradoria Federal do INSS. Atualmente, a constitucionalidade da referida contribuição encontra-se pacificada em todos os tribunais, pois o Supremo Tribunal Federal já se posicionou em relação à constitucionalidade dessa contribuição. Porém, permanece um passivo considerável de ações, como mostra a tabela nº 5.

Tabela nº 5: Quantidade de ações judiciais movidas em desfavor do FNDE por exigibilidade constitucional da contribuição social do salário-educação – exercício de 2005

Ano	Quantidade de Ações
2000	21.856
2001	23.741
2002	24.239
2003	24.426
2004	24.647
2005	24.953
Total	143.862

Fonte: Profe/FNDE

A tabela nº 6, apresenta a evolução acumulativa das demandas de ações de execução fiscal, no período de 2000 a 2005. No último exercício foram registradas 1.187 ações contemplando três temas principais, que somadas ao valor acumulado, até 2004, totalizou 5.887.

- Contribuição Social do Salário-Educação não paga nas épocas devidas por empresas contribuintes, definidas no art. 15 da Lei nº 9.424/1996;
- Tomadas de Contas Especiais julgadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a inadimplências, desvios ou malversação de recursos públicos repassados pelo FNDE; e
- irregularidades na prestação de contas ou na execução do objeto de convênios celebrados com o FNDE por parte de gestores ou ex-gestores públicos estaduais, distritais, municipais ou federais.

Tabela nº 6: Evolução da quantidade de ações de execução fiscal – de 2000 a 2005

Ano	Ações movidas pelo FNDE
2000	1.775
2001	2.214
2002	2.786
2003	3.871
2004	4.700
2005	5.887

Fonte: Profe/FNDE

Apesar da redução comentada acima, a numerosa quantidade de ações judiciais movidas em desfavor (tabela nº 5) e a favor da Autarquia (tabela nº 6), somada à necessidade de exame de cálculos de precatórios, a análise de processos judiciais, o acompanhamento de 299 parcelamentos formalizados em exercícios anteriores, com a expedição mensal das guias de recolhimento e o controle das quitações das parcelas, resultam em grande demanda.

Observando que a gestão dos referidos feitos encontrava-se, em sua maior parte, carente do devido acompanhamento, o FNDE implementou um plano de trabalho que consistiu, num primeiro momento, na busca da conversão em renda de depósitos, que foram efetuados pelas empresas quando ainda havia latência na discussão da constitucionalidade da contribuição social do Salário-Educação.

O indicativo deste trabalho realizado nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e São Paulo resultou na recuperação de R\$ 22.257.135,81, assim distribuídos, em conformidade com tabela nº 7.

Tabela nº 7: Ações nas Unidades Federativas e valores convertidos em renda – exercício de 2005

Unidade Federativa	Conversão em renda (R\$)
Santa Catarina	9.218.077,63
Rio Grande do Sul	3.039.119,66
Paraná	2.674.731,77
Minas Gerais	4.631.616,94
São Paulo	2.693.589,81
Total	22.257.135,81

Fonte: Profe/FNDE

É oportuno ressaltar que a dimensão dessas demandas, acrescidas do passivo de anos anteriores, em comparação com a disponibilidade de recursos humanos, constitui o principal problema enfrentado na consecução dos objetivos da Profe.

6. Auditoria Interna

As atividades de auditoria interna do FNDE são desenvolvidas conforme definidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAAI), o qual contempla as ações de auditoria e demais atividades a serem desenvolvidas durante o exercício (art. 2º, IN/CGU nº 2, de 24/12/2002).

Áreas auditadas

Após a identificação da necessidade de adequação no foco das ações executadas pela Auditoria Interna, foi proposta a reformulação na forma de atuação e, conseqüentemente, no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – exercício de 2005 –, conforme detalhado na Nota Técnica nº 03/2005-Audit/FNDE/Mec, de 20/07/05.

Cabe ressaltar que o PAAAI, inicialmente proposto, tinha seu foco voltado para as ações de natureza externa, ou seja, para a realização de inspeções “in loco” em municípios e secretarias de educação.

Foram propostas mudanças de atuação da Auditoria Interna com a finalidade de ampliar as ações de controle, principalmente no que se refere ao controle sobre atos e fatos praticados no âmbito interno da Autarquia. Visou-se com essas propostas, além do cumprimento integral do determinado na IN CGU nº 02, de 24/12/02, a execução de suas competências regimentais.

Foram realizadas no exercício de 2005 auditorias “in loco” em 64 entidades, abrangendo 229 programas/convênios auditados, conforme tabela nº 8.

Com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento dos controles administrativos da Autarquia, foram realizadas duas auditorias operacionais na Coordenação Geral de Arrecadação, de Cobrança e de Inspeção - CGACI e na Coordenação de Tomada de Contas Especial – COTCE, unidades pertencentes à Diretoria Financeira (Difin).

Metodologia empregada para a realização da auditoria

O PAAAI 2005 e anteriores tinham suas ações voltadas para a realização de atividades de controle externas, ou seja, direcionadas predominantemente para inspeções nos programas desenvolvidos pelas áreas finalísticas.

Após diagnóstico da situação encontrada na Auditoria Interna, no exercício de 2005, foram propostas mudanças que estão sendo implementadas gradativamente, como, por exemplo, a adoção de solicitação de auditoria no trabalho de campo com vistas a propiciar a conclusão do relatório e da auditoria.

Quanto à forma de atuação da Audit, o trabalho executado passou a constituir-se de planejamento, trabalho de campo e relatório. O relatório assumiu caráter conclusivo. Os procedimentos necessários à elucidação dos fatos e à elaboração do relatório são realizados durante o trabalho de campo, por meio de Solicitação de Auditoria – SA –, evitando-se assim que o relatório venha a assumir a função de instrumento de diligência, o que inviabilizava a conclusão dos trabalhos e gerava um quantitativo excessivo de informações a serem analisadas.

Além disso, os Planos anteriores a 2005 contemplavam inspeções basicamente no Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae – e no Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. A partir de 2005, houve uma melhor distribuição onde foram contemplados programas até então não fiscalizados, tais como: Pnae Creche (Pnac); Pnae Indígena (Pnai); Pnae Quilombola (Pnaq); Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) e Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed).

Tabela nº 8: Inspeções realizadas e execução dos trabalhos - exercício de 2005

Mês	Entidades	Repasses / convênios
Janeiro	2	3
Fevereiro	3	3
Março	23	54
Abril	10	20
Maio	11	38
Junho	-	-
Julho	-	-
Agosto	5	44
Setembro	3	21
Outubro	4	26
Novembro	3	26
Dezembro	-	-
Total	64	235

Fonte: Audit/FNDE

No âmbito interno da Autarquia, foram realizadas também as seguintes atividades:

- análise e encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno de 447 processos de Tomada de Contas Especial;
- processamento, por meio do Sistema de Cadastro de Diligências (Sicad), de 1.301 pedidos de informações e documentos procedentes dos órgãos de controle, conforme discriminado na tabela nº 9, a seguir:

Tabela nº 9: Demanda de informações de órgãos externos – exercício de 2005

Órgãos de Controle	Quantidade
Controladoria-Geral da União	162
Departamento de Polícia Federal	145
Departamento de Polícia Civil	1
Poder Judiciário	102
Advocacia-Geral da União	43
Ministério da Educação	82
Ministério Público Estadual	49
Ministério Público Federal	373
Supremo Tribunal Federal	1
Tribunal de Contas da União	294
Câmara dos Deputados	2
Tribunais Regionais	9
Tribunal de Contas do Estado	1
Procuradorias Regionais	37
Total	1.301

Fonte: Audit/FNDE

A Auditoria Interna encarregou-se da triagem, apuração e resposta de denúncias recebidas por meio da Central de Atendimento ao Cidadão (CAC) e das diligências procedentes de órgãos de controle. Em 2005, registrou-se um total de 203 denúncias.

No campo do direito de defesa e do contraditório relativo a processos de auditoria, foram expedidas 594 diligências para os responsáveis envolvidos.

Em relação ao Projeto de Fiscalização de Municípios, mediante Sorteio Público, a SFC/CGU realizou em média seis (06) eventos envolvendo cada um dos 60 municípios, o que resultou em 360 fiscalizações municipais. Após a realização destas fiscalizações, os relatórios foram enviados ao FNDE para análise e adoção de providências. Estes relatórios foram analisados previamente pela Auditoria Interna com o objetivo de sugerir as medidas que deveriam ser adotadas pelas unidades regimentais do FNDE.

Recursos Empregados

Os recursos utilizados com pagamento de diárias e passagens no deslocamento dos servidores da Auditoria Interna quando da execução das auditorias “in loco” nos programas e projetos gerenciados pela Autarquia estão detalhados na tabela nº 10, a seguir:

Tabela nº 10: Gastos com diárias e passagens no deslocamento dos servidores da Audit em R\$ – exercício de 2005

Gastos	Valor
Diárias	75.314,39
Passagens	86.801,38
Total	162.115,77

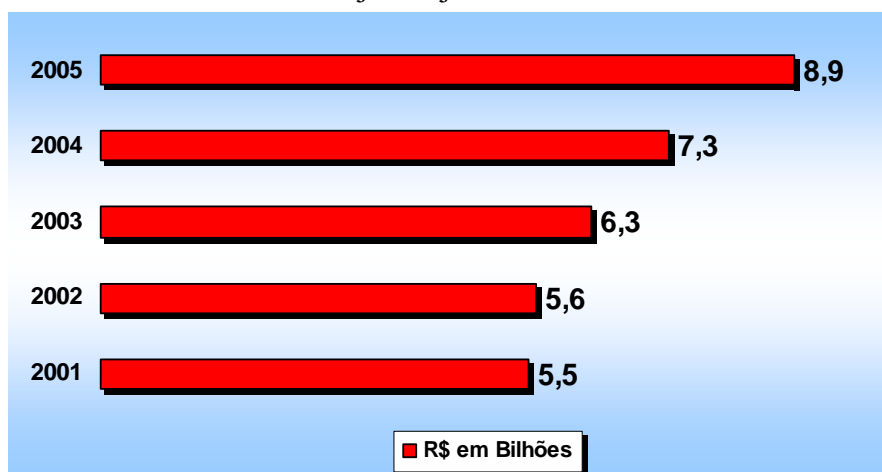
Fonte: Audit/FNDE

7. Administração

O gráfico nº 3 evidencia a tendência crescente de ampliação da atuação do FNDE, como órgão de implementação de políticas educacionais, de modo a efetivar a proposta de democratização do acesso e da permanência do aluno na escola, e ainda à elevação da qualidade da educação pública ofertada.

Em contrapartida a esse crescimento de competência, a Autarquia vem se deparando com insuficiência de meios necessários, em especial de Recursos Humanos, para cumprir as responsabilidades que lhe são atribuídas.

Gráfico nº 3: Evolução orçamentária – de 2001 a 2005



Fonte: Relatórios de Atividades 2001 a 2005 – Diplo/FNDE

O desenvolvimento e a implantação de um vasto conjunto de atividades voltadas à elevação da performance do FNDE, iniciadas no exercício de 2004, foram consolidados e incrementados no exercício de 2005.

O compromisso e a determinação da administração do FNDE para levar a bom termo os objetivos estratégicos levou a organização a desenvolver processos de implementação de soluções que proporcionam melhorias de performance dos recursos, tornando-as mais eficientes e eficazes.

Entre as várias soluções, cabe destacar as seguintes:

- continuidade da valorização do conhecimento;
- efetivação da terceirização dos serviços de transporte de pessoal e material;
- distribuição e substituição de mobiliário, aumentando o grau de conforto e satisfação dos servidores;
- ampliação dos meios tecnológicos e de informações para elevar a performance da Autarquia, no que tange à utilização da modalidade Pregão Eletrônico nas suas compras, compreendendo R\$ 83.480.276,32, valor este 159,36% superior aos R\$ 32.186.409,06 executados em 2004;
- aprovação da realização de concurso público para o FNDE, visando reforçar o quantitativo de pessoal;
- atualização e aumento do parque computacional;

- expansão do ambiente computacional, proporcionando aumento da capacidade de processamento dos sistemas corporativos, expansão da área de armazenamento de dados compartilhados e elevação do nível de confiabilidade e agilidade das rotinas de gravação e recuperação de informação;
- reestruturação da rede local de comunicação de dados do edifício sede do órgão, melhoria dos circuitos de comunicação externos e aumento da disponibilidade e da largura da banda de conexão aos serviços de Internet.

No âmbito administrativo devem ser salientadas as ações que buscaram o desenvolvimento das habilidades e competências dos servidores e a sua conseqüente valorização, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal humano.

A seguir, serão apresentadas as atividades desenvolvidas no transcorrer de 2005, voltadas a oferecer suporte à realização dos objetivos finalísticos do FNDE.

7.1. Pessoas e Organização

Quadro funcional do FNDE

O quadro funcional do FNDE é constituído por 1.728 pessoas. Deste total, 1.116 compõem a força de trabalho⁴, entendida como a quantidade de pessoas de que dispõe efetivamente a instituição para realizar as atividades diárias.

Tabela nº 11: Quadro funcional do FNDE, por situação - exercício de 2005

Situação	Quantidade	%
Ativo permanente*	402	29,62
Contrato temporário da União**	466	34,34
Tabelista	7	0,52
Exercício provisório	2	0,15
Nomeado para exercer cargo em comissão (sem vínculo)	21	1,55
Exercício descentralizado – Carreiras (AGU e MP)	22	1,62
Requisitado	12	0,88
Prestador de serviço	425	31,32
Subtotal (A)	1.357	78,53
Aposentado	324	87,33
Aposentado / TCU	3	0,81
Instituidor de pensão	44	11,86
Subtotal (B)	371	21,47
Total (A+B)	1.728	100,00

* Não estão incluídos os servidores em licença sem vencimento e os pendentes de redistribuição. Inclui as seguintes situações: 1 exercício provisório e 78 cedidos

** Inclui 106 contratos temporários da União lotados no MEC e 56 nos estados.

Fonte: Dirat/FNDE

A composição proporcional da força de trabalho, segundo se observa na tabela nº 12 e no gráfico nº 4, é de 37,98% de prestadores de serviço, 28,87% de ativo permanente em atuação no FNDE e 33,15% de outras modalidades, como contrato temporário da União e demais situações.

⁴ A quantidade de pessoas da força de trabalho foi obtida subtraindo-se dos 1.728 o subtotal B (371), 1 exercício provisório, 78 cedidos e 162 contratos temporários da União no MEC e nos estados.

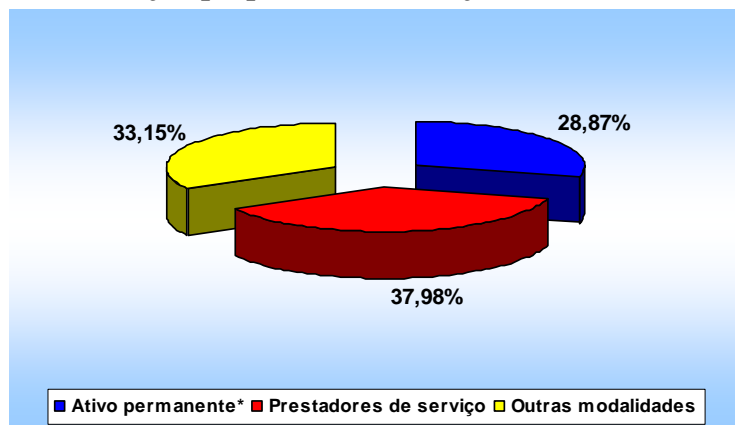
Tabela nº 12: Composição da força de trabalho - exercício de 2005

Situação	Quantidade	%
Ativo permanente*	323	28,87
Prestadores de serviço	425	37,98
Outras modalidades	368	33,15
Total	1.116	100,00

* Não inclui 78 cedidos e 1 exercício provisório.

Fonte: Dirat/FNDE

Gráfico nº 4: Distribuição proporcional da força de trabalho - exercício de 2005



Fonte: Dirat/FNDE

Servidores ativos

O Quadro de Servidores Ativos Permanentes do FNDE é constituído por 402 pessoas. Por escolaridade, 201 pessoas de nível básico (50%) e de mais de nível superior, incluindo titulações de especialização e pós-graduação. No que tange à situação do nível de escolaridade do cargo efetivo dos servidores ativos permanentes, cerca de 60% são de nível intermediário e auxiliar e 40% superior, cujo dados podem ser observados na tabela nº 14

Tabela nº 13: Quantitativo de servidores ativos permanentes por escolaridade – exercício de 2005

Grau de instrução	Quantitativo
Ensino fundamental	15
Ensino médio	183
Ensino superior	136
Especialista	64
Mestre	4
Total	402

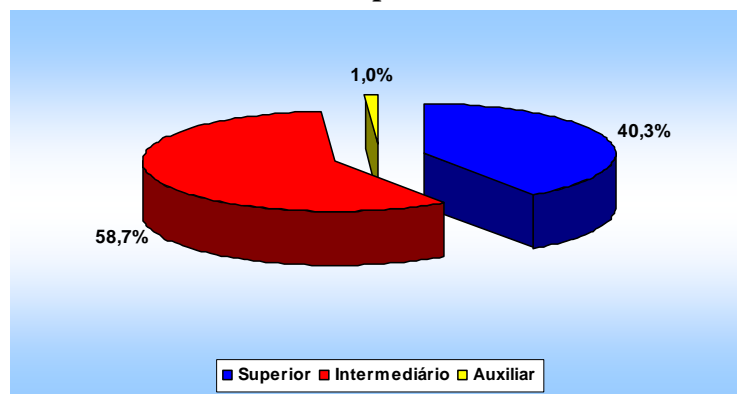
Fonte: Dirat/FNDE

Tabela nº 14 Quadro funcional do FNDE sem os inativos e terceirizados, por nível e lotação - exercício de 2005

Unidades Regimentais	Superior	Intermediário	Auxiliar	Total
Audit	9	7	0	16
Difin	25	44	0	69
Diplo	6	4	0	10
Dirae	26	23	1	50
Dirat	24	74	1	99
Dirpe	19	20	0	39
Gabin	1	4	0	5
Presi	6	7	0	13
Profe	3	19	0	22
Subtotal	119	202	2	323
Cedidos	43	34	2	79
Total	162	236	4	402

Fonte: Dirat/FNDE

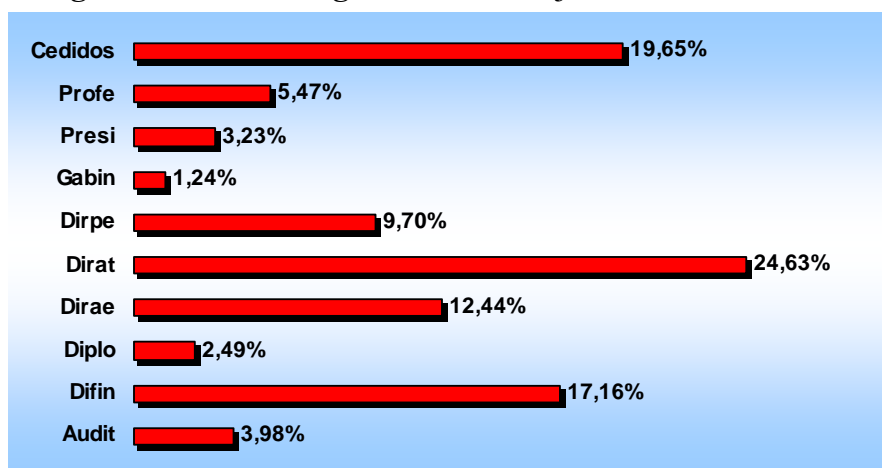
Gráfico nº 5: Quadro de servidores ativos permanentes do FNDE - exercício de 2005



Fonte: Dirat/FNDE

Com base no gráfico nº 6, que foi construído com os dados da tabela nº 14, quanto à lotação dos servidores ativos permanentes, observa-se que 24,63% estão na Diretoria de Administração e Tecnologia; 17,16% na Diretoria Financeira; 12,44% servem na Diretoria de Ações Educacionais; 26,12% estão distribuídos pelas outras unidades regimentais da Autarquia e os demais (19,65%) estão cedidos a outras instituições públicas.

Gráfico nº 6: Distribuição proporcional do quadro de pessoal ativo permanente, segundo a unidade regimental de lotação - exercício de 2005



Fonte:Dirat/FNDE

Cargos Comissionados: Função Gratificada (FG), Direção de Assessoramento Superior (DAS) e Função Comissionada Técnica (FCT)

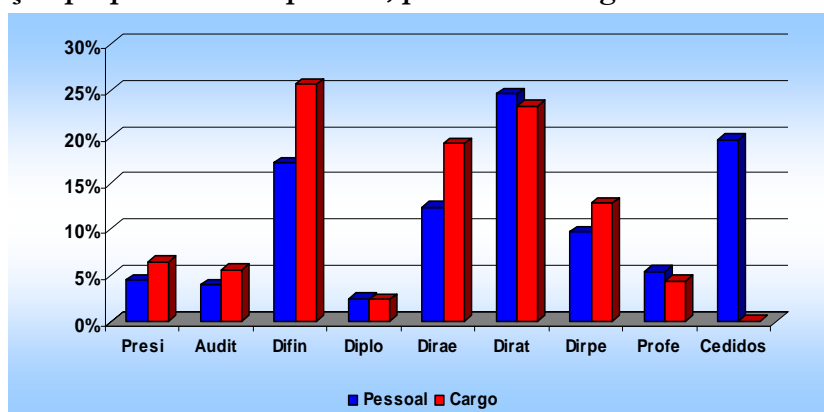
O FNDE conta com 249 cargos comissionados, dos quais 100 são DAS, 100 FCT e 49 FG, conforme demonstrado na tabela nº 15. A distribuição proporcional dos cargos, se comparada com a distribuição proporcional dos servidores entre as diversas unidades regimentais da Autarquia, pode ser observada no gráfico nº 7.

Tabela nº 15: Cargos comissionados (FG, DAS e FCT) por unidade regimental - exercício de 2005

Cargos		FG		DAS							FCT				Total	%
		Código	Subtotal	Código						Subtotal	Código			Subtotal		
		1		1	2	3	4	5	6		1 a 5	6 a 10	11 a 15			
Unidade Regimental	Presi	3	3	1	1	3	3	1	1	10	1	1	1	3	16	6,43
	Audit	2	2	0	3	1	1	0	0	5	1	6	0	7	14	5,62
	Difin	12	12	3	7	8	3	1	0	22	3	20	7	30	64	25,70
	Diplo	0	0	1	0	2	2	1	0	6	0	0	0	0	6	2,41
	Dirae	10	10	1	1	9	3	1	0	15	5	14	4	23	48	19,28
	Dirat	13	13	1	12	4	3	1	0	21	3	8	13	24	58	23,29
	Dirpe	6	6	2	5	6	3	1	0	17	3	5	1	9	32	12,85
	Profe	3	3	1	2	0	1	0	0	4	1	2	1	4	11	4,42
	Total	49	49	10	31	33	19	6	1	100	17	56	27	100	249	100,00

Fonte: Dirat/FNDE

Gráfico nº 7: Comparação entre a distribuição proporcional dos cargos comissionados com a distribuição proporcional de pessoal, por unidade regimental - exercício de 2005



Fonte: Dirat/FNDE

Recursos financeiros para pessoal

Em 2005, o FNDE despendeu R\$ 62,8 milhões com pessoal, sendo R\$ 40,6 milhões para o pagamento de servidores ativos e contratados temporários da União (CTU), R\$ 16,7 milhões para o pagamento de servidores inativos, R\$ 2,8 milhões com auxílios alimentação, pré-escolar, transporte e assistência médica e odontológica e R\$ 2,7 milhões com o pagamento dos exercícios anteriores referentes aos 28,86% e 3,17%, conforme demonstrado na tabela nº 16.

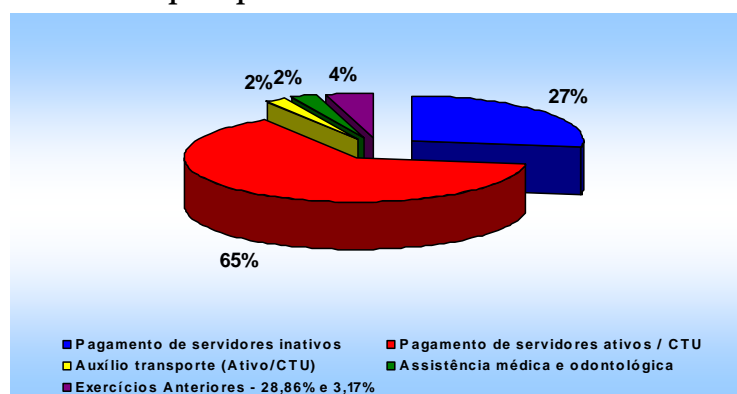
Tabela nº 16: Distribuição dos recursos financeiros em R\$ para pessoal, por ação executada – exercício de 2005

Ações executadas	Total
Pagamento de servidores inativos	R\$ 16.670.363,05
Pagamento de servidores ativos / CTU e encargos sociais	R\$ 40.645.682,66
Auxílio transporte (Ativo/CTU)	R\$ 691.631,85
Auxílio alimentação (Ativo/CTU)	R\$ 580.868,69
Auxílio pré-escolar (Ativo/CTU)	R\$ 71.232,70
Assistência médica e odontológica	R\$ 1.459.034,00
Exercícios Anteriores - 28,86% e 3,17%	R\$ 2.693.019,19
Total	R\$ 62.811.832,14

Fonte: Dirat/FNDE

Cabe destacar que, proporcionalmente, conforme demonstrado no gráfico nº 8, 65% dos recursos despendidos com pessoal corresponderam a pagamento dos Servidores Ativos da União, 27% a servidores inativos.

Gráfico nº 8: Distribuição proporcional dos recursos financeiros para pessoal - exercício de 2005



Fonte: Dirat/FNDE

Estagiários

O FNDE, mediante convênio com o Centro Integrado Empresa-Escola (CIEE), propicia atividade conjunta para operacionalização de Programa de Estágio de Estudantes, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento do discente ao longo de sua formação, permitindo-lhe receber treinamento prático com vistas à formação profissional.

Durante o exercício de 2005, a Autarquia ofereceu em média 240 vagas mensais a estudantes de nível médio e de nível superior, para realização de estágios, de 4 e 8 horas de atividades. Merece destaque à política de inclusão de portadores de necessidades especiais adotada pela Autarquia, que reserva 5% das vagas de estágios para atender essa demanda social.

Tabela nº 17: Total de vagas de estagiários ocupadas por unidade – exercício de 2005

Unidade Regimental	Nível Médio	Nível Superior	Subtotal*
Gabin - Gabinete	3	6	9
Difin - Diretoria Financeira	17	48	65
Dirpe - Diretoria de Programas e Proj. Educacionais	5	10	15
Dirae - Diretoria de Ações Educacionais	8	8	16
Dirat - Diretoria de Administração e Tecnologia	22	32	54
Audit - Auditoria Interna	0	8	8
Diplo - Diretoria de Planejamento	0	0	0
Profe - Procuradoria Federal	16	34	50
Dipro - Diretoria de Programas	1	10	11
Total de Estagiários	72	156	228

* Posição dezembro de 2005

Fonte: Dirat/FNDE

Capacitação de servidores

A valorização do conhecimento, que até há pouco tempo caracterizava-se como pertencente às instituições de ensino, tem conquistado espaço e importância nos Órgãos da Administração Pública Federal, que vem procurando gerir seus programas de capacitação de forma inovadora e criativa.

O desenvolvimento de programas de capacitação é visto como ponto estratégico para incentivar a troca de informações, o compartilhamento de experiências e a produção de novos conhecimentos, e, ainda, para capacitar o servidor para o desempenho das atividades com qualidade e eficiência.

Em 2005, o FNDE continuou proporcionando meios de elevar o nível de preparação dos servidores mediante, entre outros eventos, a realização de dois cursos fundamentais, sendo que cada um ofereceu 30 vagas.

O Competência Básica I, com uma carga horária de 120 horas-aula, teve como foco o nivelamento de conhecimentos basilares, imprescindível à boa atuação dos servidores.

O Competência Básica II, com uma carga horária de 172 horas-aula, convergiu para a formação de conhecimentos na área de acompanhamento e monitoramento dos programas e ações educacionais sob a responsabilidade do FNDE.

Além dessas medidas, a Autarquia ofereceu 62 outros cursos, em diversos segmentos, e em conformidade com o Plano Anual de Capacitação e com o Quadro de Necessidades de Treinamento.

Em 2005 foram investidos R\$ 397 mil na capacitação de 501 servidores, conforme tabela nº 18. Os recursos foram provenientes do Programa 1067 (Gestão da Política de Educação), alocados na Ação 4572 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação)..

Cabe ressaltar que o número de capacitações supera a quantidade de servidores ativos permanentes em exercício no FNDE. Isso significa que, na média, cada servidor participou de mais de um treinamento, dos 64 realizados, e comprova a prioridade dada pela Autarquia à política de capacitação, conforme demonstrado na tabela nº 19.

Tabela nº 18: Quantidade de servidores capacitados por unidades - exercício de 2005

Mês	Audit	Difin	Diplo	Dipro	Dirae	Dirat	Dirpe	Gabin	Profe	Total
Janeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fevereiro	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Março	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Abril	2	0	0	0	3	7	3	0	0	15
Maio	1	5	0	0	0	23	0	0	4	33
Junho	18	18	4	9	2	17	9	0	1	78
Julho	0	0	0	0	0	1	2	0	0	3
Agosto	1	0	4	7	3	21	7	0	6	49
Setembro	0	0	0	0	8	0	0	0	0	8
Outubro	4	15	2	0	3	24	2	0	7	57
Novembro	12	42	5	10	41	73	9	5	6	203
Dezembro	14	15	1	0	0	22	0	1	0	53
Total	52	95	16	26	60	190	32	6	24	501

Fonte: Dirat/FNDE

Tabela nº 19: Quantidade de capacitações mensais realizadas - exercício de 2005

Meses	Total de Capacitações
Janeiro	-
Fevereiro	1
Março	-
Abril	2
Maio	7
Junho	10
Julho	1
Agosto	12
Setembro	4
Outubro	8
Novembro	12
Dezembro	7
Total	64

Fonte: Dirat/FNDE

Ao analisar o desempenho físico financeiro da ação de capacitação em 2005, que tinha por meta física capacitar 412 servidores, observa-se que as estratégias adotadas pela administração do FNDE possibilitaram que se suplantasse em 21,6% tal meta, investindo-se 99,25% dos recursos previstos, conforme demonstrado na tabela nº 20.

Tabela nº 20: Desempenho físico financeiro da Capacitação* - exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		% Meta física	% Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
412	R\$ 400.000,00	501	R\$ 397.009,22	121,60%	99,25%

* Corresponde a ação código 4570 do programa 1067.

Produto: servidor capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirat/FNDE

Programa de Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida, que está voltado à valorização dos servidores do FNDE, sintetiza ações interligadas que abrangem iniciativas, melhorias estruturais no ambiente do trabalho e inovações gerenciais, visando o alcance das condições plenas de desenvolvimento humano em suas três dimensões: biológica, psicológica e relações sociais no trabalho.

A meta do Programa é ampliar as ações a todas as unidades do FNDE, tendo como proposta a busca e o resgate da imagem, a motivação e a auto-estima do servidor para um trabalho dinâmico, no sentido de procurar compreender e valorizar suas necessidades humanas.

Este Programa possui quatro eixos estratégicos:

- melhoria no relacionamento intra e interpessoal;
- resgate da imagem da Organização e do servidor;
- reconhecimento e valorização dos talentos; e
- saúde e segurança no trabalho.

A adoção de políticas de qualidade de vida busca como benefícios diretos, entre outros, a redução da falta de assiduidade, o desenvolvimento da capacidade e da sensibilidade humana, a integração social no trabalho, a redução da rotatividade, a melhoria de atitudes e a motivação para o trabalho, além da saúde e do bem-estar do servidor, com o conseqüente aumento da produtividade.

Relacionamento intra e interpessoal

O Programa de Qualidade de Vida no FNDE possui ações voltadas à melhoria dos relacionamentos por intermédio da execução de diversas atividades nas áreas de ginástica (laboral, localizada e aeróbica), jogos, dinâmicas de grupos, música, teatro, cinema, momentos de reflexão, oração e meditação, e, ainda, atividades voltadas ao desenvolvimento e à valorização dos talentos dos servidores, tais como: oficinas de arte, formação do grupo de coral e exposição de trabalhos artesanais.

Tabela nº 21: Quantidade de atendimentos das ações do Programa Qualidade de Vida - exercício de 2005

Ações	Beneficiados
Yoga	10
Fisioterapia	15
Ginástica Localizada	15
Ginástica Aeróbica	28
Forró	30
Ginástica Laboral	200
Teatro	10
Violão	15

Fonte: Dirat/FNDE

Valorização de servidores

No ano de 2005, a Autarquia apoiou-se nas ações que buscaram a valorização dos servidores e o desenvolvimento de suas habilidades e competências, oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e dando suporte ao desenvolvimento humano.

A promoção da satisfação e da motivação dos servidores como forma de contribuir para o bem-estar físico, mental e social, com a perspectiva de obter maior qualidade e produtividade no trabalho, levou à implementação e continuação das ações de valorização dos servidores conforme demonstrado abaixo:

- **Incentivo Educacional:** auxílio por meio de convênios com instituições de ensino superior para concessão de bolsas parciais de estudos, que atenderam 23 servidores.
- **Curso de Idioma Estrangeiro:** também por intermédio de convênio/bolsa de estudo, que favoreceu 44 servidores.
- **Rede de Parcerias:** implementada, em julho de 2005, com o objetivo de obter descontos nas áreas de Educação, Saúde, Beleza e Lazer para os servidores e seus dependentes, contando com 31 instituições conveniadas e 168 beneficiários.
- **Sala de Atendimento da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organização:** criada com o objetivo de receber e atender com presteza, respeito e atenção os servidores ativos, inativos, contratados temporários, estagiários e demais visitantes, com demandas e/ou esclarecimentos de assuntos correlatos aos servidores e a suas unidades, atendendo em média 35 pessoas por dia.
- **Projeto Reintegrar:** aulas na modalidade de telecurso com monitores capacitados, para conclusão dos ensinos fundamental e médio.

Tabela nº 22: Quantidade de alunos por faixa de atendimento - exercício de 2005

Nível de Ensino	Alunos
Ensino Fundamental (1ª a 4ª Série)	8
Ensino Fundamental (5ª a 8ª Série)	16
Ensino Médio	17
Total	41

Fonte: Dirat/FNDE

Programa de Promoção à Saúde do Servidor

Em seu eixo Saúde, a política de qualidade de vida busca trabalhar o ser humano em todas as suas dimensões, além de desenvolver atividades de caráter holístico e terapêutico.

Para casos que requerem tratamento mais especializado, incentiva-se primeiramente a adesão do servidor ao Plano de Saúde como forma de conscientizá-lo sobre a importância e os benefícios do plano. Paralelamente, buscam-se parcerias com hospitais, clínicas e centros de tratamento, para auxiliar os servidores que necessitam de cuidados médicos.

No ano de 2005, foram promovidas diversas ações voltadas para a saúde do servidor, com a realização de campanhas de saúde, palestras educativas e preventivas. O ponto culminante destas ações foi a realização de exames periódicos, visando à prevenção e o diagnóstico precoce de possíveis doenças, de forma a aumentar a expectativa de vida, manter a saúde e ampliar a produtividade dos servidores do FNDE.

Tabela nº 23: Ações voltadas para a promoção da saúde dos servidores - exercício de 2005

Ação	Servidores
Vacinação contra gripe	286
Orientação com Nutricionistas	18
Pressão Arterial	19
Câncer Bucal	12
Câncer de Próstata	17
Câncer de Mama	19
Prevenção ao uso de drogas	19
Glaucoma	405
Hipertensão	388
Feira de Qualidade de Vida	500
Caminhada no Parque da Cidade	201
Implementação do Cadastro de Doadores de Sangue	50
Total	1.934

Fonte: Dirat/FNDE

Ainda no âmbito da promoção da saúde, implantou-se, a partir de novembro de 2005, o **Ambulatório de Tabagismo** com o objetivo de atender e auxiliar os servidores que desejam parar de fumar. Construído nos moldes daqueles implantados pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, seguiu as metas do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT), instituído pelo Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional do Câncer (INCA), com a supervisão da Coordenação do Controle de Tabagismo no Distrito Federal e a participação de técnicos do FNDE, devidamente capacitados no assunto.

7.2. Diárias e Passagens

Em 2005, foram despendidos cerca de R\$ 2,7 milhões com passagens e diárias visando deslocamentos e estadias de servidores em missão oficial, para a realização de atividades relativas ao acompanhamento e à avaliação de programas, projetos e ações educacionais, bem como para treinamentos, palestras, capacitações e outros eventos.

Segundo a tabela nº 24, as despesas foram maiores, na ordem crescente, nos meses de novembro, julho, outubro e março, com 21,14%, 15,32%, 10,29% e 9,31%, respectivamente.

Tabela nº 24: Despesas com diárias e passagens - exercício de 2005

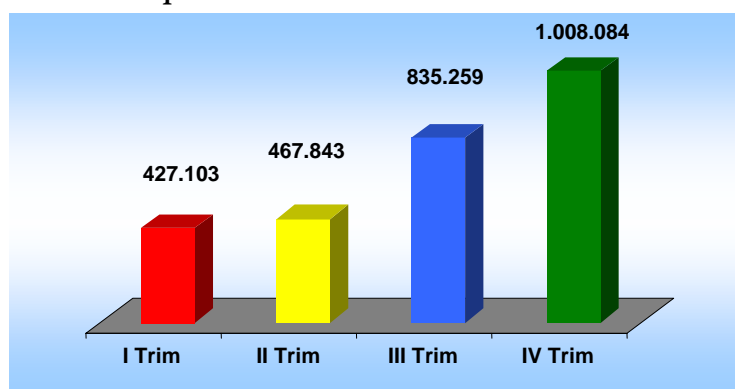
Trimestre	Mês	Diárias	%	Passagens	%	Diárias e Passagens	%
I	Janeiro	87.054,59	8,39	33.279,28	1,96	R\$ 120.333,87	4,39
	Fevereiro	22.192,33	2,14	29.531,03	1,74	R\$ 51.723,36	1,89
	Março	68.143,11	6,57	186.902,48	10,99	R\$ 255.045,59	9,31
II	Abril	47.743,41	4,60	73.625,28	4,33	R\$ 121.368,69	4,43
	Maio	76.910,33	7,41	89.447,09	5,26	R\$ 166.357,42	6,08
	Junho	77.143,07	7,43	102.973,87	6,06	R\$ 180.116,94	6,58
III	Julho	89.715,89	8,65	329.653,00	19,38	R\$ 419.368,89	15,32
	Agosto	100.605,97	9,70	94.310,60	5,55	R\$ 194.916,57	7,12
	Setembro	100.281,18	9,66	120.692,04	7,10	R\$ 220.973,22	8,07
IV	Outubro	135.523,69	13,06	146.181,70	8,60	R\$ 281.705,39	10,29
	Novembro	167.332,52	16,13	411.629,08	24,20	R\$ 578.961,60	21,14
	Dezembro	65.000,61	6,26	82.416,19	4,85	R\$ 147.416,80	5,38
Total		1.037.646,70	100,00	1.700.641,64	100,00	R\$ 2.738.288,34	100,00

Fonte: Dirat/FNDE

O gráfico nº 9 foi elaborado com os dados referentes às despesas com diárias e passagens, por trimestre. Segundo se observa, as maiores despesas ocorreram no terceiro e quarto trimestres, em razão do(s):

- Encontros Intermunicipais de Agentes de Controle Social nas cidades de Curitiba, São Paulo, Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador, Belém, Florianópolis, Porto Alegre e São Luís;
- 9º Encontro Técnico Nacional dos Programas do Livro Didático, realizado em Recife;
- 1º Seminário de Alimentação Escolar, ocorrido em Fortaleza;
- 1º Encontro Técnico Nacional do Programa Dinheiro Direto na Escola, em Brasília no mês de outubro; e
- “50 Anos de Alimentação Escolar”, realizado em Brasília no mês de novembro.

Gráfico nº 9: Despesas com diárias e passagens, por trimestre - exercício de 2005



Fonte: Dirat/FNDE

7.3. Ambientação Institucional

A versão 2005 cristalizou a idéia de que as unidades precisavam de uma nova visão da própria Instituição, para que se pudessem cada vez mais despertar nos servidores do FNDE a motivação e o significado de seu trabalho, dando-lhes a oportunidade de aprender, conhecer, participar, crescer e exercer cada vez melhor as atribuições que lhe são confiadas, proporcionando a implementação de ações inovadoras na busca de um melhor ambiente de trabalho. Destacam-se as principais ações desenvolvidas:

- **Ação vida intelectual:** projetos incentivando o SABER, ações voltadas para servidores ativos e inativos, prestadores de serviço, contratados temporários, estagiários e dependentes, com a realização da feira de troca de livros escolares e literários, doados por toda força de trabalho do Órgão.
- **Ação vida física:** campanhas de medicina preventiva, atividade física, torneios esportivos, reabilitação postural, caminhada no parque e orientação nutricional em continuidade das ações já em desenvolvimento no Órgão por meio do projeto qualidade de vida.
- **Ação vida emocional:** projetos de preparação para aposentadoria, biodança, arte-terapia e portal do divã com acompanhamento de estagiários de Psicologia.

- **Ação vida social:** formação de grupo de apoio e incentivo ao voluntariado, oficina de música, oficina de talentos e reciclagem de lixo; disseminação de calendário com informações culturais dos eventos que acontecem em datas comemorativas na cidade, realização de eventos e divulgação de mensagens no FNDE.
- **Ação de valorização de pessoas:** mensagens de otimismo e de restabelecimento de servidores licenciados por motivo de doença.
- **Ação gestão por competências:** projetos de equipes naturais e virtuais, integrando e reintegrando pessoas, banco de competências, potencialização e integração das competências.
- **Ação de gestão estratégica:** projetos formando liderança e construindo equipes, em busca do alinhamento aos objetivos estratégicos da Instituição, promovendo sinergia nas ações cotidianas dos servidores, agregando valor à Instituição e contribuindo para a formação de líderes que tenham a capacidade para catalisar os esforços grupais, de forma a atingir ou superar os objetivos organizacionais, estabelecendo um clima motivador, formando parcerias e estimulando o desenvolvimento da equipe.
- **Ação de valorização da função pública e do comprometimento do servidor:** disseminar informações sobre a ética no Serviço Público e no FNDE.

7.4. Compras

Seguindo orientações do Sistema de Administração de Serviços Gerais (SIASG), o FNDE já vinha, sistematicamente, utilizando a modalidade de Pregão para a realização das suas compras.

Com a edição do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamentou a utilização do Pregão, na forma eletrônica, consolidaram-se as medidas para a execução desta modalidade, tendo a Autarquia priorizado suas rotinas de compras nessa direção, ampliando sua instrumentação com a adoção da tecnologia da informação com vistas às atividades de compras de bens e serviços.

A exemplo do ocorrido no exercício de 2004, o FNDE continuou realizando, com maior ênfase, além das licitações do interesse da própria administração, procedimentos licitatórios para atendimento às Secretarias de Educação Básica (SEB), de Educação a Distância (Seed) e de Educação Especial (Seesp), todas do Ministério da Educação e, ainda, para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), gerenciado diretamente pela Presidência da República.

Cabe destacar que, em 2005, foram realizados 62 processos licitatórios nas seguintes modalidades: 01 Concorrência, 01 Tomada de Preços, 4 Pregões Presenciais e 56 Pregões Eletrônicos, registrando-se êxito em 99% dos certames.

A síntese deste quesito permite asseverar que o aumento significativo do número de licitações realizadas no exercício de 2005 compreendeu R\$ 83.480.276,32, valor este 159,32% superior aos recursos despendidos em 2004, que somaram R\$ 32.186.409,06. A tabela que constitui o anexo nº 03 traduz os procedimentos licitatórios levados a efeito no exercício.

Em 2005 registra-se, também, a realização, pelo FNDE, do seu primeiro Registro de Preços para a aquisição de materiais de expediente, contemplando 189 itens com 30 Atas de Registros. Tal procedimento consiste na realização de uma única licitação que resulta em registros de preços em Atas específicas para aquisição futura ou quando necessária.

Cabe mencionar finalmente a terceirização dos serviços de transporte de pessoal e de material com a contratação de empresa especializada, resultando em importante salto de qualidade e melhor desempenho das atividades de apoio logístico da Autarquia.

7.5. Patrimônio

No final de 2004, a Administração da Autarquia determinou a aquisição de mobiliário novo. A distribuição e substituição de mesas, cadeiras, poltronas, mesa de telefones e armários deu-se no primeiro semestre de 2005 e alcançou 70% do mobiliário existente e com mais de 5 anos de uso.

O ativo permanente do FNDE contabilizou, em 2004, R\$ 11.123.638,73. Em 2005 foi elevado para R\$ 24.131.633,57, registrando-se um aumento de R\$ 13.007.994,84.

No final do exercício de 2005, tendo-se concluído a transferência dos programas Fundescola, Promed e Proep para o FNDE, o acervo patrimonial dessas unidades foi reunido aos bens da Autarquia que, por sua vez, está ultimando os levantamentos necessários ao adequado cadastramento e contabilização daqueles bens para posterior incorporação.

7.6. Acervo e documentação

O FNDE dispõe de um acervo composto por numerosas publicações (livros, com destaque para os clássicos da literatura brasileira e infanto-juvenil e para os periódicos) e ainda documentos que versam sobre a história da Autarquia, o desenvolvimento e a evolução dos programas finalísticos.

No exercício de 2005, destacou-se a participação do Centro de Documentação e Informação (Cedoc/Biblioteca) na IV Feira de Qualidade de Vida, que teve o propósito de despertar o interesse pela leitura e levar informações gerais aos servidores do FNDE e a seus familiares.

Nesse evento, ações como a doação de títulos, marcadores de livros e panfletos permitiram uma melhor divulgação do setor, buscando-se mostrar aos leitores novas maneiras de desenvolver o hábito da leitura, de forma descontraída e interativa. Notadamente o público infanto-juvenil foi atendido com eventos como A Tarde com o Contador de Histórias e a I Feira de Troca de Livros do FNDE, acontecimentos que foram bem sucedidos e que deverão, a partir desta experiência, fazer parte das atividades rotineiras do setor.

A tabela nº 25 traduz, resumidamente, as demandas dos serviços oferecidos pela unidade, bem como a frequência dos usuários.

Tabela nº 25: Resumo das demandas do acervo – exercício de 2005

Itens	Total
Livros emprestados	1.466
Nº de usuários – Pesquisa	1.695
Pesquisas bibliográficas	637
Pesquisas legislativas	131
Pesquisas na Internet	390
Pesquisas em periódicos	291
Frequência de usuários	7.820

Fonte: Cedoc/Dirat

7.7. Recursos tecnológicos

Nos últimos anos, o FNDE tem enfrentado enormes desafios buscando alcançar eficiência nos processos de arrecadação e gestão do salário-educação, na gestão dos programas finalísticos e nas compras governamentais. Aliado a este fato e dada a importância de sua missão nas ações de desenvolvimento social promovidas pelo Governo Federal, o FNDE tem cada vez mais trabalhado na modernização de seus recursos tecnológicos.

No exercício de 2005, empreenderam-se medidas de aumento de eficácia e produtividade nos processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas, bem como na consolidação da infraestrutura tecnológica do ambiente computacional da Autarquia. Os resultados destas ações alcançaram diretamente os usuários finais de serviços do Órgão, especialmente pelo aumento da capacidade de processamento de dados que foi proporcionado. Nesse campo, as principais realizações, que foram divididas em dois grandes grupos, são:

a) infra-estrutura tecnológica:

- distribuição de 135 microcomputadores remanescentes de uma aquisição do exercício anterior, buscando suprir deficiências no parque de estações de trabalho de usuários;
- aquisição de 400 microcomputadores completos, 185 gabinetes de CPU e 40 notebooks para substituição de equipamentos obsoletos e defeituosos;
- execução do projeto de expansão do ambiente computacional para proporcionar aumento da capacidade de processamento dos sistemas corporativos, expansão da área de armazenamento de dados compartilhados e elevação do nível de confiabilidade e agilidade das rotinas de gravação e da recuperação de informação;
- instalação de novos ativos de rede e lançamento de novo cabeamento no CPD e de interconexão com os andares do prédio, para reestruturar a rede de comunicação de dados do edifício sede do FNDE;
- instalações de circuito de comunicação entre o edifício sede e o prédio do Pavilhão das Metas, local de funcionamento da Diretoria de Programas Especiais, e de ponto de conexão com a Infovia Brasília para melhorar os circuitos de comunicação externos ao FNDE;
- contratação de novos circuitos de comunicação de dados via fibra ótica para aumentar a disponibilidade e a largura de banda de conexão aos serviços de Internet;
- revisão de todos os privilégios de acesso aos sistemas corporativos, revisão de todas as contas de usuários, consolidação das permissões de acesso aos objetos de banco de dados, atualização da plataforma de sistemas de detecção de intrusão e instalação de novo *firewall* para controle das operações no Pavilhão das Metas, a fim de fortalecer os meios de acesso aos recursos de rede e os sistemas do FNDE;
- implementação de diversas medidas na área de segurança de tecnologia da informação, aprimorando o gerenciamento dos perfis de usuários e os serviços de antivírus e *firewall*;
- migração dos recursos de rede dos projetos Fundescola/Promed para a infra-estrutura central de informática do FNDE.

b) Sistemas:

- revisão na estrutura da força de trabalho alocada na Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação e na estrutura da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas implantada. Além disto, foram formuladas propostas de migração evolutiva dos sistemas e de aquisição de novo ferramental de apoio ao processo de desenvolvimento;
- implantação da sistemática operacional da distribuição do livro didático nos Programas Nacionais Biblioteca na Escola, do Livro do Ensino Médio, do Livro em Braille, do Dicionário e de Distribuição de Periódicos;
- conclusão e disponibilização pelo Sistema de Controle de Remanejamento e Reserva Técnica (Siscort⁵) na Internet de livros nas escolas públicas de todo o país, com a finalidade de propiciar aos estabelecimentos de ensino públicos e às secretarias estaduais, distrital e municipais de educação o remanejamento de livros didáticos dos ensinos fundamental e médio distribuídos pelo FNDE. O sistema contabiliza o número de títulos enviados para cada unidade educacional, permitindo que a instituição, após informar o seu alunado real, saiba automaticamente se e onde há excesso ou escassez de livros, por disciplina e por série;
- adaptações no Sistema de Ações de Assistência Educacional (SAE), para permitir a gestão do Projeto de Melhoria da Escola (PME), do Projeto de Adequações de Prédios Escolares (PAPE) e do repasse da alimentação escolar para as áreas remanescentes de quilombos;
- conclusão e disponibilização na Internet de aplicativo do Sistema de Assistência a Projetos Educacionais (SAPE). Foi concluído desenvolvimento e disponibilizado aplicativo na Internet para possibilitar o cadastramento dos projetos pelas próprias entidades e a execução de críticas de consistências, as quais melhoraram substancialmente a qualidade dos planos de trabalho;
- ampliação do SAPE, com o objetivo de permitir o controle de processos, empenhos e pagamentos das bolsas para os alunos participantes do Programa Escola de Fábrica;
- implementação no sistema SAPE e no Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF) de mecanismos que possibilitem a descentralização de recursos para os órgãos federais, eliminando a necessidade de estabelecimento de convênio para este fim;
- alteração no SIGEF para tratamento de pagamentos de ordens bancárias com o favorecido pessoa física, adequação para o tratamento de unidades gestoras secundárias e expansão das operações para incorporação dos programas Proep e Promed;
- adaptação do aplicativo de emissão de guias (carnê) do Salário-Educação, de 2005-2006, para *download* via Internet;
- elaboração do módulo de Tomada de Contas Especial e início do desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Prestação de Contas (SIGAP) para substituir o Sistema Integrado de Acompanhamento e Prestação de Contas (SIAPC) e o Sistema de Prestação de Contas de Repasses Automáticos (SISPCO);

⁵ Esse sistema foi premiado no 10º Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal. O concurso é uma iniciativa da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o apoio das embaixadas da Espanha e França.

- conclusão do Sistema de Atendimento ao Cidadão – SAC, o qual foi colocado em produção substituindo a antiga Central de Atendimento ao Cidadão – CAC;
- iniciação de novo desenho para os sistemas corporativos, considerando que todos os projetos do Fundescola / Promed / Proep passaram a ser geridos sob uma única diretoria no FNDE;
- implantação do Sistema Integrado de Gestão do Promed (Sispromed), tendo como objetivo a automação dos serviços de acompanhamento do programa e permitindo o cadastro do projeto de investimento e posterior acompanhamento de sua execução;
- integração das bases de dados do Proep, exigida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que foi uma das prioridades tratadas pela equipe de informática alocada para o programa; e
- implementação do novo sistema Sisproep, tendo em vista a prorrogação iminente do Acordo de Financiamento do Programa.

c) Impressão e expedição:

O serviço de impressão corporativa apresentou resultados significativos em termos de qualidade, disponibilidade e economia à Instituição.

Houve expressivo aumento do volume de impressão, o que não acarretou problema de disponibilidade ou de falta de materiais ao serviço. Em 2005, imprimiram-se cerca de 8,6 milhões de páginas, conforme demonstrado na Tabela nº 26, o que levou à utilização do serviço de impressão sob demanda realizado nas instalações da empresa contratada.

Tabela nº 26: Volume mensal de impressões – exercício de 2005

Meses	Total de impressões
Jan	366.975
Fev	262.886
Mar	618.072
Abr	514.997
Mai	833.018
Jun	642.169
Jul	499.659
Ago	1.002.733
Set	815.667
Out	570.931
Nov	1.647.887
Dez	846.946
Total	8.621.940

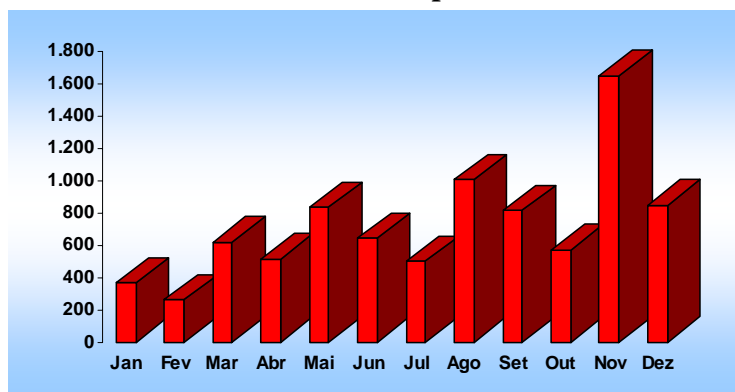
Fonte: Dirat/FNDE

Na renovação do contrato, foi negociada redução de preço da página impressa e da franquia, o que significou uma sensível redução dos custos do serviço. Como exemplo, no mês de novembro de 2005, se o faturamento fosse realizado nas bases anteriores, o valor teria sido de R\$ 318.608,53. Sob as novas bases contratuais, o valor faturado foi de R\$ 301.839,66.

A repactuação do contrato permitiu, ainda, a resolução da incorporação das atividades de impressão para a Diretoria de Programas Especiais, por meio da disponibilização de equipamentos e suprimentos.

O aumento do volume de impressão foi mais significativo a partir do terceiro trimestre do ano, conforme pode ser verificado no gráfico nº 10, chegando ao pico no mês de novembro. Tal volume elevou a média mensal do ano de 2004, que era de 485 mil impressões, para 721 mil, um incremento de aproximadamente 149%. Assim, cabe destacar que o exercício de 2005 foi encerrado com um volume total de 8.621.940 páginas impressas.

Gráfico nº 10: Volume mensal de impressões – exercício de 2005



Fonte: Corao/Geti/Dirat

Do total de impressões, cerca de um milhão correspondeu a emissão de cartas enviadas a órgãos e entidades, com informações sobre as ações, os projetos e os programas educacionais, como instrumentos de visibilidade da atuação do FNDE e de transparência do emprego dos recursos públicos a cargo da Autarquia.

d) Atendimento ao usuário:

Em 2005, de acordo com a tabela nº 27, a Central de Atendimento ao Usuário (CAU), em funcionamento no edifício do FNDE, atendeu às demandas de cerca de 17,7 mil chamadas técnicas de usuários, oriundos das diversas unidades regimentais da Autarquia, inclusive da Dipro, instalada no Pavilhão de Metas.

Tabela nº 27: Chamadas mensais atendidas pela Central de Atendimento ao Usuário (Cau) – exercício de 2005

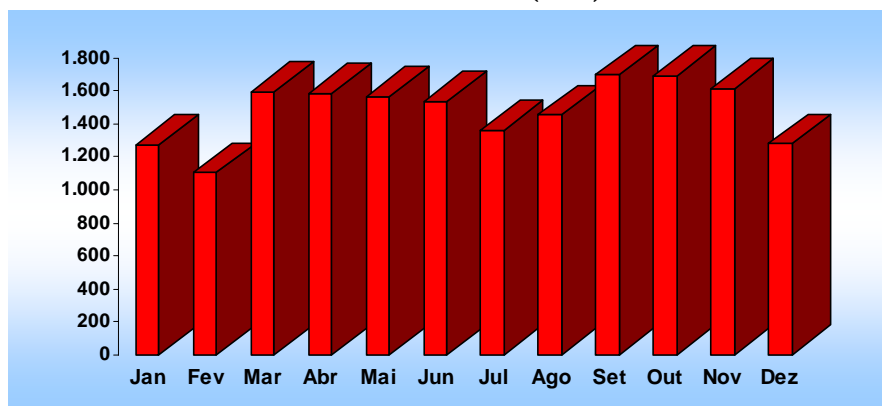
MÊS	Nº de Chamadas
Janeiro	1.271
Fevereiro	1.103
Março	1.597
Abril	1.587
Maio	1.566
Junho	1.534
Julho	1.363
Agosto	1.455
Setembro	1.697
Outubro	1.689
Novembro	1.614
Dezembro*	1.280
Total	17.756

* Até 28/12/05

Fonte: Dirat/FNDE

A distribuição das chamadas mensais pode ser vista, também, no gráfico nº 11. Nele percebe-se que, no primeiro semestre, o volume foi maior nos meses de março a junho e com pequenas alterações no número de solicitações. No segundo semestre o destaque fica para os meses de setembro a novembro.

Gráfico nº 11: Chamadas mensais atendidas pela Central de Atendimento ao Usuário (Cau) – exercício de 2005



Fonte: Dirat/FNDE

8. Planejamento

Apesar de o planejamento ser um processo contínuo, um exercício mental que é executado pela Instituição independentemente de vontade específica dos seus dirigentes só ocorre de forma elaborada e sistemática se a direção da organização assim o determinar.

Por intermédio do Decreto nº 5.157, de 27 de julho de 2004, foi aprovada a atual estrutura organizacional da Autarquia, cabendo ressaltar que duas novas diretorias foram criadas: a Diretoria de Planejamento e Orçamento (Diplo) e a Diretoria de Programas Especiais (Dipro). A decisão por essa inovadora estrutura vem confirmar a importância que a organização atribui ao processo de planejamento como ferramenta imprescindível à tomada de decisões.

A criação de uma diretoria com atribuições exclusivamente associadas à função planejamento e orçamento tem por objetivo dar o suporte necessário à implementação do processo de modernização e de melhoria permanente da gestão organizacional, enquanto a instituição da Dipro tem por finalidade centralizar as ações relacionadas aos contratos com organismos internacionais, buscando dar a elas maior racionalidade.

8.1. Projeto de Fortalecimento Institucional

Aspectos gerais

A prestação dos serviços de consultoria pela Fundação Getúlio Vargas - FGV é o objeto do contrato nº 022/2004, que visa à implementação do Projeto de Fortalecimento, com o objetivo de ampliar a eficiência, a qualidade e a transparência da atuação do FNDE, adotando-se, para tanto, como princípios basilares: ênfase nos resultados, responsabilização, autonomia, estabelecimento de parcerias responsáveis, trabalho em rede, utilização da informação como instrumento gerencial, diálogo público, controle social, monitoramento e avaliação e articulação e relacionamento de alto nível com estados e municípios, com o propósito de obter maior efetividade na aplicação dos recursos do FNDE.

O prazo de vigência do citado contrato foi fixado em 24 meses, contados a partir da sua assinatura, que se deu em 17/06/2004.

Mas, durante a execução do Projeto ocorreram mudanças de duas naturezas – institucionais e nos direcionadores do planejamento estratégico –, que geraram a necessidade de revisar e adequar as atividades de consultoria, originalmente previstas.

No primeiro caso, as principais modificações institucionais decorrem das alterações de atribuições e da estrutura organizacional do FNDE, promovidas pelo Ministério da Educação (MEC), mediante:

- Portaria nº 1.859, de 24 de junho de 2004, transferindo para a Autarquia a gestão do Programa Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) e de acordos de cooperação técnica a eles vinculados, a partir de 05 de julho de 2004, constituindo-se uma nova diretoria no FNDE, a saber, a Diretoria de Programas Especiais (DIPRO);
- Portaria nº 3.511, de 28 de outubro de 2004, que aprovou o novo Regimento Interno do FNDE e criou novas unidades regimentais, não contempladas na proposta original da FGV;
- Portaria nº 376, de 02 de fevereiro de 2005, que transferiu ao FNDE a gestão do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (Proep), o qual foi incorporado à DIPRO;
- Resolução nº 27, de 07 de julho de 2005, que dispôs sobre a competência do FNDE na gestão de contratos de diversas Secretarias do MEC; e
- Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, que dispôs sobre a criação da Receita Federal do Brasil e, entre outros aspectos, transferia parte das atribuições de arrecadação anteriormente a cargo do FNDE.

No segundo caso, foram as alterações dos cenários nos quais foi definido o Projeto de Fortalecimento Institucional do FNDE que contribuíram para o inevitável ajuste do Projeto. A tabela nº 28 apresenta todos os produtos do contrato que já foram realizados.

Tabela nº 28: Resumo da execução do Projeto de Fortalecimento Institucional – de 2004 a 2005

Módulo	Produto	Valor pago R\$
I	Diagnóstico Preliminar	72.000,00
	Análise Organizacional do FNDE (versão preliminar)	82.000,00
	Análise Organizacional do FNDE (versão final)	61.000,00
	Diretrizes para Implantação do Novo Modelo (Versão Preliminar).	41.500,00
II	Análise de Oportunidades e Ameaças Externas	58.000,00
	Explicitação de Cenários Futuros, Missão etc.	77.000,00
	Árvore de Macroprocessos	77.000,00
	Plano Estratégico (versão preliminar)	77.000,00
	Plano Estratégico (versão final)	39.000,00
	Implantação do Plano Estratégico	18.556,00
III	Árvore de Macroprocessos e Detalhamento de 1º Nível	64.000,00
	Mapeamento dos Fluxos Operacionais, Administrativos e Gerenciais da Diretoria de Administração	45.000,00
	Implantação das Melhorias de Curto Prazo da Diretoria de Administração	15.000,00
	Mapeamento dos Fluxos Operacionais, Administrativos e Gerenciais da Diretoria Financeira	45.000,00
	Implantação das Melhorias de Curto Prazo da Diretoria Financeira	15.000,00
	Mapeamento dos Fluxos Operacionais, Administrativos e Gerenciais da Diretoria de Assistência Educacional	45.000,00
	Implantação das Melhorias de Curto Prazo da Diretoria de Assistência Educacional	15.000,00
	Mapeamento dos Fluxos Operacionais, Administrativos e Gerenciais da Diretoria de Programas e Projetos Educacionais	45.000,00
IV	Implantação das Melhorias de Curto Prazo da Diretoria de Programas e Projetos Educacionais	15.000,00
	Plano Operacional 2004/2006	114.000,00
VIII	Revisão do Plano Operacional 2005	57.000,00
	Relatório do Grupo de Foco	24.000,00
VIII	Relatório do Resultado do 1º Survey Interno	24.000,00
	Capacitação em Ouvidoria	48.000,00
	Capacitação em Gestão de Conflitos	48.000,00
	Plano de Detalhamento da Ouvidoria	24.000,00
IX	Relatório de Análise das Fontes de Financiamento do FUNDEF	21.000,00
	Relatório de Análise dos Padrões de Financiamento do FUNDEF	21.000,00
	Relatório de Análise Comparada do Gerenciamento das Fontes de Financiamento do FUNDEF	21.000,00
	Relatório de Análise de Efetividade de Utilização de Recursos do FUNDEF	21.000,00
	Simulação da Evolução das Receitas do FUNDEF	21.000,00
	Simulação da Evolução da Demanda do FUNDEF	21.000,00
	Simulação da Evolução das Receitas do FUNDEB	21.000,00
	Simulação da Evolução da Demanda do FUNDEB	21.000,00
Total		1.414.056,00

Fonte: Diplo/FNDE

Estes eventos ocasionaram a necessidade de rever e adequar o Projeto, inclusive no que diz respeito à adequação de cronograma, visando dotar a instituição de um modelo de gestão unificado e que permitisse a adoção de procedimentos gerenciais racionais, ampliando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a transparência no uso dos recursos destinados à educação.

8.2. Plano Plurianual

O Plano Plurianual é um instrumento fundamental de planejamento governamental, responsável pelo registro de transmissão dos anseios coletivos, posto que suas diretrizes configuram políticas públicas traduzidas em programas e ações a serem implementados para atendimento das demandas sociais num determinado espaço de tempo. A materialização das propostas registradas no PPA ocorre por meio da execução do orçamento, porém nos dispositivos constitucionais que o regem está prevista a faculdade de mudanças por intermédio de emendas ao projeto de lei orçamentária. Estas modificações somente poderão ser aprovadas caso sejam compatíveis com o PPA e com a LDO.

O Plano Plurianual 2004/2007, denominado “Plano Brasil de Todos”, completou, em 2005, o seu segundo ano de gestão, fundamentado em cinco dimensões estratégicas: social, econômica, regional, ambiental e democrática, que representam os seus mega objetivos.

No âmbito do Ministério da Educação, o PPA contempla 14 programas, relativos à educação básica e distribuídos nos diversos órgãos que compõem a estrutura regimental do Ministério, fundamentado no processo de monitoramento, avaliação e revisão anual, visando alcançar eficiência, eficácia e efetividade.

O Plano Brasil de Todos estima investimentos em 14 programas educacionais, cabendo à Autarquia a responsabilidade pela execução de R\$ 18,1 bilhões, equivalendo, em termos relativos, a 74,33%, segundo se observa no Gráfico nº 12, que foi construído a partir da Tabela nº 29 com a finalidade de apresentar a estimativa total e a parte que compete ao FNDE de recursos dos 14 programas acima mencionados. Percebe-se que o Brasil Escolarizado (Código 1061) e o Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária (Código 1062) são os carros-chefes e sinalizam a prioridade da política educacional brasileira, cabendo-lhes 58,2% dos recursos estimados no PPA MEC⁶. De acordo com o Gráfico nº 12 e a tabela citada, levando em conta o critério da alocação de recursos, o principal programa da Autarquia é o Brasil Escolarizado.

A revisão anual do PPA, ocorrida em 2005, resultou em mudanças substanciais na composição do Plano. Foram criados programas para cada nível de ensino da Educação Básica: Desenvolvimento da Educação Infantil, Desenvolvimento do Ensino Fundamental, Desenvolvimento do Ensino Médio, Desenvolvimento do Ensino Profissional e Tecnológico, e Desenvolvimento da Educação Especial; as ações correspondentes foram migradas para os respectivos programas.

Ao mesmo tempo, ações com baixa execução foram eliminadas, os programas Escola Moderna, Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino e Escola Básica Ideal foram extintos e suas ações somadas às seis outras novas migraram para o programa Brasil Escolarizado.

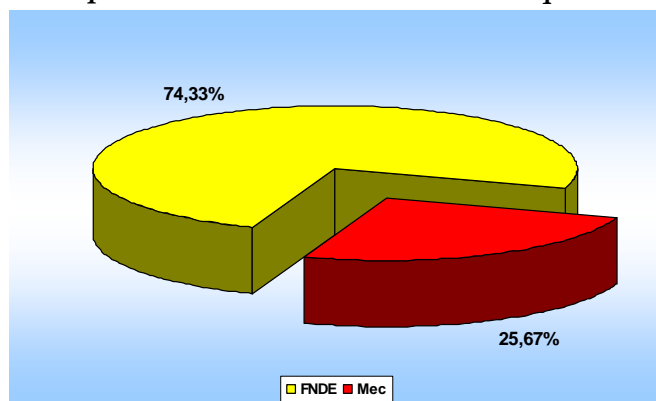
Desta forma, as ações sob responsabilidade do FNDE passaram de 83 para 121 no exercício de 2005, e a participação nos programas orçamentários aumentaram de 12 para 19, correspondendo, respectivamente, a 46% e 58% de aumento.

É importante destacar que, além dos programas educacionais do MEC que tiveram a atuação do FNDE, a Autarquia também executou o Programa Nacional de Juventude (Pró-Jovem), que está sob a gestão da Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com as prefeituras e com a participação de diversos ministérios, entre os quais, o da Educação, o do Trabalho e Emprego e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Outro ponto a ser ressaltado diz respeito à assunção, a partir de outubro de 2005, da gerência do Programa Brasil Escolarizado, pelo FNDE. Trata-se de programa integrado por 50 ações educacionais com tipicidades variadas e distribuídas em diversos órgãos do MEC.

⁶ Empregou-se a terminologia PPA MEC para designar os 14 programas educacionais de responsabilidade do FNDE compartilhada com o MEC.

Gráfico nº 12: Proporção dos recursos do PPA entre o MEC e o FNDE dos programas compartilhados e exclusivos da Autarquia – exercício de 2005



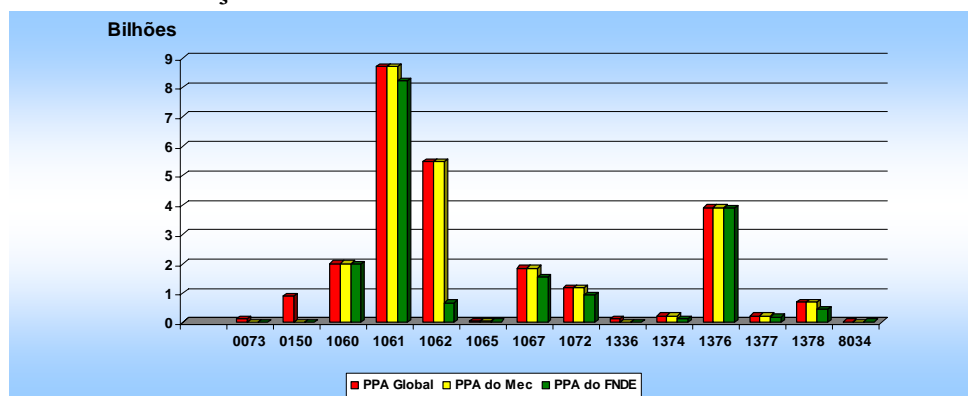
Fonte: Lei nº 11.044 de 24 de dezembro de 2004, da revisão PPA 2004-2007 (vigência exercício de 2005)

Tabela nº 29: Proporção dos recursos em R\$ do PPA entre o MEC e o FNDE dos programas compartilhados e exclusivos da Autarquia – exercício de 2005

Programa	PPA Global (A)	PPA do MEC (B)	PPA do FNDE(C)	(C/A) %
0073	133.923.557,00	12.454.381,00	12.454.381,00	100,00%
0150	884.713.490,00	5.812.828,00	5.812.828,00	100,00%
1060	2.015.793.228,00	2.015.793.228,00	1.991.235.422,00	98,78%
1061	8.722.367.616,00	8.722.367.616,00	8.219.840.571,00	94,24%
1062	5.479.100.214,00	5.479.100.214,00	672.165.653,00	12,27%
1065	34.158.223,00	34.158.223,00	30.973.016,00	90,68%
1067	1.851.338.824,00	1.851.338.824,00	1.552.380.319,00	83,85%
1072	1.167.941.186,00	1.167.941.186,00	932.229.192,00	79,82%
1336	130.026.977,00	6.936.781,00	6.936.781,00	100,00%
1374	230.317.524,00	230.317.524,00	122.385.809,00	53,14%
1376	3.912.513.674,00	3.912.513.674,00	3.901.904.764,00	99,73%
1377	226.768.859,00	226.768.859,00	189.550.428,00	83,59%
1378	698.794.303,00	698.794.303,00	445.867.061,00	63,81%
8034	25.400.000,00	0,00	25.400.000,00	-
Total	25.513.157.675,00	24.364.297.641,00	18.109.136.225,00	70,98%

Fonte: Lei nº 11.044 de 24 de dezembro de 2004, da revisão PPA 2004-2007 (vigência exercício de 2005)

Gráfico nº 13: Avaliação comparativa dos recursos estimados em R\$ no PPA-FNDE em relação aos recursos totais estimados no PPA Global



Fonte: Lei nº 10.933/2004/PPA 2004-2007 MEC/FNDE

8.3. Sistemas de informação

A eficiência, eficácia e efetividade que se pretende obter dos instrumentos adotados pelo governo para alcançar os objetivos estabelecidos em suas políticas públicas educacionais tornam imperativa a necessidade de que haja disponibilidade de sistemas que viabilizem o monitoramento e a avaliação das ações e dos programas implementados.

Neste sentido é que o MEC desenvolveu e implantou o Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SiMec), e a Autarquia vem, também, desenvolvendo o Sistema de Monitoramento das Ações, Projetos e Programas Educacionais do FNDE.

Essas medidas serão descritas com maior detalhe, a seguir.

a) Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SiMec)

O SiMec é uma ferramenta gerencial informatizada cuja função é instrumentalizar o processo de planejamento, auxiliar as equipes executoras de Programas e Ações e subsidiar os dirigentes do Ministério na tomada de decisões.

O sistema está interligado aos sistemas estruturantes do Governo Federal e aos demais sistemas corporativos do MEC, e funciona como alimentador do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Totalmente desenvolvido em software livre, em consonância com as diretrizes da política do governo eletrônico, o SiMec chega para se tornar um instrumento de trabalho útil, de fácil navegação e de uso diário intensivo.

Em 2005, por força do Decreto nº 5.233, de 06/10/2004, bem como da Portaria 198, de 18/07/2005, do Ministério do Planejamento, somada à Circular Eletrônica SPO/SE/MEC, de 11/11/2005, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, foram definidos os procedimentos e as obrigações para a atualização dos dados físicos, qualitativos e de gestão, relacionados às ações da LOA de 2005, vinculados aos programas do MEC no PPA 2004-2007.

Nesse sistema, o FNDE cadastrou as ações e os programas sob sua responsabilidade e as determinações legais das rotinas de manutenção da base de dados do SIGPlan já foram efetivadas via SiMec, mediante transferências de dados sob a forma Infrasis.

b) Marcos lógicos das ações, projetos e programas educacionais

No decorrer do exercício de 2005, foram construídos os indicadores, resultantes das oficinas realizadas em 2004, relativos aos Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), do Livro Didático (PNLD), de Educação de Jovens e Adultos, Dinheiro Direto na Escola, com o apoio da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ, do alemão Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit), mediante parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

c) Sistema de Monitoramento das Ações, Projetos e Programas Educacionais do FNDE

Com a colaboração da FGV, no âmbito do Projeto de Fortalecimento Institucional, será desenvolvido modelo de monitoramento das ações, dos projetos e programas educacionais do FNDE, com base nos indicadores definidos com o apoio da GTZ e do BID.

d) Sistema de Relatórios Gerenciais (Sirege)

Os relatórios gerenciais, de periodicidade mensal, são documentos produzidos no âmbito do planejamento, desde maio de 1998, com a finalidade de disponibilizar informações relativas ao fluxo de caixa, ao acompanhamento da execução orçamentária, física e financeira das ações e aos programas e projetos educacionais de competência da Autarquia e de demonstrar o desempenho periódico da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

Em 2005, foram realizados estudos objetivando propor melhorias na composição e disseminação dos relatórios gerenciais. Entre as mudanças propostas destaca-se a avaliação de disponibilização *on-line* do acompanhamento da execução orçamentária.

8.4. Rede de Parcerias e Controle Social

As ações e os programas sob a responsabilidade do FNDE são de abrangência em todo o território nacional e, para executá-las, estrategicamente, a Autarquia vem consolidando uma **Rede de Parcerias**, constituída por órgãos públicos das três esferas de governo e das comunidades local e escolar, de que são exemplos os conselhos do Fundef e de Alimentação Escolar, as Unidades Executoras Próprias das Escolas, entre outros.

Estas parcerias, além de elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade da execução dos recursos públicos voltados à educação, propicia o exercício da cidadania e proporciona o controle social. Para promover a melhoria do desempenho da atuação da Rede de Parcerias, entre outras medidas, o FNDE vem desenvolvendo, com a colaboração da Secretaria de Educação a Distância (Seed), o Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (FormAção pela Escola).

Considera-se, pois, que o FNDE é o braço operacional do MEC, que tem como responsabilidade executar as transferências automáticas e voluntárias de recursos públicos. Esse modelo operacional requer uma boa capacidade de execução por parte dos estados e municípios, além de uma ampliação do controle social em relação à correta aplicação dos recursos públicos. Os operadores, tanto da gestão quanto do controle, necessitam de capacitação especial para o desempenho das suas atividades, e tal qualificação somente pode ser realizada a distância, mediada por tecnologias, para atingir o universo dos 26 estados, do Distrito Federal e dos 5.560 municípios.

Nesse sentido, desde o início de 2004, o FNDE, contando com o apoio da Secretaria de Educação a Distância do MEC, vem trabalhando na definição do processo de formação continuada, por meio da educação a distância, a ser oferecido para seus parceiros, mediante a instituição do FormAção pela Escola.

O principal objetivo do programa é contribuir para a formação continuada a distância dos gestores, técnicos, conselheiros e representantes da comunidade envolvidos com execução, acompanhamento e avaliação de programas e ações desenvolvidos no âmbito do FNDE. Seus objetivos específicos estão voltados para a correta aplicação dos recursos federais, a devida prestação de contas e o controle social das seguintes ações: o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), os Programas do Livro (PLI) e o Programa Brasil Alfabetizado (Bralf).

O FormAção utiliza-se de um sistema modular, composto de:

- Módulo Introdutório comum, que tematiza as Políticas Públicas para a Educação Básica, no âmbito do FNDE, que será cursado por todos os participantes; e

- Módulos Temáticos aos diferentes programas desenvolvidos pelo FNDE, permitindo abordagens de aprendizagem distintas, e que apresentarão o tema gestão democrática como um eixo transversal.

Para o desenvolvimento do curso, serão utilizadas a versão básica (composta por material impresso e vídeos) e uma versão na plataforma e-Proinfo (em ambiente de aprendizagem via Internet), em que também serão utilizados impressos e vídeos.

O sistema de apoio à aprendizagem inclui os serviços de tutoria e de comunicação, organizando-se em três níveis: local, estadual e nacional.

A avaliação será realizada mediante o acompanhamento da participação do aluno pelo tutor, processo de auto-avaliação do próprio participante e a entrega ao tutor do Trabalho Final de Módulo (Relato de Experiências). O FNDE será responsável pela certificação dos participantes.

A execução deste Programa será descentralizada, mediante parceria entre a União, estados e municípios, e com a assinatura de um Termo de Compromisso.

Cabe ao FNDE o financiamento, o acompanhamento e a avaliação do Programa, e à SEED a concepção e definição do projeto de formação a distância, o desenvolvimento do material didático em diferentes mídias e a capacitação das equipes envolvidas.

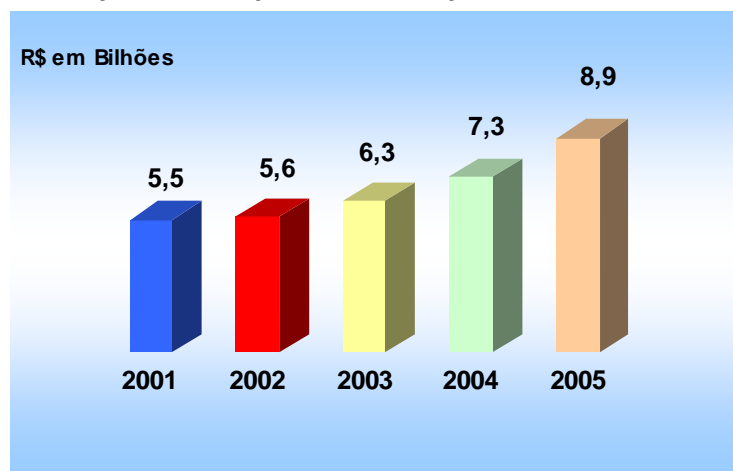
No exercício de 2005, após serem definidos os seis estados que farão parte do Projeto Piloto (RS, RJ, GO, PI, CE e RO), foram desenvolvidas ações que permitiram a organização das equipes coordenadoras estaduais, as equipes de tutoria municipais em cada estado e ainda o processo de produção dos módulos instrucionais.

II – Aspectos orçamentário e financeiro

1. Orçamento

Nos últimos cinco anos, o orçamento da Autarquia vem registrando significativo crescimento em valores nominais correspondente a 62% (de 2001 a 2005). Essa tendência pode ser observada no gráfico nº 14 e demonstra a ampliação das ações desenvolvidas pelo FNDE.

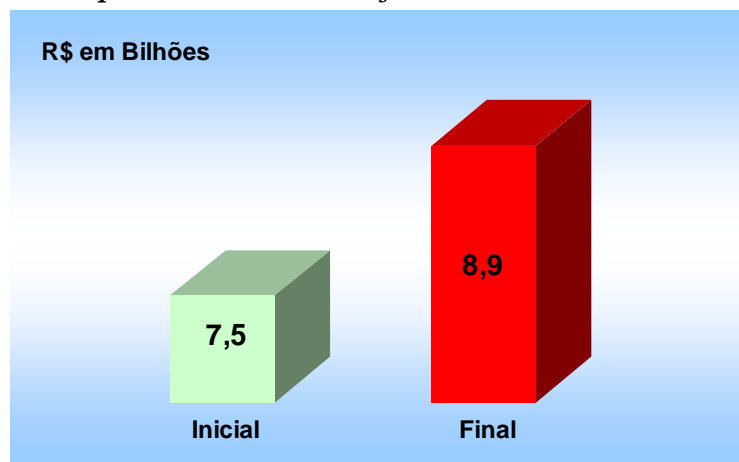
Gráfico nº 14: Evolução da dotação final do orçamento do FNDE – de 2001 a 2005



Fonte: Diplo/ FNDE

O Orçamento Geral da União para o exercício foi aprovado por intermédio da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005. No tocante ao FNDE, a lei fixou despesas do orçamento fiscal e da seguridade social no total de R\$ 7.477.406.752,00, porém a Autarquia encerrou o exercício com a dotação final de R\$ 8.922.055.840,35, conforme demonstra o gráfico nº 15.

Gráfico nº 15: comparativo entre a dotação inicial e a final - exercício de 2005



Fonte: Diplo/ FNDE

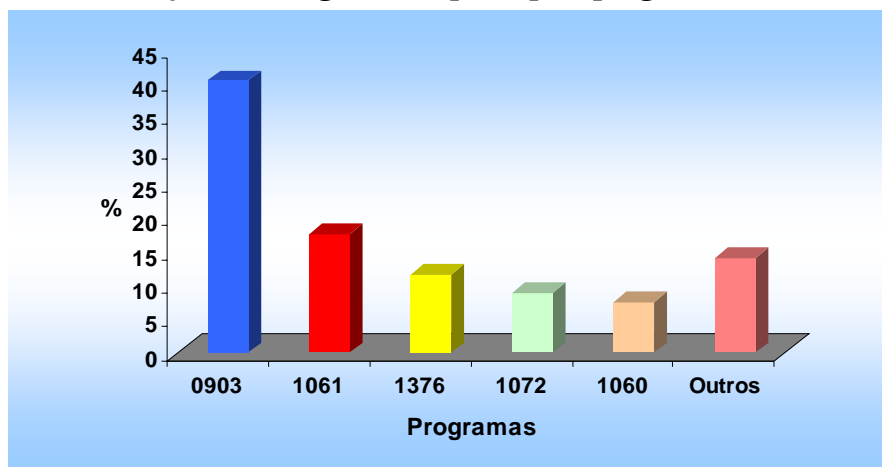
A tabela nº 30 apresenta a Dotação Final dos 19 programas executados pelo FNDE, em valores absolutos e relativos. Conforme se observa, do total dos recursos orçamentários, 40,35% foram alocados no programa Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica, que se destinaram à quota estadual, municipal e federal da Contribuição Social do Salário-Educação. Os outros programas que se destacaram foram o Brasil Escolarizado, com 17,61%, o Desenvolvimento do Ensino Fundamental (11,63%) e o Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica (8,87%). Esses percentuais podem ser vistos, também, no gráfico nº 16.

Tabela nº 30: Dotação Final por Programa - exercício de 2005

Código	Programas	Dotação Final (R\$)	%
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	1.200.000,00	0,01
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	16.698.165,00	0,19
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	3.318.210,00	0,04
0750	Apoio Administrativo	69.239.735,17	0,78
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2.064.011,00	0,02
0903	Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	3.599.999.972,00	40,35
0999	Reserva de Contingência	42.890.980,00	0,48
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	675.149.735,00	7,57
1061	Brasil Escolarizado	1.570.736.680,00	17,61
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	146.433.068,22	1,64
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	16.629.600,00	0,19
1067	Gestão da Política de Educação	418.901.309,95	4,70
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica	791.639.586,00	8,87
1336	Brasil Quilombola	2.275.000,00	0,03
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	40.328.199,00	0,45
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	1.040.393.494,00	11,66
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	45.481.702,00	0,51
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	214.626.515,00	2,41
8034	Nacional da Juventude	224.049.878,01	2,51
Total		8.922.055.840,35	100,00

Fonte: Siafi Gerencial 2005 - Diplo/FNDE

Gráfico nº 16: Dotação final segundo os principais programas - exercício de 2005



Fonte: Diplo/FNDE

2. Receita

As receitas que compuseram a dotação orçamentária do FNDE foram oriundas do conjunto de fontes demonstrado na tabela nº 31 e no gráfico nº 17, das quais se destacaram, por ordem de grandeza:

- contribuição social do salário-educação;
- recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino; e
- recursos oriundos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Tabela nº 31: Dotação inicial e final por fonte de recursos - exercício de 2005

Cód	Fontes de Recursos	Dotação (R\$)	
		Inicial (A)	Final (B)
0100	Recursos ordinários	1.106.939.841,00	613.940.501,01
0300	Recursos ordinários – Exercícios anteriores	-	60.136.655,90
Subtotal		1.106.939.841,00	674.077.156,91
0112	Recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino	531.290.547,00	962.495.375,00
0312	Recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino ¹	-	27.398.913,05
1112	Recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino ⁴	1.664.925,00	2.085.450,00
1312	Recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino ²	-	-
2112	Recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino ³	522.878,00	53.018.399,22
Subtotal		533.478.350,00	1.044.998.137,27
113	Contribuição do salário-educação – QF	1.856.649.834,00	1.855.766.779,00
1113	Contribuição do salário-educação – Contrapartida BIRD - QF	202.209.400,00	203.092.455,00
113	Contribuição do salário-educação – QE	3.095.548.852,00	3.599.999.972,00
Subtotal		5.154.408.086,00	5.658.859.206,00
293	Produto da aplicação dos recursos à conta do salário-educação	8.982.241,00	9.982.241,00
Subtotal		8.982.241,00	9.982.241,00
0118	Contribuições sobre concursos de prognósticos	495.389.447,00	495.389.447,00
0148	Operações de crédito externas - Em moeda	136.110.000,00	227.610.000,00
0250	Recursos não financeiros diretamente arrecadados	25.571.310,00	24.571.310,00
0151	Contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas	-	671.103,17
0153	Contribuição para financiamento da seguridade social	16.527.477,00	16.527.477,00
0169	Contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	-	167.000,00
0379	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ¹	-	769.202.762,00
Subtotal		673.598.234,00	1.534.139.099,17
Total		7.477.406.752,00	8.922.055.840,35

1. Exercícios anteriores

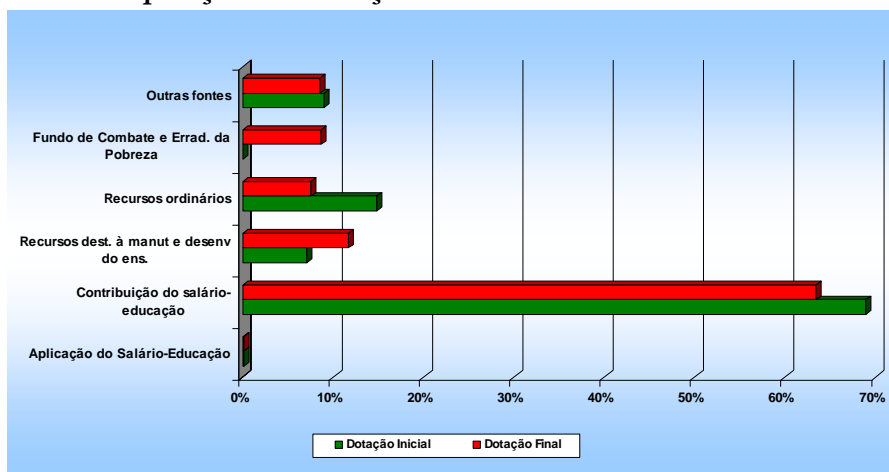
2. Exercícios Anteriores – Contrapartida Bird

3. Contrapartida BID

4. Contrapartida Bird

Fonte: Diplo/FNDE

Gráfico nº 17: Participação das fontes de recurso na composição das dotações inicial e final - exercício de 2005



Fonte: Diplo/FNDE

A tabela nº 32 apresenta as cinco maiores fontes e as demais, agregadas sob a denominação outras fontes, no período de 2001 a 2005. O gráfico nº 18 demonstra o comportamento dessas fontes ao longo dos cinco anos, enquanto o gráfico nº 19 enfoca apenas o exercício de 2005. No primeiro caso, fica clara a supremacia dos recursos do Salário-Educação. Da observação do gráfico nº 19, pode-se concluir que essa fonte correspondeu a 63,43%. As fontes: Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza vêm em segundo e terceiro lugares, com 11,71 e 8,62% .

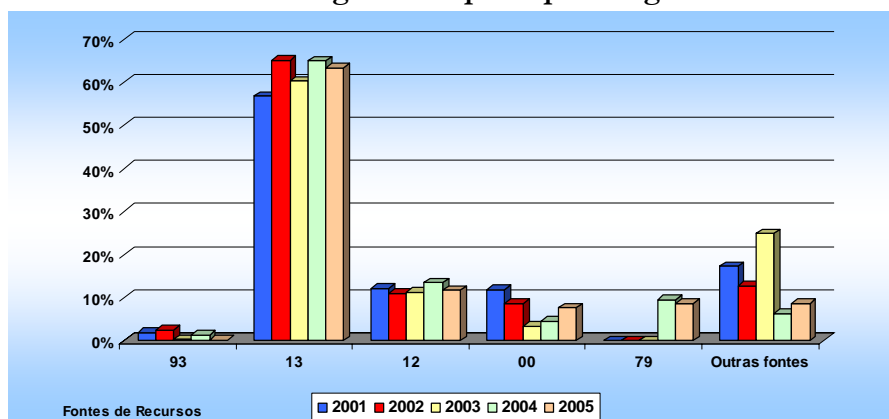
Tabela nº 32: Demonstração da composição da receita na composição da dotação final, segundo as principais fontes em R\$ - de 2001 a 2005

Denominação	Código	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Aplicação do salário- educação(*)	93	100.450.880,00	138.009.692,00	15.317.554,00	90.564.051,00	9.982.241,00
Contrib. do salário- educação	13	3.113.294.602,00	3.616.495.684,00	3.821.159.013,00	4.746.163.821,00	5.658.859.206,00
Rec. Destinados à Manut. e ao Desenvolv. do Ensino	12	661.982.994,00	606.460.989,00	716.522.360,00	983.033.360,81	1.044.998.137,27
Recursos Ordinários	00	652.485.225,00	484.104.603,00	206.275.392,00	330.363.681,00	674.077.156,91
Fundo de Combate Erradicação da Pobreza	79	-	-	-	693.292.091,38	769.202.762,00
Outras fontes	-	944.916.610,69	708.406.467,85	1.573.747.127,00	452.911.928,68	764.936.337,17
Total		5.473.130.311,69	5.553.477.435,85	6.333.021.446,00	7.296.328.933,87	8.922.055.840,35

* Em 2001 a fonte era 13

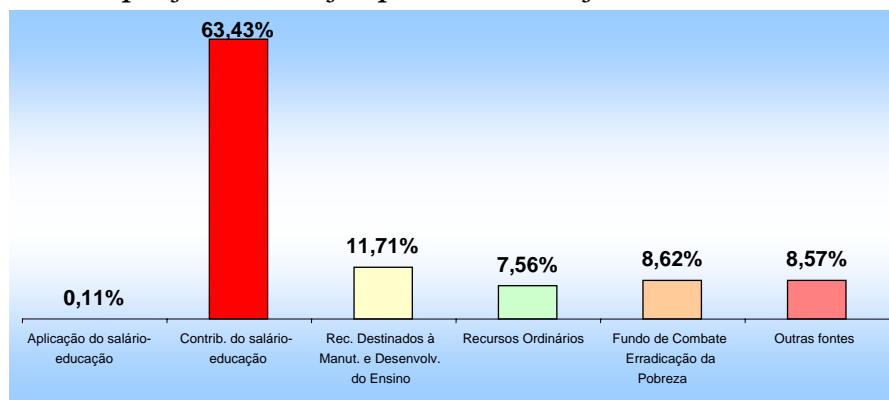
Fonte: Diplo/FNDE

Gráfico nº 18: Recursos segundo as principais origens – de 2001 a 2005



Fonte: Diplo/FNDE

Gráfico nº 19: Proporção da dotação por fonte no orçamento final – exercício de 2005



Fonte: Diplo/FNDE

3. Contribuição Social do Salário-Educação

3.1. Aspectos gerais

O Salário-Educação é uma contribuição social prevista no artigo 212, § 5º, da Constituição Federal de 1988, regulamentada e alterada pelas Leis nºs 9.424/96, 9.766/98 e 10.832/03, e pelos Decretos nº 3.142/1999 e nº 4.943/2003.

O FNDE tem sob sua responsabilidade a gestão da arrecadação e distribuição da alíquota de 2,5%, incidente sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais.

O art. 4º da Lei 9.766/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.142/99, alterado pelo Decreto nº 4.943/2003, determina que a Contribuição Social Salário-Educação seja, nas formas previstas no Decreto nº 3.142/99, arrecadada ao:

- FNDE, por meio do “Comprovante de Arrecadação Direta (CAD)”, nas situações determinadas no art. 6º do Decreto nº 3.142/99, com a redação dada pelo Decreto nº 4.943/2003, nos casos em que a empresa tenha:
 - ▶ recolhido suas contribuições ao FNDE no ano calendário de 2003 ou optado pela arrecadação direta naquele exercício;
 - ▶ processo de parcelamento junto ao FNDE;
 - ▶ como base de cálculo da contribuição valor igual ou superior a R\$ 2.400.000,00, cujo parâmetro é a folha de pagamento do mês de dezembro do exercício anterior ao da arrecadação, excluído o décimo terceiro salário; e
 - ▶ optado voluntariamente pela arrecadação direta ao FNDE;
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), por meio da “Guia da Previdência Social (GPS)”, na rubrica Outras Entidades (Campo 9), na qual se incluiu o Salário-Educação, nos demais casos.

Da arrecadação bruta realizada pelo INSS, este retém a importância equivalente a um por cento, a título de taxa de administração.

Em julho de 2005, foi publicada a MP nº 258, que dispôs sobre a administração tributária federal, alterando a denominação da Receita Federal para Receita Federal do Brasil – RFB, atribuindo-lhe, além das competências até então já existentes, a arrecadação, fiscalização, administração, lançamento e normatização do recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com o objetivo de unificar os procedimentos de arrecadação e fiscalização em um único órgão da União.

Por força dos dispositivos constantes na MP nº 258/05, a Autarquia teria que optar pela totalidade da arrecadação na RFB ou no próprio FNDE. Nas condições vigentes, não havia como esta Autarquia assumir o aumento de atividades correspondentes à arrecadação, fiscalização, administração, lançamento e normatização do recolhimento de mais de um milhão de empresas que arrecadavam ao INSS, por falta de estrutura regimental, quadro de pessoal, recursos logísticos e de tecnologia de informação. Por esta razão firmou-se convênio com o novo órgão, em 15 de agosto de 2005, para que ele exercesse as sobreditas atividades.

Em decorrência deste convênio foi constituído Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria FNDE nº 271, de 12 de setembro de 2005, para proceder ao levantamento, à triagem e à instrução do acervo documental relativo ao Salário-Educação. Entre tantos outros resultados, o GT verificou a existência 6.364 documentos, relacionados a fiscalização, cobrança administrativa de débito, parcelamento, análise de defesa e cobrança judicial de débito.

Contudo, em 18 de novembro de 2005, a Medida Provisória nº 258/05 perdeu sua eficácia, por não ter sido aprovada no prazo legal, ocasionando a revogação do convênio celebrado entre o FNDE e a RFB, assim como as demais instruções normativas.

3.2. Desempenho da Arrecadação da Contribuição Social do Salário-Educação

A tabela nº 33 e o gráfico nº 20 demonstram o desempenho da arrecadação da Contribuição Social do Salário-Educação, discriminando-se mês a mês os valores arrecadados pelo FNDE e INSS, assim como os valores do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS⁷).

Conforme se observa na tabela, foram arrecadados R\$ 5,9 bilhões e, de acordo com o gráfico, 46,93% via FNDE e 53,07% via INSS. Parte dessa arrecadação total realizada pelo Instituto (0,58%) adveio do Refis.

Tabela nº 33: Arrecadação do Salário-Educação em R\$ ao FNDE e INSS – exercício de 2005

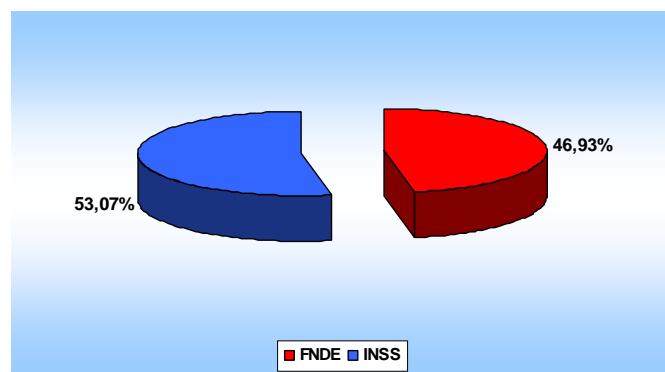
Mês	FNDE (A)	INSS (B)			Total (A + B)
	2005	2005	REFIS	Total	
Janeiro	203.120.852,29	314.408.259,89	1.900.533,13	316.308.793,02	519.429.645,31
Fevereiro	187.147.528,40	387.414.438,60	1.724.623,38	389.139.061,98	576.286.590,38
Março	224.371.320,99	233.169.799,11	1.808.425,50	234.978.224,61	459.349.545,60
Abril	181.707.722,88	205.152.019,89	1.776.229,27	206.928.249,16	388.635.972,04
Mai	212.983.070,02	199.172.477,05	1.605.967,43	200.778.444,48	413.761.514,50
Junho	214.518.784,65	128.475.536,98	1.206.992,99	129.682.529,97	344.201.314,62
Julho	315.145.207,04	261.312.054,25	6.174.948,43	267.487.002,68	582.632.209,72
Agosto	182.837.188,27	268.543.651,14	1.078.082,52	269.621.733,66	452.458.921,93
Setembro	211.085.176,10	271.295.252,01	1.362.935,02	272.658.187,03	483.743.363,13
Outubro	222.692.826,45	276.164.770,86	1.670.417,87	277.835.188,73	500.528.015,18
Novembro	213.040.606,85	278.406.529,76	1.518.630,54	279.925.160,30	492.965.767,15
Dezembro	406.864.747,25	291.411.272,80	1.359.415,08	292.770.687,88	699.635.435,13
Total	2.775.515.031,19	3.119.802.066,09	18.311.197,41	3.138.113.263,50	5.913.628.294,69

Fonte: Difin/FNDE

Na arrecadação via FNDE estão somados os pagamentos referentes a juros e parte do principal da dívida da RFFSA, que foi paga depois de sua liquidação, mediante a emissão de Título do Tesouro Nacional (NTN-C). O valor total foi da ordem de R\$ 115,8 milhões, dos quais R\$ 3,0 milhões em janeiro, 3,1 milhões em junho e R\$ 106,7 milhões em julho e R\$ 3,0 milhões em dezembro.

⁷ REFIS: Lei nº 9964, de 10 de abril de 2000 e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Gráfico nº 20: Percentual da arrecadação do Salário-Educação via INSS E FNDE – exercício de 2005

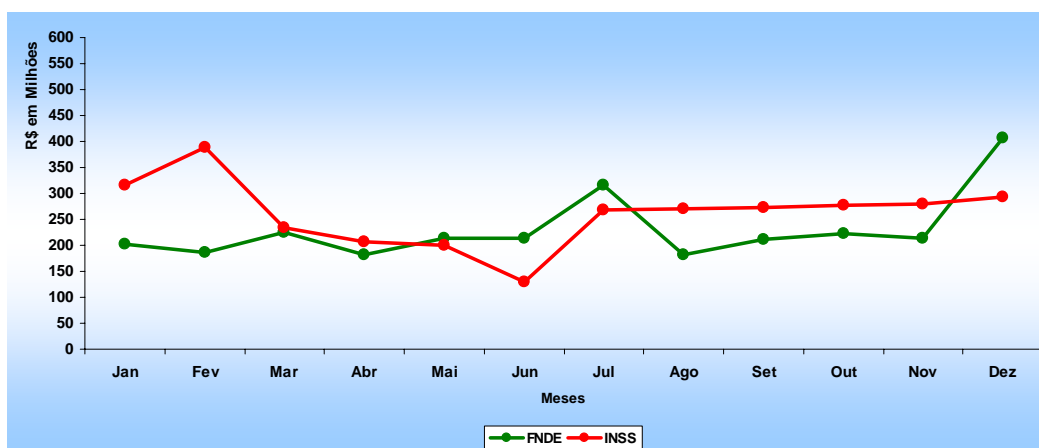


Fonte: Difin/FNDE

21: É importante salientar os aspectos que levaram aos picos e vales demonstrados no gráfico nº

- a elevação nos meses de janeiro e dezembro é sazonal e decorre da arrecadação sobre o décimo terceiro salário. No primeiro caso, o INSS recolhe em dezembro, mas só repassa ao FNDE no período seguinte; no segundo caso, o recolhimento das empresas realizado pela Autarquia no último mês do exercício incide sobre o décimo terceiro salário;
- na arrecadação do mês de janeiro, via FNDE, estão computados R\$ 3,0 milhões, oriundos dos juros do título⁸ de liquidação da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) de janeiro;
- no mês de junho ocorreu alteração na metodologia do repasse da arrecadação efetivada pelo INSS. Esta alteração foi o resultado de acordo com o Instituto, no qual se definiu que a transferência passaria a ser realizada pelo método da **receita efetiva** e não mais por **antecipação de receita**;
- na arrecadação do mês de julho, estão somados R\$ 106,6 milhões advindos, também, de juros e do valor principal do referido título da liquidação da RFFSA.

Gráfico nº 21: Arrecadação mensal do Salário-Educação via FNDE e INSS - exercício de 2005



Fonte: Difin/FNDE

⁸ Trata-se da dívida da RFFSA, assumida pela União, perante a Contribuição Social do Salário-Educação, no valor histórico de R\$ 105.536.565,64, mediante a emissão de título pelo STN. Contrato de 22 de maio de 2002, publicado no D.O.U de 03 de junho de 2002.

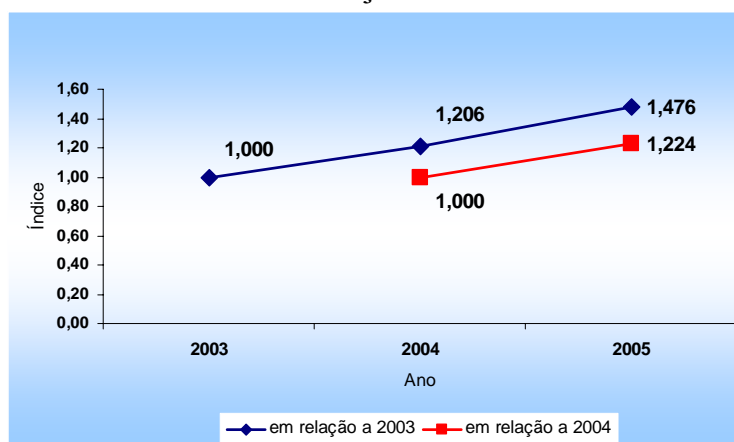
A alteração na metodologia, conforme citado anteriormente, foi responsável pela queda no desempenho do Salário-Educação, no âmbito do INSS. Apesar do exposto, segundo a tabela nº 34, no cômputo da arrecadação bruta da contribuição social, registrou-se crescimento nominal de 22,4%, em relação ao exercício de 2004. Em relação ao período 2003-2005, o crescimento acumulado foi de 47,6%, conforme demonstrado no gráfico nº 22.

Tabela nº 34: Arrecadação bruta em R\$ do Salário-Educação – 2004 e 2005

Mês	FNDE + INSS 2004	FNDE + INSS 2005	Var %
Janeiro	506.193.233,13	519.429.645,31	2,61
Fevereiro	326.366.056,14	576.286.590,38	76,58
Março	373.633.642,98	459.349.545,60	22,94
Abril	368.760.127,88	388.635.972,04	5,39
Maio	345.571.051,54	413.761.514,50	19,73
Junho	362.408.997,03	344.201.314,62	-5,02
Julho	370.346.667,65	582.632.209,72	57,32
Agosto	376.139.320,48	452.458.921,93	20,29
Setembro	378.208.607,01	483.743.363,13	27,90
Outubro	462.359.424,02	500.528.015,18	8,26
Novembro	379.233.327,13	492.965.767,15	29,99
Dezembro	582.041.699,06	699.635.435,13	20,20
Total	4.831.262.154,05	5.913.628.294,69	22,40

Fonte: DIFIN/FNDE

Gráfico nº 22: Índice de evolução da arrecadação bruta nominal do Salário-Educação – de 2003 a 2005



Fonte: DIFIN/FNDE

3.3. Distribuição da Contribuição Social do Salário-Educação

O valor recolhido diretamente pelo FNDE e ao INSS, constitui, por definição, a Arrecadação Bruta. Deduzidos o valor de 1% em favor do INSS sobre o valor arrecadado por este Instituto, devido como taxa de administração, e as despesas realizadas com o Sistema de Manutenção do Ensino (SME), tem-se a arrecadação líquida.

Do valor líquido arrecadado, 10% dos recursos foram desvinculados das quotas federal, estadual, distrital e municipal, com o advento da Lei nº 10.832/03, objetivando ampliar a execução de ações e programas educacionais geridos pelo FNDE, mas que beneficiam diretamente as redes públicas de ensino fundamental (estadual, distrital e municipal).

Os outros 90% da arrecadação líquida são reservados para:

- quota federal na proporção de 1/3 e
- quota estadual, distrital e municipal correspondentes a 2/3.

Os recursos da quota federal (10% da desvinculação e mais 1/3 – ou seja, 40% da arrecadação líquida) compõem o orçamento do FNDE e se destinam a financiar ações e programas voltados para a redução dos desníveis sócio-educacionais existentes no país.

Desde 2004, as quotas estadual, distrital e municipal são repassadas diretamente pelo FNDE aos entes federados de forma proporcional ao valor arrecadado em cada unidade da federação e ao número de alunos matriculados no ensino fundamental⁹ nas respectivas redes de ensino, registrado no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação (MEC), de acordo com a Lei nº 10.832/03. Os coeficientes de distribuição da quota estadual, distrital e municipal do Salário-Educação foram publicados mediante Portaria FNDE nº 30, de 09 de fevereiro de 2005.

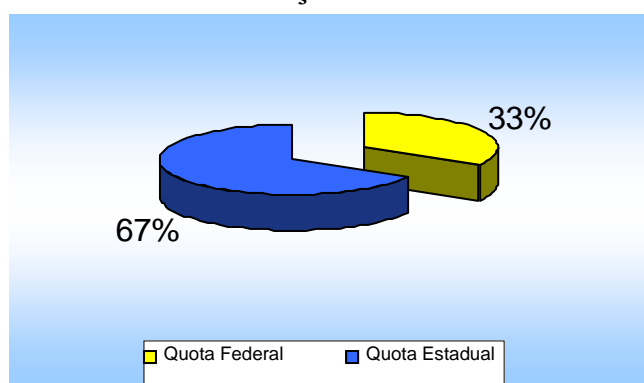
A tabela nº 35 demonstra a distribuição da Arrecadação Bruta do Salário-Educação.

**Tabela nº 35: Distribuição da arrecadação bruta do Salário-Educação (R\$)
– exercício de 2005**

	FNDE	INSS	Total
Arrecadação Bruta	2.775.515.031,19	3.138.113.263,50	5.913.628.294,69
(-) Taxa de Administração (INSS)	-	31.381.132,64	31.381.132,64
(=) Arrecadação Líquida	2.775.515.031,19	3.106.732.130,87	5.882.247.162,06
Desvinculação de 10%	277.551.503,12	310.673.213,09	588.224.716,21
Quota Federal	832.654.509,36	932.019.639,26	1.764.674.148,62
Quota Estadual	1.665.309.018,71	1.864.039.278,52	3.529.348.297,23

Fonte: Difin/FNDE

**Gráfico nº 23: Percentual via INSS e FNDE da arrecadação bruta
do Salário-Educação – exercício de 2005**



Fonte: Difin/FNDE

Em 2005, os valores destinados à quota dos entes federados alcançaram R\$ 3.529.348.297,23, sendo R\$ 1.665.309.018,71 da arrecadação direta do FNDE e R\$ 1.864.039.278,52 da arrecadação do INSS, conforme cálculo demonstrado na tabela nº 35.

⁹ Por Ensino Fundamental, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), compreende-se o ensino regular, educação de jovens e adultos da modalidade presencial e educação especial. Essas informações, oriundas do censo escolar, são prestadas ao FNDE pela Secretaria de Ensino Básico (SEB-MEC), mediante Ofício.

Tabela nº 36: Distribuição da quota-parte estadual e municipal, por região e unidade federativa – exercício de 2005

Região/UF	Estadual	Municipal	Repassado em 2005	A Repassar Janeiro/06	Total do repasse relativo à arrecadação de 2005
Brasil	1.487.270.823,28	1.495.482.394,37	2.982.753.217,65	544.109.943,18	3.526.863.160,83
Norte	36.195.319,67	54.735.432,04	90.930.751,71	16.339.381,28	107.270.132,99
Rondônia	4.726.429,89	4.327.603,54	9.054.033,43	1.638.322,85	10.692.356,28
Acre	1.607.087,70	919.228,78	2.526.316,48	410.223,30	2.936.539,78
Amazonas	14.326.213,86	19.171.800,36	33.498.014,22	6.611.552,78	40.109.567,00
Roraima	1.496.953,94	304.342,71	1.801.296,65	240.211,98	2.041.508,63
Pará	8.841.949,02	26.669.578,98	35.511.528,00	6.130.888,88	41.642.416,88
Amapá	2.100.679,87	688.158,04	2.788.837,91	428.659,59	3.217.497,50
Tocantins	3.096.005,39	2.654.719,63	5.750.725,02	879.521,90	6.630.246,92
Nordeste	79.071.066,39	208.414.206,29	287.485.272,68	54.706.831,01	342.192.103,69
Maranhão	3.379.174,10	12.967.760,66	16.346.934,76	2.859.592,29	19.206.527,05
Piauí	2.703.739,86	7.120.078,89	9.823.818,75	2.000.389,27	11.824.208,02
Ceará	6.677.282,36	36.599.586,38	43.276.868,74	8.816.229,14	52.093.097,88
Rio Grande do Norte	7.725.836,43	11.719.805,29	19.445.641,72	3.450.174,16	22.895.815,88
Paraíba	5.314.018,59	8.395.670,38	13.709.688,97	2.663.226,55	16.372.915,52
Pernambuco	19.489.085,94	38.973.958,60	58.463.044,54	11.682.603,04	70.145.647,58
Alagoas	4.106.967,16	11.339.487,45	15.446.454,61	2.522.661,68	17.969.116,29
Sergipe	5.481.281,16	8.265.817,43	13.747.098,59	2.822.196,61	16.569.295,20
Bahia	24.193.680,79	73.032.041,21	97.225.722,00	17.889.758,27	115.115.480,27
Sudeste	991.899.583,46	939.924.063,52	1.931.823.646,98	353.946.097,34	2.285.769.744,32
Minas Gerais	125.987.783,60	111.996.659,97	237.984.443,57	41.085.726,93	279.070.170,50
Espírito Santo	23.917.668,59	24.105.876,30	48.023.544,89	8.922.373,22	56.945.918,11
Rio de Janeiro	119.239.961,02	252.375.024,76	371.614.985,78	69.786.137,03	441.401.122,81
São Paulo	722.754.170,25	551.446.502,49	1.274.200.672,74	234.151.860,16	1.508.352.532,90
Sul	252.118.374,44	237.536.623,07	489.654.997,51	87.350.938,90	577.005.936,41
Paraná	84.202.652,58	88.287.408,56	172.490.061,14	30.004.821,39	202.494.882,53
Santa Catarina	61.124.980,38	56.869.271,02	117.994.251,40	20.864.510,33	138.858.761,73
Rio Grande do Sul	106.790.741,48	92.379.943,49	199.170.684,97	36.481.607,18	235.652.292,15
Centro – Oeste	127.986.479,32	54.872.069,45	182.858.548,77	31.766.694,65	214.625.243,42
Mato Grosso do Sul	11.157.789,25	11.931.501,89	23.089.291,14	3.268.710,51	26.358.001,65
Mato Grosso	15.400.226,65	13.997.418,53	29.397.645,18	4.011.811,43	33.409.456,61
Goiás	27.854.025,12	28.943.149,03	56.797.174,15	9.457.302,00	66.254.476,15
Distrito Federal	73.574.438,30	-	73.574.438,30	15.028.870,71	88.603.309,01

Fonte: Difin/FNDE

Ainda com base na tabela nº 36, observa-se que a diferença de 544.109.943,18 corresponde a um montante de R\$ 4 371.943.212,47, arrecadado diretamente pelo FNDE no bimestre novembro e dezembro, e de R\$ 172.166.730,71, arrecadado pelo INSS em dezembro, cujo repasse é realizado somente no mês de janeiro do exercício seguinte.

Ademais, por força de divergências na apuração do Salário-Educação, detectou-se a diferença de R\$ 2.485.136,39, a distribuir, a qual será repassada no exercício de 2006 à conta de saldo inscrita em resto a pagar.

Cabe ressaltar que o valor da execução financeira correspondente à arrecadação do exercício de 2005 é de R\$ 2.982.753.217,65 e diverge do total executado (R\$ 2.983.926.157,29), em razão do reconhecimento de dívida de R\$ 1.172.939,64 do ano de 2004, conforme demonstrado na tabela nº 37.

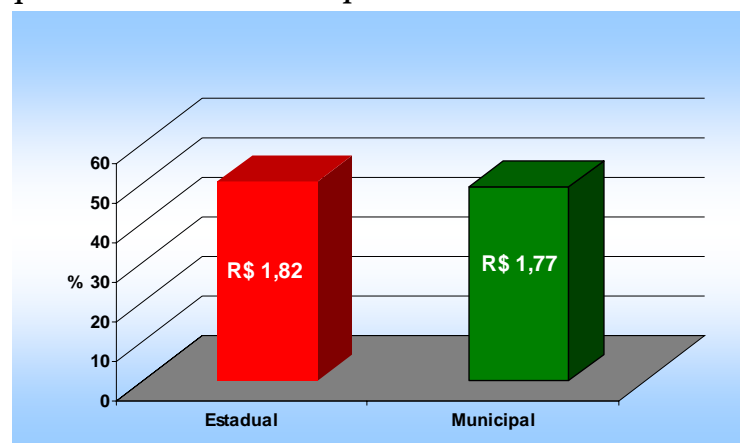
Tabela nº 37: Demonstrativo de execução da quota-parte estadual e municipal, com reconhecimento de dívidas - exercício de 2005

Região/UF	Repassado em 2005	Reconhecimento de dívidas	Total executado
Brasil	2.982.753.217,65	1.172.939,64	2.983.926.157,29
Norte	90.930.751,71	31.346,11	90.962.097,82
Rondônia	9.054.033,43	3.145,80	9.057.179,23
Acre	2.526.316,48	502,34	2.526.818,82
Amazonas	33.498.014,22	14.261,39	33.512.275,61
Roraima	1.801.296,65	340,31	1.801.636,96
Pará	35.511.528,00	11.368,07	35.522.896,07
Amapá	2.788.837,91	495,75	2.789.333,66
Tocantins	5.750.725,02	1.232,45	5.751.957,47
Nordeste	287.485.272,68	121.161,92	287.606.434,60
Maranhão	16.346.934,76	6.648,55	16.353.583,31
Piauí	9.823.818,75	4.715,94	9.828.534,69
Ceará	43.276.868,74	19.930,50	43.296.799,24
Rio Grande do Norte	19.445.641,72	7.719,62	19.453.361,34
Paraíba	13.709.688,97	5.559,27	13.715.248,24
Pernambuco	58.463.044,54	26.357,70	58.489.402,24
Alagoas	15.446.454,61	4.709,07	15.451.163,68
Sergipe	13.747.098,59	7.506,08	13.754.604,67
Bahia	97.225.722,00	38.015,19	97.263.737,19
Sudeste	1.931.823.646,98	771.274,65	1.932.594.921,63
Minas Gerais	237.984.443,57	80.486,17	238.064.929,74
Espírito Santo	48.023.544,89	16.337,19	48.039.882,08
Rio de Janeiro	371.614.985,78	166.164,75	371.781.150,53
São Paulo	1.274.200.672,74	508.286,54	1.274.708.959,28
Sul	489.654.997,51	187.629,52	489.842.627,03
Paraná	172.490.061,14	56.911,10	172.546.972,24
Santa Catarina	117.994.251,40	46.267,50	118.040.518,90
Rio Grande do Sul	199.170.684,97	84.450,92	199.255.135,89
Centro – Oeste	182.858.548,77	61.527,44	182.920.076,21
Mato Grosso do Sul	23.089.291,14	4.459,15	23.093.750,29
Mato Grosso	29.397.645,18	5.434,46	29.403.079,64
Goiás	56.797.174,15	18.459,74	56.815.633,89
Distrito Federal	73.574.438,30	33.174,09	73.607.612,39

Fonte: Difin/FNDE

Finalmente, o gráfico nº 24 demonstra a quota-parte do Salário-Educação de 2005 das entidades federadas, distribuída entre municipal e estadual. Dos R\$ 3,59 bilhões, R\$ 1,77 bilhão foram repassados aos municípios e R\$ 1,82 bilhão aos estados e ao Distrito Federal, correspondendo a cerca de 49% e 51%, respectivamente.

Gráfico nº 24: Salário-Educação: valores (percentual e absoluto - R\$ bilhões) das quotas estadual e municipal distribuídos – exercício de 2005



Fonte: Difin/FNDE

3.4. Superávit do Salário-Educação

Dado o caráter tributário do Salário-Educação, anualmente esses recursos têm a sua receita e despesa consignadas na LOA, sendo que a quota-parte destinada aos estados, Distrito Federal e municípios é integralmente distribuída pelo FNDE, tomando-se por base a receita efetivamente observada em cada exercício.

A quota-parte federal (fonte 113), que fica em poder da União para utilização exclusiva em educação, vem acumulando superávits financeiros ao longo dos últimos anos, os quais historicamente são motivados por excessos de arrecadação, frustração e contingenciamentos de despesas.

Além desse superávit, existe aquele formado a partir do produto da aplicação financeira da arrecadação do Salário-Educação (fonte 293), também destinado ao financiamento exclusivo da educação.

Ao final de 2005, como pode ser visto na tabela nº 38, os superávits financeiros destas duas importantes fontes de financiamento da educação atingiram uma cifra bastante expressiva, da ordem de R\$ 1,92 (bilhão).

Tabela nº 38: Superávit do Salário-Educação – de 1999 a 2005

Código	Fonte	Superávit (R\$)
0113	Salário-Educação	1.589.424.096,00
0213/0293	Aplicação de Recursos do Salário-Educação	334.334.035,00
Total		1.923.758.131,00

Não foram considerados no cálculo do superávit os restos a pagar cancelados em exercícios seguintes àquele da apuração, e os créditos orçamentários autorizados ao longo dos anos à conta do superávit do FNDE foram deduzidos das fontes 213 e 293.

Fonte: Difin/FNDE

Destaque-se, contudo, que a partir do advento do Decreto nº 4.950/2004, que dispõe sobre a arrecadação das receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, o superávit financeiro da arrecadação do Salário-Educação, assim como o produto da sua aplicação no mercado, passaram a integrar as disponibilidades do Tesouro Nacional.

3.5. Programa Integrado de Inspeção em Empresas e Escolas (Proinspe)

Aspectos Gerais

O Proinspe corresponde à ação orçamentária do Programa Gestão da Política de Educação (código 1067), denominada “Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação”, sob o código 4029. Tem como objetivo a fiscalização de empresas e escolas em relação às Contribuições Sociais do Salário-Educação e sua aplicação, com amparo nos Decretos nº 3.034/99 e nº 3.142/99 e nas Resoluções CD/FNDE nºs 15/93, 19/2000 e 36/95.

Esse programa envolve a participação das Secretarias Estaduais de Educação e das representações do Ministério da Educação (RJ e SP), que disponibilizam meio de transporte e cedem fiscais para atuação conjunta com técnicos do FNDE e realização de visitas a empresas e escolas previamente selecionadas, com vistas à verificação da regularidade dessas instituições em relação à referida contribuição social.

O FNDE realiza as inspeções nas organizações contribuintes com o objetivo de combater a evasão de receitas, assegurando que as empresas recolham integralmente o Salário-Educação, por meio do Comprovante de Arrecadação Direta ou da Guia de Previdência Social, nas formas do art. 4º da Lei 9.766/98 e do Decreto nº 3.142/99.

No exercício de 2005, foram realizadas, conforme tabela nº 39, 100 inspeções em empresas optantes por recolher ao FNDE.

**Tabela nº 39 : Comparativo das inspeções realizadas no biênio
por regiões – 2004 e 2005**

Região	Quantidade de Empresas		Valor do Débito Original (R\$)	
	2004	2005	2004	2005
Brasil	487	100	91.633.222,11	44.061.540,46
Norte	-	-	-	-
Nordeste	74	14	19.559.424,28	219.302,55
Sudeste	262	28	65.765.068,35	34.594.573,34
Sul	113	34	3.719.710,25	9.247.664,57
Centro-Oeste	38	24	2.589.019,23	6.677.524,17

Fonte:Difin/FNDE

De acordo com a tabela nº 39, observa-se que houve redução na quantidade de empresas inspecionadas. Essa queda se deu em face das suspensões das inspeções no período de vigência da MP 258/2005 e do convênio firmado com a, até então, Receita Federal do Brasil, e por esta razão o desempenho físico e financeiro se apresentou, de acordo com a tabela nº 40, com 1,42% e 11,33% respectivamente.

Tabela nº 40: Desempenho físico e financeiro do Proinspe – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
7.050	R\$ 7.000.000,00	100	R\$ 793.175,66	1,42%	11,33%

Corresponde à ação 4029 do programa 1067

Produto: órgão/entidade inspecionada

Unidade de medida: unidade

Fonte: Difin/FNDE

3.6. Cobrança Administrativa

Com relação às cobranças administrativas, foram emitidas 221 Notificações para Recolhimentos de Débitos (NRD). Ressalte-se que durante a vigência da MP 258/2005, da mesma forma que ocorreram impactos com as inspeções, nesse período o FNDE ficou impedido, também, de proceder ao lançamento e à cobrança dos débitos exigíveis.

Do conjunto de processos de cobrança que aguardavam análise das defesas apresentadas pelos contribuintes, 254 foram encaminhados à Presidência do FNDE, sendo que, deste total, em 156 havia a sugestão de indeferimento da defesa, em 73 a proposição foi de deferimento parcial e, por fim, em 25 foi sugerido que se concedesse deferimento.

Finalmente, 150 processos que tiveram a sua fase de cobrança concluída no âmbito administrativo foram encaminhados à Procuradoria Federal.

3.7. Parcelamento de Débitos

O Parcelamento de Débitos, de acordo com a legislação vigente pode ser analisado de três maneiras distintas:

- **Parcelamento Administrativo Convencional:** corresponde ao parcelamento da contribuição incluída ou não em notificação de débitos, que, após verificada e confessada, pode ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 meses, e sobre o valor de cada prestação mensal são acrescidos juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) ;
- **Parcelamento Administrativo Especial:** Fundamentado nos termos da MP nº 38/2002 e IN/FNDE nº 01, de 30 de julho de 2002, corresponde ao parcelamento de débitos dos créditos do FNDE, constituídos ou não, referentes às Contribuições do Salário-Educação, oriundos de fatos geradores ocorridos até 30 de abril de 2002, que seriam objeto de ações ajuizadas., podendo ser pagos ou parcelados em até seis parcelas iguais, mensais e sucessivas, desde que o pagamento da primeira parcela ou do valor integral da dívida ocorresse até o dia 31 de julho de 2002, com a dispensa de acréscimos legais; e
- **Parcelamento Administrativo Especial:** Fundamentado nos termos da Lei nº 10.684/2003 e da Resolução FNDE nº 03, de 16 de julho de 2003, corresponde ao parcelamento de débitos, com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e objeto de acordo para divisão em até 180 prestações mensais, desde que tenha sido requerido até o último dia útil do segundo mês subsequente ao de publicação da lei que o regulamenta.

Em 2005, analisaram-se 88 novas solicitações de parcelamento de débitos, as quais correspondem ao montante de R\$ 28.563.716,27.

4. Execução orçamentária e financeira da receita e da despesa

4.1. Execução Orçamentária

Aspectos Gerais

Este capítulo examina a execução da receita e da despesa sob a ótica orçamentária. Neste sentido, o total de orçamento disponibilizado para o FNDE, no exercício de 2005, considerando as suplementações, os cancelamentos e os créditos recebidos, alcançou R\$ 8.922.055.840,35, conforme demonstrado na tabela nº 41 .

Tabela nº 41: Execução Orçamentária (R\$) por Programa de Governo¹⁰ – exercício de 2005

Código	Programa de governo	Dotação Final (A)	Execução do orçamento (B)	% Executado (C=B/A)	Saldo (D=A-B)
0073	Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	1.200.000,00	1.185.145,85	98,76	14.854,15
0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	16.698.165,00	16.670.363,05	99,83	27.801,95
0150	Identidade étnica e patrimônio cultural dos povos indígenas	3.318.210,00	2.842.737,21	85,67	475.472,79
0750	Apoio administrativo	69.239.735,17	58.127.621,49	83,95	11.112.113,68
0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais	2.064.011,00	2.064.011,00	100,00	-
0903	Operações especiais: transferências constitucionais e as decorrentes	3.599.999.972,00	3.599.697.791,77	99,99	302.180,23
0999	Reserva de contingência	42.890.980,00	-	0,00	42.890.980,00
1060	Brasil alfabetizado e educação de jovens e adultos	675.149.735,00	668.972.512,96	99,09	6.177.222,04
1061	Brasil escolarizado	1.570.736.680,00	1.510.937.535,67	96,19	59.799.144,33
1062	Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica	146.433.068,22	136.137.705,62	92,97	10.295.362,60
1065	Desenvolvimento da educação infantil	16.629.600,00	8.594.976,30	51,68	8.034.623,70
1067	Gestão da política de educação	418.901.309,95	401.690.833,84	95,89	17.210.476,11
1072	Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação	791.639.586,00	778.748.014,28	98,37	12.891.571,72
1336	Brasil quilombola	2.275.000,00	2.039.487,31	89,65	235.512,69
1374	Desenvolvimento da educação especial	40.328.199,00	38.437.909,08	95,31	1.890.289,92
1376	Desenvolvimento do ensino fundamental	1.040.393.494,00	985.751.233,19	94,75	54.642.260,81
1377	Educação para a diversidade e cidadania	45.481.702,00	43.238.700,06	95,07	2.243.001,94
1378	Desenvolvimento do ensino médio	214.626.515,00	207.511.744,36	96,69	7.114.770,64
8034	Nacional de juventude	224.049.878,01	213.390.349,15	95,24	10.659.528,86
Total		8.922.055.840,35	8.676.038.672,19	97,24	246.017.168,16

Fonte: Siafi Gerencial - Difin /FNDE

O orçamento distribui-se entre 19 programas de governo e 121 ações orçamentárias. Da dotação, utilizaram-se cerca de R\$ 8,676 bilhões, dos quais R\$ 8,58 bilhões diretamente pelo FNDE e R\$ 98,28 milhões mediante descentralização de créditos a outras entidades federais, representando comprometimento de 97,24% dos recursos¹¹, conforme demonstrado na tabela nº 41 e no gráfico nº 25.

¹⁰ **Observações:** 1ª) a dotação utilizada da ação 7109 – Proep – foi reduzida em R\$ 153.860,24, pois, ao final do ano, o FNDE recebeu devolução de créditos de uma UG com evento errado. Esse valor deu entrada como crédito recebido ao invés de reduzir do destaque que fora concedido; 2ª) a ação 09HB – Contribuição de Inativos – é paga sem empenho e, para não distorcer a execução orçamentária, o valor pago foi contabilizado como empenho; 3ª) na ação 0005 – Precatórios –, todo o valor foi empenhado e repassado ao Poder Judiciário, mas o SIAFI não contabilizou como pago e, para não distorcer a execução, o valor empenhado foi considerado pago.

¹¹ Este dado compara com a dotação final e não observa o limite de empenho efetivamente liberado. Para comparação com limite de empenho, veja a introdução do capítulo.

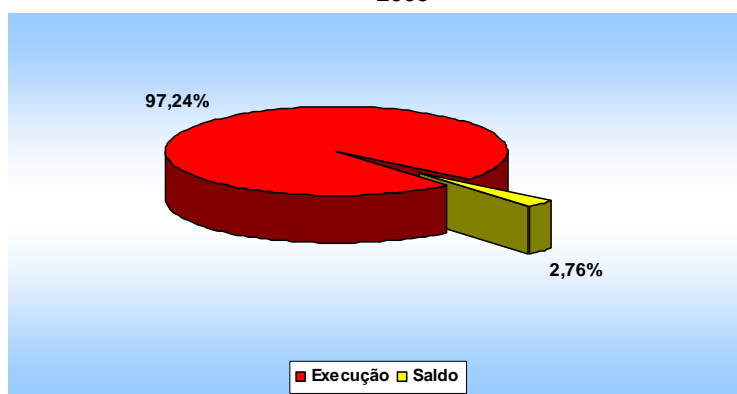
A dotação que restou foi de R\$ 246,02 milhões, dos quais R\$ 150,81 milhões decorreram de créditos contingenciados, em face dos limites de movimentação e empenho impostos pelo Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005.

Do total dos programas, 14 utilizaram mais de 90% de sua dotação final. O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos apresentou a execução orçamentária mais elevada, com 99,09% da dotação final utilizada, se desconsiderados os programas de governo que abrangem os precatórios, repasse da quota estadual e municipal do Salário-Educação e pagamento de pessoal, cuja execução orçamentária supera 99,80%.

Em seguida, tem-se o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação, com 98,76% e 98,37% de execução, respectivamente.

Com relação às ações orçamentárias, 77 das 121 ações apresentaram execução superior a 90%, sendo que 33 atingiram os 100%.

Gráfico nº 25: Proporção da execução orçamentária, em relação à dotação final - exercício de 2005



Fonte: Siafi Gerencial. - Difin /FNDE

Desempenho da execução orçamentária

Na tabela nº 42 considerou-se o saldo orçamentário remanescente, destacando-se os programas com maior parcela absoluta de recursos não executados. De acordo com a tabela nº 42 e também o gráfico nº 26, dos R\$ 246,02 milhões de saldo, 24,31% referem-se a recursos do Programa Brasil Escolarizado, 22,21% ao Programa Desenvolvimento do Ensino Fundamental, 17,43% ao programa Reserva de Contingência, 7% ao Programa Gestão da Política de Educação, 5,24% ao programa de Valorização e Formação de Profissionais e Trabalhadores da Educação. Juntos, os saldos desses cinco programas somaram 76,19% e a diferença, 23,81%, diz respeito aos outros quatorze programas orçamentários.

Tabela nº 42: Saldo orçamentário (R\$) por programa - exercício de 2005

Código	Programa	Saldo (R\$)	%
	Demais programas *	58.582.735,19	23,81
0999	Reserva de Contingência	42.890.980,00	17,43
1061	Brasil Escolarizado	59.799.144,33	24,31
1067	Gestão da Política de Educação	17.210.476,11	7,00
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	12.891.571,72	5,24
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	54.642.260,81	22,21
Total		246.017.168,16	

* Somatórios dos saldos de 14 programas orçamentários (0073, 0089, 0150, 0750, 0901, 0903, 1060, 1062, 1065, 1336, 1374, 1377, 1378 e 8034). **Fonte:** Siafi Gerencial. - Difin /FNDE

Cabe salientar que, apesar de os Programas Brasil Escolarizado e Desenvolvimento do Ensino Fundamental apresentarem a maior proporção no saldo consolidado, suas execuções alcançaram a casa dos 96,19% e 94,75%, respectivamente. Ocorre que suas dotações também se destacaram no conjunto dos programas, e os pequenos saldos, correspondentes a 3,81% e 5,25%, tornaram-se relativamente consideráveis, em comparação com os demais programas.

Já no Programa Reserva de Contingência, o destaque dado ao seu saldo deveu-se ao fato de que não aconteceram situações emergenciais que justificassem a utilização dos recursos.

Gráfico nº 26: Proporção dos programas no total do saldo – exercício de 2005



Fonte: Siafi Gerencial. - Difin /FNDE

Ressalte-se que os saldos orçamentários vêm diminuindo proporcionalmente nos últimos períodos. Ao utilizar a execução orçamentária como indicador de eficácia do FNDE na implementação dos programas, projetos e ações educacionais sob sua responsabilidade, constata-se, na observação da tabela nº 43, que a Autarquia vem melhorando consideravelmente sua performance, especialmente no último biênio, fato demonstrado pela queda do hiato (de 0,0615 para 0,0274) do orçamento, em relação à dotação inicial, calculado de forma a apresentar a proporção dos saldos orçamentários.¹²

Tabela nº 43: Evolução do desempenho de execução orçamentária (R\$) - de 2001 a 2005

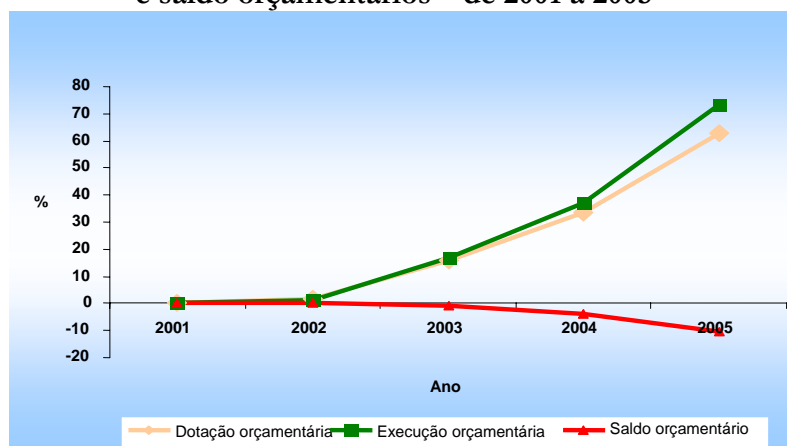
Ano	Dotação Autorizada (A)	Dotação Utilizada (B)	Saldo (C)	D*=(C/A)
2001	5.473.130.311,69	4.999.223.838,04	473.906.473,65	0,0866
2002	5.553.477.435,85	5.066.771.874,44	486.705.561,41	0,0876
2003	6.333.021.446,00	5.831.590.780,55	501.430.665,45	0,0792
2004	7.296.328.933,87	6.847.260.496,93	449.068.436,94	0,0615
2005	8.922.055.840,35	8.676.038.672,19	246.017.168,16	0,0274

Fonte: Difin/FNDE

Essa constatação de melhor desempenho do FNDE pode ser vista também no gráfico nº 27. Tomando-se por referência o orçamento de 2001, em termos nominais, os valores do eixo vertical foram obtidos calculando-se a evolução percentual das dotações do período, da execução e dos saldos. De 2001 a 2005, as variáveis orçamento e execução cresceram e, até 2002, o saldo seguiu a mesma trajetória, que foi interrompida, passando a diminuir a partir de 2003, como demonstrado pela inflexão da função apresentada graficamente.

¹² Quanto mais próximo de zero, menor é o custo social – neste caso, compreendido como as oportunidades perdidas, em razão de não terem sido empregados os recursos orçamentários estimados, em programas, projetos e ações educacionais.

Gráfico nº 27: Evolução percentual da dotação, execução e saldo orçamentários – de 2001 a 2005



Fonte: Dfín/FNDE

Para demonstrar com maior detalhe o desempenho da execução orçamentária da Autarquia é importante dividi-lo em dois grupos:

a) o primeiro grupo reúne as ações que não se submeteram aos limites autorizados de movimentação e empenho estabelecidos pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005.

• Neste grupo estão a quota distrital do Salário-Educação, a complementação ao Fundef, despesas de pessoal e precatórios, os quais não impactaram os limites de empenho da Autarquia. Nestas ações, o orçamento aprovado foi da ordem de R\$ 4,38 bilhões. Sua execução orçamentária alcançou 99,97% da dotação autorizada, e a execução financeira atingiu R\$ 3,42 bilhões, o que corresponde a 78,17% do valor total empenhado.

• Destaque-se que a diferença entre o empenhado e o total pago refere-se à quota do Salário-Educação, competência dezembro, que sempre é repassada em janeiro, bem como de valores da ação de complementação ao Fundef, inscritos em restos a pagar, para cobrir eventuais ajustes que surjam em decorrência do refazimento dos cálculos por parte do Ministério da Fazenda.

• Além das ações anteriormente citadas, o FNDE recebeu um total de R\$ 761,5 milhões de créditos de outras entidades para executá-los com o Proep, Projovem e Prodeb. Os créditos recebidos, que também não impactam o limite de empenho do FNDE, foram efetivados em 99,95%¹³, conforme demonstra a tabela nº 44.

Tabela nº 44: Demonstrativo da execução das despesas (R\$) que não impactam limite de empenho - exercício de 2005

Situação	Dotação inicial (A)	Créditos contingenciados pela SOF (B)	Dotação final (C = A - B)	Empenhos (D)	% execução (E = D/C)	Valor total pago (pago + repasses) (F)	% pago / empenho (G = F/D)
Créditos Recebidos	4.378.786.180,00	-	4.378.786.180,00	4.377.616.658,26	99,97	3.422.120.607,41	78,17
Orçamento FNDE	761.530.359,35	15.481.527,12	746.048.832,23	745.670.269,25	99,95	628.000.660,61	84,22
Total	5.140.316.539,35	15.481.527,12	5.124.835.012,23	5.123.286.927,51	99,97	4.050.121.268,02	79,05

Fonte: Dfín/FNDE

¹³ Devolveram-se todos os créditos não utilizados pelo FNDE aos órgãos que os descentralizaram, exceto quanto à R\$ 378.562,98 do contrato temporário do Proep, cujos pré-empenhos foram cancelados em 31 de dezembro de 2005. Este valor corresponde aos 0,05% que não foram executados de crédito recebido, se descontados os R\$ 15,4 milhões contingenciados pela SOF, em 28 de dezembro de 2005.

- b) O segundo grupo inclui as ações submetidas às limitações de empenho em decorrência do referido Decreto, ainda que houvesse orçamento disponível.
- A dotação orçamentária aprovada para o FNDE, referente às ações que dependem da liberação de limite de empenho, para que possam ser executadas, totalizou R\$ 3,78 bilhões, em 2005. Entretanto, foi disponibilizado limite de empenho para a Autarquia no montante de R\$ 3,56 bilhões, dos quais R\$ 3,55 bilhões foram efetivados pelo FNDE, atingindo-se a 99,74% de execução, com base no limite de empenho liberado.

Tabela nº 45: Demonstrativo da execução das despesas em R\$ que impactam limite de empenho - exercício de 2005

Dotação final (A)	Executado (B)	Limite de empenho (C)	% Executado/ limite de empenho (D = B/C)	Valor total pago (E)	% Pago / Executado (F = E/B)
3.781.739.301,00	3.552.751.744,68	3.561.983.943,56	99,74	2.944.931.660,84	82,89

Executado = Dotação utilizada (empenho + dest. Concedidos)

Valor total pago = pago + repasses

Limite de Empenho = recebido até 31.12.05

Fonte: Difin/FNDE

Estas informações tornam evidente que a performance da Autarquia teria melhor desempenho não fossem as limitações exógenas impostas ao seu orçamento.

4.2 Execução financeira

Aspectos Gerais

O FNDE realizou pagamentos, a conta do orçamento de 2005, em torno de R\$ 7 bilhões, conforme demonstrado na tabela nº 46. Este valor indica que foi possível liquidar e pagar 80,6% da dotação empenhada e descentralizada, dentro do próprio exercício. A diferença de 19,37% corresponde aos valores inscritos em restos a pagar em 2006.

Do valor pago, R\$ 57,95 milhões correspondem aos repasses aos órgãos federais decorrentes das descentralizações de créditos orçamentários efetuadas pelo FNDE, e R\$ 6,98 bilhões referem-se aos pagamentos realizados aos demais órgãos e entidades.

Entre os programas – desconsiderando-se o de Inativos e Pensionistas da União e o de Gestão da Política de Educação (no qual está incluída a ação de Complementação ao FUNDEF) –, foi o Brasil Alfabetizado e o Educação de Jovens e Adultos que apresentaram o melhor desempenho financeiro.

No programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos, foram pagos 95,6% do total do orçamento utilizado, com destaque para a Ação de Educação de Jovens e Adultos (cód. 0081), na qual repassaram-se aos estados e municípios cerca de R\$ 447,99 milhões. A execução financeira desta ação foi da ordem de 99,95% da dotação utilizada.

Em seguida, tem-se o Programa Nacional de Juventude, de competência da Presidência da República, mas executado pelo FNDE, com repasses no valor de R\$ 186,52 milhões, o equivalente a 87,41% dos valores empenhados. Destacou-se, também, o Programa Brasil Escolarizado que, com um total de R\$ 1,29 bilhão pago, apresentou uma execução financeira de 85,55% do orçamento utilizado.

Tabela nº 46: Execução financeira por programa de governo - exercício de 2005

Código	Programa de governo	Dotação utilizada (A)	Valores pagos (B)	% (C = B/A)
0073	Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes	1.185.145,85	699.739,06	59,04
0089	Previdência de inativos e pensionistas da União	16.670.363,05	16.670.363,05	100,00
0150	Identidade étnica e patrimônio cultural dos povos indígenas	2.842.737,21	2.288.866,71	80,52
0750	Apoio administrativo	58.127.621,49	49.096.712,99	84,46
0901	Operações especiais: cumprimento de sentenças judiciais	2.064.011,00	2.064.011,00	100,00
0903	Operações especiais: transferências constitucionais	3.599.697.791,77	2.983.926.157,29	82,89
0999	Reserva de contingência	-	-	-
1060	Brasil alfabetizado e educação de jovens e adultos	668.972.512,96	639.554.552,65	95,60
1061	Brasil escolarizado	1.510.937.535,67	1.292.542.695,29	85,55
1062	Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica	136.137.705,62	40.971.040,89	30,10
1065	Desenvolvimento da educação infantil	8.594.976,30	2.580.135,00	30,02
1067	Gestão da política de educação	401.690.833,84	401.174.410,89	99,87
1072	Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação	778.748.014,28	431.055.019,56	55,35
1336	Brasil quilombola	2.039.487,31	765.753,44	37,55
1374	Desenvolvimento da educação especial	38.437.909,08	27.849.661,61	72,45
1376	Desenvolvimento do ensino fundamental	985.751.233,19	766.026.676,04	77,71
1377	Educação para a diversidade e cidadania	43.238.700,06	25.646.951,99	59,31
1378	Desenvolvimento do ensino médio	207.511.744,36	125.618.822,86	60,54
8034	Nacional de juventude	213.390.349,15	186.521.358,54	87,41
Total		8.676.038.672,19	6.995.052.928,86	80,62

Fonte Difin/FNDE

Os programas que apresentaram execução financeira mais baixa são aqueles executados majoritariamente mediante convênios. Isto ocorre, em face das limitações financeiras impostas pelo Ministério da Fazenda ao FNDE, que prioriza os seguintes repasses automáticos às ações orçamentárias decorrentes de aprovação legal, denominadas institucionalmente:

- Programa Nacional de Alimentação do Escolar (Pnae);
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- Programa de Educação de Jovens e Adultos (Peja);
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate); e
- Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Análise da Execução Financeira com base em classificações orçamentárias

O sistema orçamentário brasileiro está fundamentado em diversos conceitos que têm por objetivo promover o acompanhamento da destinação dada aos recursos do Governo Federal. Entre as diversas classificações, destacam-se neste relatório a natureza de despesa, modalidade de aplicação, forma de implementação e fonte de recursos, a seguir analisadas.

Natureza da Despesa

Pela análise da natureza das despesas realizadas no exercício de 2005 depreende-se, a partir da observação da tabela nº 47, que 94,12% do orçamento do FNDE estava alocado em despesas correntes, 4,82% em despesas de capital e o restante dividido entre pessoal e inversões financeiras.

Tabela nº 47: Demonstrativo resumido da execução orçamentária e financeira (R\$) por grupo de natureza de despesa – exercício de 2005

Natureza da despesa	Dotação final		Dotação utilizada*		Valor total pago**	
	R\$ 1.00 (A)	%	R\$ 1.00 (B))	% (C = B/A)	R\$ 1,00 D	% (E = D/B)
Pessoal e encargos sociais	41.513.024,17	0,47	40.645.682,66	97,91	40.477.158,97	99,59
Despesas correntes	8.397.251.528,18	94,12	8.249.031.876,71	98,23	6.807.972.990,37	82,53
Despesas de capital	430.400.308,00	4,82	386.361.112,82	89,77	146.602.779,52	37,94
Inversões financeiras	10.000.000,00	0,11	-	-	-	-
Reserva de contingência	42.890.980,00	0,48	-	-	-	-
Total	8.922.055.840,35	100	8.676.038.672,19	97,24	6.995.052.928,86	80,62

*Empenho + desatesos concedidos

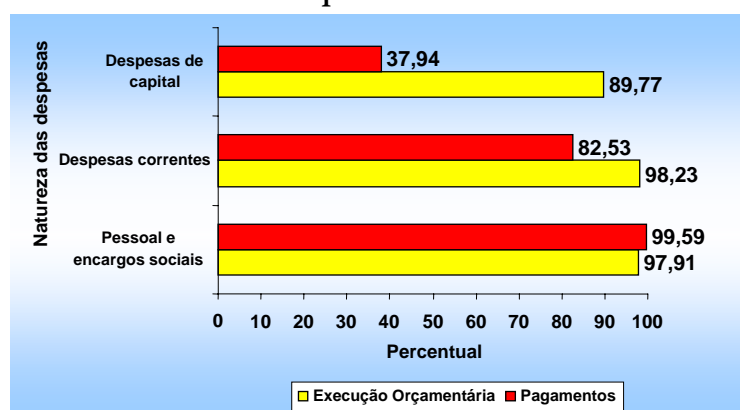
**Pago + repasses

Fonte: Difin/FNDE

Conforme demonstrado na tabela nº 47 e no gráfico nº 28, foram executados 97,91% do orçamento destinado a pessoal e encargos sociais. A execução de despesas correntes também foi bastante elevada, alcançando 98,23%. Em seguida, tem-se o grupo de despesas de capital com 89,77%. Foram nulas as execuções nos grupos de inversões financeiras e de reserva de contingência.

No primeiro caso, em face de seu valor total corresponder à ação que estava reservada para a construção da sede do FNDE, que ainda não foi efetivada e, no segundo caso, conforme mencionado anteriormente, por não ter havido ocorrência de situações emergenciais que justificassem a utilização da dotação.

Gráfico nº 28: Orçamento executado e pagamentos efetuados por natureza da despesa – exercício de 2005



Fonte: Difin/FNDE

Com relação ao financeiro, ainda de acordo com o gráfico e a tabela acima citados, observa-se uma execução de 99,59% no grupo de pessoal, 82,53% em despesas correntes e 37,94% em capital. A execução financeira do grupo de capital foi mais baixa, pois em sua maioria corresponde a convênios. Conforme já mencionado, em razão dos limites impostos pelo Ministério da Fazenda, esta Autarquia, tem priorizado o pagamento dos programas de transferência automática. A execução financeira das despesas de capital do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), por exemplo, foi de 99,21%.

Modalidade de Aplicação

Pela modalidade de aplicação, verifica-se na tabela nº 48 que a maior parte dos recursos do FNDE foi destinada aos municípios brasileiros, que foram beneficiados com 49,68% do orçamento executado, ou seja, R\$ 4,31 bilhões. Deste valor, R\$ 3,64 bilhões, correspondendo a 84,51%, foram transferidos no próprio exercício, e a diferença inscrita em restos a pagar.

Em seguida, têm-se as transferências a estados e ao Distrito Federal que comprometeram 38,44% da dotação executada do FNDE. Este percentual representa um valor total de R\$ 3,34 bilhões, dos quais R\$ 2,87, equivalentes a 86,17%, já foram efetivamente transferidos, e os R\$ 499,3 milhões de diferença foram inscritos em restos a pagar.

Tabela nº 48 : Demonstrativo resumido por modalidade de aplicação - exercício de 2005

Código	Modalidade de aplicação	Dotação final	Dotação utilizada*		Valor total pago**	
		R\$ 1,00 (A)	R\$ 1,00 (B)	%	(C)	% D = (C/B)
30	Transf.a estados e ao DF	3.373.417.929,90	3.335.480.460,73	38,44	2.874.080.392,97	86,17
40	Transferências a municípios	4.392.775.415,78	4.310.479.745,03	49,68	3.642.815.893,72	84,51
50	Transf. a inst. Privadas s/ fins lucrativos	177.944.456,91	168.654.433,58	1,94	112.202.780,51	66,53
80	Transferências ao exterior	66.831.665,65	59.032.963,48	0,68	26.897.093,71	45,56
90	Aplicações diretas	769.513.119,90	704.109.797,16	8,12	281.110.202,47	39,92
99	Reserva de contingência	43.291.980,00	-	-	-	-
-	Destaques concedidos	98.281.272,21	98.281.272,21	1,13%	57.946.565,48	58,96
Total		8.922.055.840,35	8.676.038.672,19	100,00%	6.995.052.928,86	

*Empenho + destaques concedidos

**Pago + repasses

Fonte: Difin/FNDE

O FNDE executou diretamente R\$ 704,11 milhões, correspondentes a 8,12% do orçamento. As transferências a instituições privadas sem fins lucrativos alcançaram R\$ 168,65 milhões (1,94%), e as transferências a organismos internacionais, encarregados da execução de Projetos de Cooperação Técnica (PRODOCs), atingiram R\$ 59,03 milhões (0,84%).

Forma de Implementação

Com base na forma de implementação estabelecida no PPA, para cada ação de governo, pode-se dividir as ações do orçamento do FNDE em cinco grandes grupos: **transferências voluntárias, execução direta fim, execução direta meio, transferências legais e transferências constitucionais**. As ações de pessoal, reserva de contingência e precatórios são demonstrados a parte, pois não se enquadraram em nenhum dos grupos acima.

Conforme a tabela nº 49 e o gráfico nº 29, as transferências constitucionais, que englobam a distribuição da quota estadual, distrital e municipal do Salário-Educação, e a complementação ao Fundef, representaram 48,62% do orçamento de 2005, equivalentes a R\$ 4,34 bilhões. O orçamento destinado às transferências legais foi de R\$ 2,43 bilhões, correspondentes a 27,24%. Aos convênios (transferências voluntárias) foi reservado orçamento de R\$ 1,17 bilhões (13,19%) e, para execução direta de atividades finalísticas desta Autarquia, R\$ 786,95 milhões (8,82%). Os recursos para administração da unidade (execução direta meio) atingiram R\$ 104,94 milhões, ou seja, 1,18%.

Tabela nº 49: Demonstrativo resumido por forma de implementação – exercício de 2005

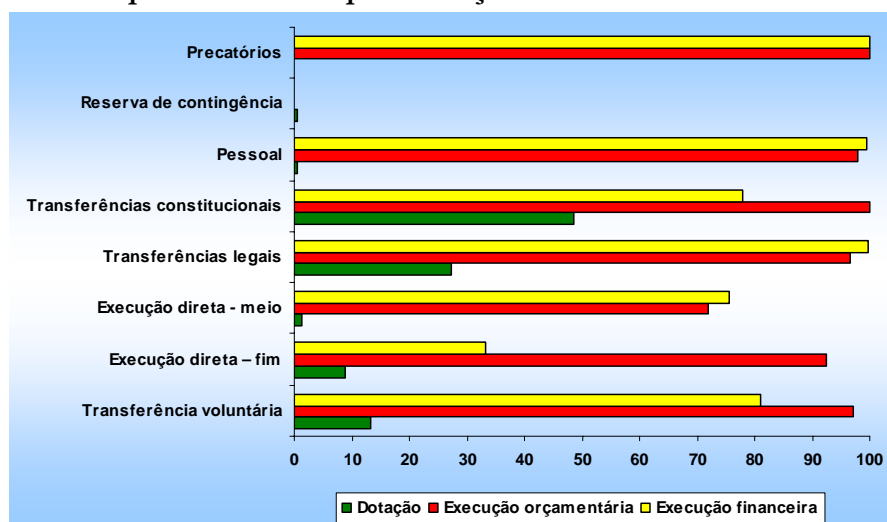
Forma de implementação	Dotação final		Dotação utilizada		Valor Total Pago	
	R\$ 1,00 (A)	%	R\$ 1,00 (B)	% (C = B / A)	R\$ 1,00 (D)	%(E = D / B)
Transferência voluntária	1.177.216.780,50	13,19	1.144.359.825,58	97,22	927.169.454,74	81,03
Execução direta – fim	786.796.433,26	8,82	728.192.998,43	92,53	241.516.659,41	33,17
Execução direta – meio	104.938.310,00	1,18	75.440.159,59	71,89	57.109.306,12	75,7
Transferências legais	2.430.756.053,42	27,24	2.349.757.927,16	96,67	2.346.465.798,01	99,86
Transferências constitucionais	4.337.803.466,00	48,62	4.337.501.285,77	99,99	3.382.173.758,61	77,98
Pessoal	39.589.806,17	0,44	38.722.464,66	97,81	38.553.940,97	99,56
Reserva de contingência	42.890.980,00	0,48	0	0	0	0
Precatórios	2.064.011,00	0,02	2.064.011,00	100	2.064.011,00	100
Total	8.922.055.840,35	99,99	8.676.038.672,19	97,24	6.995.052.928,86	80,62

*Empenho + destaques concedidos

**Pago + repasses

Fonte: Difin/FNDE

Gráfico nº 29: demonstrativo da distribuição proporcional resumida, por forma de implementação – exercício de 2005



Fonte: Difin/FNDE

Entre as formas de implementação, a transferência constitucional alcançou a maior execução com 99,99% do orçamento utilizado. Em seguida, têm-se as transferências voluntárias, com 97,22%, e as transferências legais, com 96,67%.

No que diz respeito aos repasses financeiros, as transferências legais apresentaram a melhor execução, com 99,86% de valores pagos no próprio exercício. Os repasses financeiros aos convênios puderam ser concretizados no próprio exercício no montante correspondente a 81,03% do orçamento comprometido com esta modalidade.

As transferências constitucionais apresentaram execução de 77,98%, em razão:

a) do repasse, realizado em janeiro do ano seguinte, da quota do Salário-Educação destinada aos entes federados e correspondentes à arrecadação direta pelo FNDE, nos meses caixa de novembro e dezembro, e a arrecadação indireta pelo INSS, no mês caixa de dezembro;

b) dos valores do FUNDEF inscritos em RAP para cobrir eventuais ajustes.

Por fim, tem-se a efetivação financeira da execução direta meio, em 75,70%, e a execução direta fim, em 33,17%. Com referência a esta última, que recebe forte impacto do Programa Nacional do Livro Didático, os pagamentos dos livros adquiridos são realizados em 4 parcelas mensais, podendo ocorrer vencimentos nos primeiros meses do ano seguinte.

Fonte de Recursos

A Contribuição Social do Salário-Educação representa a maior parte da fonte de recursos do FNDE (fonte 113), com 61,15% do orçamento, conforme demonstrado no gráfico nº 30 e na tabela nº 50. Em 2005, a dotação alocada nesta fonte de recursos, incluindo a fonte 0113 e a fonte 1113 (contrapartida externa ao Fundescola), alcançou R\$ 5,66 bilhões, o correspondente a 63,43%, dos quais R\$ 5,55 bilhões foram executados. Os desembolsos financeiros para pagamento das despesas do orçamento de 2005 atingiram R\$ 4,46 bilhões.

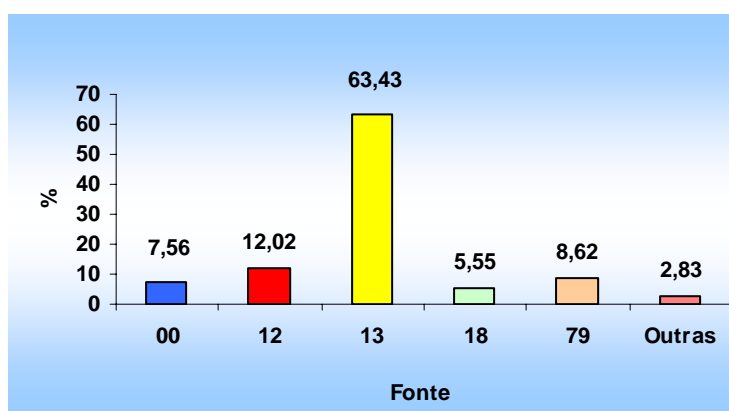
Na fonte de recursos 112 (fonte exclusiva para manutenção do ensino), incluindo as fontes 1112 e 2112 (contrapartida de projetos externos) foi destinado R\$ 1,07 bilhão, correspondendo a 12,02%, tendo sido executados R\$ 986,46 milhões, ou seja, 96,94% do orçamento. Foram pagos no próprio exercício R\$ 726,81 milhões.

Em seguida, têm-se as fontes 0379 (8,62%) e 0118 (5,55%), que são destinadas exclusivamente para o pagamento do Programa Nacional de Alimentação do Escolar, com valores alocados de R\$ 769,20 milhões e R\$ 495,39 milhões, respectivamente, e que, somados, representam 14,17% do orçamento.

As fontes 0100 e 0300 somam R\$ 674,1 milhões, com participação no orçamento de 7,56%. Deste montante, foram comprometidos R\$ 637,82, dos quais R\$ 400,97 já foram pagos no próprio exercício.

Na fonte 148, da qual são realizados os gastos decorrentes de financiamentos externos (Proep, Fundescola e Promed), foram alocados R\$ 227,61 milhões, tendo sido comprometidos R\$ 222,21 milhões, o que representa uma execução de 97,63%, nos projetos externos.

Gráfico nº 30: Distribuição do orçamento por fonte de recursos - exercício de 2005



Fonte: Difin/FNDE

**Tabela nº 50: Demonstrativo resumido de execução orçamentária e financeira,
por fonte de recursos - exercício de 2005**

Grupo de Natureza de Despesa	Dotação final		Dotação utilizada		Valor Total Pago	
	R\$ 1,00 (A)	%	R\$ 1,00 (B)	% (C = B / A)	R\$ 1,00 (D)	%(E = D / B)
100	613.940.501,01	6,88	577.678.594,46	94,09	349.831.177,75	60,56
112	962.495.375,00	10,79	944.026.375,87	98,08	705.699.772,70	74,75
113	5.455.766.751,00	61,15	5.370.626.221,07	98,44	4.286.478.852,32	79,81
118	495.389.447,00	5,55	494.857.782,51	99,89	494.846.792,74	100,00
148	227.610.000,00	2,55	222.208.556,66	97,63	137.286.828,74	61,78
151	671.103,17	0,01	671.103,17	100,00	671.103,17	100,00
153	16.527.477,00	0,19	16.499.675,05	99,83	16.499.675,05	100,00
169	167.000,00	0,00	167.000,00	100,00	167.000,00	100,00
250	24.571.310,00	0,28	2.412.291,50	9,82	430.196,91	17,83
293	9.982.241,00	0,11	9.982.061,00	100,00	951.459,33	9,53
300	60.136.655,90	0,67	60.136.655,90	100,00	51.136.655,90	85,03
312	27.398.913,05	0,31	27.398.913,05	100,00	25.363.760,25	92,57
379	769.202.762,00	8,62	730.474.145,92	94,97	730.254.058,03	99,97
1112	2.085.450,00	0,02	1.524.000,00	73,08	1.448.100,00	95,02
1113	203.092.455,00	2,28	176.469.938,51	86,89	174.325.282,06	98,78
2112	53.018.399,22	0,59	40.905.357,52	77,15	19.662.213,91	48,07
Total	8.922.055.840,35	100,00	8.676.038.672,19	97,24	6.995.052.928,86	80,62

*Empenho + destaques concedidos

**Pago + repasses

Fonte: Difin/FNDE

4.3. Restos a pagar

Restos a Pagar, inscritos em 2005

No exercício de 2005, conforme demonstrado na tabela nº 51, foi inscrito em torno de R\$ 1,69 bilhão em restos a pagar (RAP) de ações do orçamento do FNDE (18,98% do orçamento), sendo R\$ 1,68 bilhão de valores executados pelo próprio FNDE e R\$ 14,9 milhões referentes a créditos descentralizados a entidades federais. Deste montante, R\$ 831,66 milhões correspondem aos RAP processados, ou seja, despesas que foram liquidadas no próprio exercício de 2005, mas que ainda não foram pagas.

A ação que apresentou o maior valor de RAP foi a quota estadual e municipal do Salário-Educação, com R\$ 615,7 milhões inscritos. Entretanto, deste valor, R\$ 544,11 milhões correspondem aos recursos que ingressaram no caixa do FNDE, em novembro e dezembro (R\$ 371,94 milhões da arrecadação direta), e em dezembro (R\$ 172,17 milhões da arrecadação indireta), cujo repasse é realizado sempre em janeiro do ano seguinte.

Na ação de Complementação ao Fundef foram inscritos R\$ 339,56 milhões para eventuais ajustes a serem publicados pelo Ministério da Fazenda, em 2006, ou em exercícios seguintes, vindo depois, o Programa Nacional do Livro Didático, com R\$ 192,50 milhões inscritos.

Tabela nº 51: Inscrição em restos a pagar por programa orçamentário – exercício de 2005

Programa	Federais			FNDE			Total	
	Processado	Não Processado	Total	Processado	Não Processado	Total	Não processado	Não processado + processado
073	0,00	0,00	0,00	485.406,79	0,00	485.406,79	0,00	485.406,79
150	68.091,43	0,00	68.091,43	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	268.091,43
750	0,00	0,00	0,00	2.618.791,85	5.912.116,65	8.530.908,50	5.912.116,65	8.530.908,50
0903	0,00	0,00	0,00	544.217.391,66	71.554.242,82	615.771.634,48	71.554.242,82	615.771.634,48
1060	1.246.223,10	754.243,66	2.000.466,76	24.680.801,93	344.908,98	25.025.710,91	1.099.152,64	27.026.177,67
1061	671.968,47	8.433.381,35	9.105.349,82	121.679.873,11	88.750.005,72	210.429.878,83	97.183.387,07	219.535.228,65
1062	0,00	60.000,00	60.000,00	81.579.979,49	30.464.650,39	112.044.629,88	30.524.650,39	112.104.629,88
1065	0,00	0,00	0,00	5.246.850,30	767.991,00	6.014.841,30	767.991,00	6.014.841,30
1067	0,00	0,00	0,00	133.046,33	83.376,62	216.422,95	83.376,62	216.422,95
1072	0,00	3.179.482,37	3.179.482,37	4.449.821,00	339.555.892,68	344.005.713,68	342.735.375,05	347.185.196,05
1336	0,00	0,00	0,00	1.273.733,87	0,00	1.273.733,87	0,00	1.273.733,87
1374	6.622,00	7.998,00	14.620,00	4.774.907,35	5.406.816,12	10.181.723,47	5.414.814,12	10.196.343,47
1376	0,00	642,91	642,91	24.161.301,17	195.563.255,98	219.724.557,15	195.563.898,89	219.725.200,06
1377	198.041,40	153.813,77	351.855,17	3.467.975,05	14.043.703,00	17.511.678,05	14.197.516,77	17.863.533,22
1378	20.711,33	94.656,05	115.367,38	10.475.221,14	71.104.872,80	81.580.093,94	71.199.528,85	81.695.461,32
8034	0,00	0,00	0,00	3.000,00	25.600.986,27	25.603.986,27	25.600.986,27	25.603.986,27
Total	2.211.657,73	12.684.218,11	14.895.875,84	829.448.101,04	849.152.819,03	1.678.600.920,07	861.837.037,14	1.693.496.795,91

Fonte: Difin/FNDE

Restos a pagar de exercícios anteriores

O FNDE iniciou 2005 com R\$ 787,53 milhões de RAP de exercícios anteriores (2002, 2003, 2004), incluindo o Proep, que foi transferido para esta Autarquia naquele ano. Ao longo do exercício, foram cancelados R\$ 4,05 milhões, e R\$ 457,90 milhões foram pagos, restando, ainda, R\$ 321,52 milhões, dos quais R\$ 143,91 correspondem a despesas já liquidadas (RAP processados) e R\$ 177,61 milhões a liquidar (RAP não processados).

Tabela nº 52: Restos a pagar de exercícios anteriores – de 2002 a 2004

Ano	Total RAP			Pago (D)	A pagar		
	Inscrito (A)	Cancelado (B)	Total (C=A+B)		Processado (E)	Não processado (F)	Total (G=E+F)
2002	668.984,19	0	668.984,19	0	668.984,19	0	668.984,19
2003	167.168.347,59	3.187.963,73	170.356.311,32	34.648.200,58	129.332.183,28	0	129.332.183,28
2004	615.637.106,18	865.776,34	616.502.882,52	423.250.339,03	13.909.422,50	177.611.568,31	191.520.990,81
Total	783.474.437,96	4.053.740,07	787.528.178,03	457.898.539,61	143.910.589,97	177.611.568,31	321.522.158,28

Fonte: Difin/FNDE

4.4. Aplicação financeira

Até 2003, quando o produto da arrecadação do salário-educação era recolhido diretamente à conta única do FNDE, todos os valores eram aplicados por esta Autarquia e os rendimentos revertiam em benefício do próprio. Entretanto, a partir da sistemática de centralização de todos os valores na Conta Única do Tesouro Nacional, a rentabilidade da aplicação do produto da arrecadação do Salário-Educação dos exercícios de 2004 e seguintes passa a compor receita do Tesouro Nacional.

Os valores que já estavam na conta única do FNDE, referentes aos superávits do Salário-Educação de anos anteriores, permaneceram sob a gestão desta Autarquia e são mantidos em Fundo de Aplicação Extramercado Exclusivo do FNDE, junto ao BBTVM/Banco do Brasil, com amparo na Resolução BACEN nº 2.917, de 19.12.01. Estes recursos só podem ser utilizados para pagamentos de despesas alocadas no orçamento na fonte 293 – superávit do Salário-Educação.

Em 01 de janeiro de 2005, o valor total aplicado era de R\$ 846,8. Ao longo do ano de 2005, foram sacados para efetuar pagamentos de despesas da fonte 0293 R\$ 28,2 milhões, sendo R\$ 27,2 milhões para pagamentos de despesas de 2004, inscritas em RAP, e R\$ 951 mil referentes ao orçamento de 2005.

A aplicação rendeu juros, em 2005, no total de R\$ 148,94 milhões, valor 9,34% superior ao de 2004, quando a receita de juros atingiu R\$ 136,21 milhões. Em 2003, o rendimento de juros foi cerca de 50% superior, pois naquele exercício parte do produto da arrecadação do Salário-Educação que não era executado imediatamente pelo FNDE, e sim direcionado para a aplicação. Conforme já explicitado, a partir de 2004, não houve novos investimentos no fundo, e o incremento no saldo decorre apenas dos rendimentos auferidos que superaram os desembolsos realizados.

Tabela nº 53: comparativo dos saldos e rendimentos de aplicação financeira - de 2003 a 2005

Ano	Saldo da aplicação (01/12/05)	Saldo da aplicação (31/12/05)	Rendimento no ano - R\$	Variação do rendimento
2003	897.414.667,29	1.443.497.694,73	261.192.340,66	
2004	1.444.358.814,27	846.219.265,59	136.212.485,93	-0,4785
2005	846.761.270,41	947.092.888,17	148.940.142,19	0,0934

Fonte: Difin/FNDE

5. Contas correntes

Com o objetivo de garantir segurança e agilidade aos repasses e, ainda, facilitar o acompanhamento e a gestão da aplicação desses recursos pelos órgãos e entidades beneficiários, o FNDE assumiu a incumbência de providenciar a abertura das contas correntes depositárias dos recursos destinados à execução dos programas sob sua responsabilidade, mediante a parceria com instituições financeiras públicas e privadas.

Estas parcerias são formalizadas por meio da assinatura de Acordos de Cooperação Mútua, onde são definidos os direitos e deveres das partes. O processo de seleção da instituição financeira ocorre por adesão, desde que satisfeitas algumas condições mínimas exigidas pelo FNDE, como é o caso da isenção de tarifas bancárias e da remessa de comunicados de pagamento aos beneficiários.

A partir da formalização dos Acordos, a relação das instituições parceiras é amplamente divulgada pelo FNDE, cabendo aos órgãos e entidades beneficiárias dos repasses indicarem o banco e a agência de sua preferência, inexistindo, portanto, qualquer ingerência da Autarquia no processo de escolha, ressalvadas aquelas situações em que a indicação não atenda a exigências da Instrução Normativa STN nº 1/97 e das Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE que regulam a execução dos programas de transferência automática de recursos.

Dentre os bancos parceiros do FNDE encontram-se algumas instituições financeiras privadas, como é o caso dos Bancos Itaú e Santander, que assinaram Acordos de Cooperação com o FNDE motivadas pela assunção do controle acionário de bancos estaduais submetidos a processo de desestatização, o que as colocou em condição de igualdade com as instituições financeiras oficiais, no que diz respeito a movimentação das disponibilidades de caixa dos órgãos e entidades integrantes

da administração pública estadual, municipal ou do Distrito Federal, decorrentes de convênios firmados com a União. Também motivado por esta condição, o Banco Real S/A (ABN AMRO BANK) manifestou o interesse em aderir à parceria com o FNDE, devendo a formalização do correspondente acordo ocorrer no próximo exercício.

A ampliação do número de instituições parceiras tem sido uma busca constante do FNDE, de forma a promover a intensificação da livre concorrência e colocar à disposição dos órgãos e entidades um rol de opções cada vez maior, o que contribui positivamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A tabela nº 54 a seguir apresenta as instituições financeiras parceiras do FNDE no exercício de 2005:

Tabela nº 54: Relação dos bancos parceiros do FNDE

N.º	Nome do banco	Sigla
1	001 - Banco do Brasil	BB
2	003 - Banco da Amazônia	Basa
3	008 - Banco Santander - Meridional	Meridional
4	021 - Banco do Estado do Espírito Santo	Banestes
5	027 - Banco do Estado de Santa Catarina	BESC
6	033 - Banco do Estado de São Paulo	Banespa
7	035 - Banco do Estado do Ceará	BEC
8	047 - Banco do Estado de Sergipe	Banese
9	104 - Caixa Econômica Federal	CEF
10	151 - Nossa Caixa Nosso Banco	NCNB
11	341 - Banco Itaú	Itaú

A redução no número de acordos vigentes, verificada no ano de 2005, justifica-se, especialmente, pela não renovação dos instrumentos pactuados com os Bancos do Estado do Rio de Janeiro, do Estado de Goiás, do Estado do Paraná e do Estado de Minas Gerais, haja vista que essas instituições integram o conglomerado financeiro do Banco Itaú, que optou pela assinatura de um único Acordo de Cooperação.

Com a criação do Programa Escola de Fábrica em setembro de 2005, também foi necessária a abertura de contas destinadas ao pagamento de bolsa-auxílio a jovens carentes na faixa etária de 16 a 24 anos, matriculados nos cursos técnicos oferecidos pelo programa. Apesar de os Acordos de Cooperação não contemplarem esta modalidade de conta corrente, o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal, instituições escolhidas pelos bolsistas para movimentar suas disponibilidades, efetuaram em caráter emergencial a abertura das contas necessárias à implementação da 1ª etapa do programa. Foram abertas nesta fase um total de 3.136 contas, das quais 2.619 junto ao Banco do Brasil e 517 junto à Caixa Econômica Federal.

A tabela nº 55, a seguir, apresenta o total das contas abertas para pessoas jurídicas e físicas no exercício de 2005 e anteriores, ativas em 31/12/2005.

Tabela nº 55: Relação de contas correntes ativas por instituição financeira e programa

Banco	Bralf	Peja	Pnate	Pnae	Quota	PNTE	PNSE	Escola de Fábrica		PDDE	Fundef	PTA	Total
								Convênio	Bolsa				
BB	1.084	3.167	5.370	7.384	5.517	174	124	43	2.619	82.989	5.443	3.335	117.249
Basa	0	1	0	0	0	0	0	0	0	56	0	0	57
Meridional	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Banestes	2	4	1	0	0	1	0	0	0	1.379	0	8	1.395
BESC	1	2	1	57	0	0	0	0	0	104	0	4	169
Banespa	4	26	0	499	0	1	0	0	0	258	0	11	799
BEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	655	0	0	655
Banese	2	1	1	86	0	0	0	0	0	850	0	7	947
CEF	82	193	29	2.015	0	21	10	13	517	13.604	0	283	16.767
NCNB	4	21	0	0	0	0	0	0	0	345	0	9	379
Itaú	3	6	0	110	0	0	0	0	0	164	0	8	291
Total	1.182	3.421	5.402	10.164	5.517	197	134	56	3.136	100.404	5.443	3.665	138.721

Fonte: Difin/FNDE

Também no exercício de 2005, foi possível dar prosseguimento ao desenvolvimento de um sistema informatizado que possibilitará às diversas unidades do FNDE promover um melhor acompanhamento e controle da movimentação bancária dos órgãos e entidades apoiados financeiramente pela Autarquia. Neste contexto, foi colocado em produção um dos módulos do sistema que permite o acesso a extratos e saldos de contas correntes abertas junto ao Banco do Brasil. Este módulo, que no exercício de 2004, funcionou em caráter experimental, encontra-se disponibilizado para todas as unidades da Autarquia interessadas em manter controles e acompanhamentos desta natureza.

Além deste módulo, encontram-se disponíveis para as unidades do FNDE consultas via *web* a extratos das contas correntes abertas junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Estas consultas possuem a vantagem de disponibilizar a movimentação das contas correntes em tempo real, enquanto o módulo do FNDE disponibiliza apenas a movimentação do mês anterior.

6. Publicidade dos Pagamentos

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452/97 e em Resoluções editadas pelo Conselho Deliberativo do FNDE, são expedidos por meio de sistema informatizado próprio Avisos de Pagamento aos beneficiários de repasses efetuados pelo órgão, assim como às Assembléias Legislativas, Câmaras Municipais, Conselhos de Acompanhamento do Fundef e da Alimentação Escolar, além de outros setores e órgãos envolvidos com a execução dos programas.

Em 2005, objetivando ampliar a transparência e o controle social dos programas executados pelo FNDE, foram editados atos incorporando à rotina da Autarquia o envio de comunicados aos Ministérios Públicos Estaduais contendo informações relacionadas aos repasses realizados. Foram enviadas um total de 503 mil cartas, sendo 1.509 para as Assembléias Legislativas, 90.174 para os Conselhos de Alimentação, 82.239 para o Conselho de Acompanhamento do Fundef, 68 para Câmaras Legislativas, 250.092 para Câmaras Municipais, 37.259 para equipes de coordenadores do Programa Fazendo Escola (Peja) e 41.736 para os Ministérios Públicos Estaduais.

Em face do estabelecido nos Acordos de Cooperação Mútua assinados com as instituições bancárias, a expedição dos Avisos de Pagamento aos beneficiários dos repasses fica a cargo do banco detentor da conta corrente depositária dos correspondentes recursos.

7. Contabilidade

Durante o exercício de 2005, destacaram-se os seguintes feitos:

- análise dos processos de despesas do FNDE, com o objetivo de verificar a exatidão dos atos e fatos praticados pela gestão. Detectando-se incorreções, são apresentadas as soluções que podem culminar até na impugnação da despesa, inscrevendo-se o responsável em conta específica conforme preceitua o art. 139, parágrafos 1º e 2º e art. 154 do Decreto 93.872;
- apropriação de todas as despesas que contenham retenção de impostos, folha de pagamento, que requerem análise minuciosa tendo em vista envolver várias naturezas de despesas (rubrica) e fontes de recursos diferenciadas (Promed e Fundescola), informando as possíveis correções ou alterações a serem feitas;
- cadastramento e acompanhamento no SIAFI de todos os contratos, Termos Aditivos e reforços aos empenhos de contratos (após sua publicação do D.O.U.) para que tenham eficácia;
- criação da Unidade Gestora 152174 - FNDE/Proep, bem como seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica junto à Secretaria da Receita Federal;
- classificação das Receitas Arrecadadas;
- emissão de parecer inerente à Escrituração Contábil;
- resposta aos questionamentos da Auditoria Interna, Secretaria Federal de Controle Interno, Tribunal de Contas da União e Receita Federal;
- articulação com o MEC e STN, com a finalidade de atender às solicitações emanadas daqueles Órgãos;
- atualização do Rol de Responsáveis;
- cadastramento de senhas SIAFI e SIASG;
- conformidades diárias e dos registros das contas contábeis movimentadas pelo SIAFI;
- baixa no SIAFI dos valores aprovados das Prestações de Contas dos convênios conforme pareceres;
- registro da Dívida referente aos parcelamentos do Salário-Educação.

Ressaltamos que encontra-se em fase de ajuste o Relatório da Dívida Ativa que finalmente teve sua contabilização iniciada, e compreenderá as dívidas a partir de 1998.

8. Prestação de contas

Em 2005, uma série de medidas estratégicas e administrativas foi adotada pelo FNDE, visando melhorar o desempenho da Autarquia para desincumbir-se com mais eficiência das atividades atinentes à prestação de contas. Neste sentido, foi colocado em desenvolvimento um plano de ação que possa identificar e solucionar os problemas diagnosticados. Suas principais medidas são descritas a seguir:

- reestruturação organizacional da Coordenação-Geral da Divisão de Análise de Prestação de Contas de Repasses Automáticos (DIPRA) informalmente, segregando suas atividades em duas Divisões: uma para recebimento, instrução e preparação de processos; outra para análise de prestações de contas, visando dar maior eficiência no desenvolvimento das suas atividades;
- elaboração, em conjunto com a Coordenação Geral de Tecnologia de Informática (CGETI), de um novo Sistema Informatizado de prestação de contas que interaja com todas as áreas com as quais a prestação de contas trabalha e que seja interligado aos grandes sistemas do Fundo, de modo a consolidar todas as informações sobre convenientes e gestores responsáveis pela execução dos recursos liberados pelo FNDE. Este sistema vai agregar elementos que favoreçam a análise físico-financeira e a apuração de irregularidades na aplicação de recursos, bem como promover melhor racionalização dos recursos humanos e materiais no desenvolvimento de tarefas;
- participação na elaboração da proposta de descentralização da estrutura do MEC/FNDE, proporcionando melhoria do atendimento ao público, o acompanhamento dos investimentos em educação pela União nos estados e nos municípios, além de favorecer a análise das prestações de contas nos prazos previstos na legislação em vigor;
- atualização, no site do FNDE www.fnde.gov.br, do link **“perguntas freqüentes”**, que aborda questões relativas à prestação de contas de convênios e repasses diretos, bem como a disponibilização da situação das prestações de contas dos recursos automáticos, com atualização diária de dados, possibilitando, assim, o acesso à informação e a transparência das ações do governo;
- atualização dos controles dos convênios dos Programas Proep e Promed e dos seus registros no SIAFI;
- foram analisadas mais de 2.000 Ações de Ressarcimento, impetradas por gestores atuais, em desfavor de ex-gestores;
- constituição de um grupo de trabalho, no qual foram convocados servidores analistas de prestação de contas para proceder à verificação do volume de processos pendentes;
- modificação das Resoluções de diversos Programas quanto ao aspecto da prestação de contas, sempre no sentido de uniformizar os procedimentos, especialmente dos Programas Proep e Promed com padronização inclusive de pareceres;
- padronização e simplificação das prestações de contas das transferências automáticas, consolidando-as em dois modelos de formulários (físico-financeiro), sendo um para o Programa Nacional de Alimentação Escolar e outra para os Programas PDDE, PDDEE (emergencial), PAED, PEJA, Pnate e BRALEF. Tal medida descompactou a Internet e evitou erros no preenchimento dos formulários;

- regularização de 408 contas julgadas irregulares pelo TCU, que se encontravam aprovadas no SIAFI, baixadas em gestão anterior;
- articulação conjunta com a Procuradoria Federal e Controladoria Geral da União (CGU), para implantação de medida de padronização no âmbito da Autarquia, em 2005, para que a providência jurídica a ser adotada pelo atual gestor contra o ex-gestor negligente seja a impetração de Representação Civil e Criminal junto ao Ministério Público. Esta medida foi adotada na Norma de Financiamento de Projetos Educacionais de 2005 e deve ser adotada também nas Resoluções dos diversos programas de repasses diretos, e tem por objetivo a suspensão de inadimplência de todos os municípios, SEDUCs e ONGs cujo gestor atual não seja o faltoso responsável pela execução irregular dos recursos.

No atendimento às diligências externas, em relação ao exercício anterior, o FNDE aumentou em 111,5% o seu número de atendimentos a órgãos externos (Polícia Federal, Ministério Público, Tribunais de Contas dos Estados, Tribunal de Contas da União e Secex, Promotorias e Controladoria Geral da União) tendo sido atendido, em 2005, o total de 2.549 diligências.

Em 2005, foram realizados 1.908 atendimentos a estados, municípios, organizações não-governamentais e demais convenientes da Autarquia, mediante cadastro pelo público externo, junto à Coordenação de Atendimento Institucional da Autarquia.

Em comparação ao exercício de 2004, o FNDE apresentou um acréscimo de 20,92% no volume de exames de processos realizados, totalizando 7.298 análises, descritas na tabela nº 56.

Tabela nº 56: Demonstrativo de Análise Documental das Prestações de Contas de Convênio – exercício de 2005.

Descrição	Quantidade
Diligências emitidas – convênios até 2004	5.746
Convênios firmados em 2004 – parecer de habilitação	1.290
Convênios firmados em 2004 – parecer recomendando instauração de TCE	135
Convênios firmados até 2003 – parecer de habilitação	100
Convênios firmados até 2003 – parecer recomendando a instauração de TCE	27
Total	7.298

Fonte: Difin/FNDE

Ressalte-se que no quantitativo de diligências emitidas (5.746), estão incluídas: a emissão de diligências, re-diligências, encaminhamento de cópia de documentos, respostas às unidades de controle externo e restituição de ações judiciais incompletas, em que foram encaminhados para a realização de Tomada de Contas Especial 135 convênios, totalizando R\$ 9.635.086,33, e 53 convenientes recolheram ao FNDE a importância de R\$ 3.073.608,03, por não terem executado os convênios firmados.

Conforme demonstrado na tabela nº 57, em 2005 realizou-se, ainda, análise financeira de 4.542 análises de prestações de contas conclusivas, e os resultados levaram à adoção das seguintes medidas administrativas:

- por falta de respostas a diligências emitidas mantiveram-se os pareceres de omissão, aprovação parcial, desaprovação e não aprovação e, em cumprimento à legislação vigente, encaminharam-se 559 processos para instauração de Tomada de Contas Especial, cujo valor dos débitos é de R\$ 25.702.733,09; e
- 544 convenientes recolheram ao FNDE R\$ 5.657.635,08, créditos devidamente comprovados, via SIAFI, em atenção a diligências expedidas para regularização de pendências e irregularidades constatadas quando da análise físico-financeira.

Tabela nº 57: Demonstrativo da Análise Financeira de prestação de contas de convênios – exercício de 2005

Tipo de Parecer	Convênio do exercício de		Total (A+B)
	2003 (A)	2004 (B)	
Pareceres de Omissão	39	0	39
Pareceres de Aprovação Parcial	347	51	398
Parecer de Desaprovação	02	0	02
Parecer de Desaprovação Parcial	01	01	02
Pareceres de Não Aprovação	116	02	118
Pareceres de Aprovação	3.022	961	3.983
Total	3.527	1.015	4.542

Fonte: Difin/FNDE

As prestações de contas dos convênios do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (Proep) e do Programa de Expansão e Melhoria da Rede Escolar (Promed) são mais complexas e demandam maior quantidade de mão-de-obra, inclusive, com grau mais elevado de especialização para analisá-las, devido, por um lado, ao fato de se tratar de convênios plurianuais, com planos de trabalho complexos envolvendo elevado volume de recursos externos, e, por outro lado, à inexistência de sistema informatizado.

A situação das prestações de contas destes programas é demonstrada nas tabelas nº 57 e nº 58.

Dos 307 convênios firmados no âmbito do Proep, 07 foram encerrados, 02 encontram-se inadimplentes e 01 foi encaminhado para instauração da tomada de contas especial. Esse número total de convênios, em 2005, conforme a tabela nº 58, gerou 1.050 registros de atividades correspondentes aos procedimentos de prestação de contas, entre os quais se destaca a situação de aprovação com 600 registros, seguido de 210 registros em análise e de 133 destinados a análise técnica da Diretoria de Programas Especiais (DIPRO).

Ressalte-se que, de acordo com a citada tabela, 75 prestações de contas devidas não foram apresentadas, e 32 foram diligenciadas.

Tabela nº 58: Demonstrativo da situação dos processos de prestação de contas do Proep – exercício de 2005

Situação	Quantidade
Aprovadas	600
Em análise	210
Prestação de contas diligenciadas	32
Não foram apresentadas	75
Para análise técnica (Dipro)	133
Total	1.050

Fonte: Difin/FNDE

No que concerne ao Promed, dos 85 convênios firmados, 39 prestações de contas foram apresentadas. Destas, 22 aguardam análise, 01 está em inadimplência e as demais situações podem ser observadas na tabela nº 59.

Tabela nº 59: Demonstrativo da situação dos processos de Prestação de Contas do Promed – exercício de 2005

Situação	Quantidade
Prestação de Contas recebidas	39
Prestação de Contas aprovadas	2
Prestação de Contas aguardando análise	22
Prestação de Contas encaminhada para instauração de TCE	1
Prestação de Contas diligenciadas	4
Prestação de Contas não apresentada	1
Para análise técnica (Dipro)	9
Total	77

Fonte: Difin/FNDE

O FNDE estabeleceu como meta para o exercício de 2005 a análise de 33.314 prestações de contas dos recursos de transferência direta, das quais 21.019 relativas ao exercício de 2004, e 12.295 de exercícios anteriores.

Considerando-se os exames de prestações de contas, as re-análises motivadas por respostas das diligências emitidas, a instrução de processos para instauração de Tomada de Contas Especial, as revisões de análises solicitadas por órgãos de controle externo, entre outras demandas, foram realizadas 34.981 análises, resultando em 20.228 aprovações e 14.753 diligências expedidas pelo sistema SISPCO. Cabe ressaltar que foram expedidas outras 12.268 diligências que não têm emissão automática no referido sistema.

De 2004 para 2005 houve um acréscimo no volume de Tomadas de Contas instauradas, conforme demonstrado na tabela nº 60. Esta situação é atribuída ao processo de aprimoramento dos fluxos de trabalho, no desempenho das demais unidades analisadas de processos de prestação de contas inter-relacionadas e também ao aprimoramento das ferramentas de controle disponíveis na Autarquia (Planilhas e Sistemas).

De acordo com a mencionada tabela, foram instauradas 1.406 Tomadas de Contas Especiais, sendo 762 relativas a convênios e 644 a repasses diretos.

Tabela nº 60: Demonstrativo de instauração de Tomada de Contas Especial – 2004 e 2005

Ano	TCE instauradas	TCE simplificadas	Diligências Controle Externo
2004	1283	389	387
2005	1406	683	534
Variação	9,59%	75,58%	37,98%

Fonte: Difin/FNDE

Das 1.406 TCEs instauradas, 823 foram de valores acima de R\$ 21.000,00 e 583 abaixo desse valor. No primeiro caso, temos as TCEs normais e, no segundo caso, as simplificadas, nos termos do art. 7º da Instrução Normativa nº 35/2000, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Tabela nº 61: Resumo das TCEs Instauradas por tipo - exercício de 2005

Tipo de TCE instaurada	Quantidade
TCE normal	823
TCE Simplificada	583
Total	1.406

Fonte: Difin/FNDE

Ressaltamos que, com relação a convênios firmados nos exercícios de 2003 e 2004, constata-se que atualmente não há passivos de processos para instauração de tomada de contas especial, e a respeito deste tema foram atendidas 534 diligências externas do TCU, CGU, PF e MP e prestadas 396 informações ao público externo, por intermédio da área de Atendimento Institucional.

III – Desempenho dos programas e ações governamentais

0073 - Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, o Brasil passou a ocupar lugar de destaque, como tendo um dos marcos legais mais avançados do mundo na área. Entretanto, as crianças e os adolescentes continuam a ser a parcela da população brasileira mais exposta à violação dos direitos. Entre os problemas enfrentados por este segmento social, está a violência sexual, que é de ordem mundial, clandestina e, em grande parte, doméstica. O mais freqüente tipo de violência ocorre em função da precária situação socioeconômica das famílias, conhecida como violência estrutural.

A defesa dos direitos fundamentais e a proteção contra toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão é dever da família, da sociedade e do Estado (CF art. 227). Sendo o governo federal co-responsável, o mesmo definiu como mega objetivo em seu Plano Plurianual 2004-2007 (Brasil de Todos) a redução da vulnerabilidade das crianças e adolescentes a todas as formas de violência, inclusive a marginalidade e o crime, mediante a promoção do acesso e a permanência em uma **escola de qualidade**, visando seu pleno desenvolvimento, o preparo para a cidadania e a qualificação para o trabalho (ECA, art. 53). Para atingir essa meta, o Estado brasileiro tem realizado ações integradas com áreas de educação, saúde, cultura e justiça, visando a reintegração social e o retorno da criança ou adolescentes ao convívio familiar e comunitário, por meio do **Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Com o objetivo preventivo, este programa tem por público-alvo não somente as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, mas também suas famílias. O mesmo está sendo executado de maneira descentralizada junto a estados e municípios, com base no ECA, buscando a integração entre os seguintes eixos: prevenção, atendimento e defesa.

No ano de 2005, no âmbito do FNDE, foi destinado R\$ 1,20 milhão do orçamento geral da Autarquia, para a execução do programa, do qual foi executado cerca de R\$ 1,19 milhão.

0073.001S - Apoio educacional a crianças e adolescentes em situação de discriminação e vulnerabilidade social

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade proporcionar a crianças, adolescentes e jovens, que estejam em situação de discriminação ou vulnerabilidade social, melhores condições para permanecerem na escola, contribuindo para a diminuição da repetência e a promoção da permanência e do sucesso escolar, para o fortalecimento de ações coletivas de enfrentamento da violência, com ênfase no combate da exploração e do abuso sexual. O objetivo é incluir e manter na escola aqueles que tiveram seus direitos violados e sensibilizar e mobilizar crianças, adolescentes e jovens evadidos da escola, bem como suas famílias e outros atores, quanto à importância da escolarização no seu processo de desenvolvimento e de alteração positiva de sua condição social.

Execução

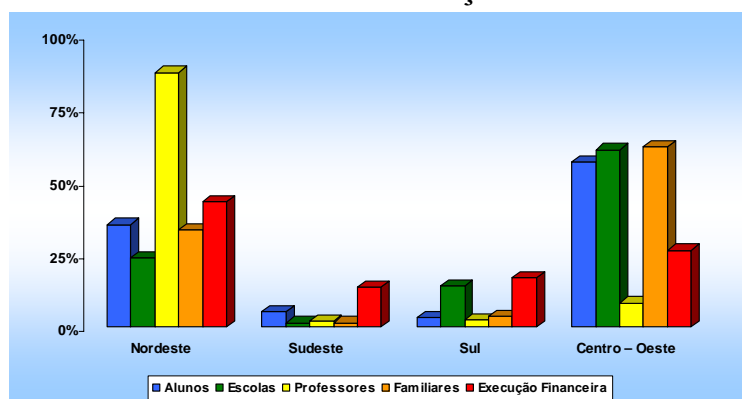
Foi executado nesta ação, conforme a tabela nº 62 e o gráfico nº 31, o valor de R\$ 1.185.145,85, que atendeu 15.530 alunos e 1.630 professores de 143 escolas brasileiras, bem como 14.277 famílias de 5 estados brasileiros e do Distrito Federal, a saber: Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Tabela nº 62: Execução financeira por região - exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários				Execução Financeira (R\$)
	Alunos	Escolas	Professores	Famílias	
Brasil	15.530	143	1.630	14.227	1.185.145,85
Nordeste	5.450	34	1.424	4.747	510.557,04
Sudeste	800	2	33	200	162.142,20
Sul	500	20	40	500	200.237,40
Centro – Oeste	8.780	87	133	8.780	312.209,21

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 31: Comparativo dos percentuais de alunos, escolas, professores e famílias atendidas com a execução financeira - exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com 98,76% dos recursos financeiros, atingiu-se 1.553% da meta física. Assim, como em outras ações, constatou-se nesta execução a necessidade de rever a definição da meta física no processo de elaboração e revisão quantitativa do PPA. Neste caso, por exemplo, houve uma subestimação de valor para a meta.

Tabela nº 63: Desempenho físico financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.000	R\$ 1.200.000,00	15.530	R\$ 1.185.145,85	1.553%	98,76%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas

Desde os primeiros contatos com os colonizadores, a população indígena foi drasticamente reduzida, em consequência de uma história de violência, doenças e falta de proteção. Somente após 500 anos, o respeito à diversidade étnica foi consagrado na Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 231, o índio foi reconhecido como grupo étnico diferenciado e, portanto, com direito a manter sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições. Em consonância com o texto constitucional, a LDB, em seus artigos 78 e 79, estabelece como principal objetivo do Sistema de Ensino da União, coordenado pelo MEC, proporcionar às comunidades indígenas a possibilidade de recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências e garantir o acesso às informações e à oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural.

Embora exista uma incipiente defesa dos direitos dos povos da floresta sob o aspecto legal, muitas comunidades indígenas encontram-se em situação de risco social, em decorrência de constantes invasões e depredações de seus territórios, aliciamento e corrupção de suas lideranças, exploração sexual, preconceito, discriminação, uso de drogas e exploração de seu trabalho.

Para fazer face ao desafio de proteger uma população de aproximadamente 365 mil indivíduos habitantes de 600 reservas espalhadas no território nacional, o governo federal estabeleceu como mega objetivo, descrito no PPA 2004-2007, a garantia da integridade dos povos indígenas, entendendo que suas várias culturas são parte de uma diversidade étnica e regional e um patrimônio que expressa a riqueza e a complexidade do País. Com a adoção dessa diretriz, medidas preventivas de caráter educacional estão sendo adotadas, com o objetivo de garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural de suas sociedades, como:

- referencial curricular nacional para as escolas indígenas proposto pelo MEC, em que são apresentadas idéias básicas e sugestão de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento do ensino fundamental;
- manutenção nas áreas indígenas de escolas que busquem a valorização do conhecimento tradicional de cada grupo étnico e criem condições que permitam uma convivência pacífica com outras sociedades.

O Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, implementado por meio de um conjunto de ações interinstitucionais e multidisciplinares, está sendo executado por unidades governamentais descentralizadas, apoiadas por organizações não-governamentais e organizações indígenas coordenadas pela Funai. Cabe ao FNDE a responsabilidade de descentralizar recursos, via convênio, para viabilizar o desenvolvimento de projetos educacionais, elaborados sob a forma de Plano de Trabalho, aprovados previamente pela Secretaria de Educação Fundamental - SEB e que promovam a inclusão dessas populações no processo de ensino com qualidade social. As ações a serem desenvolvidas são: a capacitação de docentes em exercício nas classes de educação indígena, a produção e/ou impressão de material didático específico para professores e alunos da educação indígena e construção, ampliação e reforma de instalações escolares. Para tanto, a dotação final de recursos para o programa, em 2005, foi de R\$ 3,32 milhões, sendo executados cerca de R\$ 2,84 milhões.

0150.0948 - Apoio ao ensino fundamental escolar indígena

Aspectos gerais

Esta ação tem como finalidade propiciar condições físicas e materiais para a ampliação e melhoria do atendimento na educação escolar indígena. Os recursos disponíveis estão voltados para a construção, ampliação e adaptação de estabelecimentos de educação escolar indígena, aquisição de equipamento e mobiliário e investimento na qualificação de técnicos e gestores dos sistemas de ensino que atendem as comunidades indígenas.

Execução

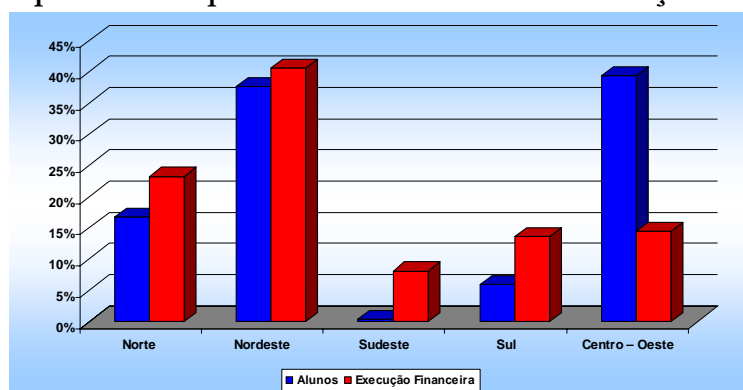
A dotação inicial desta ação era de R\$ 1.645.810,00. Parte desta dotação (R\$ 411.453,00) foi indisponibilizada, restando R\$ 1.234.357,00, dos quais utilizaram-se R\$ 1.232.335,50, beneficiando 31.172 alunos.

Tabela nº 64: Execução financeira por região - exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	31.172	1.232.335,50
Norte	5.205	286.689,64
Nordeste	11.727	500.353,70
Sudeste	98	100.000,00
Sul	1.851	167.310,00
Centro – Oeste	12.291	177.982,16

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 32: Comparativo dos percentuais de alunos e da execução financeira – em 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Segundo os dados apresentados na tabela nº 65, foram executados 74,88% da meta financeira e 115.451,85 % da meta física. Ao analisar a execução físico-financeira desta ação, depara-se com mais um dado discrepante originado na elaboração e revisão quantitativa do PPA, ou seja, a subestimação da meta física. Os percentuais alcançados nesta ação indicaram, mais uma vez, a necessidade de se investir na apuração dos custos da implementação das políticas educacionais.

Tabela nº 65: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
27	R\$ 1.645.810,00	31.172	R\$ 1.232.335,50	115.451,85%	74,88%

Produto: aluno beneficiado
Unidade de medida: unidade
Fonte: Dirpe/FNDE

0150.09DX - Capacitação de professores para a educação fundamental indígena

Aspectos gerais

A capacitação de professores na educação escolar indígena visa a formação bilíngüe indígena continuada de professores, considerando a multiculturalidade dos povos indígenas, demandados pelos estados, municípios e instituições não-governamentais afins, que atuam nesta área e têm contribuído para a elevação da qualidade da oferta de ensino fundamental, voltada a esta população.

Execução

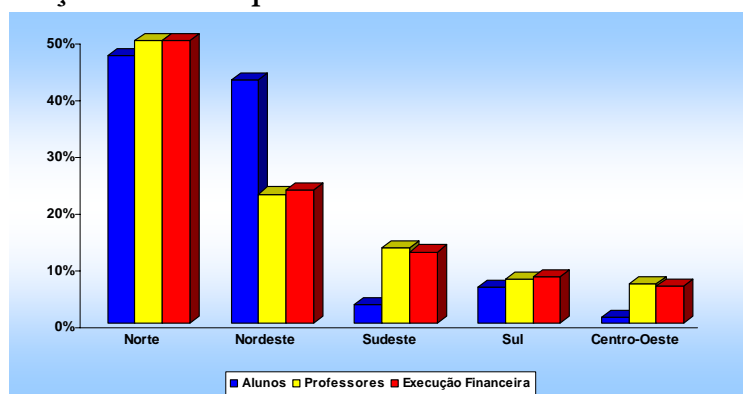
Esta ação atendeu 2.329 professores, beneficiando 37.934 alunos, com investimento total de R\$ 990.010,71.

Tabela nº 66: Quantidade de alunos, professores e da execução financeira por região - exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Professores	
Brasil	37.934	2.329	990.010,71
Norte	17.804	1.157	491.473,62
Nordeste	16.185	528	231.858,00
Sudeste	1.209	307	123.547,06
Sul	2.354	178	79.497,00
Centro-Oeste	382	159	63.635,03

Fonte: Dirpe/FNDE

Tabela nº 33: Comparativo dos percentuais de alunos, professores e da execução financeira por Unidade Federativa - exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Conforme demonstrado na tabela nº 67, 98,57% dos recursos foram executados, atendendo 92,75% dos professores inicialmente previstos para serem capacitados. Os percentuais alcançados refletem uma operacionalização eficiente, somada a um alto índice de projetos apresentados, habilitados e concluídos por meio da ação.

Tabela nº 67: Desempenho físico-financeiro - exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
2.511	R\$ 1.004.400,00	2.329	R\$ 990.010,71	92,75%	98,57%

Produto: professor capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

0903 - Operações especiais: transferências constitucionais e as decorrentes de legislação específica

O programa corresponde à transferência aos entes federados de dois terços da contribuição social do salário-educação, recolhido pelas empresas, como fonte adicional para financiar o ensino fundamental.

0903.0369 - Quota-parte dos estados, municípios e Distrito Federal do Salário-Educação

Desempenho

No exercício de 2005, foram executados 99,96% dos repasses da quota-parte dos estados e 99,94% da quota-parte dos municípios, conforme demonstrado nas tabelas nºs 68 e 69.

Tabela nº 68: Quota-parte dos estados

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
0	R\$ 1.827.845.799,38	0	R\$ 1.827.845.799,37	0	100,00%

Fonte: Difin/FNDE

Tabela nº 69: Quota-parte dos municípios

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
0	R\$ 1.772.154.172,2	0	R\$ 1.771.851.992,40	0	99,98%

Fonte: Difin/FNDE

1060. Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

A educação, primeiro direito social previsto no artigo 6º da Constituição Brasileira, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (LDB, Art. 2º), figura na pauta de discussões em todas as conferências internacionais que versam sobre desenvolvimento humano e condições de vida. Indicadores como taxa de analfabetismo, taxa de escolarização e nível de instrução constituem parte do conjunto de sinalizadores construídos para acompanhar e monitorar as condições de vida da população e permitem avaliar a ocorrência, ou não, da redução dos níveis de pobreza e desigualdade.

Com base nessas considerações, o quadro educacional brasileiro precisa urgentemente ser alterado, pois no Plano Plurianual 2004-2007 encontramos as seguintes informações: cerca de 65,9 milhões de brasileiros não possuem o ensino fundamental completo, sendo que destes, segundo o IBGE, 33,2 milhões são considerados analfabetos funcionais (com menos de quatro anos de escolaridade, que aprendem a ler, mas não sabem interpretar), 16,3 milhões são analfabetos absolutos, e a escolaridade média é de 6,4 anos de estudo. Quanto à população específica de 15 anos ou mais, 13,6% é composta por analfabetos. Levando-se em conta o índice de analfabetismo regional, a Região Norte apresenta 26,2% de analfabetos, a Nordeste 16,3% e as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente, 7,7%, 8,1% e 10,8%. Associados ao alto índice de analfabetismo e aos baixos índices de escolaridade, surgem outros grandes desafios: a necessidade de inserção social dessa população, a redução das desigualdades como instrumento de promoção de justiça social, a inclusão no mercado de trabalho e a conseqüente ampliação da cidadania e distribuição de renda. Para o atendimento a esses aspectos constantes no Mega Objetivo I (2004-2007), foram previstas ações articuladas e integradas, de forma a garantir a universalização dos direitos sociais básicos, em especial o acesso ao ensino fundamental, a escolarização mínima de oito anos e a oferta de escola de qualidade.

É neste contexto que a educação de jovens e adultos surge como solução para aqueles que não tiveram a oportunidade de acesso ou permanência no ensino básico na idade escolar própria. Como é função do poder público assegurar oportunidades educacionais adequadas a esse alunado, respeitando suas características, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames (LDB, Art. 37), foi criado pelo governo federal, em 2003, o programa **Brasil Alfabetizado** que tem por público-alvo jovens e adultos com mais de quinze anos, não alfabetizados ou com baixa escolaridade, e os educadores que atuam nessa modalidade de ensino. O programa ainda pretende contribuir para a inserção social de cerca de 49 milhões de brasileiros e visa atacar o problema do analfabetismo em duas frentes: a mobilização para a alfabetização inicial e a continuidade do processo de educação daqueles que tardiamente ingressaram ou reingressaram nos sistemas de ensino.

Na tentativa de melhor administrar o problema da educação para esta clientela específica, foi efetuado em 2005 o remanejamento de ações do programa *Brasil Escolarizado* para o *Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos*, que é justificado pela tentativa de melhor focalização do problema, de modo a garantir não somente a alfabetização, mas também a continuidade no processo educacional. Portanto, a reformulação do programa estava compatível com o desafio do governo federal de ampliar o nível e a qualidade da escolarização da população.

O Brasil Alfabetizado atualmente contempla nove ações, entre as quais: ampliação à oferta de vagas do ensino fundamental específico, assistencialismo ao aluno, capacitação de alfabetizadores e professores de jovens e adultos. Sua execução ocorre por meio da atuação do governo federal em parceria com os governos estaduais, distrital e municipais e instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil com experiência comprovada no desenvolvimento de projetos de alfabetização de jovens e adultos.

A assistência financeira ocorre mediante a apresentação de projetos educacionais, que são avaliados e aprovados pelo MEC, órgão responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações que compõem o programa. A partir de 2004, com a aprovação da Lei nº 10.880/04, de 9 de junho, foram definidas novas normas para o repasse de recursos financeiros do programa para estados, Distrito Federal e municípios, o que passou a ser feito de forma direta. Porém, para as organizações não-governamentais, o mesmo continua sendo feito mediante assinatura de convênios.

Para 2005, o orçamento foi da ordem de R\$ 675,15 milhões, visando atender a maioria dos municípios brasileiros, e foram executados em torno de R\$ 669,97 milhões.

1060.0081- Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos

Aspectos gerais

Para apoiar e ampliar o atendimento de jovens e adultos nos sistemas públicos de ensino fundamental, o governo vem desenvolvendo a ação **Apoio à ampliação da oferta de vagas do ensino fundamental a jovens e adultos**, conhecida como Programa Fazendo Escola. O programa, além de oferecer a ampliação de vagas ao cidadão que não teve oportunidade de acesso ou permanência nesse nível de ensino na idade escolar própria (dos sete aos quatorze anos), propicia aos estados e aos municípios condições de fornecer formação continuada para professores da educação de jovens e adultos, visando à melhoria da qualidade educacional.

Com o Fazendo Escola, o governo cumpre parte do direito assegurado pela Constituição e pela LDB, garantindo acesso e continuidade no ensino fundamental regular a todos os brasileiros.

O programa é desenvolvido pelo MEC em conjunto com os governos estaduais e municipais, por meio da transferência, em caráter suplementar, de recursos do orçamento do FNDE.

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) é responsável pela formulação das políticas para a melhoria da qualidade da educação de jovens e adultos, o estímulo e o acompanhamento da implantação da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas de ensino das unidades federadas e pelo subsídio às decisões dos executores quanto à utilização dos recursos.

Os recursos do Fazendo Escola devem ser empregados exclusivamente na aquisição, impressão ou produção de livro didático destinado aos alunos e professores, aquisição de material escolar para a aluno e professores, formação continuada de docentes, remuneração de professores do quadro permanente ou profissional de contratação temporária, utilizando-se até 60% dos recursos financeiros repassados, e na aquisição de gêneros alimentícios.

São órgãos executores: o estado, representado pela secretaria estadual de Educação, respondendo pelo atendimento às escolas do sistema estadual, e o município, representado pelas prefeituras, para atender às escolas do sistema municipal.

A cada exercício, são transferidos anualmente, em parcelas mensais, o total de R\$ 250,00 por aluno, por meio de crédito automático em conta aberta pelo FNDE e mantida pelos órgãos executores. Os recursos aportados são proporcionais ao número de alunos matriculados nos cursos presenciais informado no censo escolar, de acordo com o estabelecido pela Lei 10.880/2004. Em 2005, a transferência se deu em 12 parcelas.

O programa surgiu em 2001, com previsão de execução até 2003, atendendo à necessidade de oferta de educação para jovens e adultos apresentada no Projeto Alvorada. Foram contemplados os alunos informados no censo do sistema público de ensino de estados e municípios das regiões Norte (com exceção de Amazonas e Amapá) e Nordeste e, ainda, outros localizados em municípios cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era menor ou igual a 0,500, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano 1998, do Pnud (AM, AP, GO, ES, MG, MT, PR, SP, RS).

Inicialmente, o Recomeço (Programa Supletivo, nome adotado para o programa de Eja até 2002) investiu cerca de R\$ 188 milhões, distribuídos em 1.381 municípios para atender cerca de 834 mil alunos, com o valor por aluno/ano fixado em R\$ 230,00. Em 2002, o valor *per capita* foi alterado para R\$ 250,00, sendo necessários R\$ 307 milhões para contemplar 1.772 municípios e 1,23 milhão

de alunos. No ano de 2003, já sob a denominação Fazendo Escola, o repasse total de aproximadamente R\$ 387 milhões beneficiou 1,55 milhão de alunos em 2.015 municípios. Em 2004 o repasse total foi de R\$ 390.213.000,00 beneficiando 1.875.133 alunos.

Execução

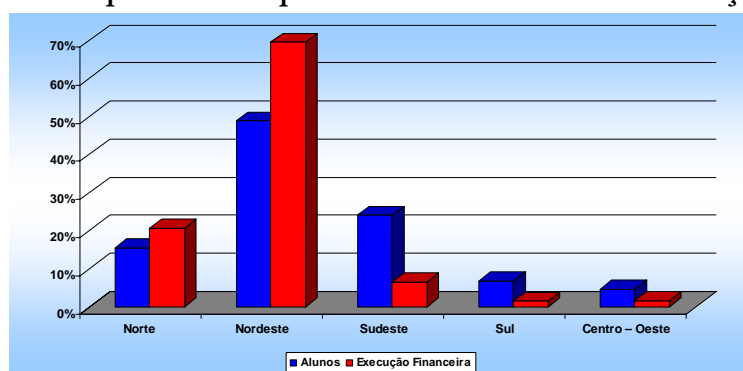
Em 2005 de acordo com a tabela nº 70, o programa atendeu 3,2 milhões de alunos, com investimento total de R\$ 448 milhões. Às regiões Nordeste, com 1,6 milhões de alunos, e Norte, com cerca de 508 mil, foram repassados aos municípios quase 100% do recurso previsto.

Tabela nº 70: Alunos beneficiados e recursos repassados, por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	3.282.363	448.213.000,00
Norte	508.357	92.745.022,38
Nordeste	1.605.630	311.901.918,21
Sudeste	791.112	29.133.767,79
Sul	223.276	6.760.746,90
Centro – Oeste	153.988	7.671.544,72

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 34: Comparativo dos percentuais de alunos e da execução financeira



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

As metas física e financeira estimadas são, respectivamente, 1,5 milhão de alunos e R\$ 448 milhões. Foi executado todo o recurso financeiro e cerca de 210% da meta física.

Em 2005, devido à ampliação do programa para todos os estados, e devido também à demanda na matrícula de Eja, a Secad criou um índice de fragilidade da educação de jovens e adultos, que conta com um coeficiente de diferenciação do valor per capita nas determinadas regiões, o que proporcionou um maior atendimento aos alunos.

Tabela nº 71: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.560.852	R\$ 448.213.000,00	3.282.363	R\$ 448.213.000,00	210,29%	100,00%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1060.0507 Apoio a projetos especiais para oferta da educação básica a jovens e adultos

Aspectos gerais

A ação consiste em prover ações supletivas e redistributivas para a ampliação do acesso, e correção progressiva das disparidades de acesso e a garantia de padrão mínimo de qualidade da educação, de jovens e adultos mediante o desenvolvimento de projetos especiais.

Execução

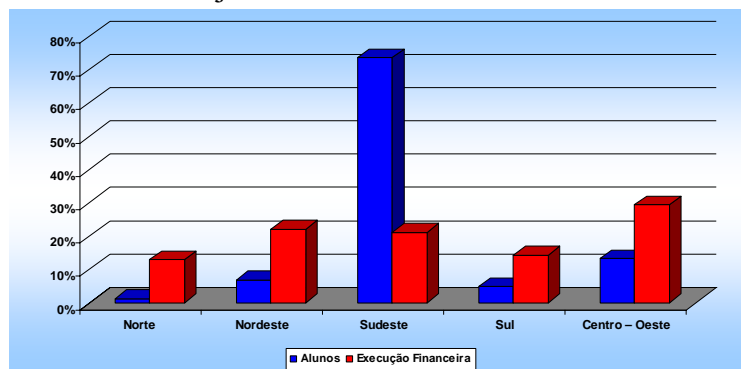
Em 2005, esta ação contou com uma dotação na ordem de R\$ 6.213.213,00, para atender 538.569 alunos. Desse total, R\$ 1.670.000,00 foi indisponibilizado, executando-se R\$ 4.240.712,99.

Tabela nº 72: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	107.649	4.240.712,99
Norte	1.360	550.000,00
Nordeste	7.499	935.771,50
Sudeste	79.250	897.443,50
Sul	5.240	607.500,00
Centro – Oeste	14.300	1.249.997,99

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 35: Comparativo dos percentuais de alunos matriculados e da execução financeira – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Em 2005, foi gasto nesta ação o valor de R\$ 4.240.712,99 visando o desenvolvimento de ações que promoveram o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e melhor atendimento aos alunos da educação básica, beneficiando 107.649 alunos. O baixo percentual de execução da meta física deu-se por força da complexidade operacional e estratégica na sensibilização do beneficiário quanto a sua inclusão nesses projetos educacionais, o que abrange uma série de atividades, entre as quais, a criação de materiais específicos, avaliação de programas e ações, organização de seminários e oficinas pedagógicas.

Tabela nº 73: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
538.569	R\$ 6.213.213,00	107.649	R\$ 4.240.712,99	19,99%	68,25%

Produto: aluno matriculado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE.

1060.0920 - Concessão de bolsa ao alfabetizador

Aspectos gerais

Esta ação tem por finalidade a concessão de bolsas a estudantes e voluntários para atualização e custeio das despesas realizadas no desempenho de suas atividades, no processo de alfabetização de jovens e adultos.

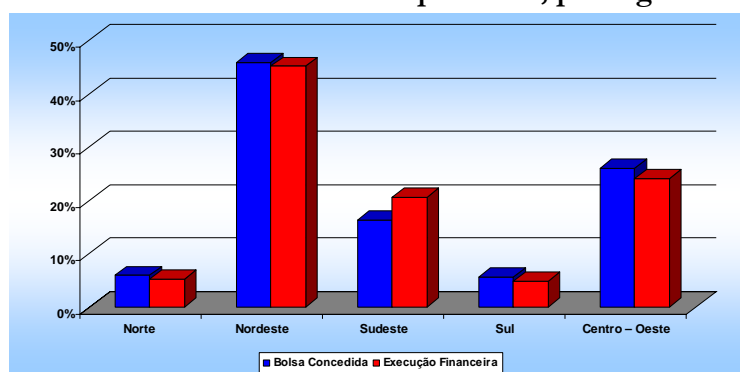
Execução

Foram disponibilizados e executados cerca de R\$ 197 milhões à conta da ação, concedendo 90.713 bolsas aos alfabetizadores.

Tabela nº 74: Bolsas concedidas e recursos repassados, por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Bolsa Concedida	
Brasil	90.713	197.748.906,22
Norte	5.422	10.395.340,10
Nordeste	41.665	89.325.403,80
Sudeste	14.868	40.827.266,81
Sul	5.144	9.563.295,91
Centro – Oeste	23.614	47.637.599,60

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 36: Bolsas concedidas e recursos repassados, por região – exercício de 2005

Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Os percentuais de execução refletem o alto índice de adesão e participação na ação.

Tabela nº 75: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
105.000	R\$ 197.750.000,00	90.713	R\$ 197.748.906,22	86,39%	100,00%

Produto: bolsa concedida**Unidade de medida:** unidade**Fonte:** Dirpe/FNDE

1060.0965 - Apoio à distribuição de material didático para a educação de jovens e adultos

Aspectos gerais

Esta ação visa apoiar financeiramente a aquisição e impressão de material didático para a melhoria da oferta e da qualidade da educação de jovens e adultos.

Execução

Com o apoio à distribuição de material didático, foi investido o valor de R\$ 3.365.392,00, que tinha por objeto conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovessem o aperfeiçoamento da qualidade do ensino e melhor atendimento aos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Foram beneficiados 42.531 alunos no Estado de São Paulo.

Desempenho

Observa-se que a execução desta ação ocorreu dentro dos padrões, sendo utilizados 82,17% do recurso financeiro, atingindo 49,84% da meta física. Esses resultados foram influenciados pelo desempenho nos processos de aquisição.

Tabela nº 76: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
85.330	R\$ 4.095.854,00	42.531	R\$ 3.365.392,00	49,84%	82,17%

Produto: aluno beneficiado**Unidade de medida:** Unidade**Fonte:** Dirpe/FNDE

1060.0972 - Apoio à capacitação de professores de jovens e adultos

Aspectos gerais

Sua finalidade é melhorar a oferta e a qualidade do ensino fundamental para jovens e adultos por meio da formação continuada de professores, visando ampliar as oportunidades de escolarização a essa clientela.

A ação consiste no apoio financeiro aos projetos demandados pelos sistemas de ensino municipal e estadual, inclusive organizações não-governamentais, por meio de cursos presenciais e a distância, oficinas pedagógicas e seminários.

Execução

Esta ação foi executada por meio de convênios no valor de R\$ 2.684.800,00, beneficiando 3.281 professores.

Desempenho

Observa-se que a ação teve uma execução dentro da normalidade, conforme demonstra a tabela nº 77. Foram executados 73% do recurso financeiro, atendendo 23% dos profissionais previstos. Ressalta-se, no entanto, uma melhor avaliação da meta física prevista, principalmente no tocante ao custo per capita de capacitações da parte pretendida, com essa ação educacional.

Tabela nº 77: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
14.500	R\$ 3.691.710,00	3.281	R\$ 2.684.800,00	22,63%	72,73%

Produto: professor capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1060.09BT – Apoio à capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos

Aspectos gerais

Esta ação tem por finalidade a formação inicial e contínua dos alfabetizadores de jovens e adultos, e o recurso pode ser utilizado em despesas decorrentes do processo de formação, como hospedagem, alimentação e transporte do alfabetizador e/ou do instrutor, remuneração do instrutor, material de consumo e material instrucional a ser utilizado na formação.

Execução

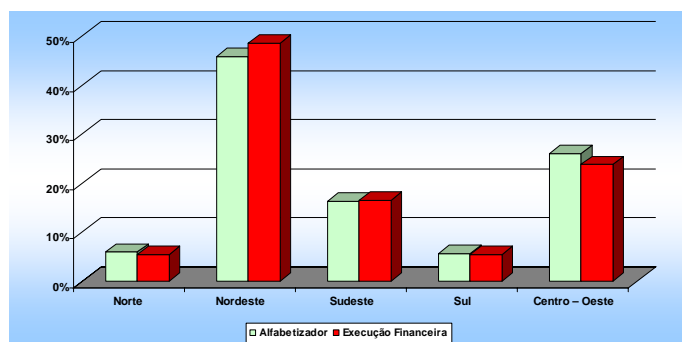
A dotação inicial nesta ação foi de R\$ 12.125.000,00, destinados à formação inicial de alfabetizadores, com carga horária de, no mínimo, 30 horas, e à formação continuada de, no mínimo, duas horas/aula semanais, nas modalidades presencial e coletiva. Foi utilizado o valor de R\$ 12.059.050,00, beneficiando 90.713 professores.

Tabela nº 78: Execução físico-financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Alfabetizador	
Brasil	90.713	12.059.050,00
Norte	5.422	667.009,90
Nordeste	41.595	5.859.447,50
Sudeste	14.868	1.997.606,00
Sul	5.144	663.578,40
Centro – Oeste	23.684	2.871.408,20

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 37: Execução físico-financeira por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

O desempenho da ação pode ser visto na tabela nº 79. A execução, transcorreu dentro da normalidade, alcançou 99% da meta financeira, atingindo 86% da meta física.

Tabela nº 79: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
105.050	R\$ 12.125.000,00	90.713	R\$ 12.059.050,00	86,35%	99,46%

Produto: alfabetizador capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061. Brasil Escolarizado

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 21, define a abrangência da educação básica: é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A Educação Infantil, embora reconhecida como o início da educação básica, continua órfã, limitando-se a algumas iniciativas de prefeituras municipais. A mesma apresenta dados estatísticos preocupantes em relação ao atendimento escolar: 11,6 milhões de crianças de 0 a 3 anos (89,4%) e 3,9 milhões de 4 a 6 anos (38,5%) encontram-se fora da escola. O problema de insuficiência de oferta, aliado à baixa qualidade do processo educacional na fase mais importante da formação do ser humano e sua universalização compõem a primeira parte do desafio a ser enfrentado pelo governo federal.

Fenômeno semelhante ocorre com o terceiro segmento da educação básica: o Ensino Médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos estados e do Distrito Federal. Pressionado pela universalização do ensino fundamental, esse nível de ensino carece, primeiramente, de oferta suficiente de vagas. Estima-se que, entre 2004 e 2005, a procura por vagas neste nível de ensino será efetuada por mais de 1,3 milhão de jovens, oriundos do ensino fundamental regular ou de cursos e exames de educação de jovens e adultos. O fato de o artigo 208 da Constituição Federal preconizar a “progressiva universalização do ensino médio gratuito” e as mudanças estruturais no ensino médio, que foi desvinculado da educação tecnológica, são fatores que justificaram a adoção de políticas públicas específicas para esse nível de ensino.

Assim, à semelhança do Ensino Fundamental, passa a ser contemplada, na política educacional, a expansão da oferta nos dois extremos da Educação Básica: Educação Infantil e Ensino Médio, com vistas a ensejar sua universalização da Educação Básica.

Neste contexto, o governo federal, buscando alterar o quadro educacional existente, adotou uma política voltada a garantir a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população, promovendo o acesso universal à educação básica (PPA 2004-2007, Anexo I, p 15-A). Esse novo princípio é marcado pelo reconhecimento de um direito constitucional: todo cidadão deve ter a seu dispor uma escola de qualidade até o final do ensino médio.

Para tanto, foi criado o programa Brasil Escolarizado, dentre outros, que objetiva garantir a democratização do ingresso e a permanência em todos os níveis da educação básica, com melhoria de qualidade. O programa, implantado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais, promove ações conjuntas entre as três esferas da administração pública e obedece diretrizes estabelecidas pelas secretarias e órgãos do MEC envolvidos. Também são desenvolvidas ações que abarcam entidades privadas e do Terceiro Setor.

Em 2005, a transformação da Secretaria de Ensino Infantil e Fundamental – SEIF, em Secretaria de Educação Básica - SEB, que inclusive passou a agregar à sua estrutura o Ensino Médio, antes vinculado à Educação Tecnológica, procurou refletir a necessidade de expansão da oferta e a melhoria da qualidade do Ensino nos dois níveis extremos da Educação Básica: a Educação Infantil e o Ensino Médio. Além destas mudanças institucionais, ocorreu a transferência das ações de Educação de Jovens e Adultos para o Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Para o exercício específico de 2005 foi disponibilizado cerca de R\$ 1,57 bilhão visando o atendimento das dezessete ações previstas no programa, das quais executou-se em torno de R\$ 1,51 bilhão.

As análises das realizações são apresentadas a seguir, ressaltando-se que foram dados maiores detalhamentos às ações fundamentais, pelo critério de materialidade.

1061.0509 - Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica

Aspectos gerais

Esta ação tem como objetivo principal a contribuição para o desenvolvimento e a universalização do ensino básico nacional com a implementação de projetos que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas. A sua implementação prevê o atendimento aos mais variados projetos educacionais, de acordo com seus atributos e as políticas educacionais do MEC.

Execução

Em 2005, a apresentação de projetos compatíveis com as características quantitativas e qualitativas da ação se mostrou aquém do esperado. No entanto, tal fato não comprometeu a sua execução financeira, que alcançou o percentual de 89,19%, conforme tabela nº 80.

Desempenho

Não obstante a diferença apresentada nos percentuais de execução física e financeira, esta ação atendeu aos projetos demandados de interesse do MEC e que estavam compatíveis com os seus atributos.

Tabela nº 80: Desempenho físico e financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
50	R\$ 95.449.490,00	21	R\$ 85.133.424,96	42,00%	89,19%

Produto: projeto apoiado
Unidade de medida: unidade
Fonte: Diplo/FNDE

1061.0513 - Apoio à alimentação escolar na educação básica

Aspectos gerais

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que corresponde à ação orçamentária “Apoio à alimentação escolar na educação básica”, objetiva suprir as necessidades alimentares e nutricionais dos alunos, promovendo, conseqüentemente, hábitos alimentares adequados e saudáveis, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento físico e mental, além de fomentar a economia local.

Desde o advento da edição da Medida Provisória nº 1.784/98 (que, em sua última reedição recebeu o nº 2.178-36/01), a execução do Pnae tornou-se descentralizada. De acordo com a Medida Provisória, os recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar são repassados diretamente às entidades executoras (secretarias estaduais e distrital de educação, prefeituras municipais e escolas federais), mediante depósito em contas correntes específicas abertas pelo FNDE, sem a necessidade de se firmar convênio ou outro tipo de instrumento legal próprio contratual.

Os recursos recebidos à conta do Pnae devem ser empregados, exclusivamente, na aquisição de gêneros alimentícios, sendo 70%, obrigatoriamente, de produtos básicos de modo a privilegiar os produtos semi-elaborados e in natura, respeitando os hábitos alimentares locais e a vocação agrícola da região. O programa determina que os cardápios, bem como todas as etapas que antecedem a

produção até a distribuição das refeições aos escolares sejam elaborados por nutricionistas que são os responsáveis técnicos pelo programa.

Para que as secretarias de educação estaduais, distrital e a prefeitura municipal recebam os recursos do programa é necessário que instituam seus conselhos de alimentação escolar (CAE) que, entre outras responsabilidades, lhes compete o acompanhamento das etapas acima descritas para assegurar a correta aplicação dos recursos.

Para os alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental, os recursos são repassados em dez parcelas mensais, a partir de fevereiro, para o atendimento de 20 dias, cobrindo, assim, 200 dias letivos. Para os alunos matriculados nas creches e em escolas indígenas, o repasse também é realizado a partir do mês de fevereiro, mas para atendimento de 25 dias por mês, compreendendo 250 dias letivos.

O cálculo do montante a ser repassado é feito com base no número de alunos apurado no censo escolar do ano anterior ao do atendimento. Neste sentido, os recursos consignados no orçamento para o exercício de 2005 foram de R\$ 1.264.999.999,00 bilhão, visando ao atendimento de aproximadamente 35 milhões de alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede pública e de entidades filantrópicas, cerca de 1 milhão matriculados em creches, por volta de 131 mil estudantes nas escolas indígenas e 40 mil estudantes quilombolas.

Valor per capita dos recursos do Pnae

O valor per capita da pré-escola, do ensino fundamental e das escolas filantrópicas passou de R\$ 0,15 para R\$ 0,18 (dezoito centavos) a partir de maio de 2005, representando um acréscimo de ordem de 20%. Essa alteração equiparou o per capita de pré-escola e do ensino fundamental e beneficiou cerca de 35 milhões de alunos, com o valor que já era repassado para os alunos matriculados em creches.

A preocupação do governo com as comunidades que revelam situação de insegurança alimentar levou à decisão política de diferenciar o per capita, desde 2004, iniciado com os indígenas. Em junho do corrente ano, esta diferenciação foi estendida aos alunos matriculados em escolas de comunidades quilombolas de R\$ 0,18 para R\$ 0,34, o que representa um aumento de 89%, no valor per capita, beneficiando cerca de 40 mil estudantes. Esta ação teve sua base legal regulamentada pela Resolução nº 21, de 27 de maio de 2005, que modificou dispositivos da Resolução nº 38, de 23 de agosto de 2004, ambas do Conselho Deliberativo do FNDE.

Execução

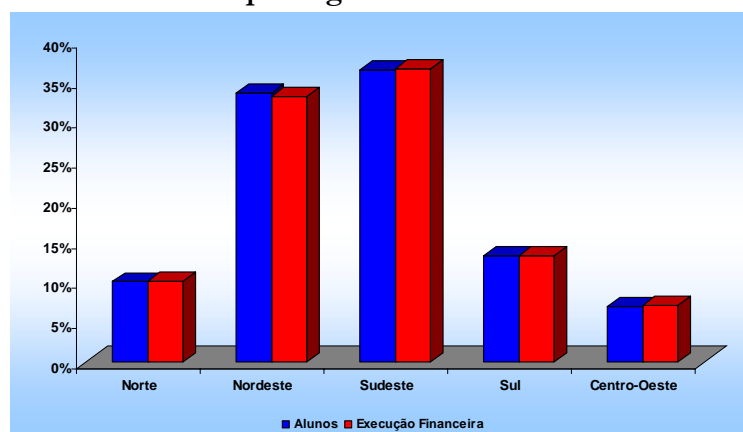
Segundo se observa na tabela nº 81, o atendimento de aproximadamente 35 milhões de alunos, em 2005, requereu investimentos da ordem de R\$ 1,23 bilhão. Do total de alunos beneficiados, cerca de 35 milhões são da pré-escola e do ensino fundamental (Pnae), 1 milhão oriundo de creches (Pnac), 131 mil indígenas (Pnai) e 40 mil quilombolas.

Tabela nº 81: Execução orçamentária do Pnae por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	35.823.841	1.225.712.902,84
Norte	3.585.928	123.739.345,56
Nordeste	12.001.287	404.915.185,66
Sudeste	13.030.182	448.616.085,84
Sul	4.725.250	162.638.041,22
Centro-Oeste	2.481.194	85.804.244,56

Fonte: Dirae/FNDE

Gráfico nº 38: Percentuais de alunos atendidos e da execução financeira por região – exercício de 2005

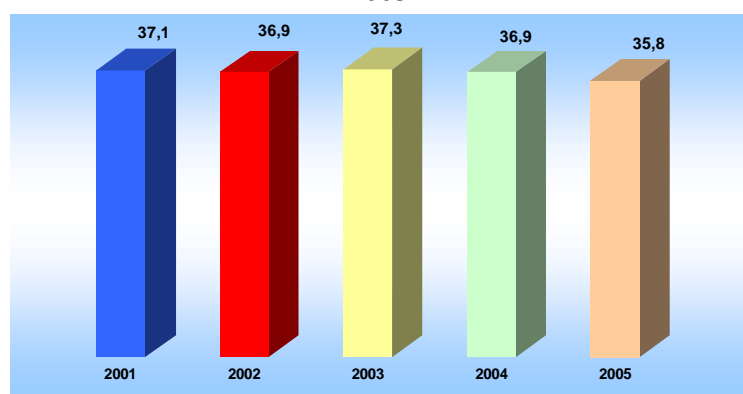


Fonte: Dirae/FNDE

Evolução histórica do Pnae quanto a alunos beneficiados e recursos transferidos – 2001 a 2005

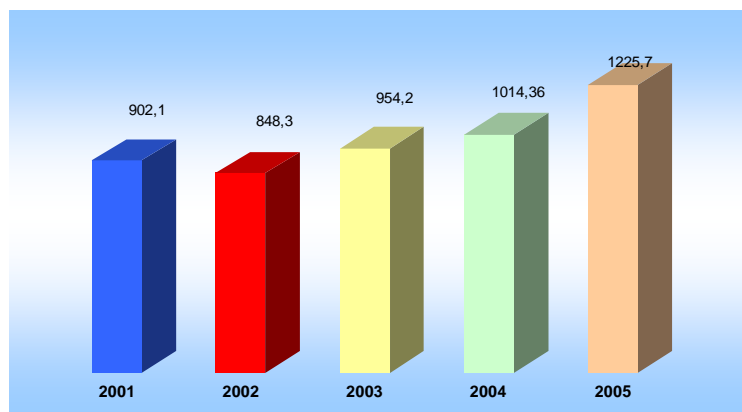
A evolução física e financeira do período de 2001 a 2005 pode ser vista nos gráficos nºs 39 e 40.

Gráfico nº 39: Quantidade de alunos beneficiados com a alimentação escolar – de 2001 a 2005



Fonte: Dirae/FNDE

Gráfico nº 40: Quantidade de valores repassados pela ação alimentação escolar – de 2001 a 2005



Fonte: Dirae/FNDE

Desempenho

Quanto à avaliação de desempenho, de acordo com a tabela nº 82, foram executados 96,47% da meta física e 96,89 da financeira. Os êxitos da execução são atribuídos à sistemática de operacionalização adotada pelo FNDE para o programa, associada, entre outros, aos esforços organizacionais de modernização da gestão dos processos e capacitação de parceiros.

Tabela nº 82: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
37.135	R\$ 1.264.999.999,00	35.824	R\$ 1.225.712.902,84	96,47%	96,89%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: milhar

Fonte: Dirae/FNDE

Indicador de desempenho: investimento por aluno atendido pelo Pnae

Investimento total do programa=	R\$ 1.225.712,902,84	R\$ 34,22
Alunos atendidos=	35.823.841	

Em 2003, o indicador econômico foi de R\$ 25,62 por aluno. Em 2004, este valor aumentou para R\$ 27,47, equivalendo a 7,26%. Em 2005, os investimentos foram maiores ainda, sendo de R\$ 34,22, o que representou aumento de 24,55%.

Esses dados indicam a prioridade dada pelo governo ao apoio à suplementação alimentar e nutricional dos alunos, medida importante para a elevação de desempenho dos indicadores educacionais.

Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social:

Em 2005, com investimentos de aproximadamente R\$ 234.389,20, diversas ações foram desenvolvidas para a capacitação dos agentes envolvidos na execução das ações do Pnae, com o objetivo de:

- conscientizar os conselheiros e agentes envolvidos na execução das ações/programas: Pnae, PDDE e Fundef, sobre a importância do seu papel como agente de controle social;

- instrumentalizar os conselheiros com a legislação concernente às ações/programas: Pnae, PDDE e Fundef;
- fortalecer os conselhos para o exercício de suas atribuições referentes ao acompanhamento e à fiscalização das ações/programas.

Na tabela nº 83, pode-se observar as regiões onde ocorreram as capacitações e o total de conselheiros capacitados.

Tabela nº 83: Demonstrativo das quantidades de capacitações por local e total de capacitados – exercício de 2005

Municípios pólos	Municípios convidados	Municípios participantes	Conselheiros capacitados
Brasil	398	343	1053
Cordeiro/RJ	32	32	105
São Paulo/SP	30	24	95
Curitiba/PR	33	28	91
Fortaleza/CE*	38	32	93
Joinville/SC*	20	20	90
Belo Horizonte/MG	30	29	80
Salvador/BA* (Quilombolas)	31	17	57
Belém/PA*	30	17	74
Florianópolis/SC	42	41	57
Porto Alegre/RS	34	33	89
São Luís/MA*	48	40	137
Salvador/BA*	30	30	85

(*) o objetivo dessas capacitações foi de envolver prioritariamente os conselheiros de alimentação escolar, lideranças indígenas e quilombolas.

Fonte: Dirae/FNDE

1061.09CW - Apoio à reestruturação da rede física pública

Aspectos Gerais

Tem como objetivo apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal com recursos financeiros para a reestruturação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando construções, ampliações, reformas, adequações e adaptações de espaços escolares, dotando a rede de escolas básicas de condições adequadas ao seu funcionamento, no que tange à quantidade e à qualidade da infra-estrutura física dos estabelecimentos.

Execução

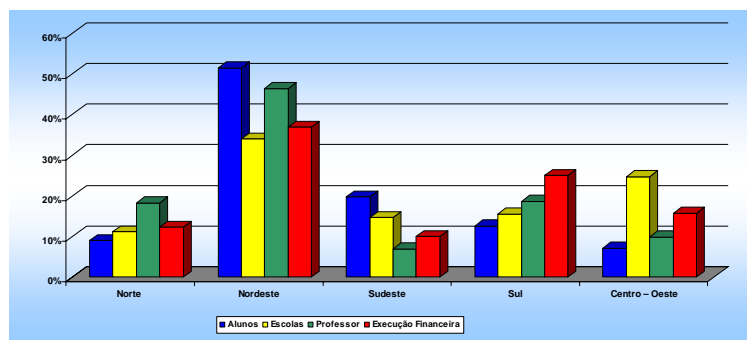
A dotação inicial com suplementação, totalizou R\$ 57.850.000,00. Foram investidos em apoio à reestruturação da rede física R\$ 57.541.831,40, em 19 estados, beneficiando 248.633 alunos.

Tabela nº 84: Demonstrativo de execução financeira – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professor	
Brasil	284.353	1.779	3.255	57.541.831,40
Norte	25.512	198	594	7.096.949,40
Nordeste	146.539	605	1.509	21.271.322,57
Sudeste	56.156	261	224	5.717.779,05
Sul	35.700	276	607	14.395.630,12
Centro – Oeste	20.446	439	321	9.060.150,26

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 41: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Nesta ação foram executados 99,47% da meta financeira proposta. Quanto à meta física, em função de problemas de definição na LOA, não foi possível dimensioná-la.

Tabela nº 85: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
	R\$ 57.850.000,00		R\$ 57.541.831,40		99,47%

Produto: área modernizada

Unidade de medida: m²

Fonte: Dirpe/FNDE

1061.09DM - Apoio a inovações educacionais

Aspectos Gerais

Esta ação tem como finalidade apoiar iniciativas dos governos estaduais e municipais em matéria de inovações em processos de ensino-aprendizagem, nos níveis de educação básica nas áreas pedagógicas, que visem à execução de ações educacionais destinadas a melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem.

Execução

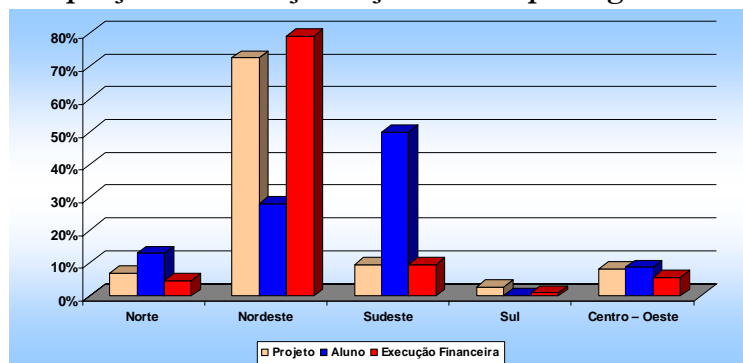
Foram investidos R\$ 4.428.250,31, dos R\$ 4.928.345,00 estimados, contemplando-se projetos que beneficiaram 1.277.672 alunos.

Tabela nº 86: Demonstrativo de execução orçamentária por região – exercício de 2005

Região/UF	Projeto	Beneficiários	Execução Financeira
		Aluno	
Brasil	73	1.277.672	4.428.250,31
Norte	5	166.107	210.097,97
Nordeste	53	359.903	3.510.819,57
Sudeste	7	638.901	421.920,44
Sul	2	1.207	38.249,03
Centro – Oeste	6	111.554	247.163,30

Fonte: Dirpe/Fnde

Gráfico nº 42: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/Fnde

Desempenho

Observa-se o bom desenvolvimento da ação, que com 89,85% dos recursos financeiros previstos, atendeu 91,25% da meta física, em decorrência de acurado exame dos projetos selecionados.

Tabela nº 87: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
80	R\$ 4.928.345,00	73	R\$ 4.428.250,31	91,25%	89,85%

Produto: projeto apoiado

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061.09EB - Apoio à formação continuada em educação ambiental para profissionais da educação

Aspectos Gerais

Tem como finalidade apoiar projetos de educação ambiental, propor metodologia, material paradidático e apoiar encontros de formação continuada para auxiliar os profissionais de educação em sua prática pedagógica e atuação política, pela promoção da sustentabilidade socioambiental da escola e da comunidade.

Execução

Em 2005, foram alocados no orçamento R\$ 1.500.000,00 para investimentos na formação de 3.750 profissionais. Do total dos recursos orçados, foram executados R\$ 1.499.991,00, beneficiando 3.467 profissionais.

Tabela nº 88: Demonstrativo de execução orçamentária por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiário	Execução Financeira
	Profissional	
Brasil	3.467	R\$ 1.499.991,00
Norte	-	-
Nordeste	427	179.861,00
Sudeste	1.060	340.755,66
Sul	-	-
Centro – Oeste	1.980	979.374,34

Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Por meio de transferências voluntárias, foi possível executar todo o recurso financeiro e atingir a meta física em 92,45%. Observa-se o bom desempenho da ação e esse fato deve-se ao empenho da equipe técnica responsável pela execução da ação que promoveu o acurado exame dos projetos.

Tabela nº 89: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
3.750	R\$ 1.500.000,00	3.467	R\$ 1.499.991,00	92,45%	99,99%

Produto: profissional beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte:Dirpe/FNDE

1061.09EV - Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública

Aspectos Gerais

Esta ação destina-se a apoiar entidades públicas das esferas federal, estadual e municipal e também entidades não-governamentais que atuem na educação especial, com recursos financeiros para a renovação da rede física de ensino dessas esferas de governo, contemplando a aquisição de equipamentos para novos espaços educacionais ou espaços reformados.

Execução

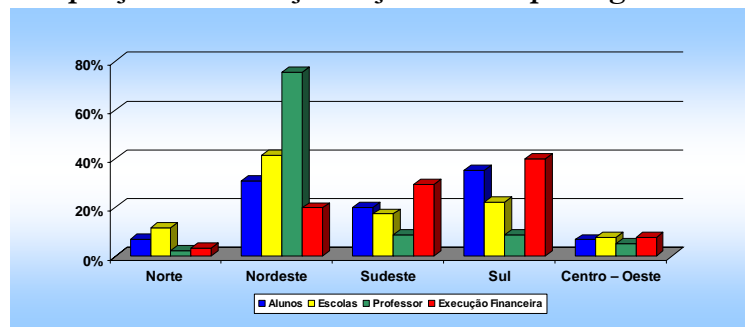
A dotação inicial para esta ação foi de R\$ 4.250.000,00 para atender 119 escolas. Utilizaram-se R\$ 4.235.701,82 dos recursos previstos, beneficiando 104 estabelecimentos de ensino.

Tabela nº 90: Demonstrativo de execução orçamentária por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professor	
Brasil	27.838	104	964	4.235.701,82
Norte	1.976	12	20	133.566,17
Nordeste	8.617	43	728	839.674,51
Sudeste	5.540	18	84	1.251.694,95
Sul	9.821	23	84	1.692.284,93
Centro – Oeste	1.884	8	48	318.481,26

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 43: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Haja vista que cerca de 87,39% da meta física foram realizadas, investindo-se 99,66% dos recursos, conforme demonstrado na tabela nº 91.

Tabela nº 91: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
119	R\$ 4.250.000,00	104	R\$ 4.235.701,82	87,39%	99,66%

Produto: escola equipada

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061.2272 – Gestão e administração do programa

Aspectos gerais

Esta ação tem por objetivo constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Estas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Execução

Em 2005, a ação custeou com êxito despesas administrativas do órgão, compreendendo pessoal de apoio administrativo e atividades que objetivaram o fortalecimento institucional da Autarquia, essenciais à consecução eficaz dos objetivos dos programas e ações educacionais que estão sob a responsabilidade orçamentária e gerencial do FNDE.

Desempenho

Aprovou-se como dotação inicial para esta ação o valor de R\$ 28.400.000,00. Deste total foram executados R\$ 27.879.921,13, resultando no percentual de 98,17%. Cabe ressaltar que a ação não possui meta física definida por conta da diversidade de gastos que por ela podem ser alcançados.

O percentual elevado de execução financeira desta ação deu-se principalmente em função do suporte administrativo que a mesma propiciou às ações finalísticas do FNDE, notadamente no tocante às atividades voltadas para o fortalecimento institucional.

Tabela nº 92: Desempenho Físico Financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
	R\$ 28.400.000,00		R\$ 27.879.291,13		98,17%

Fonte: Diplo/FNDE

1061.4042 - Promoção e desenvolvimento da saúde do escolar na educação básica

Aspectos gerais

O objetivo desta ação é implementar, em parceria com os ministérios da Saúde e da Justiça, as secretarias Especial de Políticas para as Mulheres, Nacional de Direitos Humanos e Nacional Anti-Drogas, a Unesco, o Unicef e outras entidades governamentais, política pública voltada à orientação de alunos da educação básica nos seguintes temas: prevenção de DST/AIDS, orientação sexual, gravidez na adolescência, uso indevido do álcool e das drogas, garantia dos direitos humanos para ações sócio-educativas, diversidade de gênero, etnias e religiosidades, e abordagem da pluralidade cultural.

Execução

A ação foi executada, com a iniciativa do MEC, por intermédio do FNDE e em parceria com as prefeituras municipais e secretarias estaduais de educação.

Foram beneficiados pela ação os alunos da 1ª série do ensino fundamental, triados ao longo de 2003, mediante teste de acuidade visual, bem como os alunos com problemas de baixa visão e audição das primeiras séries do ensino fundamental público (1ª, 2ª e 3ª séries), matriculados na rede pública de ensino municipal ou estadual do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade da Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP).

Depois de analisado e aprovado o projeto específico pela equipe técnica, o FNDE formalizou a celebração de convênios com as prefeituras municipais e repassou a cada município contemplado, em única parcela, o equivalente a R\$ 60,00 (sessenta reais), por aluno, para garantir o pagamento das consultas oftalmológicas e a aquisição de óculos, e R\$ 120,00 (cento e vinte reais) para as consultas auditivas. A prefeitura municipal ficou obrigada a participar com uma quantia mínima de um por cento do valor total do convênio, a título de contrapartida financeira.

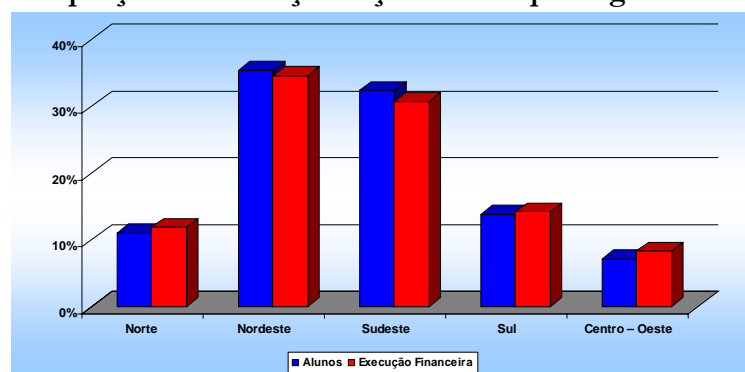
Para atender esta ação, o FNDE disponibilizou financeiramente R\$ 7.880.000,00 dos quais R\$ 7.877.746,80 foram executados e atenderam cerca de 112 mil alunos, conforme a tabela nº 93 e o gráfico nº 44.

Tabela nº 93: Aluno beneficiado e recursos repassados por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	112.934	7.877.746,80
Norte	12.488	937.807,20
Nordeste	40.082	2.731.330,80
Sudeste	36.659	2.426.311,80
Sul	15.631	1.124.501,40
Centro – Oeste	8.074	657.795,60

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 44: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Notadamente, foi na região Nordeste o maior número de alunos atendidos e de recursos repassados, e, em segundo lugar, veio a região Sudeste, em razão da enorme quantidade de alunos da rede de ensino da região, especificamente no Estado de São Paulo.

Desempenho

De acordo com a tabela abaixo, com 99,97% dos recursos financeiros estimados foi possível atender 15,07% de meta física. Esse fato ocorreu em razão de problemas de estimação da meta física no momento da elaboração da LOA

Tabela nº 94: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
750	R\$ 7.880.000,00	113	R\$ 7.877.746,80	15,07%	99,97%

Produto: alunos beneficiados

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061.4045 - Distribuição de acervos bibliográficos

Aspectos gerais

A distribuição de acervos bibliográficos, em 2005, foi retomada e buscou a ampliação dos acervos das bibliotecas das escolas públicas com as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª), com pelo menos um acervo composto de 20 títulos diferentes, contemplando os gêneros literários poesia, cantiga, crônica, fábula, lenda e novela, entre outros.

Os acervos foram compostos de obras de diferentes níveis de dificuldade, de forma que os alunos leitores tenham acesso a textos com autonomia de leitura e a outros para serem lidos com a mediação dos professores. Foi utilizado cerca de R\$ 1,7 milhão com despesas de armazenamento e contratação de empresa para formação, embalagem e preparação para expedição das coleções adquiridas, endereçadas às escolas, operação conhecida como mixagem.

Clássicos da Literatura na Língua Brasileira de Sinais (Libra)

Cumprindo a política de inclusão dirigida aos alunos de escolas públicas com necessidades educacionais especiais e por meio de interface com a Secretaria de Educação Especial, distribuiu-se, em CD-Rom, 15 mil coleções de clássicos de literatura na Língua Brasileira de Sinais (libras). Foram contempladas 8.315 escolas públicas que atendem alunos com surdez severa ou profunda, adotando-se como critério: a cada 4 alunos, a escola recebe uma coleção que contém 10 títulos dispostos em 11 CDs. Para aquisição e distribuição foram utilizados R\$ 686.000,00.

Desempenho

Realizaram-se 96,6% da meta física desta ação, empregando-se 98,17% dos recursos financeiros estimados.

Tabela nº 95: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
5.918.966	R\$ 49.000.000,00	5.716.372	R\$ 47.268.336,61	96,58	96,47

Produto: exemplar distribuído

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061.4389 - Capacitação para o exercício do controle social

Aspectos gerais

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) é uma exigência da legislação que rege o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Ele possibilita a participação da sociedade civil como agente co-responsável na garantia da execução adequada do Pnae. Por meio dos conselhos, os cidadãos brasileiros podem fiscalizar e avaliar o desempenho do programa e fazer da alimentação escolar uma referência brasileira na área da Educação.

Para que os conselhos executem as atividades preconizadas na legislação, o FNDE promove, anualmente, estratégias de capacitação, visando contribuir com a formação do maior número possível de cidadãos para participarem como membros dos conselhos nas diversas regiões do País.

Execução

Em 2005, essa ação atendeu principalmente o projeto de capacitação dos agentes envolvidos na execução das ações: Pnae, PDDE e Fundef.

Este projeto promoveu capacitações, em 2005, nas seguintes localidades: Cordeiro/RJ ; São Paulo/SP; Curitiba/PR; Fortaleza/CE; Joinville/SC; Belo Horizonte/MG; Salvador/BA; Belém/PA; Fortaleza/CE; Florianópolis/SC; Porto Alegre/RS; São Luís/MA; Salvador/BA.

Promoveu também a participação dos técnicos no 1º Seminário Cearense de Nutricionistas em Fortaleza/CE, além de: articulação com instituições diversas para a realização do Projeto de Capacitação Direcionado aos novos gestores municipais para a correta execução dos Programas

Sociais da Educação; articulação com o governo da República de Angola para a implantação do Programa de Alimentação Escolar; discussão FNDE/Conab para firmar convênio, objetivando a compra de alimentos para atender o Pnae, em caráter emergencial, nos municípios inadimplentes, escolas de comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos, sendo estas últimas como projeto piloto.

Desempenho

Avaliando a metodologia adotada pelo FNDE para capacitar os conselheiros e, com base nos resultados alcançados em exercícios anteriores, infere-se que as metas, física e financeira, foram proporcionalmente alcançadas, com o emprego de 83,95% dos recursos programados e atendimento a 41,32% da meta física prevista.

Tabela nº 96: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
5.000	R\$ 1.450.000,00	2.066	R\$ 1.217.310,97,00	41,32%	83,95%

Produto: conselheiro capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Diplo/FNDE

1061. 4641 - Publicidade de utilidade pública

Aspectos Gerais

Esta ação tem como finalidade informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

Execução

A execução dos recursos é descentralizada pelo MEC, que os executou na sua totalidade no valor de R\$ 5.278.846,00.

1061.6372 - Integração e expansão do uso de tecnologias da informação e comunicação na educação pública

Aspectos gerais

O objetivo da ação é contribuir para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da escola pública, por intermédio do uso pedagógico da telemática, e educar para a cidadania.

A ação é desenvolvida no âmbito do Programa Nacional de Informática na Escola (Proinfo), que prevê aquisição, instalação e manutenção de equipamentos para escolas públicas do ensino fundamental e médio, Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) e Centros de Experimentação em Tecnologia Educacional (Cete).

Execução

A dotação inicial desta ação totalizou R\$ 18.650.000,00 sendo suplementada para R\$ 28.650.000,00. Deste recurso, houve a execução de R\$ 28.649.998,48, para a aquisição dos seguintes equipamentos para as escolas:

- 50.000 aparelhos de DVDs e 800 gravadores com os quais atenderam-se aproximadamente 10.000 unidades escolares;
- 2.040 microcomputadores para atendimento a 1.204 unidades escolares, divididos entre NTEs;
- 10.125 kits de mídias para DVD com 150 horas de programação do canal TV Escola;
- 252 equipamentos para laboratório de informática.

O detalhamento destas aquisições constam na tabela nº 97 .

Tabela nº 97: Detalhamento da aquisição de equipamentos – exercício de 2005

Modalidade para Aquisição	Contrato / Convênio	Valor (R\$)	Fornecedor	Observações
Pregão nº 19/2005	Contrato nº 026/2005	1.571.311,00	Videolar S.A.	Autoração de 10.125 kits de mídias para DVD
Pregão nº 17/2005	Contrato nº 068/2005	5.756.800,00	Matrix Logística e Suprimentos S/A	Aquisição de 40.000 aparelhos de DVD
Pregão nº 17/2005	Contrato nº 069/2005	399.900,00	Tropical Trading Importação e Exportação Ltda	Aquisição de 400 gravadoras externas
Pregão nº 17/2005	Contrato nº 070/2005	74.000,00	AM Tecnolink Ltda	Aquisição de 400 gravadoras internas
Pregão nº 17/2005	Termo Aditivo ao Contrato nº 068/2005	1.286.087,00	Matrix Logística e Suprimentos S/A	Aquisição de 10.000 aparelhos de DVD
	Convênio	735.478,60	Secretaria de Educação do Mato Grosso	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
	Convênio	735.478,60	Secretaria de Educação do Piauí	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
	Convênio	735.478,60	Secretaria de Educação Básica do Ceará	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
	Convênio	735.478,60	Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
	Convênio	735.478,60	Secretaria de Educação e Cultura –do Pernambuco	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
	Convênio	735.478,60	Secretaria de Educação da Bahia	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
	Convênio	735.478,60	Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul	Aquisição equipamentos para 36 laboratórios de informática
Pregão nº 43/2005	Contrato nº 91/2005	11.530.673,10	Itautec Informática S/A Grupo Itautec Philco	Aquisição de 9.630 microcomputadores, 963 unidades equipadas
Pregão nº 043/2005	Termo Aditivo ao Contrato nº 91/2005	2.882.877,18	Itautec Informática S/A Grupo Itautec Philco	Aquisição de mais 2.410 microcomputadores, 241 unidades equipadas
Total Executado - R\$				28.649.998,48
Saldo - R\$				1,32
Executado - %				100%

Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

O desempenho da ação pode ser avaliado mediante observação da tabela nº 98. Foi executada a quantidade dos recursos previstos e suplementados nesta dotação. Com este recurso, se conseguiu suplantare a meta física em 2290,20%. Esta superação da meta inicial se deve principalmente a dois aspectos: em primeiro lugar, devido ao uso do pregão como modalidade de aquisição de equipamentos e, em segundo lugar, pela inclusão do item DVD que não constava da meta inicial. Desta forma se pode adquirir 50.000 equipamentos de DVD para atender 10.000 escolas, com cinco unidades em cada uma. Isto propiciou um avanço no uso pedagógico de novas tecnologias na educação para as escolas públicas de ensino fundamental e ensino médio, NTE e CETE.

Tabela nº 98: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
500	R\$ 28.650.000,00	11.451	R\$ 28.649.998,48	2.290,20%	99,99%

Produto: unidade equipada

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061.6375 - Distribuição de material de apoio à educação a distância e ao uso de tecnologias de informação e comunicação na educação

Aspectos gerais

A finalidade da ação é apoiar atividades que propiciem condições de avaliação crítica e criativa da TV Escola e de tecnologias no projeto político-pedagógico da escola, de modo a promover a cidadania e a gestão democrática escolar.

A ação destina-se à produção e distribuição da Revista TV Escola, produção de encartes soltos distribuídos com as revistas, produção e distribuição de cartazes com a grade de programação comum e especial de férias da TV Escola, e, ainda, à produção e distribuição de materiais impressos de apoio à educação a distância e ao uso das tecnologias da informação e comunicação.

Execução

Em 2005, foram alocados, no orçamento, R\$ 4 milhões para serem investidos na distribuição de 1,8 milhão de exemplares da citada revista. Do total dos recursos orçados, foram empregados R\$ 3.033.190,00, conforme pode ser visto na tabela nº 99.

Tabela nº 99: Dados da TV Escola – exercício de 2005

Forma de aquisição	Produto	Nº de exemplares	Gastos (R\$)
Pregão (53/05)	Produção gráfica do livro do ano	80.000	380.000,00
Pregão (58/05)	Produção das grades Tv Escola	960.000	769.990,00
	Produção dos cartazes tipo encarte	400.000	
Transferência UNESCO	Projeto 914BRA5002		1.883.200,00
Total		1.440.000	3.033.190,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com o emprego da modalidade pregão, foi possível executar 80% da meta física, empregando-se 76% do recurso financeiro estimado, conforme apresentado na tabela nº 100.

Tabela nº 100: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.800.000	4.000.000	1.440.000	3.033.190,00	80%	76%

Produto: exemplar distribuído

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1061. 869R - Transmissão do sinal via Satélite do TV Escola

Aspectos Gerais

Esta ação visa garantir a infra-estrutura de telecomunicações e recursos de tecnologia necessários à transmissão do sinal do Programa TV Escola, para proporcionar interatividade em sistemas de educação a distância, baseada em tecnologias de informação e comunicação. A mesma é realizada por meio de contratação de serviços de transmissão e elevação de sinal para satélite, necessários à transmissão dos programas do TV Escola como apoio aos sistemas de educação a distância.

Execução

Foi realizada uma descentralização de recursos no valor de R\$ 8.000.000,00 para a Secretaria de Educação a Distância – SEED, o qual foi totalmente utilizado nos objetivos da ação. Firmou-se um contrato com a Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto – ACERP, por dispensa de licitação, com o objeto de transmissão do sinal via satélite do Programa TV Escola, beneficiando 60 mil escolas públicas.

Desempenho

Observa-se o êxito da ação, pois com a aplicação total do recurso disponibilizado, foi possível superar em 20% a meta física prevista.

Tabela nº 101: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
50.000	R\$ 8.000.000,00	60.000	R\$ 8.000.000,00	120,00%	100,00%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1062. Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

A exclusão social refere-se ao processo que impossibilita parte da população de partilhar dos bens e recursos essenciais oferecidos pela sociedade para a satisfação das necessidades básicas, como também a falta de acesso à educação, segurança, justiça, cidadania e representação política.

Ainda, as bases sobre as quais se ergueu o sistema de proteção social no Brasil – emprego, renda, contribuição e benefícios sociais – relegaram ao plano da assistência o enorme contingente de brasileiros excluídos da proteção. Como resultado, o país apresenta um saldo de 53 milhões de pobres, dos quais 23 milhões de indigentes, 11,5 milhões de desempregados, crianças desamparadas e moradores de rua, analfabetos declarados e funcionais, e ainda enfrenta o recrudescimento de doenças do século XVIII (tuberculose), a manutenção do trabalho infantil, escravo e doméstico, o agravamento da concentração de renda, além do aumento da violência urbana e rural. No que se refere à questão educacional, os dados são preocupantes, pois o país tem um contingente de 25 milhões de jovens e adultos sem escolaridade ou com até dois anos de escolaridade, apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos freqüentam cursos universitários, sendo que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública, e mesmo privada, já que o sistema de apoio e financiamento ao estudante, que poderia ser uma alternativa, é ainda insuficiente e inadequado. O aprofundamento dessa situação provoca alterações na dinâmica e na estrutura social e restringe o potencial de desenvolvimento humano.

Na tentativa de minimizar gradualmente estes hiatos sociais, a Educação Profissional e Tecnológica tornou-se de fundamental relevância nas novas diretrizes do Governo Federal, no que tange à retomada do crescimento econômico do País, uma vez que a geração de empregos e o crescente desenvolvimento tecnológico exigem uma melhor formação profissional de sua força de trabalho. Para tanto, faz-se necessário que sejam assegurados os meios para que a oferta desta modalidade educacional seja condizente com a demanda, tanto quantitativa, quanto qualitativa.

Os números da Educação Profissional no Brasil, apresentados em seu último censo – 716 mil matrículas no Nível Técnico e 91 mil concluintes – são indicadores de que não há, ainda, condições de garantir formação profissional aos milhões de jovens e adultos que representam a força de trabalho do País.

Neste contexto, o governo federal lançou em 2003 o *Programa “Democratizando o Acesso à Educação Profissional, Tecnológica e Universitária”*, que tem por objetivo ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, incorporando novos atores sociais ao processo de formação profissional, técnica e tecnológica visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

Ainda no tocante à política de fortalecimento da inclusão de camadas desassistidas da escola regular, inclusive, o presente programa se insere na base da resolução do problema ora apresentado, pois busca, entre outros aspectos:

- otimizar a utilização de recursos e potencializar experiências exitosas desenvolvidas por organismos e entidades da sociedade civil;
- revitalizar 150 unidades escolares agrícolas dispersas pelo interior do país, para que possam oferecer educação profissional de nível básico e técnico articulada com elevação da escolaridade, proporcionando o fortalecimento de ações que apontem para geração de trabalho e renda nos mais distantes espaços geográficos;

- apoio à criação de 500 novas instituições de educação profissional, fortalecendo uma política de inclusão social.

Para o desenvolvimento dessas ações voltadas à educação profissional, técnica e superior tecnológica, destacam-se como estratégias de implementação apoiadas pelo FNDE e Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SETEC) entre outras: a articulação e o estabelecimento de parcerias com o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário, estados e municípios, ONGs representativas da sociedade civil organizada, Sistema 'S', de modo a obter o compartilhamento de ações que consolidem a inclusão do público almejado. Para a execução das ações descentralizadas, o repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades se deram por meio da realização de convênios entre o MEC e as diversas instituições envolvidas.

O citado programa sofreu importantes modificações na revisão do PPA 2004, para o exercício de 2005, entre as quais: teve sua denominação alterada para “**Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica**”, foram excluídas todas as ações destinadas à pós-graduação; e ainda foram incorporadas ações destinadas à educação profissional, antes vinculadas a outros programas.

Para 2005, os recursos orçamentários disponíveis foram da ordem de R\$ 146,5 milhões. Deste total, foram executados cerca de R\$ 136,3 milhões em dez ações que estão sob a responsabilidade gerencial e orçamentária do FNDE.

Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep

O Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, fundamentado em um conjunto de ações sob responsabilidade do FNDE e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, tem como seu principal destaque o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), que visa à implantação da reforma da educação profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação. Abrange aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional.

O programa decorre do Acordo de Empréstimo nº 1.052/0C-BR, assinado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem vigência até novembro de 2006. Conta com recursos de US\$ 400 milhões, dos quais 50% provenientes do financiamento do BID e 50% de contrapartida brasileira, formada, em proporções iguais, pelo Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Implementação

O Proep compreende quatro componentes de atuação:

- ▶ formulação e implementação de políticas de educação profissional com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta dessa modalidade de educação no País;
- ▶ redimensionamento da oferta da educação profissional e tecnológica na rede federal, buscando a adequação de currículos, a diversidade de oferta de cursos, a ampliação e reforma de infra-estrutura, a aquisição de equipamentos e materiais de ensino-aprendizagem e a capacitação de recursos humanos;

- ▶ reordenamento de rede estadual, buscando operacionalizar a educação profissional em todas as unidades da Federação, visando elementos como a diversidade de oferta, adequação e construção curricular, novos modelos de gestão, ampliação da oferta de vagas, construção, ampliação e reforma de infra-estrutura e aquisição de equipamentos; e
- ▶ apoio ao segmento comunitário, mediante financiamento para a construção de centros de educação profissional a serem geridos pela própria comunidade, com significativa expansão e diversificação da oferta de cursos e adequação às peculiaridades locais e regionais.

Subprogramas

Para alcançar seus objetivos, o Proep conta com dois subprogramas:

Subprograma A

Implementação de políticas globais (projetos nacionais), estruturado de modo a alcançar:

- 1) desenvolvimento gerencial, promover o fortalecimento do MEC e desenvolver um sistema de informação da educação profissional e modelos de gestão escolar;
- 2) desenvolvimento técnico-pedagógico, que visa estudos de mercado de trabalho, desenvolvimento curricular e certificação de competências;
- 3) desenvolvimento de recursos humanos, que prevê a realização de cursos de atualização pedagógica e tecnológica para gestores de instituições federais e estaduais sobre análise e tratamento de dados e sobre modulação dos currículos, cursos de especialização em gestão curricular, estratégias de adequação ao mercado, seminários estaduais e internacionais e ainda visitas técnicas de diretores e docentes para conhecimento de experiências internacionais;
- 4) plano de comunicação, que inclui a organização de seminários nacionais e encontros para a divulgação da reforma da educação profissional para os representantes do programa, empresários e mídia, a publicação de artigos, a realização de entrevistas e o apoio à campanha institucional sobre a reforma da educação;

Subprograma B

Planos estaduais e projetos escolares que financiam projetos de investimento nos estados e nas escolas, com base em planos estaduais e em projetos escolares.

Para permitir maior compreensão, é importante esclarecer que o plano estadual de educação profissional é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com os diversos atores do setor, para definir o desenvolvimento da educação profissional em um estado, de acordo com a legislação atual e as diretrizes da política nacional e do Proep. Abrange as necessidades de mudanças na legislação, o fortalecimento ou a criação de órgãos normativos e gestores, com as funções de apoiar, coordenar, monitorar, avaliar e informar o público sobre o sistema de educação profissional, e, ainda, as necessidades de formação profissional e de expansão ou criação de centros profissionais. O financiamento da implementação desse plano permite o fortalecimento da gestão da educação profissional.

O plano da escola é também um plano estratégico realizado de maneira participativa. Com o objetivo de definir um projeto de Centro de Educação Profissional com propostas organizacionais e técnico-pedagógicas ajustadas à legislação atual e aos requisitos do Proep, o financiamento dos projetos escolares refere-se à ampliação e reforma de escolas existentes (federais, estaduais ou do segmento comunitário), ou à criação de novos centros. O financiamento compreende, ainda, a

aquisição de laboratórios de aprendizagem, equipamentos, material de ensino-aprendizagem, consultorias e capacitações.

Em conformidade com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União nº 71, de 07 de dezembro de 2005, apresenta-se a seguir o demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados no Programa de Expansão da Educação profissional – Proep:

Discriminação

Código do projeto: 1052/OC – BR

Descrição: Programa de Expansão de Educação profissional.

Finalidade: Apóia a implantação da reforma de educação profissional.

Organismo financiador: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Tabela nº 102: Demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados – Proep

Custo total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
			Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
312.000.000	156.000.000	156.000.000	Amortização	0	0	Juros e comissão pagos de acordo com o contrato de empréstimo no primeiro e segundo semestres 2005 Em 2005, não houve cobrança, por parte do BID, da taxa de inspeção e supervisão.	
			Pagamento de Juros	4.309.125,62	22.686.990,12		
			Comissão de Crédito	240.054,42	7.297.286,22		
			Inspeção e supervisão	0	1.912.000		

Fonte: Dipro/FNDE

1062.09EJ- Qualificação da pessoa com necessidades educacionais especiais

Aspectos gerais

Tem como finalidade o apoio técnico e pedagógico aos sistemas de ensino, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias educacionais, como resposta às necessidades educacionais especiais de alunos, em cursos e oficinas pedagógicas, visando assegurar melhores condições de empregabilidade a jovens e adultos com necessidades educacionais especiais por meio da formação e qualificação para o trabalho.

Execução

No exercício de 2005 foi investido, nesta ação, o valor de R\$ 997.310,74, beneficiando 180.135 alunos.

Tabela nº 103: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários				Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	Profissional	
Brasil	180.135	883	2.391	296	997.310,74
Norte	3.255	35	80	10	56.919,65
Nordeste	12.659	404	1.295	151	276.013,19
Sudeste	41.492	201	786	125	295.121,60
Sul	59.699	148	160	0	285.308,65
Centro – Oeste	63.030	95	70	10	83.947,65

Desempenho

Observa-se o bom desenvolvimento desta ação, pois, com 99,7% do recurso financeiro aplicado, conseguiu-se superar a meta física prevista em 168,70%. Observa-se que a meta física prevista foi superestimada na elaboração da LOA.

Tabela nº 104: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.000	R\$ 1.000.000,00	2.687	R\$ 997.310,74	268,70%	99,73%

Produto: Pessoa capacitada
Unidade de medida: Unidade
Fonte: Dirpe/FNDE

1062.0A13 – Concessão de bolsa-auxílio para pré-formação profissional – Escola de Fábrica

Aspectos Gerais

Escola de Fábrica é uma iniciativa do Governo Federal, executada pelo FNDE/MEC e tem como objetivos incluir jovens de baixa renda no mercado de trabalho, por meio de cursos de iniciação profissional em unidades formadoras, no próprio ambiente das empresas gerando renda e inclusão social.

Esta ação tem por finalidade:

- promover a inclusão social de jovens de baixa renda, por intermédio da iniciação profissional;
- fortalecer a descentralização da execução de políticas públicas, por meio de atores sociais públicos-privados;
- apoiar ações de responsabilidade social dos setores produtivos;
- sintonizar a iniciação profissional (como itinerário formativo) aos arranjos produtivos locais, em consonância política com as diretrizes de um desenvolvimento sustentável.

As metas da ação Escola de Fábrica estão assim definidas:

- empregabilidade dos egressos superior a 50%, em torno de seis meses da conclusão;
- certificar 40 mil jovens até dezembro de 2006.

Podem participar da ação empresas estatais, sociedades de economia mista, administração direta, autárquica e fundacional em todas as esferas de governo, instituições privadas sem fins lucrativos, empresas privadas, instituições educacionais certificadoras e estudantes de 16 a 24 anos.

Execução

O Projeto Escola de Fábrica está sendo executado mediante:

- transferência de recursos financeiros às unidades gestoras selecionadas e credenciadas pelo MEC por meio de convênio;
- pagamento de bolsas-auxílio. O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais.

Desempenho

Foram executados 60,34% dos recursos estimados, beneficiando 11.863 alunos, o equivalente a 18,6% a mais da meta física estimada.

Tabela nº 105: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
10.000	R\$ 13.000.000,00	11.863	7.844.850,00	118,6%	60,34%

Fonte: Dipro/FNDE

1062.3676 - Capacitação dos profissionais da educação profissional – Proep

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade proporcionar, aos profissionais de educação profissional (gestores, docentes e pessoal técnico-administrativo), oportunidade de capacitação, visando o aprofundamento teórico do campo da educação profissional, discernimento crítico das políticas educacionais e eficiência no uso de recursos tecnológicos necessários a sua atuação.

A sua operacionalização ocorre por meio da elaboração de projetos de capacitação, programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, elaboração de materiais de capacitação e definição de linha de funcionamento para aquisição de acervo bibliográfico básico e equipamento de informática para docentes da educação profissional.

O detalhamento da sua implementação prevê o estabelecimento de convênios com instituições formadoras de recursos humanos para realização de cursos, estudos e implementação de ações de financiamento de bolsas de estudos, estágios, visitas e linhas de financiamento para aquisição de livros e equipamentos para docentes.

Execução

Em 2005, a dotação orçamentária final desta ação foi de R\$ 5.336.000,00, tendo sido este valor executado na sua totalidade.

Desempenho

Foi realizado um seminário no âmbito da Escola de Fábrica no mês de janeiro de 2005, capacitando 76 profissionais de educação profissional. A partir de abril de 2005, a SETEC/ MEC iniciou o planejamento das Oficinas de Capacitação de Gestores Acadêmicos em Currículo Integrado, evento realizado entre setembro e novembro de 2005, em 14 capitais brasileiras, capacitando 441 gestores acadêmicos ao final de 2005. Portanto, com base na meta prevista no PPA – capacitação de 1.800 profissionais de educação profissional –, ocorreu a capacitação de 517 profissionais, cumprindo, assim, 28,72% da meta constante no PPA. Observou-se que a meta financeira da ação foi subestimada, face ao custo unitário que seria investido na capacitação do profissional beneficiário da ação.

Tabela nº 106: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.800	R\$ 5.336.000,00	517	R\$ 5.336.000,00	28,72%	100%

Produto: profissional capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dipro/FNDE

1062.3685 - Implementação da expansão profissional de educação profissional – Proep

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade apoiar a implementação da reforma da educação profissional, por meio do fortalecimento da rede federal, do reordenamento das redes estaduais e da expansão das escolas do segmento comunitário, investindo na construção de novas escolas, na melhoria e ampliação da infra-estrutura de escolas já existentes, na modernização de laboratórios, na capacitação de recursos humanos e no desenvolvimento técnico-pedagógico e de modelos de gestão.

A sua implementação ocorre por meio da criação de condições para o estabelecimento e a manutenção de uma estrutura operacional que proporcione a infra-estrutura física e a alocação dos recursos humanos necessários ao apoio à implementação da reforma da educação profissional, garantindo, conseqüentemente, a expansão da oferta de matrículas dos níveis básico, técnico e tecnológico.

O produto da ação é programa implantado, especificado pela implementação de 400 centros escolares de educação profissional por meio de estabelecimento de convênios com os segmentos federal, estadual e comunitário, baseados nos preceitos e dispositivos estabelecidos pela Lei nº 9.394, de 20.12.96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e demais legislações pertinentes, o que permitiu a oferta de matrículas, no ano de estabilização dos mesmos, de 600 mil no nível técnico e de 1 milhão no nível básico.

Execução

Em 2005, a dotação orçamentária final desta ação foi de R\$ 11.228.756,22, dos quais executaram-se R\$ 10.869.793,29, recursos investidos na manutenção e no fortalecimento da equipe de gerenciamento do projeto, possibilitando o atendimento do Programa a 303 centros escolares de educação profissional, apoiando, assim, a implantação da reforma da educação profissional.

Desempenho

No exercício de 2005, da previsão dos recursos orçamentários, executaram-se 96,8% da sua meta financeira, viabilizando o alcance dos resultados previstos para ação, garantindo, conseqüentemente, a expansão da oferta de matrículas dos níveis Básico, Técnico e Tecnológico.

Tabela nº 107: Desempenho físico-financeiro exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
5	R\$ 11.228.756,22	5	R\$ 10.869.793,29	100,00%	96,80%

Produto: programa implantado

Unidade de medida: (% de execução física)

Fonte: Dipro/FNDE

1062.3687 - Implantação do sistema de informação da educação profissional (Proep)

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade a implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional (Siep), composto por subsistemas de acompanhamento de egressos, das receitas e despesas e de avaliação institucional, além de currículos de Educação Profissional, visando garantir a uniformidade no tratamento das informações da Educação Profissional, a fim de subsidiar o processo de planejamento estratégico dos Centros de Educação Profissional e de monitorar os padrões de desempenho acadêmico destas instituições e dos cursos ofertados, tendo em vista a melhoria contínua da qualidade desta educação, apoiando, assim, a formulação de políticas públicas setoriais.

A sua implementação ocorre por meio da criação de um sistema para integrar as diversas informações já disponibilizadas pelas instituições de pesquisa sobre mercado de trabalho; do estabelecimento de ação conjunta MEC/FNDE e Ministério do Trabalho para fomentar ações conjuntas de apoio à criação de Observatórios de Sinais do Mercado de Trabalho e da Formação Profissional nos estados e municípios, principalmente nos de grande porte; da elaboração de material para divulgação e de instrumentos para utilização do sistema, bem como na capacitação dos técnicos dos órgãos gestores estaduais.

Execução

Em 2005, a dotação orçamentária final alocada para esta ação foi de R\$ 1.506.000,00, executados na sua totalidade.

Desempenho

Os recursos financeiros investidos nesta ação permitiram a implantação do SIG – Sistema de Informações Gerenciais, condição "sine qua non" para o acompanhamento do Sistema Federal de Educação Profissional e insumo importante para o início do acompanhamento das demais instituições das redes estadual e comunitária.

Foi desenvolvido o *Term of Reference* (Tor) do Sistema de Gestão Acadêmica (Siga), que irá abastecer o Sig com informações sobre cursos, matrículas e egressos de todas as instituições da rede federal e das financiadas pelo Proep. Como insumo para o Monitoramento e a Avaliação das Escolas financiadas pelo Proep, foi realizada uma pesquisa no âmbito do Sistema de Pesquisas e Avaliações (Sipav) e, no primeiro semestre de 2005, elaborado o relatório final do Sipav 2004, com a divulgação das primeiras informações sobre as escolas do Proep. No segundo semestre, foi realizada a segunda edição da pesquisa, para coletar dados sobre a situação atual destas Escolas. O Sipav se constitui em um censo declaratório em que as escolas informam o estado atual de seu funcionamento tendo como linha de corte a matrícula de junho do ano pesquisado.

Portanto, com base na meta prevista no PPA para a execução desta ação - implantação de um subsistema -, a mesma foi 100% executada, uma vez que o Sig, subsistema do Siep, foi implantado em janeiro de 2005.

Tabela nº 108: Desempenho físico-financeiro exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1	R\$ 1.506.000,00	1	R\$ 1.506.000,00	100,00%	100,00%

Produto: Subsistema implantado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dipro/FNDE

1062.7109 - Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – Proep

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade a expansão e melhoria dos subsistemas públicos federal e estadual de educação profissional e a redefinição da linha de incentivos à oferta de educação profissional pelo segmento comunitário.

A sua implementação ocorre por meio da construção de novas escolas, melhoria e ampliação das escolas já existentes, revitalização de laboratórios, capacitação de recursos humanos, desenvolvimento de projetos técnico-pedagógicos a fim de garantir a expansão da oferta de matrícula dos níveis Básico, Técnico e Tecnológico.

Para tanto, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação firma convênios com instituições federais de Educação Profissional, secretarias estaduais de Educação ou de Ciência e Tecnologia, e com instituições do segmento comunitário (instituições de personalidade jurídica de direito privado, criadas a partir de parcerias, sem fins lucrativos – ONGs, sindicatos, associações, fundações).

Execução

Em 2005, a dotação orçamentária final desta ação foi de R\$ 110.604.312,00, dos quais R\$ 4.707.854,66 foram classificados como dotação indisponível. O valor executado somou R\$ 105.876.857,32, atendendo a 118 convênios em execução do Proep. Parte destes recursos orçamentários foi transferido às entidades convenientes, dos segmentos federais, estaduais e comunitário, visando a implantação, melhoria e ampliação de Centros de Educação Profissional, além da revitalização de laboratórios, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de projetos técnico-pedagógicos.

Desempenho

No exercício de 2005, da previsão dos recursos orçamentários, executaram-se 95,73% da sua meta financeira, garantindo a implantação, melhoria e ampliação de 303 Centros de Educação Profissional, além da revitalização de laboratórios, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de projetos técnico-pedagógicos.

Tabela nº 109: Desempenho físico-financeiro exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
70	R\$ 110.604.312,00	303	R\$ 105.876.857,12	432,86%	95,73%

Produto: Centro implantado
Unidade de medida: unidade
Fonte: Dipro/FNDE

1062.7365 - Desenvolvimento de parâmetros curriculares nacionais do nível tecnológico - Proep

Aspectos Gerais

Esta ação tem por objetivo definir parâmetros curriculares do nível tecnológico, utilizando estratégias de participação democrática, como audiências públicas, consulta à comunidade acadêmica e organizações da sociedade civil que desenvolvem ações referentes à educação profissional, bem como rever os parâmetros curriculares do nível técnico implantados.

A ação é executada diretamente pelo FNDE/SETEC, através do desenvolvimento e da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico estabelecendo os princípios norteadores da Educação Profissional neste nível, para que as instituições afins possam organizar e planejar seus cursos garantindo unidade na implantação e implementação da política nacional e revisão dos parâmetros curriculares do nível técnico.

Execução

Em 2005, a SETEC realizou reuniões com os técnicos para discussão e reestruturação do planejamento das atividades ligadas ao desenvolvimento desta ação e com a equipe da Coordenação de Políticas a fim de analisar os referenciais atuais para posterior seleção de especialistas, por área profissional, que participarão da elaboração da proposta de revisão. Num momento seguinte, foi realizada reunião com profissionais da Rede Federal e técnicos da SETEC no sentido de ajustar as atividades ligadas ao desenvolvimento da ação. Realizou-se reunião com profissionais de consultoria, objetivando traçar a metodologia adequada à revisão dos Referenciais Curriculares dos cursos de nível técnico e à elaboração dos Parâmetros Curriculares dos Cursos Superiores de Tecnologia. Esta reunião possibilitou a continuidade da Ação durante o ano de 2006 e que resultará na publicação dos kits previstos para a divulgação, no âmbito nacional.

Para finalizar as atividades preparatórias à efetiva elaboração dos Parâmetros, buscou-se sistematizar a proposta metodológica apresentada pela Consultoria em preparação das atividades a serem executadas no primeiro semestre de 2006, de modo a garantir a efetiva execução da ação.

Desempenho

Em 2005, além da meta financeira ter sido 100% alcançada, foi possível concluir todas as etapas preliminares necessárias para a conclusão da ação, que deverá efetivar-se em 2006.

Tabela nº 110: Desempenho físico-financeiro exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
20	R\$ 2.348.000,00	20	R\$ 2.348.000,00	100,00%	100,00%

Produto: Parâmetro curricular divulgado

Unidade de Medida: unidade

Fonte: Dipro/FNDE

1065. Desenvolvimento da Educação Infantil

A Educação Infantil, que tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus vários aspectos, passou a ser considerada, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a primeira etapa da educação básica e, apesar de não ser de frequência obrigatória, é dever do Estado oferecê-la em creches e pré-escolas para toda a população (art. 29).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/2003, realizado pelo IBGE, apenas 37,7 % das crianças de 0 a 6 anos estão freqüentando creche e pré-escola. A renda familiar de 79,8 % das famílias brasileiras com crianças de 0 a 6 anos é de até 2 salários mínimos. O baixo nível socioeconômico evidencia a necessidade de que sejam implementadas políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida das crianças desta faixa etária e fica evidente o desequilíbrio entre a oferta de educação infantil e a demanda por creches e pré-escolas de modo a garantir o cumprimento da LDB.

Já em relação à formação dos professores para esse tipo de educação, o censo revela que há no Brasil cerca de quarenta mil professores sem a formação mínima exigida por lei atuando em creches e pré-escolas. Dos 328 mil professores que atuam nas creches e pré-escolas brasileiras, 69% têm curso médio completo e apenas 12,9% possuem nível superior. Segundo o estudo dos eixos nacionais desintegração e desenvolvimento, o investimento em educação infantil “apóia-se no tripé: proteção à infância, incentivo à participação das mulheres no mercado de trabalho e preparação da criança para as aprendizagens escolares”.

O fato de a educação infantil ser considerada como um ponto estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país, o governo federal, implementou o Programa Educação na Primeira Infância, que tem por público-alvo crianças de até seis anos de idade e que objetiva, principalmente, ampliar o atendimento na Educação Infantil. As ações complementares, definidas pela Secretaria de Educação Básica, buscam a melhoria da rede física de Educação e uma maior qualidade do atendimento educacional, por meio da formação inicial e continuada dos professores, da distribuição de material didático, da valorização do professor e dos profissionais não-docentes das instituições de educação infantil.

A execução do programa é efetivada por meio de parcerias com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública, e, ainda, poderiam ser utilizados instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades da Federação e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais, voluntárias e diretas.

Durante o processo de revisão do PPA 2004, para o exercício 2005, foram efetuadas modificações no título do programa (de Educação na Primeira Infância para Desenvolvimento da Educação Infantil), bem como de algumas de suas ações, sem contudo alterar o escopo do programa e a compatibilidade do mesmo com os desafios e diretrizes do PPA 2004-2007.

No orçamento do FNDE de 2005, foram disponibilizados cerca de R\$ 16,63 milhões para a execução das cinco ações do programa, dos quais foram investidos somente 8,59 milhões.

1065.0960 - Apoio à distribuição de material didático para a educação infantil

Aspectos gerais

A ação consiste no apoio financeiro aos sistemas municipais de educação e à Secretaria de Educação do Distrito Federal, para a aquisição e distribuição de material didático para crianças da educação infantil, com até seis anos de idade, assegurando condições para seu desenvolvimento integral.

Execução

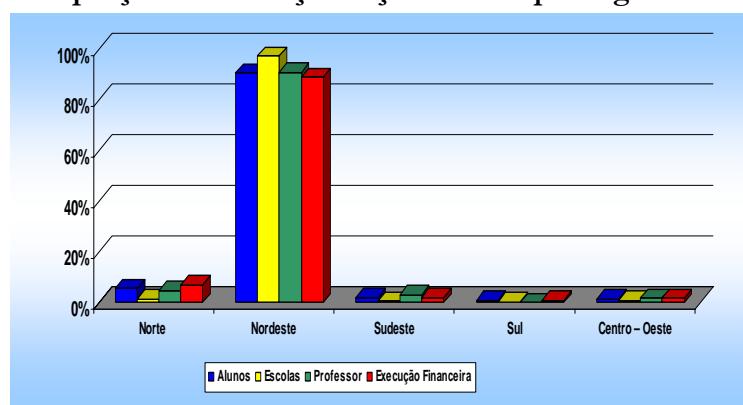
Para atendimento desta ação, foi executado o valor de R\$ 2.500.000,00, que atendeu a 67.562 alunos. Isto foi possível, na medida em que se considerou um valor menor que o previsto para o kit de material didático. O custo unitário médio do kit de material didático praticado, em 2005, foi de R\$ 37,00. Isto explica o número expressivamente maior de alunos atendidos em todas as regiões do Brasil, como mostram a tabela nº 111 e o gráfico nº 45.

Tabela nº 111: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professor	
Brasil	67.562	2.689	3.351	2.500.000,00
Norte	3.764	38	152	170.248,00
Nordeste	61.134	2.613	3.045	2.221.061
Sudeste	1.300	14	103	50.020
Sul	425	6	0	17.710
Centro – Oeste	939	18	51	40.961

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 45: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com o uso de todo o recurso financeiro disponível, foi possível superar a meta física prevista em 397,42%, na medida em que se considerou um valor menor que o previsto para o kit de material didático, conforme mencionado acima.

Tabela nº 112: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
17.000	R\$ 2.500.000,00	67.562	R\$ 2.500.000,00	397,42%	100,00%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1065.09HI - Apoio à aquisição de equipamentos para a rede pública de educação infantil

Aspectos gerais

A ação consiste em apoiar entidades das esferas federal, estadual e municipal, com recurso financeiro para a renovação da rede física de ensino dessas esferas, contemplando a aquisição de equipamentos para espaços educacionais de educação infantil novos ou reformados.

Execução

Em 2005 não houve execução desta ação, pois os projetos de aquisição de equipamentos, para aqueles espaços novos ou reformados, tiveram que aguardar a definição dos projetos de construção e ampliação que, dada a sua complexidade, demandaram um tempo maior para análise e aprovação,

1065.6351 - Distribuição de periódicos para a educação infantil

Aspectos gerais

A ação propicia assistência financeira para a produção de periódicos para a formação continuada de professores e demais profissionais da área, visando proporcionar a melhoria no atendimento da educação infantil.

Execução

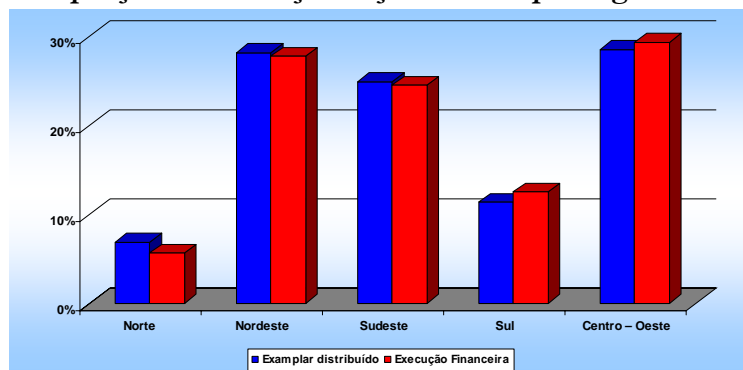
Em 2005, a ação apresentou uma execução financeira no valor de R\$ 767.991,00, utilizado na distribuição de 389.993 exemplares, para proporcionar a melhoria no atendimento infantil.

Tabela nº 113: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Exemplar distribuído	
Brasil	389.993	767.991,00
Norte	26.951	43.457,28
Nordeste	109.988	213.744,60
Sudeste	97.228	188.451,84
Sul	44.377	96.482,56
Centro – Oeste	111.449	225.854,72

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 46: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com a aplicação de 76,80% do recurso financeiro previsto, foi possível atingir a meta física de 86,67%. Isso se deve a uma análise criteriosa de projetos.

Tabela nº 114: Desempenho físico-financeiro

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
450.000	R\$ 1.000.000,00	389.993	R\$ 767.991,00	86,67%	76,80%

Produto: exemplar distribuído

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1067. Gestão da Política de Educação

A educação está garantida, na Constituição Federal como um direito social e um dever do Estado (CF. Art. 6º e 205) e está pautada por referenciais legais bem definidos (LDB, PNE, Lei do Fundeb, entre outros), porém são inúmeros os desafios a serem enfrentados para que se tenha uma política educacional pública que atenda a todas as demandas sociais. A educação, além de ser um modo de inclusão social, é instrumento de desenvolvimento e de garantia de soberania nacional, e é preciso envolver toda a sociedade na gestão democrática desta.

O governo federal, no PPA 2004-2007, estabeleceu como mega objetivo III a promoção e expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia, definindo como principais diretrizes:

- a) a implementação de uma nova forma de gestão pública, marcada pela ética, eficácia, eficiência, transparência, participação, descentralização e controle social, orientada para o cidadão;
- b) o aprofundamento da democracia participativa e a conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
- c) o respeito aos direitos humanos na formulação e implementação de qualquer política pública.

Para que seja alcançado esse objetivo, é necessário aprimorar e racionalizar a gestão pública federal, a fim de atender às demandas da sociedade quanto à oferta de produtos e serviços prestados. Baseado nesse pressuposto, foi criado o Programa Gestão da Política de Educação, que tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área da educação.

A gestão com qualidade e economicidade da coisa pública, fator preponderante para melhor atender a sociedade em geral, requer que a organização pública disponha de meios materiais e humanos compatíveis com a missão a ser alcançada. Sobre esta ótica, o programa fundamenta-se na execução de inúmeras ações e projetos, entre outros, a aquisição e reforma do edifício sede do FNDE, estudos e pesquisas para o aprimoramento da Política Educacional, monitoramento e avaliação da efetividade das políticas educacionais, inclusive com a elaboração e o aperfeiçoamento de indicadores, capacitação de gestores para o monitoramento de programas e projetos educacionais, preparação para a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação-Fundeb.

A execução do programa tem por estratégia a formulação de políticas e a intensificação da gestão participativa e de controle social, por meio da inserção de mecanismos de interlocução para a elaboração de projetos e atos normativos decorrentes das políticas públicas de ensino. A formação de parcerias e articulações, bem como o constante debate com os sistemas de ensino federados, as instituições federais de ensino, as corporações representativas da sociedade civil, as ONGs e iniciativas privadas e, ainda, órgãos produtores de dados sobre questões educacionais permitirão o zelo pela qualidade da educação.

Na avaliação do PPA em 2004, para execução em 2005, foram excluídas as ações referentes ao programas relativos à Educação Profissional - Proep, e às Políticas para o Ensino Médio - Promed, transferidos para outro programa. As alterações efetuadas visaram aprimorar o conjunto das ações que compõem o programa, de modo a melhorar a equidade na implementação das políticas sociais, mediante o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão, avaliação e controle dos serviços prestados e a promoção da eficiência e eficácia na aplicação de recursos públicos.

Para a efetivação das oito ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, foram destinados, em 2005, em torno de R\$ 419 milhões e foram executados R\$ 401 milhões.

1067.6334 – Preparação para implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb

Esta ação tem por finalidade oferecer orientações e promover discussões sobre o Fundeb com as equipes envolvidas com a operacionalização nos estados e municípios, tendo em vista sua implantação, principalmente as das secretarias estaduais de educação, de fazenda e de planejamento, prefeituras municipais, bem como os conselhos que atuarão no acompanhamento do Fundo, Tribunais de Contas dos estados e dos municípios e Ministério Público.

Tabela nº 115: Execução orçamentária da ação por unidade da federação – exercício de 2005

Região/UF	Execução Financeira
Brasil	399.933.939,50
Norte	63.321.455,57
Roraima	5.669.882,63
Acre	3.799.717,97
Amazonas	11.943.949,74
Roraima	2.505.919,92
Pará	24.841.191,90
Amapá	5.157.000,00
Tocantins	9.403.793,41
Nordeste	237.857.595,56
Maranhão	42.135.518,61
Piauí	40.554.635,00
Ceará	21.693.912,48
Rio Grande do Norte	14.905.195,94
Paraíba	23.069.776,00
Pernambuco	22.461.065,30
Alagoas	28.123.679,05
Sergipe	11.407.047,04
Bahia	33.506.766,14
Sudeste	52.189.295,89
Minas Gerais	16.208.226,00
Espírito Santo	6.463.471,00
Rio de Janeiro	12.800.320,44
São Paulo	16.717.278,45
Sul	20.034.411,93
Paraná	7.285.051,76
Santa Catarina	6.096.150,25
Rio Grande do Sul	6.653.209,92
Centro – Oeste	26.531.180,55
Mato Grosso do Sul	6.194.730,48
Mato Grosso	7.367.445,37
Goiás	9.816.757,78
Distrito Federal	3.152.246,92

Fonte: **Difin/FNDE**

A ação contempla a promoção de eventos, como fóruns, seminários e encontros técnicos, para orientação e discussão sobre o Fundeb, com as instituições públicas envolvidas na operacionalização e com os conselhos de acompanhamento e controle social.

A dotação orçamentária estimada da ação, em 2005, e executada na sua totalidade, foi de cerca de R\$ 400 milhões. Os valores por estado são os apresentados na tabela nº 115.

1072 - Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica

A Constituição Federal define, em seu artigo 206, que um dos princípios básicos da educação é a “valorização dos profissionais de ensino”, por meio de carreira e piso salarial profissional. Em consonância com a carta magna, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, preceitua que os “sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, aperfeiçoamento continuado e progressão profissional, baseada na titulação ou habilitação e na avaliação de desempenho”, bem como período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e, ainda, condições adequadas de trabalho (artigo 67). No PPA 2004-2007, o governo federal, ao tratar do mega objetivo I (inclusão social e redução das desigualdades), afirma que a ampliação do nível e da qualidade da escolarização da população está diretamente vinculada à garantia da formação continuada dos profissionais da área de Educação e à valorização dessas carreiras.

A realidade da educação no Brasil ainda demonstra estar muito distante da efetivação desses princípios. Dentre os maiores problemas, identificam-se a fragilidade da formação dos professores e a falta de estímulo para que estes renovem sua prática pedagógica, que se traduzem na ausência de um plano sistemático de formação continuada, que possibilite a atualização permanente em termos científicos e pedagógicos, a inexistência de mecanismos institucionais de valorização do conhecimento e da prática científico-pedagógica dos professores, o difícil acesso aos meios de trabalho e bens culturais, bem como o predomínio de currículos centrados na mera transmissão de conteúdos, com frágil abordagem prática e problematizadora.

O MEC, ciente que é o responsável pela elaboração de um plano de formação continuada para os professores e de valorização dos trabalhadores que atuam no espaço das escolas públicas, por meio da Secretaria de Educação Básica - SEB, criou o Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica. O mesmo tem por objetivo oferecer condições para a formação e capacitação continuadas, a valorização e o estímulo dos professores. A execução do programa tem por estratégia implantar parcerias com os estados, o Distrito Federal, municípios, instituições federais de ensino, ONGs, organizações da sociedade civil, e suas ações podem ser financiadas com recursos internos e externos.

Em 2005, para a efetivação das oito ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, que dizem respeito a metodologias inovadoras, formação continuada de professores e trabalhadores na educação, TV escola, capacitação para o uso de tecnologias e de professores da Educação Infantil, entre outras, foram destinados em torno de R\$ 719 milhões, e foram executados R\$ 718 milhões.

1072.0304 – Complementação da União ao fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério – Fundef

Aspectos gerais

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado pela Emenda Constitucional nº 14/96 e regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelo Decreto nº 2.264/97, tem por objetivo assegurar o desenvolvimento e a universalização do ensino fundamental e a valorização do magistério, mediante remuneração condigna. É mantido com recursos dos próprios estados e municípios, originários de fontes já existentes, acrescidos de parcela de outros recursos da União.

Trata-se de fundo de natureza contábil, constituído por 15% das seguintes fontes de recursos:

- Fundo de Participação dos estados (FPE);
- Fundo de Participação dos municípios (FPM);
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI Exportação); e
- recursos oriundos da Lei Complementar nº 87/96, que prevê o ressarcimento, pela União, das perdas de receitas na desoneração das exportações de produtos primários.

Além das receitas referenciadas, a União, por meio do FNDE, a título de complementação ao Fundef, assegura recursos adicionais aos estados e aos municípios que não atingem o valor mínimo por aluno/ano definido nacionalmente.

Execução

O valor mínimo anual, definido para 2005 pelo Decreto nº 5.374, de 17.02.2005, é o seguinte:

- **alunos de 1ª a 4ª:**
 - da área rural – R\$ 632,97 e
 - da área urbana – R\$ 620,56.
- **alunos de 5ª a 8ª:**
 - da área rural – R\$ 664,00 e
 - da área urbana – R\$ 651,59.
- **Alunos de educação especial** = R\$ 664,00.

A diferenciação entre os valores da área urbana e rural foi introduzida a partir do exercício de 2005. A série histórica dos valores mínimos é apresentada na tabela nº 116.

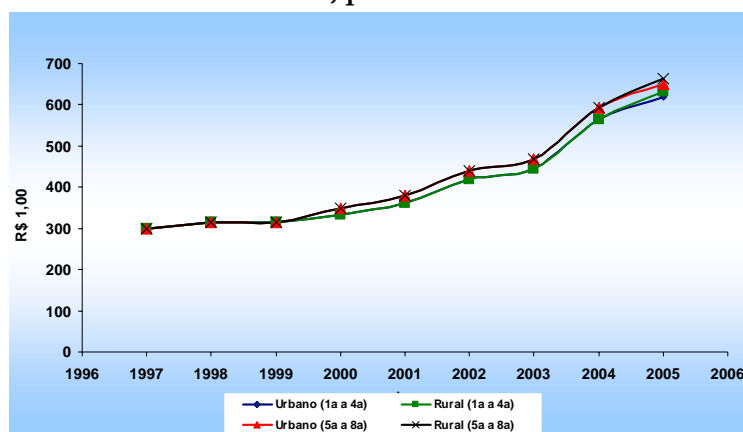
Tabela nº 116: Valores mínimos anuais por aluno da complementação da União ao Fundef e a base legal – de 1997 a 2005

Valor mínimo por aluno	1ª a 4ª série - R\$				5ª a 8ª série - R\$				Base Legal
	Urbana	% (período)	Rural	% (período)	Urbana	% (período)	Rural	% (período)	
1997	300	100,00	300	100,00	300	100,00	300	100,00	Lei 9.424/96(§ 4º - art. 6º)
1998	315	105,00	315	105,00	315	105,00	315	105,00	Dec. 2.440/97
1999	315	105,00	315	105,00	315	105,00	315	105,00	Dec. 2.935/99
2000	333	111,00	333	111,00	349,65	116,55	349,7	116,55	Dec. 3.326/99
2001	363	121,00	363	121,00	381,15	127,05	381,2	127,05	Dec. 3.742/01
2002	418	139,33	418	139,33	438,9	146,30	438,9	146,30	Dec. 4.103/02
2003	446	148,67	446	148,67	468,3	156,10	468,3	156,10	Dec. 4.580/03
2004	564,63	188,21	564,63	188,21	592,86	197,62	592,9	197,62	Dec. 5.299/04
2005	620,56	206,85	632,97	210,99	651,59	217,20	664	221,33	Dec. 5.374/05

Fonte: Difi/FNDE

De 1997 a 2005, conforme demonstrado na tabela nº 116, os valores mínimos aumentaram em 106,83% (1ª a 4ª série urbana), 110,99% (1ª a 4ª série rural), 117,20% (5ª a 8ª série urbana) e 121,33% (5ª a 8ª série rural). Essa tendência de crescimento pode ser observada, também, no gráfico nº 47.

Gráfico nº 47: Valores mínimos anuais da complementação da União ao Fundef, por aluno – de 1997 a 2005



Fonte: Difi/FNDE

Os recursos do Fundef são repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos governos dos entes federados vinculadas ao Fundo, abertas para esse fim e mantidas junto ao Banco do Brasil, conforme previsto no art. 93 da Lei nº 5.172/66. São distribuídos com base no quantitativo de alunos matriculados no ensino fundamental regular e na educação especial. A série histórica dos coeficientes de cálculo para a apuração dos valores a serem repassados pode ser vista na tabela nº 117.

Tabela nº 117: Coeficientes estaduais de distribuição dos recursos da complementação da união ao Fundef - de 1997 a 2005

Unidade Federativa	Esfera de Governo	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alagoas	Gov. Estadual	-	0,27	0,27	0,28	0,28	-	-	0,26	0,26
	Govs. Municipais		0,73	0,73	0,72	0,72			0,74	0,74
Bahia	Gov. Estadual	-	0,48	0,38	0,37	0,36	0,35	0,33	0,26	-
	Govs. Municipais		0,52	0,62	0,63	0,64	0,65	0,67	0,74	-
Ceará	Gov. Estadual	-	0,36	0,32	0,29	0,27	-	-	0,17	-
	Govs. Municipais		0,64	0,68	0,71	0,73			0,83	-
Maranhão	Gov. Estadual	-	0,32	0,28	0,28	0,27	0,27	0,25	0,23	0,21
	Govs. Municipais		0,68	0,72	0,72	0,73	0,73	0,75	0,77	0,79
Pará	Gov. Estadual	0,61	0,59	0,40	0,37	0,30	0,28	0,27	0,25	0,24
	Govs. Municipais	0,39	0,41	0,60	0,63	0,70	0,72	0,73	0,75	0,76
Paraíba	Gov. Estadual	-	0,47	0,43	0,41	-	-	-	-	-
	Govs. Municipais		0,53	0,57	0,59					-
Pernambuco	Gov. Estadual	-	0,48	0,44	0,43	-	-	-	-	-
	Govs. Municipais		0,52	0,56	0,57					-
Piauí	Gov. Estadual	-	0,40	0,36	0,37	0,36	0,35	0,31	0,26	0,25
	Govs. Municipais		0,60	0,64	0,63	0,64	0,65	0,69	0,74	0,75
Base legal		Port. Mec 811/97	Port. Mec 319/98, 2.302/97 e 2.223/97	Port. Mec 1.500/98 e 131/99	Port. Mec 13/00 e 127/00	Port. Mec 2.188/00	Port. Mec 3.090/01	Port. Mec 3.477/02 e 3.678/02	Port. Mec 2/2004	Port. Mec 743/2005

Fonte: Difin/FNDE

Foram contemplados, em 2005, os Estados de Alagoas, Maranhão, Pará e Piauí, com os recursos que foram executados no âmbito da ação orçamentária de complementação do Fundef. Embora houvesse previsão orçamentária para os Estados da Bahia e do Ceará, por não atingirem o valor mínimo por aluno/ano estabelecidos no Decreto nº 5.374/05, estes estados não tiveram direito a título de complementação da União.

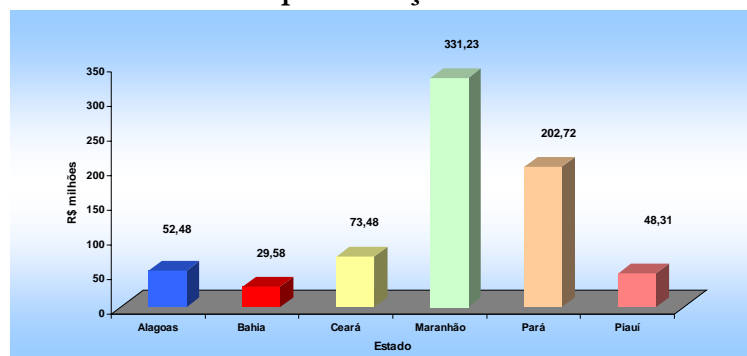
Com base na estimativa publicada na Portaria MF nº 41/2005 foram repassados cerca de R\$ 395.265.045,00, cabendo ao Maranhão a maior participação, a quem foram destinados R\$ 236,6 milhões e, em segundo lugar, o Pará, com R\$ 127,9 milhões.

Tabela nº 118: Demonstrativo da complementação da União ao Fundef – exercício de 2005

Unidade Federativa	Execução orçamentária*	Execução financeira
Alagoas	52.482.570,00	10.373.570,00
Bahia	29.583.565,00	
Ceará	73.482.435,00	
Maranhão	331.229.210,00	236.591.805,00
Pará	202.718.569,00	127.887.855,00
Piauí	48.307.145,00	20.411.815,00
Total	737.803.494,00	395.265.045,00

Foi inscrito em restos a pagar todo o saldo orçamentário, incluindo os valores dos estados que não foram contemplados em 2005 com repasses, para contemplar eventuais ajustes decorrentes do refazimento do cálculo das médias nacionais.

Gráfico nº 48 : Demonstrativo da complementação da União ao Fundef – exercício de 2005



Fonte: Dfín/FNDE

Ajustes referentes a exercícios anteriores

Em 21 de dezembro de 2004, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 400/2004, divulgando a reestimativa dos valores mensais da complementação da União ao Fundef referente ao exercício, bem como os valores dos ajustes dos anos de 2002 e 2003.

Os ajustes de 2002 e 2003 foram efetuados em dezembro de 2004, mediante repasse do valor líquido, somando ou descontando-se o ajuste, conforme o caso. Entretanto, ao longo do exercício de 2005, decisões judiciais concederam a diversos municípios o direito ao recebimento do valor de dezembro de 2004, sem o desconto referente ao ajuste de 2002 e 2003.

Assim, foram pagos, em 2005, em torno de R\$ 37,6 milhões decorrentes das referidas decisões judiciais. Para tanto, utilizaram-se valores do orçamento de 2002 e 2003 inscritos em restos a pagar. Segue o demonstrativo dos valores pagos neste caso por Unidade da Federação:

Tabela nº 119: Execução financeira decorrente de decisões judiciais – exercício de 2005

Unidade Federativa	Valor Pago R\$
Bahia	27.184.155,76
Maranhão	41.504,40
Pará	4.696.852,31
Piauí	5.670.364,77
Total	37.592.877,24

Fonte: Dfín/FNDE

Em face das diversas liminares judiciais, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda decidiu não efetivar os ajustes de 2004 no exercício de 2005, até que se tenha decisão definitiva do Poder Judiciário sobre o assunto.

A tabela a seguir apresenta o histórico dos valores repassados aos estados referentes à Complementação ao Fundef, indicando o montante repassado em cada exercício, incluindo valores dos ajustes.

Tabela nº 120: Recursos financeiros repassados aos estados, a conta da ação de complementação da União ao Fundef, com respectivos ajustes – de 1998 a 2005

Ano	1.998		1.999		2.000		2.001		2.002	
UF	1.998	Ajuste 1997	1.999	Ajuste 1998	2.000	Ajuste 1999	2.001	Ajuste 2000	2.002	Ajuste 2001
AL	1.300.426	0	5.180.878	(1.300.426)	4.161.430	(1.960.530)	2.616.050	(4.161.430)	0	(2.616.050)
BA	112.330.100	0	217.130.496	31.612.407	181.147.799	(1.983.197)	183.718.200	10.039.525	173.887.488	(20.207.586)
CE	48.201.500	0	58.803.593	(1.788.423)	20.314.457	(25.284.512)	15.300.708	(17.442.969)	0	(15.300.708)
MA	130.499.500	0	158.109.459	23.036.539	157.463.601	16.371.601	137.222.800	11.386.571	148.425.922	9.570.729
PA	94.024.151	3.477.423	115.267.023	18.429.954	90.126.301	1.234.065	66.536.800	4.104.025	71.670.072	(4.934.986)
PB	3.163.937	0	13.381.132	(3.163.937)	3.820.427	(8.657.717)	0	(3.820.427)	0	0
PE	10.534.766	0	15.954.805	(4.278.442)	1.499.055	(7.834.922)	0	(1.499.055)	0	0
PI	21.417.450	0	25.845.640	2.636.885	29.497.900	(1.568.867)	21.016.600	(1.182.231)	27.820.782	(1.364.106)
TOTAL	421.471.830	3.477.423	609.673.026	65.184.557	488.030.970	(29.684.079)	426.411.158	(2.575.991)	421.804.264	(34.852.707)
BASE LEGAL	PORT. MF 341/98	PORT. MF 013/99	PORT. MF 349/99	PORT. MF 317/99	PORT. MF 354/00	PORT. MF 353/00	PORT. MF 288/01	PORT. MF 312/01	PORT. MF 27/02	PORT. MF 239/02

ANO	2.004					2.005		
UF	2.003	2.004	AJUSTE 2002	AJUSTE 2003	TOTAL	2.005	Reembolso Ajuste 2002/2003	TOTAL
AL	0	24.689.000	0	0	24.689.000	10.373.570	0	10.373.570
BA	101.195.100	99.600.400	(61.903.149)	(3.379.537)	34.317.714	0	27.184.156	27.184.156
CE	0	4.545.000	0	0	4.545.000	0	0	0
MA	144.655.200	239.485.500	(3.341.071)	44.214.089	280.358.518	236.591.805	41.504	236.633.309
PA	71.339.400	155.452.700	(24.843.511)	(20.468.778)	110.140.411	127.887.855	4.696.852	132.584.707
PB	0	0	0	0	0	0	0	0
PE	0	0	0	0	0	0	0	0
PI	18.556.100	36.111.700	(11.190.791)	6.022.023	30.942.932	20.411.815	5.670.365	26.082.180
TOTAL	335.745.800	559.884.300	(101.278.522)	26.387.797	484.993.575	395.265.045	37.592.877	432.857.922
BASE LEGAL	PORT. MF 10/03	PORT. MF 400/04				PORT. MF 41/2005		

Desempenho

A ação corresponde ao repasse de recursos da União com vistas à complementação do Fundef e não apresenta meta física. Dos recursos orçados, foram executados 100% da meta financeira, conforme tabela nº 121.

Tabela nº 121: Desempenho físico financeiro – exercício de 2005

Meta prevista		Meta realizada		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
0	R\$ 737.803.494,00	0	R\$ 737.803.494,00	0	100,00%

Fonte: Difin/FNDE

1072.0966 - Apoio à formação continuada de professores do ensino fundamental

Aspectos gerais

O objetivo desta ação é assegurar aos professores do ensino fundamental condições para reflexão sobre a prática pedagógica, visando melhor qualidade da educação, por meio do desenvolvimento de projetos demandados pelos sistemas de ensino, bem como assessoramento e acompanhamento técnico-financeiro.

Execução

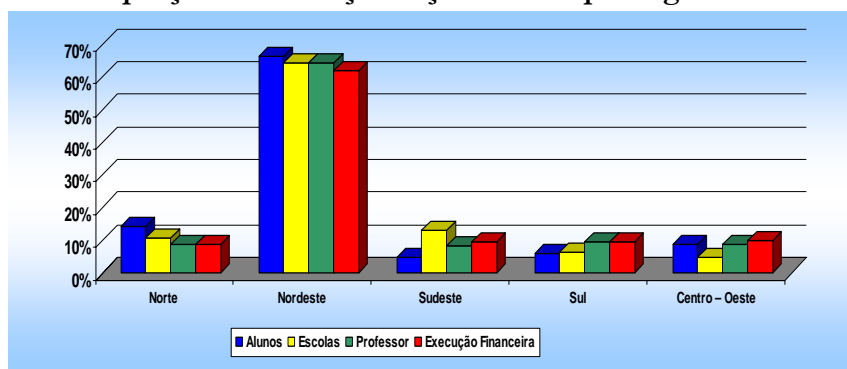
A ação teve dotação orçamentária de R\$ 15 milhões para capacitar 27 mil professores. Deste recurso, uma parcela de R\$ 2.500.000,00 ficou indisponível. Foram executados R\$ 12,5 milhões, beneficiando cerca de 25 mil professores.

Tabela nº 122: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professor	
Brasil	965.638	8.085	25.493	12.494.046,40
Norte	136.829	879	2.241	1.087.101,52
Nordeste	639.284	5.219	16.427	7.729.801
Sudeste	46.816	1.067	2.157	1.197.108
Sul	57.742	530	2.397	1.219.652
Centro – Oeste	84.967	390	2.271	1.260.384

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 49: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com a execução de 83% do recurso financeiro, segundo dados da tabela nº 123, foi possível atingir 94,42% da meta física, comprovando assim o bom desenvolvimento da ação.

Tabela nº 123 Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
27.000	R\$ 15.000.000,00	25.493	R\$ 12.494.046,40	94,42%	83,29%

Produto: professor formado
Unidade de medida: unidade
Fonte: Dirpe/FNDE

1072.0968 - Apoio à capacitação de recursos humanos no ensino médio – Promed

Aspectos gerais

A ação tem por finalidade qualificar os profissionais que atuam no Ensino Médio (docentes, gestores e técnicos administrativos), preparando-os para a implementação das diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio. É executada por meio de financiamento de projetos para implementação do programa em unidades escolares, capacitação dos profissionais mediante a realização de seminários e impressão de fascículos.

Execução

Esta ação foi executada por meio do Programa Ética e Cidadania, com o financiamento de 120 projetos para implementação do programa em unidades escolares, realização de um seminário nacional e impressão do documento: “Construindo Valores na Escola e na Sociedade: Direitos Humanos, Convivência Democrática e Ética”.

Desempenho

Em conformidade com os percentuais alcançados na execução da meta física e financeira, não houve restrições para a implementação desta ação.

Tabela nº 124: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.250	1.250.000,00	1.250	1.250.000,00	100,00%	100,00%
Produto: profissional capacitado					
Unidade de medida: profissional capacitado					
Fonte: Seb/Mec					

1072.0973 - Apoio à formação continuada de professores da educação infantil

Aspectos gerais

Seu objetivo é melhorar a qualidade da oferta da educação de crianças de zero a seis anos de idade, por meio da formação continuada de professores.

O apoio financeiro destina-se aos sistemas municipais de educação e à Secretaria de Educação do Distrito Federal, para a realização de cursos a distância e presenciais, oficinas pedagógicas, seminários e produção de periódicos para a formação continuada dos profissionais da educação infantil.

Execução

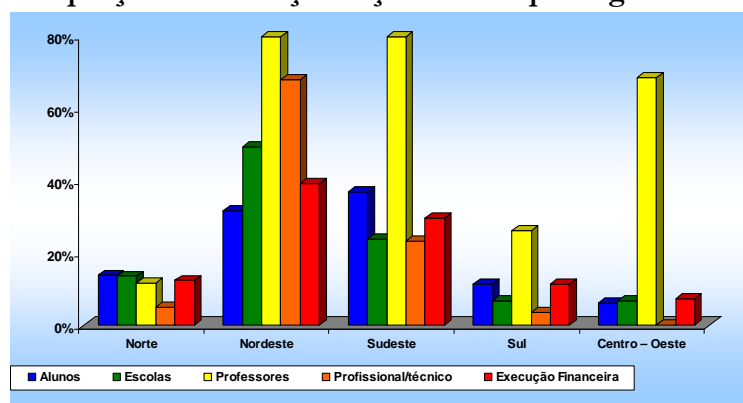
Nesta ação, a região Nordeste foi contemplada com cerca de R\$ 2,3 milhões (39% do recurso total), a Norte com 12% dos recursos, a Sul com 11%, a Centro-Oeste com 8% e a Sudeste com 30%. No total, 19.571 professores foram contemplados, beneficiando aproximadamente 458 mil alunos de 5.937 escolas, conforme demonstrado na tabela nº 125 e no gráfico nº 50.

Tabela nº 125: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários				Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	Profissional/técnico	
Brasil	458.019	5.937	19.571	559	5.998.142,64
Norte	63.359	805	2.295	28	742.645,91
Nordeste	145.564	2.931	6.538	381	2.351.951,65
Sudeste	169.337	1.411	7.448	130	1.784.635,01
Sul	51.634	393	1.950	20	676.026,78
Centro-Oeste	28.125	397	1.340	0	442.883,29

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 50: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com a aplicação de 99,97% dos recursos financeiros previstos, a meta física superou em 14,69% a previsão inicial, formando 19.571 professores, o que demonstra o bom desenvolvimento da ação.

Tabela nº 126 Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
17.064	R\$ 6.000.000,00	19.571	R\$ 5.998.142,64	114,69%	99,97%

Produto: professor formado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1072.09CY - Apoio à formação continuada de professores para ações educativas integradas

Aspectos gerais

Esta ação tem por objetivo tornar os professores mais capacitados para promover os valores éticos e de cidadania no ambiente escolar, visando conscientizar os alunos e a comunidade para a responsabilidade de cada indivíduo na construção de uma sociedade fundada nos princípios da tolerância, justiça e democracia.

Execução

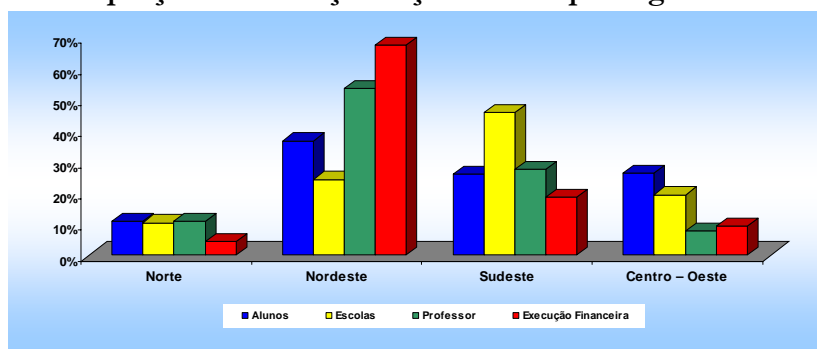
Nesta ação, a região Nordeste foi contemplada com R\$ 1.351.480,13 e, em seguida, ficou a região Sudeste com R\$ 371.859,55. No total, cerca de 448 mil alunos de 900 escolas e 3.879 professores foram beneficiados, conforme demonstrado na tabela nº 127 e no gráfico nº 51, abaixo.

Tabela nº 127: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professor	
Brasil	448.649	900	3.879	1.999.967,88
Norte	48.492	94	425	89.166,56
Nordeste	164.818	219	2.081	1.351.480,13
Sudeste	116.713	413	1.069	371.859,55
Sul	-	-	-	-
Centro – Oeste	118.626	174	304	R\$ 187.461,64

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 51: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Constatou-se que a ação foi executada dentro da normalidade, empregando 99,99% do recurso financeiro, contemplando 107,75% da meta física.

Tabela nº 128: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
3.600	R\$ 2.000.000,00	3.879	R\$ 1.999.967,88	107,75%	99,99%

Produto: professor beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1072.09DP - Apoio à formação continuada dos trabalhadores estaduais e municipais da Educação Básica

Aspectos Gerais

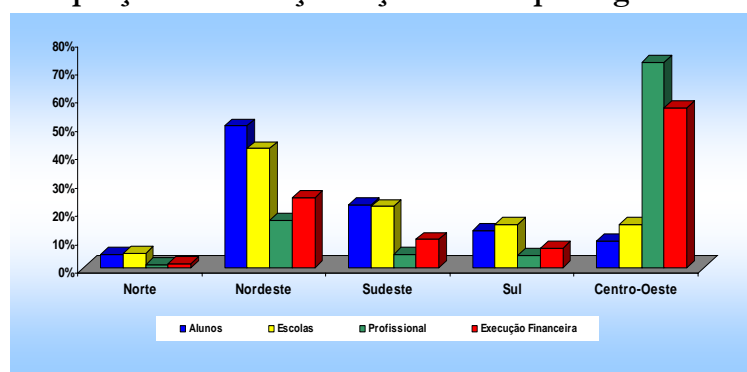
Esta ação proporciona a formação e a capacitação permanente dos trabalhadores da educação que atuam nos sistemas de ensino básico, visando ao desenvolvimento e ao aprimoramento de suas competências de gestão pedagógicas, como forma de qualificar sua atividade profissional e melhorar a eficiência dos sistemas e das escolas públicas.

Tabela nº 129: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Profissional	
Brasil	857.000	2.732	23.615	R\$ 6.690.578,14
Norte	42.182	144	284	R\$ 106.505,32
Nordeste	430.036	1.154	3.974	R\$ 1.667.565,63
Sudeste	190.214	593	1.157	R\$ 671.546,31
Sul	113.544	422	1.049	R\$ 461.826,10
Centro – Oeste	81.024	419	17.151	R\$ 3.783.134,78

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 52: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Execução

Para esta ação, a dotação final foi de R\$ 8.690.633,00, sendo R\$ 3.000.000,00 descentralizados para a Fundação Universidade de Brasília - Fub. Assim, nesta ação, foi executado o valor de R\$ 6.690.578,14, beneficiando 23.615 profissionais.

Desempenho

Foram realizados 76,99% da meta financeira e superada em 57,43% a meta física prevista. Ressalta-se que, apesar das medidas de contingenciamento, o desempenho da ação foi excelente graças à adoção de criteriosa análise e seleção de projetos.

Tabela nº 130 : Desempenho físico financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
15.000	R\$ 8.690.633,00	23.615	R\$ 6.690.578,14	157,43%	76,99%

Produto: profissional capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1072.6332 - Formação em serviço e certificação em nível médio de professores não-titulados

Aspectos gerais

O objetivo da ação é formar os professores que não possuem a habilitação em magistério e que atuam nas quatro séries iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto foi instituído o Proformação, que é um curso de magistério de nível médio, na modalidade de ensino a distância, e que busca elevar a qualidade das séries iniciais da educação fundamental, profissionalizando os educadores. O curso utiliza materiais auto-instrucionais impressos e vídeos, atividades coletivas e individuais e um serviço de apoio à aprendizagem realizado por meio de tutoria e comunicação. As atividades para sua execução são: treinamento dos agentes envolvidos (níveis gerencial, operacional, professores formadores e tutores); reprodução e distribuição de materiais didáticos; monitoramento (sistema de informações) do curso e avaliação do curso.

Execução

Em 2005, foram executados R\$ 7.282.000,00 para atender às atividades de capacitação das equipes envolvidas no Proformação, por meio de descentralização para a Secretaria de Educação a Distância (Seed/MEC). A ação beneficiou 7.229 professores.

Desempenho

Os percentuais de execução de metas alcançados na ação demonstram normalidade na sua implementação.

Tabela nº 131: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
10.000	R\$ 7.474.000,00	7.229	R\$ 7.282.000,00	72,29%	97,43%

Produto: professor formado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1072.6369 - Capacitação de recursos humanos de tecnologias na educação pública

Aspectos gerais

O objetivo dessa ação é disseminar o uso pedagógico da telemática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem entre alunos, professores e técnicos, para atuarem numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.

A ação consiste na realização de cursos de capacitação em informática na educação. Os profissionais capacitados são professores multiplicadores, gestores escolares, técnicos de suporte e alunos. Técnicos em *hardware* e *software* serão lotados em Núcleos de Tecnologia Educacional do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) e em escolas da rede pública de ensino brasileira.

Execução

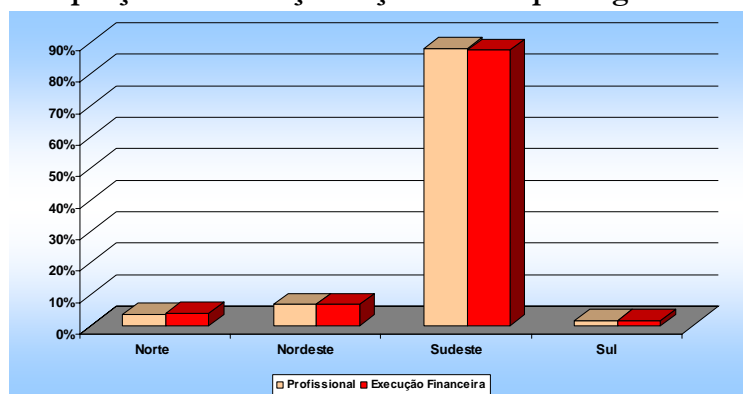
Nesta ação foi disponibilizado o valor de R\$ 3.700.000,00 para atender 10.000 profissionais capacitados. Foi utilizado o valor de R\$ 2.729.785,22, beneficiando 6.179 profissionais.

Tabela nº 132: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Profissional	
Brasil	6.179	2.729.785,22
Norte	218	117.520,00
Nordeste	420	184.904,00
Sudeste	5.435	2.380.693,22
Sul	106	46.668,00
Centro – Oeste	0	0,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 53: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com a utilização de 73,78% dos recursos financeiros previstos, foi possível atingir 61,79% da meta física. Fatores no âmbito da operacionalização da ação influenciaram o atingimento dos percentuais das metas previstas.

Tabela nº 133: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
10.000	R\$ 3.700.000,00	6.179	R\$ 2.729.785,22	61,79%	73,78

Produto: profissional capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1072.6377 - Capacitação de recursos humanos para a educação a distância e para o Programa TV Escola

Aspectos Gerais

A finalidade da capacitação é atender a demanda de cerca de 80% dos professores da rede pública de ensino, para utilização de tecnologia, tanto no seu aperfeiçoamento profissional quanto em sala de aula, contribuindo, desta forma, para a motivação de alunos e professores e para a melhoria da qualidade do ensino.

O apoio financeiro é destinado à implementação da oferta do curso de extensão universitária a distância “TV na Escola e os Desafios de Hoje” para professores do ensino público de todo o território brasileiro; bem como, à capacitação a distância dos gestores estaduais de programas de educação a distância desenvolvidos pela Secretaria de Educação a Distância do MEC; e à realização de encontros técnicos presenciais dos gestores estaduais de programas de educação a distância.

Execução

Em 2005, o valor de R\$ 2.500.000,00, desta ação, foi descentralizado para a Secretaria de Educação a Distância, tendo sido utilizado totalmente com capacitação de professores para utilização de tecnologias (mídias na educação) em parceria com as universidades de Brasília, Rio Grande do Sul, Ceará, Alagoas e de Pernambuco, beneficiando 10.000 professores.

Desempenho

Foi utilizado todo o recurso previsto para esta ação, atendendo 33,33% da meta física. Essa meta física deve ser revista no próximo PPA, pois se acredita que esteja superdimensionada.

Tabela nº 134: Desempenho físico-financeiro

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
30.000	R\$ 2.500.000,00	10.000	R\$ 2.500.000,00	33,33%	100,00%

Produto: profissional capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1336- Brasil Quilombola

O expressivo contingente de brasileiros afrodescendentes faz com que o país detenha a segunda população negra do mundo, atrás somente da Nigéria: são 76,4 milhões de pessoas, o que corresponde a 45% dos habitantes da sociedade, de acordo com os dados do censo 2000. Parte desta população vive em cerca de 743 comunidades remanescentes de quilombos, que em consequência de sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem atenção especial dos poderes públicos, pois representam setores esquecidos e marginalizados, que enfrentam graves problemas de cunho socioeconômico e cultural: estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico, de atendimento à saúde, de escola de qualidade, entre outros benefícios. Tais condições de vida inscrevem as comunidades quilombolas no rol de nossa população mais carente e necessitada de medidas urgentes de inclusão social.

Por outro lado, é clara a preocupação do Estado brasileiro em relação a essa dívida social, uma vez que o governo estabeleceu como meta, no PPA 2004-2007, promover a redução da desigualdade racial e caminhar em busca da construção de uma sociedade mais justa, coesa, democrática e equânime.

Para tanto, o governo federal criou em 2005 o Programa Brasil Quilombola, balizado na inclusão social e na promoção da cidadania, temas que permeiam desafios e diretrizes do PPA. O mesmo tem por objetivo assegurar às comunidades remanescentes de quilombos desenvolvimento econômico sustentável e justiça social, bem como a propriedade de suas terras. Tem por estratégia de implementação a incorporação de ações, referentes à questão, dispersas em diversos programas distribuídos em outros órgãos, além das responsabilidades da SEPPIR, entre as quais: capacitar a população quilombola de conhecimento e instrumentos adequados para o relacionamento com o poder público e com as entidades da sociedade civil, ações de educação, saúde, destino de resíduos sólidos e preservação do meio ambiente.

Em 2005, para a efetivação das três ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, que dizem respeito à capacitação de professores do Ensino Fundamental que atuam em escolas quilombolas, à distribuição de material didático e paradidático específicos e à ampliação e melhoria da rede física dessas escolas, foram destinados em torno de R\$ 2,7 milhões e foram executados R\$ 2.039 milhões.

1336.09CJ - Apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades remanescentes de quilombos

Aspectos gerais

Esta ação visa proporcionar a ampliação e melhoria da rede física escolar nas comunidades remanescentes de quilombos, contribuindo para a melhoria da oferta do ensino nessas comunidades.

Execução

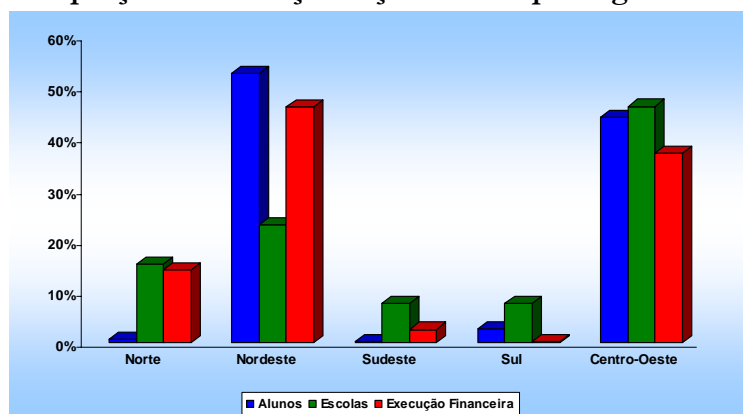
Em 2005, para a ampliação e melhoria da rede física escolar nessas comunidades, foi disponibilizado o valor de R\$ 1.243.000,00, porém foi gasto o valor de R\$ 1.114.248,38, para beneficiar 27.262 alunos e 13 escolas.

Tabela nº 135: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	27.262	13	R\$ 1.114.248,38
Norte	160	2	R\$ 158.433,44
Nordeste	14.346	3	R\$ 512.852,48
Sudeste	51	1	R\$ 28.641,19
Sul	733	1	R\$ 2.287,49
Centro-Oeste	11.972	6	R\$ 412.033,78

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 54: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com a aplicação de 89,64% do recurso financeiro, foi possível atingir 86,67% da meta física. Os percentuais de execução alcançados demonstram que a ação requer melhorias operacionais no formato de implementação.

Tabela nº 136: Desempenho físico-financeiro

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
15	R\$ 1.243.000,00	13	R\$ 1.114.248,38	86,67%	89,64%

Produto: estabelecimento apoiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374 - Desenvolvimento da Educação Especial

A igualdade de condições de acesso e permanência na escola e a não discriminação a qualquer título são valores presentes na legislação brasileira. Porém, crianças, jovens e adultos, com necessidades educacionais especiais enfrentam diariamente barreiras para a plena participação na sociedade, e principalmente na escola.

Os dados oficiais demonstram que 90% das matrículas dos alunos portadores de necessidades especiais concentram-se em níveis mais elementares de ensino e cerca de 70% estudam em classes ou escolas especiais. Torna-se evidente que a falta de apoio pedagógico especializado dificulta o progresso nos estudos, o desenvolvimento das potencialidades individuais desta clientela e mesmo a inserção no mundo do trabalho.

Os principais problemas identificados como comprometedores da vida escolar são: inadequação dos prédios escolares, falta de sinalização, de informações acessíveis, de material didático, de equipamentos e tecnologias e o pequeno número de professores capacitados para atuarem especificamente na Educação Especial. Torna-se necessário eliminar, com urgência, estes entraves, para que esse extrato social obtenha sua integração ao trabalho e o acesso à cultura e ao lazer.

O governo federal, defensor da necessidade de implementar políticas públicas que promovam a plena integração social das pessoas com deficiência e de eliminar todas as formas de discriminação, criou o Programa Desenvolvimento da Educação Especial, que visa assegurar aos alunos portadores de necessidades especiais as condições de acesso e permanência na escola e a oferta de uma educação de qualidade. O programa preconiza impulsionar e fortalecer o atendimento desses alunos em classes comuns nas escolas públicas e garantir a eles o atendimento educacional especializado e inclusivo. Esse objetivo encontra-se fundamentado na inclusão social e na promoção da cidadania, temas que permeiam os desafios e as diretrizes do PPA 2004-2007.

Em 2005, para a execução das dez ações sob a responsabilidade orçamentária do FNDE, que dizem respeito, entre outras, à adequação dos prédios escolares, à capacitação de professores que atuam no Ensino Especial, à distribuição de material didático específico, à aquisição de veículos escolares, foram destinados em torno de R\$ 40 milhões e foram executados R\$ 38,4 milhões.

1374.0959 - Apoio à adequação de prédios escolares para a Educação Especial

Aspectos gerais

O apoio destina-se à adequação e reforma de prédios escolares, com vistas à eliminação de barreiras arquitetônicas, assegurando as condições básicas de acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino ministrado no ambiente escolar regular ou especial.

Execução

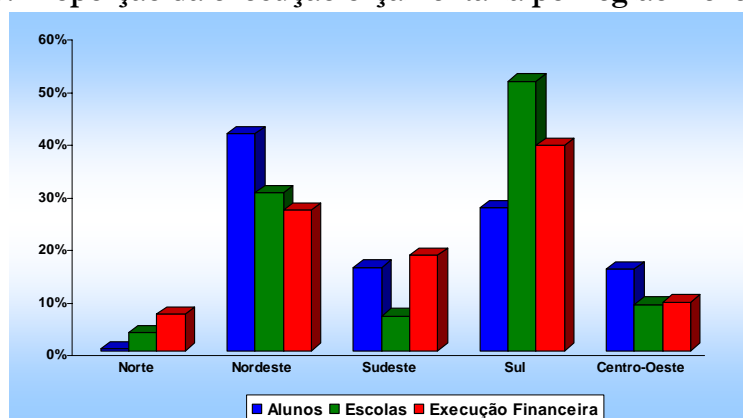
A ação contemplou as cinco regiões brasileiras. Coube ao Sul a parcela correspondente a cerca de 39% do recurso total. Em segundo e terceiro lugares, vieram as regiões Nordeste e Sudeste, às quais foram destinados 26% e 18%, respectivamente. Ao Centro-Oeste coube o percentual de 17%.

Tabela nº 137: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	63.221	647	2.425.181,30
Norte	236	22	167.110,96
Nordeste	26.081	194	647.743,10
Sudeste	10.029	43	439.186,20
Sul	17.116	331	947.454,57
Centro-Oeste	9.759	57	223.686,47

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 55: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Observa-se o bom desempenho da ação, visto que, segundo a tabela nº 138, com a utilização 95,59% do recurso financeiro, superou-se em 17,64% a meta física estimada.

Tabela nº 138: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
550	R\$ 2.537.136,00	647	R\$ 2.425.181,30	117,64%	95,59%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374.0977 - Apoio à capacitação de professores e profissionais para a educação especial

Aspectos gerais

O objetivo desta ação é promover a capacitação continuada de professores e profissionais da escola, com cursos de qualificação nas modalidades presencial e a distância, com o emprego de multiplicadores e a utilização de materiais instrucionais coerentes com as atividades requeridas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Execução

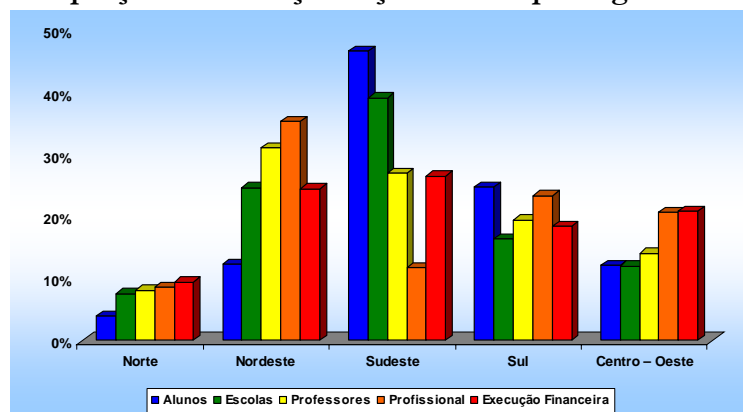
A ação contou com a dotação orçamentária de R\$ 5 milhões para atender 22 mil profissionais de educação com ações de capacitação. Foi executado o valor de R\$ 4.999.705,22, atendendo 14.109 profissionais. Segundo a tabela abaixo, a região Sudeste recebeu a maior parcela do recurso, R\$ 1,3 milhões, ficando a região Nordeste em segundo lugar, com 1,2 milhões.

Tabela nº 139: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários				Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	Profissional	
Brasil	580.179	5.350	14.109	5.331	4.999.705,22
Norte	22.559	406	1.150	458	472.757,66
Nordeste	71.581	1.321	4.397	1.892	1.227.814,48
Sudeste	271.653	2.101	3.819	629	1.327.599,69
Sul	144.153	879	2.751	1.247	926.374,73
Centro – Oeste	70.233	643	1.992	1.105	1.045.158,66

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 56: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

A ação foi executada dentro da normalidade. Com o emprego de 99,99% do recurso financeiro, se obteve 88,36% da meta física prevista.

Tabela nº 140: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
22.000	R\$ 5.000.000,00	19.440	R\$ 4.999.705,22	88,36%	99,99%

Produto: profissional capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374.09DK - Complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência

Aspectos Gerais

O Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (Paed), criado por meio da Lei nº 10.845, de 05/03/04, e regulamentado pela Resolução nº 18, de 09 de maio de 2005, do Conselho Deliberativo do FNDE, tem por finalidade garantir, supletivamente, recursos financeiros necessários à consecução dos objetivos básicos de promover o atendimento especializado aos educandos portadores de necessidades especiais e sua progressiva inclusão em classes comuns de ensino. Seu público-alvo são as escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outras instituições similares de atendimento direto e gratuito ao público.

Os recursos financeiros, liberados exclusivamente na categoria econômica de custeio, são destinados às seguintes finalidades:

- a) remuneração do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- b) aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- c) manutenção e conservação de equipamentos e instalações vinculados ao ensino especial;
- d) aquisição de material didático-escolar; e
- e) realização de atividades meio necessárias ao funcionamento das atividades de ensino especial.

O Paed, em seu segundo ano de execução, dispôs de um orçamento de 7,4 milhões. A partir desse valor e da quantidade de alunos matriculados, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do atendimento, foi fixado o valor *per capita* anual de R\$ 33,50, repassado em parcela única, sem celebração de convênio.

Para receber os recursos do programa, as entidades privadas, potencialmente beneficiárias do Paed, devem apresentar ao FNDE um plano de aplicação, com a descrição das ações a serem financiadas, previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Conselho do Fundef).

Como resultado da constante preocupação da Autarquia em elevar a qualidade da gestão de seus programas, foram introduzidas, entre outras, as seguintes inovações no Paed, no exercício 2005:

- abolida a restrição de os recursos transferidos, à conta do Paed, poderem ser aplicados somente até 50% na remuneração e no aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- modificado o conceito de unidade executora – denominada Entidade Mantenedora (EM) – para entidade sem fins lucrativos e inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outra similar de atendimento direto e gratuito ao público, responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos, pelo FNDE, para o atendimento das escolas beneficiárias do Paed;
- abolida a exigência de apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS) – antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos (CEFF) – para comprovação da natureza filantrópica da EM;
- modificada a sigla utilizada para denominar os Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério de CACS para Conselhos do Fundef;
- modificados os processos de adesão e habilitação ao programa pela EM, além de ter sido abolida a possibilidade de tais processos serem realizados por meio magnético;
- modificados os procedimentos a serem adotados e os documentos a serem utilizados quando da necessidade de efetivação de devolução de recursos ao FNDE;
- facultada ao FNDE a prerrogativa de reaver eventuais valores liberados indevidamente, independentemente de autorização do beneficiário, depositário dos recursos, ficando este último, no caso de inexistência de saldo suficiente em sua conta corrente, obrigado a restituir à Autarquia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, os recursos creditados indevidamente, acrescidos de juros e correção monetária;
- modificados os procedimentos adotados e os documentos a serem apresentados, pela EM, no caso desta vir a ser impedida de prestar contas dos recursos recebidos, por falta, no todo ou em parte, da documentação pertinente, por dolo ou culpa do gestor ou dirigente anterior;
- estabelecimento de que os repasses do Paed, no caso de falta de apresentação de prestação de contas por culpa ou dolo do gestor da EM sucedido, somente serão restabelecidos se, além do dirigente sucessor apresentar, ao FNDE, cópia autenticada de representação contra o antecessor junto ao respectivo órgão do Ministério Público, a Autarquia tiver instaurado a correspondente Tomada de Contas Especial; e
- modificados os procedimentos a serem adotados, pela EM, quanto aos bens incorporados ou produzidos com recursos do programa.

Execução

Do orçamento de 2005, foram repassados às entidades de educação especial beneficiárias do Paed, o montante de R\$ 6,3 milhões, atendendo 1,4 mil escolas e beneficiando 179,6 mil alunos, conforme demonstrado na tabela nº 141.

Tabela nº 141: Execução do Paed – exercício de 2005

Região	Previsto		Executado			
	Escola	Aluno	Entidade	Escola	Aluno	Valor
Brasil (*)	2.171	234.672	1.458	1.470	179.606	6.325.602,26
Norte	58	8.213	28	31	4.861	207.750,00
Nordeste	284	33.075	145	145	22.123	604.702,26
Sudeste	919	109.676	641	645	87.219	363.500,00
Sul	731	67.401	539	543	54.467	3.000.850,00
Centro Oeste	179	16.307	105	106	10.936	2.148.800,00

(*) Estão incluídas 07 Entidades Mantenedoras de 07 escolas para atendimento de 1.092 alunos, no valor de R\$ 36.581,50. Este valor encontra-se inscrito em restos a pagar, aguardando a liberação do pagamento, portanto, considerado executado orçamentariamente.

Fonte: Dirac/FNDE

A execução anual do Paed depende, por força regulamentar, dos processos de adesão e habilitação, do exame e da aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores. Em 2005, de acordo com a tabela nº 142, 701 escolas deixaram de ser atendidas, das quais 90 por falta de adesão das entidades mantenedoras, 78 em função da inadimplência em relação à prestação de contas do exercício anterior e 535 por inconsistência no plano de aplicação ou por não terem apresentado a documentação exigida pela Resolução/FNDE/CD n.º 6, de 22.04.2005.

Tabela nº 142: Detalhamento do não atendimento – exercício de 2005

Região	Inadimplência PC				Não Adesão		Doc. Incompleta		Total	
	Quantidade			Valor (R\$)	Quantidade		Quantidade		Quantidade	
	Entid	Escola	Aluno		Escola	Aluno	Escola	Aluno	Escola	Aluno
Brasil	76	78	8.811	294.280,74	90	9.672	535	36.583	701	55.066
Norte	03	03	804	26.930,13	03	700	21	1.848	27	3.352
Nordeste	08	09	1.287	43.113,38	07	969	124	8.696	139	10.952
Sudeste	34	34	3.368	112.825,16	43	4.142	197	14.947	274	22.457
Sul	25	26	2.436	81.605,49	27	2.816	136	7.682	188	12.934
Centro Oeste	06	06	916	29.806,68	10	1.045	57	3.410	73	5.371

Fonte: Dirac/FNDE

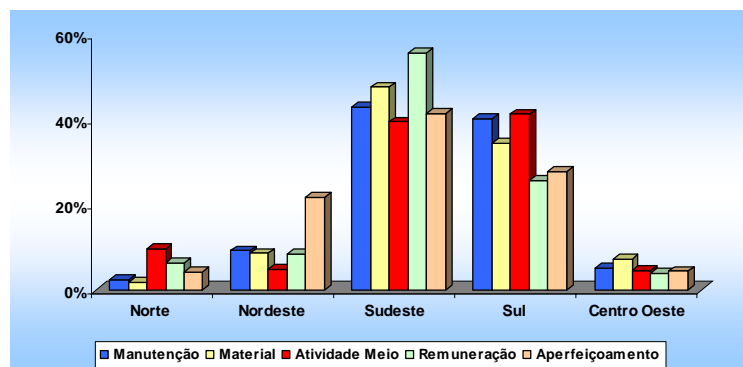
A tabela nº 143 e o gráfico nº 57 demonstram que a maior parte dos recursos, ou seja 44%, foi empregada na Aquisição Material Didático-Escolar, seguido da ação Manutenção e Conservação de Equipamentos e Instalações Vinculados ao Ensino Especial, representando 27% do total liberado. Já as ações Aperfeiçoamento do Pessoal Docente e Demais Profissionais da Educação e Realização de Atividades Meio Necessárias ao Funcionamento das Atividades de Ensino Especial representaram apenas 7% e 4% respectivamente, ficando a ação Remuneração do Pessoal Docente e Demais Profissionais da Educação com 18% da totalidade dos recursos repassados.

Tabela nº 143: Distribuição dos recursos, por ação do Paed – exercício de 2005

Região	Manutenção	Material	Ativ. Meio	Remuneração	Aperfeiçoamento	Total
Brasil	1.591.592,36	2.787.937,65	227.001,21	1.247.011,22	472.059,82	6.325.602,26
Norte	36.594,07	51.203,88	22.102,10	77.538,00	20.311,95	207.750,00
Nordeste	145.971,31	239.911,91	10.726,24	104.951,40	103.141,40	604.702,26
Sudeste	686.556,86	1.331.871,87	89.831,83	696.019,04	196.570,40	363.500,00
Sul	640.458,37	961.848,49	93.902,34	321.065,53	131.525,27	3.000.850,00
Centro Oeste	82.011,75	203.101,50	10.438,70	47.437,25	20.510,80	2.148.800,00

Fonte: Dirac/FNDE

Gráfico nº 57: Percentuais de distribuição dos recursos, por ação e por região – exercício de 2005



Fonte: Dirae/FNDE

No tocante às escolas de educação especial privadas, mantidas por entidades filantrópicas, de acordo com a tabela nº 144, a Região Sudeste recebeu cerca de R\$ 3,0 milhões, para atender 691 estabelecimentos de ensino. Para a Região Sul foram repassados em torno de 2,2 milhões destinados a 462 unidades educacionais. Nestas duas regiões estão situadas cerca de 80,12% das escolas beneficiárias, que receberam em torno de 78,41% dos recursos do programa, voltados a esta modalidade de ensino.

Tabela nº 144: Educação especial – exercício de 2005

Região	Escola	Alunos	Execução financeira
Brasil	1.470	179.606	6.325.602,26
Norte	39	6.281	207.750,00
Nordeste	156	23.255	604.702,26
Sudeste	691	81.298	3.000.850,00
Sul	462	57.012	2.148.800,00
Centro-Oeste	122	11.760	363.500,00

Fonte: Dirae/FNDE

No total, foram executados 85,45% do orçamento de R\$ 7,4 milhões disponibilizados, o que corresponde a 67,71% da meta física (escola), de acordo com o demonstrado na tabela 145.

Tabela nº 145: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
2.171	R\$ 7.403.082,00	1.470	R\$ 6.325.602,26	67,71%	85,45%

Fonte: Dirae/FNDE

Indicador de desempenho: índice de atendimento – alunos

Alunos beneficiados = 179.606	= 76,53%
Total de alunos = 234.672	

Indicador de desempenho: índice de atendimento – escolas

Escolas beneficiadas = 1.470	= 67,71%
Total de escolas = 2.171	

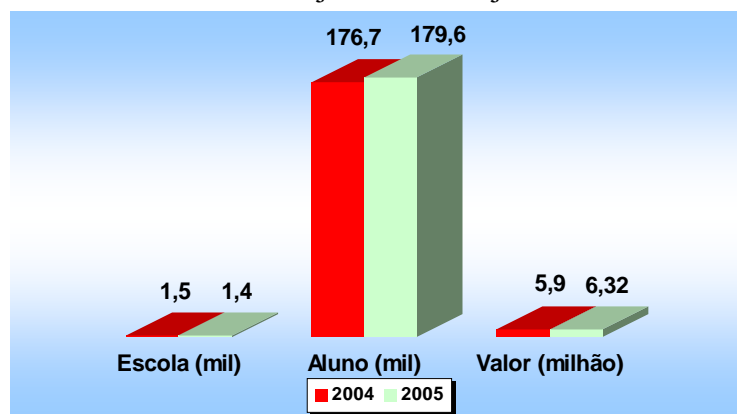
Ao serem analisados os dados relativos ao exercício de 2005, em relação a 2004, conforme demonstrado no gráfico nº 58, observa-se que o programa manteve-se próximo aos percentuais de escolas beneficiadas, alunos atendidos e ao valor total repassado, em que pese a situação de inadimplência das entidades mantenedoras quanto à prestação de contas, fato não ocorrido no exercício de 2004, em razão de ser o primeiro ano de execução do Paed.

Escola Privada

- escola atendida pelo Paed e
- por aluno beneficiado.

Investimento por escola	
Investimento total do programa = R\$ 6.325.602,26	= R\$ 4.303,13
Escolas beneficiadas = 1.470	
Investimento por aluno	
Alunos atendidos = 179.606	= R\$ 35,22

Gráfico nº 58: Evolução da execução – 2004 / 2005



Fonte: Dirac/FNDE

1374.09EG – Apoio à distribuição de equipamentos para educação especial

Aspectos gerais

A ação consiste na aquisição e distribuição de equipamentos para os estabelecimentos e sistemas de ensino, visando à promoção do acesso ao aluno com necessidades educativas especiais à escola.

Execução

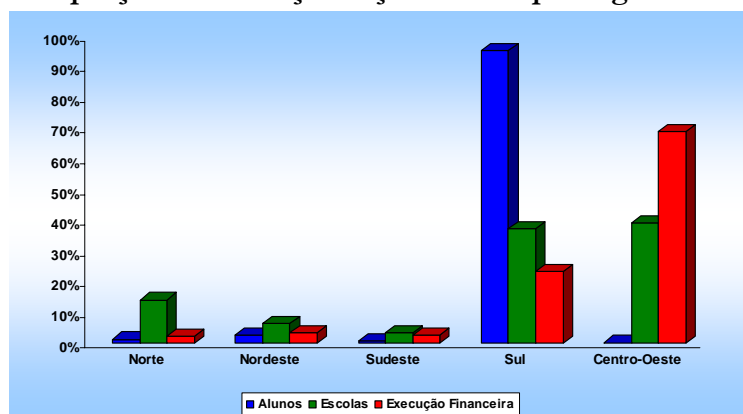
A ação contou com recursos da ordem de R\$ 4,3 milhões para atender inicialmente 330 escolas. Utilizou o valor de R\$ 4.286.110,19 para a aquisição de equipamentos para 583 escolas.

Tabela nº 146: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	46.428	583	4.286.110,19
Norte	582	82	101.513,36
Nordeste	1.261	37	137.630,30
Sudeste	371	19	105.482,90
Sul	44.156	217	997.044,75
Centro-Oeste	58	228	2.944.438,88

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 59: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Atingiu 176,67% da meta física, empregando-se quase a totalidade do recurso previsto, R\$ 4.286.110,19, conforme demonstrado na tabela nº 147. Ressalta-se que a boa performance dos critérios adotados para a aquisição de equipamentos permitiu atender 76,67% a mais da totalidade das escolas previstas.

Tabela nº 147: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
330	R\$ 4.300.000,00	583	R\$ 4.286.110,19	176,67%	99,68%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374.09EH - Apoio à distribuição de material didático para educação especial

Aspectos gerais

A assistência financeira para esta ação consistiu na aquisição de materiais didáticos a alunos com necessidades educacionais especiais, para o acompanhamento do ensino ministrado na escola, visando à melhoria da qualidade do aprendizado.

Execução

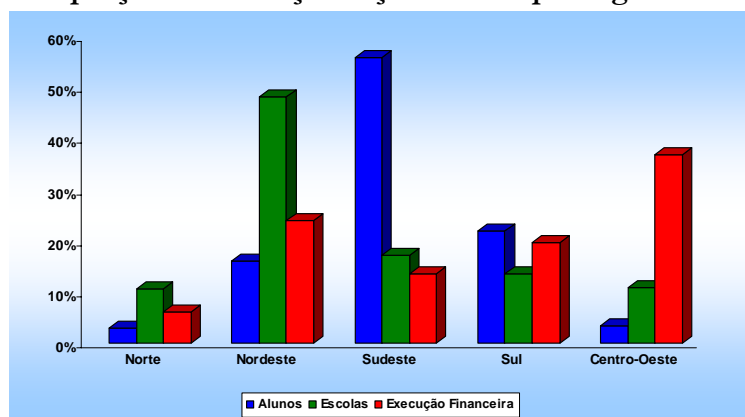
No ano de 2005, em apoio à distribuição de material didático para a educação especial, foi disponibilizado o valor de R\$ 2.600.000,00 para beneficiar 22.000 alunos, porém foi utilizado o valor de R\$ 2.598.837,57, atendendo a 122.885 alunos.

Tabela nº 148: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	122.885	1.608	2.598.837,57
Norte	3.577	169	158.654,36
Nordeste	19.598	773	620.548,83
Sudeste	68.612	275	352.673,33
Sul	26.976	216	510.302,28
Centro-Oeste	4.122	175	956.658,77

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 60: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Foram investidos R\$ 2.598.837,57, que atenderam 1.608 escolas e 122.885 alunos, correspondendo a 558,57% da meta física e 99,96% da financeira, conforme demonstrado na tabela nº 149. Observa-se que a meta física definida na LOA necessita de revisão.

Tabela nº 149: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
22.000	R\$ 2.600.000,00	122.885	R\$ 2.598.837,57	558,57%	99,96%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374.09EI - Educação especial como fator de inclusão escolar

Aspectos gerais

A ação tem por objetivo implantar e implementar os serviços educacionais especializados para os alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas e nos sistemas de ensino, com vistas ao acesso desses estudantes aos benefícios decorrentes da implantação curricular em todos os níveis e modalidades de ensino na educação básica.

Execução

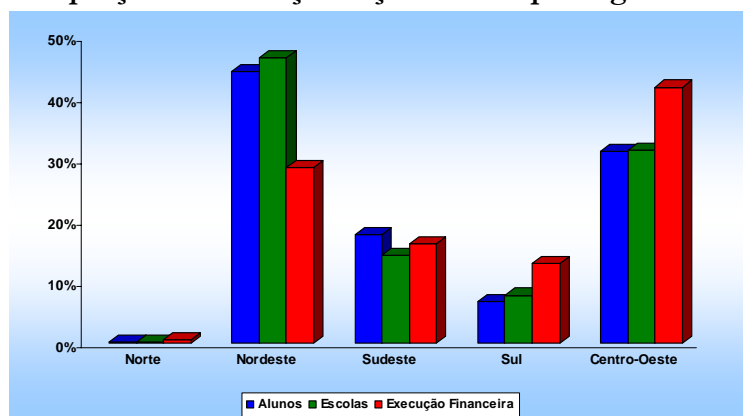
Em 2005, esta ação teve execução de R\$ 4.283.666,28 e atendeu 804.619 alunos de 7.161 escolas, recurso empregado nos objetivos propostos pela ação citada.

Tabela nº 150: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Escolas	
Brasil	804.619	7.161	6.039.829,28
Norte	1.290	6	28.800,92
Nordeste	355.804	3.322	1.729.308,53
Sudeste	142.315	1.024	980.135,48
Sul	54.285	557	786.369,20
Centro-Oeste	250.925	2.252	2.515.215,15

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 61: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Foram executados 65% da meta física, correspondendo ao atendimento de 7.161 escolas, mediante o emprego de cerca de R\$ 6 milhões, o equivalente à quase totalidade da meta financeira, conforme a tabela nº 151.

Tabela nº 151: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
11.000	R\$ 6.040.563,00	7.161	R\$ 6.039.829,28	65,10%	99,99%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374.09FD - Apoio à aquisição de veículos escolares para a Educação Especial

Aspectos gerais

O PNTE foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho de 1994, com o objetivo de contribuir financeiramente com os municípios e as organizações não-governamentais para a aquisição de veículos automotores destinados ao transporte diário dos alunos da rede pública do ensino fundamental, residentes na área rural, e dos alunos com necessidades educacionais especiais das escolas de ensino fundamental.

Essa ação destina recursos à aquisição de veículos automotores ou embarcações novas, de acordo com a necessidade e característica de cada região, garantindo assim o acesso e a permanência do aluno na escola.

A partir de 2004, o PNTE foi modificado e, atualmente, consiste no repasse de recursos financeiros somente às organizações não-governamentais sem fins lucrativos que mantenham escolas especializadas de ensino fundamental, atendendo alunos com necessidades educacionais especiais.

Execução

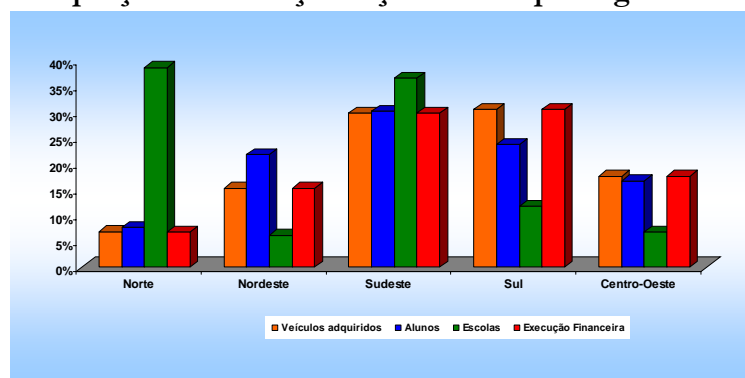
A dotação inicial desta ação era de R\$ 5.115.000,00 para a aquisição de 166 veículos, a um custo aproximado de R\$ 30.000,00, porém parte destes recursos se tornou indisponível (R\$ 865.000,00). Assim, o recurso disponível para a ação totalizou 4.250.000,00, havendo uma atualização na estimativa de custo para o valor de R\$ 35.000,00 por veículo adquirido. Desta forma, em 2005, foi executado o valor de R\$ 4.559.999,99 (esta diferença é relativa ao pagamento de emendas parlamentares), e com este recurso foi possível a aquisição de 131 veículos escolares, beneficiando cerca de 10.500 alunos.

Tabela nº 152: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Veículos adquiridos	Beneficiários		Execução Financeira
		Alunos	Escolas	
Brasil	131	10.531	339	4.559.999,99
Norte	9	810	131	307.322,45
Nordeste	20	2.292	21	697.585,50
Sudeste	39	3.174	124	1.359.511,95
Sul	40	2.497	40	1.394.393,00
Centro – Oeste	23	1.758	23	801.187,09

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 62: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Conforme indicado na tabela abaixo, foram executados 89,15% do recurso previsto, tendo sido atendidos 78,92% da meta física.

Tabela nº 153: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
166	R\$ 5.115.000,00	131	R\$ 4.559.999,99	78,92%	89,15%

Produto: veículo adquirido

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1374.09GL - Capacitação de gestores e educadores para a Educação Especial

Aspectos Gerais

Tem como finalidade disseminar, apoiar e subsidiar, filosófica e tecnicamente, o processo de implementação das políticas da Educação Inclusiva nos municípios brasileiros. É realizado por meio de ações de capacitação para gestores e educadores visando o fortalecimento da gestão dos Sistemas Educacionais.

Execução

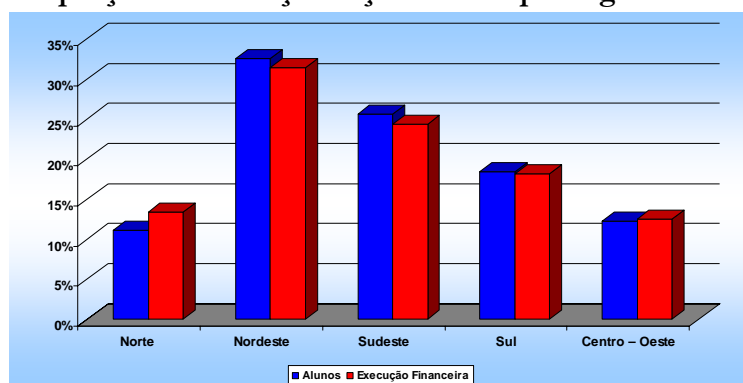
Em 2005, para a capacitação de gestores e educadores da Educação Especial, foi descentralizado um crédito no valor de R\$ 2.787.418,00 à Secretaria de Educação Especial - SEESP, que foi executado totalmente nos objetivos propostos da referida ação, atendendo a 2.496 municípios.

Tabela nº 154: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	2.496	2.787.418,00
Norte	278	373.047,00
Nordeste	812	876.714,00
Sudeste	641	679.789,50
Sul	459	507.760,50
Centro – Oeste	306	350.107,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 63: Proporção da execução orçamentária por região – – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Observa-se o ótimo desempenho da ação que, com aplicação total do recurso disponibilizado, foi possível atingir 99,84% da meta física prevista.

Tabela nº 155: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
2500	R\$ 2.787.418,00	2.496	R\$ 2.787.418,00	99,84%	100,00%

Produto: município atendido
Unidade de medida: unidade
Fonte: Dirpe/FNDE

1374.8371 – Fortalecimento da Educação Especial

Aspectos gerais

A ação consiste em criar condições favoráveis à estruturação de sistemas educacionais inclusivos, promovendo o acesso e a permanência, em uma escola de qualidade, do aluno com necessidades educacionais especiais.

Execução

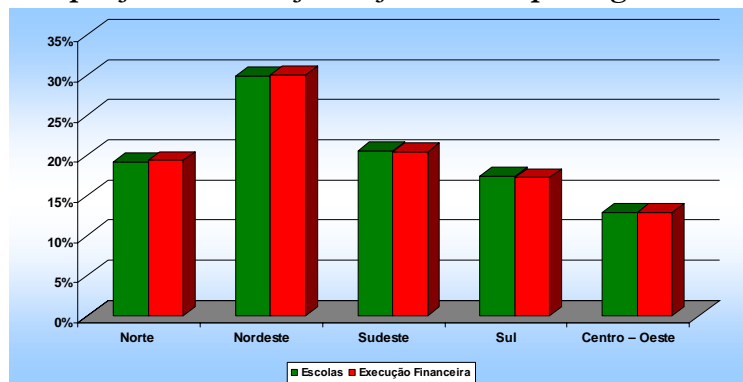
A ação contou com recursos no valor de R\$ 2.975.000,00 para atender 130 escolas. Utilizou-se o valor de R\$ 2.927.477,00 na aquisição de equipamentos para 224 escolas, conforme pode ser observado na tabela nº 156 e no gráfico nº 64.

Tabela nº 156: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	Execução Financeira
	Escolas	
Brasil	224	R\$ 2.927.477,00
Norte	43	R\$ 567.689,00
Nordeste	67	R\$ 879.012,00
Sudeste	46	R\$ 597.362,00
Sul	39	R\$ 504.852,00
Centro – Oeste	29	R\$ 378.562,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 64: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Atingiu 172,31% da meta física, empregando-se quase a totalidade do recurso previsto, R\$ 2.927.477,00, conforme demonstrado na tabela nº 157, abaixo. Ressalta-se que os procedimentos adotados para a aquisição de equipamentos permitiu contemplar um maior número de escolas que o previsto.

Tabela nº 157: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
130	R\$ 2.975.000,00	224	R\$ 2.927.477,00	172,31%	98,40%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1376 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental

O artigo 208, Inciso I, da Constituição Federal, atribui ao Estado o dever de garantir o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito. No entanto, não basta garantir o acesso, faz-se necessário assegurar a permanência na Escola e ainda ofertar esse nível de ensino com qualidade.

De acordo com o PPA 2004-2007, o desempenho educacional dos alunos da Educação Básica, principalmente do Ensino Fundamental, está muito abaixo do adequado, revelando seus problemas no aprendizado. Cerca de 39% dos estudantes estão com defasagem série-idade e, de cada 100 alunos que hoje se encontram matriculados na 1ª série, estima-se que apenas 41 chegarão ao final da 8ª série.

Além da situação acima descrita, outros dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica SAEB de 2001, realizado pelo Inep, indicam que, dos alunos matriculados na 4ª série, em torno de 59% não desenvolveram habilidades elementares de leitura, cerca de 52% não conseguiram dominar conhecimentos e habilidades necessários ao seqüenciamento, enquanto que apenas 9,55% adquiriram competência suficiente para operar com textos mais complexos.

O governo federal, na expectativa de minimizar este quadro preocupante, em 2005 criou o Programa Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que objetiva assegurar o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no Ensino Fundamental, com melhoria da qualidade da educação ofertada. A implementação efetuada por meio de parcerias que envolvem as três esferas da administração, as instituições de ensino federais, entidades privadas e públicas, ONGs e representações da sociedade civil poderá contar com recursos internos e adquiridos de empréstimos internacionais e, para a mesma, serão permitidos repasses via transferências legais (obrigatórias) e voluntárias (convênios).

O programa, que reúne ações como o “Dinheiro Direto na Escola” (PDDE), a distribuição de livro didático (PNLD) e o transporte escolar (Pnate), entre outras, teve como dotação inicial em torno de R\$ 1 bilhão e sua execução atingiu cerca de R\$ 985 milhões.

1376.0515 - Dinheiro direto na escola para o ensino fundamental

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é parte do conjunto de ações governamentais implementadas com o intuito de propiciar a elevação da qualidade do ensino e sua universalização, de modo que toda criança tenha acesso e possa permanecer em uma escola dotada de recursos didático-pedagógicos e humanos bem preparados, com vistas à promoção da equidade de oportunidades educacionais, como meio de redução das desigualdades sociais e de consolidação da cidadania.

A concepção de uma escola que ofereça ensino de qualidade é responsabilidade de todos — governos e sociedade. E é neste contexto que se insere o Programa. Por um lado, provendo, supletivamente, meios para aquisição dos recursos didático-pedagógicos, equipamentos, reparos e conservação do prédio da unidade de ensino. Por outro, reforçando a autogestão escolar e a participação social, mediante descentralização decisória e funcional do emprego do dinheiro.

O PDDE tem por objetivo assegurar às escolas melhores condições física e pedagógica, de modo a:

- contribuir para a elevação da qualidade do ensino fundamental, tornando sua oferta equitativa; e
- reforçar a autonomia gerencial e a participação nas unidades de ensino de alunos, pais de alunos, professores, diretores e demais profissionais da Educação, colaboradores, voluntários e todos aqueles irmanados pelo propósito comum de tornar a escola uma organização que propicie ensino de qualidade.

Para a consecução de tal objetivo, o FNDE destina, em caráter supletivo, recursos consignados na ação orçamentária denominada **Dinheiro Direto na Escola para o Ensino Fundamental** aos estabelecimentos de ensino fundamental das redes estadual, distrital e municipal, bem como às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos e inscritas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outra similar de atendimento direto e gratuito ao público.

Os recursos podem ser empregados:

- na aquisição de material permanente;
- na manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- na aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola;
- na avaliação da aprendizagem;
- na implementação de projeto pedagógico; e
- no desenvolvimento de atividades educacionais.

O PDDE foi institucionalizado por meio da Medida Provisória nº 1.784/98, que em sua última reedição recebeu o nº 2.178-36, de 24/08/2001. Em 2005, o programa foi regulamentado pelas Resoluções nºs 17, de 09 de maio, e 43, de 11 de novembro de 2005, do Conselho Deliberativo do FNDE.

O programa é executado em parceria com os entes federados e as organizações sociais e, para que as escolas sejam atendidas, as prefeituras, secretarias estaduais e do Distrito Federal de educação e entidades mantenedoras, de acordo com a vinculação do estabelecimento de ensino, devem manifestar o seu interesse mediante formalização dos processos de adesão e habilitação de suas unidades educacionais.

O valor devido a cada escola beneficiária é calculado, conforme apresentado nas tabelas nºs 158 e 159, tendo como referência a quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental e na educação especial, dados obtidos no censo escolar do exercício anterior ao do repasse. No caso das unidades educacionais públicas, o cálculo da parcela a ser transferida baseia-se, também, no princípio redistributivo, visando concorrer para a redução das desigualdades sócio-educacionais existentes nas regiões brasileiras. Desse modo, os valores destinados às escolas situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, excluindo-se o Distrito Federal, são superiores às demais regiões.

Tabela nº 158: Forma de cálculo dos valores das escolas públicas do ensino fundamental – exercício de 2005

Intervalo de classe com a quantidade de alunos	Valor base segundo a região		Fator de correção	Valor total
	NO/NE/CO(*)	SL/SE/DF		
21 a 50	600,00	500,00	$(X - 21) \times K$	$VB + (X - 21) \times 1,30$
51 a 99	1.300,00	1.100,00	$(X - 51) \times K$	$VB + (X - 51) \times 1,30$
100 a 250	2.700,00	1.800,00	$(X - 100) \times K$	$VB + (X - 100) \times 1,30$
251 a 500	3.900,00	2.700,00	$(X - 251) \times K$	$VB + (X - 251) \times 1,30$
501 a 750	6.300,00	4.500,00	$(X - 501) \times K$	$VB + (X - 501) \times 1,30$
751 a 1.000	8.900,00	6.200,00	$(X - 751) \times K$	$VB + (X - 751) \times 1,30$
1.001 a 1.500	10.300,00	8.200,00	$(X - 1.001) \times K$	$VB + (X - 1.001) \times 1,30$
1.501 a 2.000	14.400,00	11.000,00	$(X - 1.501) \times K$	$VB + (X - 1.501) \times 1,30$
Acima de 2.000	19.000,00	14.500,00	$(X - 2.000) \times K$	$VB + (X - 2.000) \times 1,30$

Fonte: Coaco/Dirae/FNDE

(*) Exceto Distrito Federal

VB = Valor Base

K = R\$ 1,30

X = Quantidade de alunos no início de cada classe

As escolas públicas, com até 20 (vinte) alunos, foram contempladas com as importâncias de R\$ 29,00 (vinte e nove reais) e R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aluno, na categoria econômica de custeio, quando situadas, respectivamente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste (exceto o Distrito Federal) e nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal.

Tabela nº 159: Forma de cálculo dos valores das escolas privadas de educação especial – exercício de 2005

Numero de alunos por escola	Custeio	Capital	Total
De 6 a 25	525,00	525,00	1.050,00
De 26 a 45	900,00	900,00	1.800,00
De 46 a 65	1.350,00	1.350,00	2.700,00
De 66 a 85	1.800,00	1.800,00	3.600,00
De 86 a 125	2.400,00	2.400,00	4.800,00
De 126 a 200	1.850,00	1.850,00	3.700,00
De 201 a 300	3.450,00	3.450,00	6.900,00
Mais de 300	4.500,00	4.500,00	9.000,00

Fonte: Dirae/FNDE

As escolas privadas de educação especial, com até 05 (cinco) alunos, foram contempladas com a importância de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) por aluno, na categoria econômica de custeio.

No exercício de 2005, como resultado das constantes preocupações do FNDE em elevar a qualidade da gestão de seus programas, foram introduzidas as seguintes inovações no PDDE:

- ▶ estendido o benefício do PDDE a todas as escolas públicas, independentemente do número de alunos matriculados, e estabelecido que as escolas públicas, com até 20 (vinte) alunos, seriam contempladas com as importâncias de R\$ 29,00 (vinte e nove reais) e R\$ 24,00 (vinte e quatro reais) por aluno, na categoria econômica de custeio, se situadas, respectivamente, nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste (exceto o Distrito Federal) e nas regiões Sul, Sudeste e no Distrito Federal;
- ▶ proibição de aplicação dos recursos do PDDE em pagamentos de tributos federais, estaduais, distritais e municipais não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos e os serviços contratados para a consecução dos objetivos do programa;
- ▶ modificado o conceito de Unidade Executora Própria (UEX) para entidade sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar dos estabelecimentos de ensino públicos beneficiários do programa (caixa escolar, associação de pais e mestres, conselho escolar ou similar), ou outra instituição constituída com este fim;
- ▶ modificado o conceito de Entidade Mantenedora (EM) para entidade sem fins lucrativos e inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou outra similar de atendimento direto e gratuito ao público, responsável pela manutenção e representação de escolas privadas de educação especial beneficiárias do PDDE;
- ▶ definido que as escolas públicas, com até 50 (cinquenta) alunos, que não possuem UEX, recebam recursos, à conta do PDDE, por intermédio das EEX (prefeitura municipal e secretarias de educação estadual e do Distrito Federal);
- ▶ limitada ao número de 05 (cinco) a quantidade de escolas públicas, com até 99 (noventa e nove) alunos, que poderão se congregar para formar novos consórcios com o fim de constituir uma única UEX;
- ▶ definida a obrigatoriedade de que as escolas públicas, com mais de 50 (cinquenta) alunos, destinem, do montante recebido, 20% à cobertura de despesas de capital e 80% à cobertura de despesas de custeio, desde que não tenham se utilizado da prerrogativa de informar, ao FNDE, na fase de adesão ao PDDE, os percentuais de recursos que desejarem receber, no exercício seguinte ao da informação, em custeio ou capital, ou em ambas as categorias econômicas;
- ▶ definido que as escolas públicas, com até 50 (cinquenta) alunos, que não possuem UEX, somente recebam recursos destinados à cobertura de despesas de custeio;
- ▶ modificado o processo de habilitação, ao PDDE, das EM de escolas privadas de educação especial, sendo formalizado de acordo com o previsto no art. 2º da Resolução/FNDE/CD n.º 6, de 22.04.2005;
- ▶ dispensadas as UEX das escolas públicas estaduais e do Distrito Federal da obrigatoriedade de preenchimento do ANEXO I-A (Cadastro de Unidade Executora Própria), que seguem, para efeito de informação e atualização dos dados cadastrais, orientações das respectivas secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal;

- ▶ estabelecida a obrigatoriedade de as secretarias de educação dos Estados e do Distrito Federal encaminharem, ao FNDE, por meio magnético, as informações e atualizações cadastrais a elas concernentes, bem como as relativas às UEX das escolas públicas das suas respectivas redes de ensino;
- ▶ modificados os procedimentos a serem adotados e os documentos a serem utilizados quando da necessidade de efetivação de devolução de recursos ao FNDE;
- ▶ facultada ao FNDE a prerrogativa de reaver eventuais valores liberados indevidamente, independentemente de autorização do beneficiário, depositário dos recursos, ficando este último, no caso de inexistência de saldo suficiente em sua conta corrente, obrigado a restituir à Autarquia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, os recursos creditados indevidamente, acrescidos de juros e correção monetária;
- ▶ modificados os procedimentos a serem adotados e os documentos a serem apresentados, pelas unidades executoras, no caso destas virem a ser impedidas de prestar contas dos recursos recebidos, à conta do PDDE, por falta, no todo ou em parte, da documentação pertinente, por dolo ou culpa do gestor ou dirigente anterior;
- ▶ estabelecido que os repasses do PDDE, no caso de falta de apresentação da prestação de contas por culpa ou dolo dos gestores das unidades executoras sucedidos, somente serão restabelecidos se, além dos dirigentes sucessores apresentarem, ao FNDE, cópia autenticada de representação contra os antecessores junto ao respectivo órgão do Ministério Público, a Autarquia tiver instaurado as correspondentes Tomadas de Contas Especiais;
- ▶ modificados os procedimentos adotados, pela EM de escola privada de educação especial, quanto aos bens incorporados, adquiridos ou produzidos com recursos do PDDE; e
- ▶ estabelecido que as ações do Fundescola, concernentes ao Projeto de Adequação de Prédios Escolares (Pape) e ao Projeto de Melhoria da Escola (PME), serão executadas, no que couber, em conformidade com os procedimentos de execução do PDDE, condicionadas à elaboração e apresentação de Plano de Trabalho, à comprovação de despesas e ao encaminhamento, ao FNDE, de prestação de contas, mediante a utilização dos Anexos FD-2 a FD-13 e observadas as instruções divulgadas em manual específico dos referidos projetos.

Divulgação do Programa

Diante da escassez de recursos para as atividades de divulgação do programa e da necessidade urgente de que as informações fossem acessíveis a todos os beneficiários, buscaram-se formas alternativas de divulgação, preferencialmente aquelas que não representassem ônus para o FNDE e que aproveitassem atividades em andamento no MEC. Com esta finalidade, foram feitas gestões junto a Secretaria de Educação Básica (Seb) e Secretaria de Educação à Distância (Seed), no sentido de viabilizar a inclusão do PDDE nos seguintes programas:

- ▶ Escolas de Gestores (diretores de escolas públicas) – inclusão do PDDE no material de capacitação a distância para diretores escolares e na pauta de treinamento.
- ▶ Pradime (Secretários municipais de educação) – Inclusão do programa no módulo sobre financiamento da educação e na pauta de capacitação. O material de divulgação foi disponibilizado na pasta dos cursistas. Foram realizadas palestras de divulgação.

- ▶ Proformação (professores de educação básica) – Inclusão do PDDE na pauta das reuniões de capacitação das coordenações regionais e inclusão de material de divulgação na pasta dos cursistas.
- ▶ Comunidade Virtual (Comunidade educacional) – Inclusão do PDDE no fórum de discussão.
- ▶ Produção de vídeo de divulgação para ser veiculado nos intervalos dos programas da TV escola. Este vídeo foi apresentado durante o período de adesão /habilitação ao PDDE.
- ▶ Confeção de Folder, Manual de operacionalização para as escolas e Informativo técnico para os estados e municípios.
- ▶ Inclusão das informações básicas do programa nos encartes das revistas “Nova Escola” e “Pátio Educação Infantil”.

1º Encontro Técnico Nacional do PDDE:

O 1º Encontro Técnico Nacional do PDDE teve como objetivo divulgar a forma de operacionalização do PDDE, debater e analisar os problemas levantados pelos responsáveis por sua execução nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, bem como captar sugestões de melhoria, de ampliação das metas para os próximos anos, fortalecendo, assim, a mobilização social em benefício da qualidade do ensino e dos princípios de descentralização, transparência, participação, fiscalização e eficiência do gasto público.

O evento contou com a participação do Presidente e Diretores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, dirigentes e técnicos das áreas de Auditoria, Prestação de Contas da Autarquia, da Secretaria de educação Básica (SEB), de técnicos da representação do MEC do Rio de Janeiro, de técnicos das Secretarias Estaduais e Distrital de Educação e das Secretarias Municipais de Educação das Capitais, envolvidos com a execução e gestão do PDDE, além de representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, representantes de entidades mantenedoras de educação especial - APAE e de órgãos de Controle Interno e Externo.

Este encontro trouxe ao programa valiosas contribuições tanto no que se refere a críticas justas como subsídios para melhoria do programa para o exercício de 2006, quanto aos elementos que retratam o amadurecimento da execução na ponta, os benefícios a toda a comunidade escolar e a tomada de consciência da necessidade e da possibilidade do exercício do controle social dos recursos repassados, para a educação no âmbito da escola.

Buscou-se neste primeiro encontro tratar de forma adequada e sumariada os aspectos mais relevantes da execução do programa, oportunizar o diálogo com todos os parceiros envolvidos em sua operacionalização, oferecendo um espaço para sugestões, críticas e apresentação das mais variadas e criativas experiências de aplicação dos recursos do programa para a melhoria da educação brasileira.

Execução

De acordo com a tabela nº 160, pode-se verificar que, nacionalmente, o programa alcançou índices positivos no ano de 2005, visto que 90,31% dos recursos estimados foram executados. No que se refere à meta física, o percentual foi de 85,74%, contemplando 92,74% dos alunos potencialmente beneficiários do programa. Isso equivale em torno de 28,7 milhões de alunos atendidos em 128,5 mil escolas distribuídas em todo o território brasileiro.

Tabela nº 160: Avaliação de desempenho da execução – exercício de 2005

Variáveis observadas	Metas			(D) = (B/A)
	Previstas (A)	Executadas (B)	C = (A-B)	
Rede pública municipal (1)				
Município	5.451	4.794	657	87,95%
Escola	116.458	97.244	19.214	83,50%
Aluno	18.007.413	16.148.261	1.859.152	89,68%
Valor	R\$ 210.798.398,64	R\$ 182.850.907,50	R\$ 27.947.491,14	86,74%
Rede pública estadual (2)				
Sec. Estado de Educação	27	27	0,00	100,00%
Escola	31.305	29.709	1.596,00	94,90%
Aluno	12.744.774	12.396.871	347.903,00	97,27%
Valor	R\$ 116.878.420,36	R\$ 112.933.953,41	R\$ 3.944.466,95	96,63%
Rede pública (3=1+2)				
Sec Estado Educação/Município	27	27	0	100,00%
Escola	147.763	126.953	20.810	85,92%
Aluno	30.752.187	28.545.132	2.207.055	92,82%
Valor	R\$ 327.676.819,00	R\$ 295.784.860,91	R\$ 31.891.958,09	90,27%
Rede privada (4)				
Entidade Mantenedora	2.154	1.583	571	73,49%
Escola	2.171	1.595	576	73,47%
Aluno	234.672	190.713	43.959	81,27%
Valor	R\$ 7.582.850,00	R\$ 6.976.650,00	R\$ 606.200,00	92,01%
SEDUC/PREFEITURA/EM (5=3+4) (*)				
Escola	149.934	128.548	21.386	85,74%
Aluno	30.986.859	28.735.845	2.251.014	92,74%
Valor	R\$ 335.259.669,00	R\$ 302.761.510,91	R\$ 32.498.158,09	90,31%

(*) No total, estão incluídas 256 UEx de 414 escolas para atendimento de 134.198 alunos, no valor de R\$ 1.471.039,80 da rede pública e 14 entidades mantenedoras de 14 escolas para atendimento de 1.483 alunos no valor de R\$ 54.300,00 - totalizando R\$ 1.525.339,80. Estes valores encontram-se inscritos em restos a pagar, aguardando a liberação do pagamento, sendo, portanto, considerados executados orçamentariamente.

Fonte: Dirae/FNDE

A execução anual do PDDE depende, por força regulamentar, dos processos de adesão e habilitação, do exame e da aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores.

Em 2005, de acordo com a **tabela nº 160**, 19,2 mil escolas municipais deixaram de ser beneficiadas com o programa, por falta de ação das prefeituras municipais, por não terem atendido ao quesito adesão, por inadimplência com a prestação de contas, e outros motivos, tais como, documentação de habilitação incompleta, escolas extintas/paralisadas e por não terem atendido à exigência de criação de UEx.

No caso das redes estaduais, 1,5 mil estabelecimentos de ensino deixaram de ser contemplados com o PDDE, devido a ocorrências de escolas extintas/paralisadas, não criação de UEx, ou UEx inadimplentes com a prestação de contas.

No tocante à rede privada, 576 escolas de educação especial deixaram de ser beneficiadas, por não aderirem ao programa ou por inadimplência da entidade mantenedora com a prestação de contas.

A inexecução de parte do programa, ocasionada pelos fatores citados, representou o não atendimento de 2,25 milhões de alunos e de 21,39 mil unidades de ensino, deixando de ser repassados cerca de R\$ 32,49 milhões, ou seja, 8,90 % da meta prevista, de acordo com a tabela nº 161.

Tabela nº 161: Detalhamento do número de escolas, alunos e valores não atendidos por fator impeditivo – exercício de 2005

Quantidade		Rede			
		Municipal	Estadual	Privada	Brasil
Inadimplência PC	Escola	8.896	0	53	8.949
	Aluno	935.905	0	6.506	942.411
	Valor	R\$ 12.532.743,70	R\$ 0,00	R\$ 244.050,00	R\$ 12.776.793,70
Não Adesão	Escola	3.019	0	523	3.542
	Aluno	230.547	0	37.453	268.000
	Valor	R\$ 3.312.443,40	R\$ 0,00	R\$ 362.150,00	R\$ 3.674.593,40
Outros (*)	Escola	7.299	1.596	0	8.895
	Aluno	692.700	347.903	0	1.040.603
	Valor	R\$ 12.102.304,04	R\$ 3.944.466,90	R\$ 0,00	R\$ 16.046.770,94
Total	Escola	19.214	1.596	576	21.386
	Aluno	1.859.152	347.903	43.959	2.251.014
	Valor	R\$ 27.947.491,14	R\$ 3.944.466,90	R\$ 606.200,00	R\$ 32.498.158,04

(*) Entidades com documentação incompleta, escolas inativas, escolas sem UEx própria e escolas de UEx inadimplente.

Fonte: Dirae/FNDE

A tabela nº 162 e o gráfico nº 65 apresentam a execução do PDDE, considerando as escolas com e sem UEx, por região. Do exame da tabela, observa-se que foram destinados R\$ 302,7 milhões para o atendimento de 126,9 mil escolas públicas. Deste total, 92,08% (R\$ 271,7 milhões) foram destinados a UEx, o que representa 63,29% (80,3 mil) das escolas e 96,12% (27,4 milhões) de alunos, enquanto que 8% (R\$ 31,05 milhões) dos recursos foram destinados a escolas sem UEx, isto é, foram creditados nas contas das secretarias estaduais de educação ou prefeituras municipais, de acordo com as respectivas esferas administrativas.

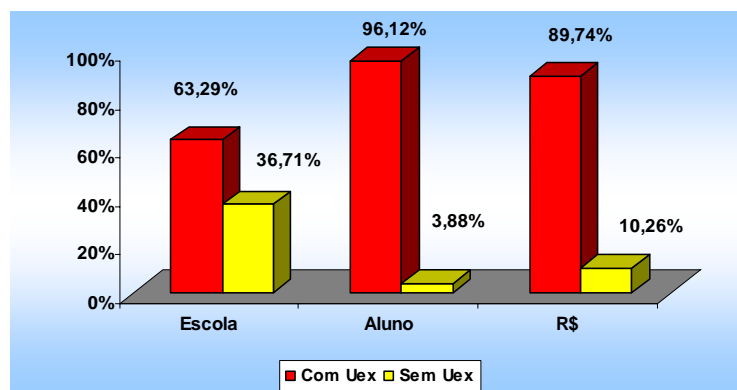
Estes números comprovam que, a cada edição do programa, vem sendo ampliada a descentralização de recursos, reforçando cada vez mais a autonomia financeira, administrativa e pedagógica das escolas.

Tabela nº 162: Demonstrativo da execução do PDDE, por região – exercício de 2005

Região	Atendimento								
	C/UEx (a)			S/UEx (b)			Total (A + B)		
	Esc	Aluno	R\$	Esc	Aluno	R\$	Esc	Aluno	R\$
Brasil	80.354	27.438.219	271.709.737,50	46.599	1.106.913	31.051.773,39	126.953	28.545.132	302.761.510,91
Norte	7.535	2.382.424	27.557.015,70	9.229	234.045	5.229.289,09	16.764	2.616.469	32.786.304,79
Nordeste	33.561	8.737.579	108.156.058,50	27.033	671.731	15.465.666,30	60.594	9.409.310	123.621.724,82
Sudeste	21.702	10.427.532	81.016.110,80	5.862	125.133	5.770.008,66	27.564	10.552.665	86.786.119,46
Sul	12.594	3.816.136	32.733.899,20	3.458	58.002	3.637.459,44	16.052	3.874.138	36.371.358,64
Centro Oeste	4.962	2.074.548	22.246.653,30	1.017	18.002	949.349,90	5.979	2.092.550	23.196.003,20

Fonte: Dirae/FNDE

Gráfico nº 65: Percentuais das variáveis - escola, aluno e recurso repassado – Escola com e sem UEx no atendimento – exercício de 2005

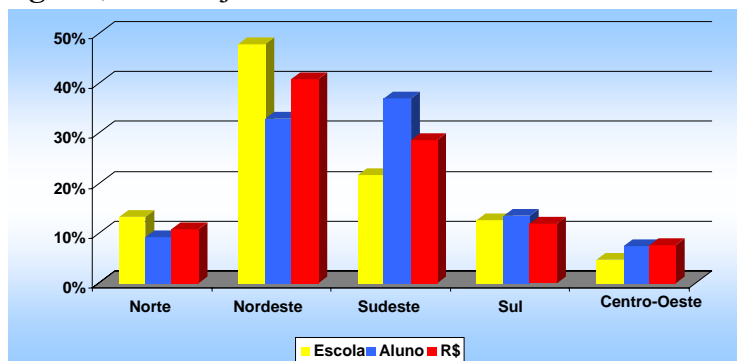


Fonte: Dirae/FNDE

Os dados acima demonstram que, apesar de somente 63,29% de escolas possuírem UEx, a quase totalidade dos recursos, cerca de 92,08%, foi repassada diretamente às unidades educacionais beneficiárias do programa, sem trânsito pelos governos distrital, estadual e municipal. Esses números indicam que próximo da totalidade dos recursos recebem o efetivo controle social e que, a cada dia, vem sendo consubstanciada a política de descentralização.

Segundo o gráfico nº 66, as regiões que mais receberam recursos do programa foram a Nordeste e a Sudeste. Observa-se que, na Nordeste, Norte e Centro-Oeste, a proporção de recursos em relação à quantidade de alunos é superior às regiões Sul e Sudeste, confirmando a política redistributiva e de equalização das desigualdades existentes entre os espaços geográficos brasileiros.

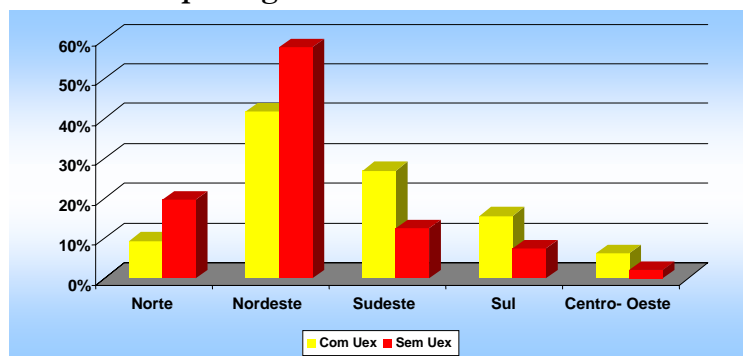
Gráfico nº 66: Porcentagens das variáveis escola, aluno e recursos nas regiões, em relação ao atendimento total – exercício de 2005



Fonte: Dirae/FNDE

De acordo com o gráfico nº 67, as regiões com maiores proporções de escolas sem UEx própria são, em primeiro lugar, a Nordeste, seguida da Norte. A região Centro-Oeste apresenta o maior índice de UEx própria. Já as regiões Sul e Sudeste apresentam praticamente os mesmos percentuais de atendimento.

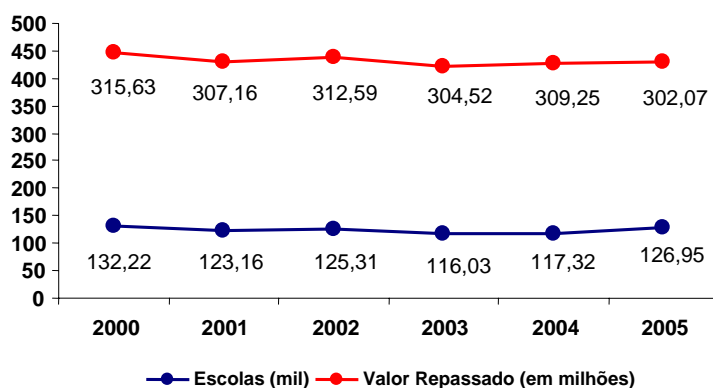
Gráfico nº 67: Porcentagens de escolas com e sem UEx no atendimento, por região – exercício de 2005



Fonte: Dirac/FNDE

Ao serem avaliados os dados relativos aos períodos de 2000 a 2005, conforme demonstrado no gráfico nº 68, observa-se que, se comparados os exercícios de 2004 e 2005, houve um pequeno aumento no número de escolas atendidas e uma pequena redução no valor total dos recursos repassados. Esse fato ocorreu, possivelmente, pela extensão do benefício às escolas públicas com matrícula até 20 alunos.

Gráfico nº 68: PDDE – Evolução da execução – de 2000 a 2005



Fonte: Dirac/FNDE

Tabela nº 163: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
147.763	R\$ 335.259.669,00	126.953	302.761.510,91	85,92%	92,40%

Produto: Escola beneficiada

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dirac/FNDE

Indicadores

a) Escola Pública

- ▶ escola atendida pelo PDDE; e
- ▶ por aluno beneficiado.

Investimento por escola		R\$ 2.384,83
Investimento total do programa =	R\$ 302.761.510,89	
Escolas beneficiadas=	126.953	
Investimento por aluno		R\$ 10,61
Alunos atendidos=	28.545.132	

Fonte: Dirac/FNDE

b) Escola Privada

- ▶ escola atendida pelo PDDE e
- ▶ por aluno beneficiado.

Investimento total do programa =	R\$ 6.976.650,00	R\$ 4.374,08
Escolas beneficiadas=	1.595	
Alunos atendidos=	190.713	R\$ 36,58

Fonte: Dirac/FNDE

Índice de controle e envolvimento social das escolas públicas

Valor executado por escolas com UEx =	R\$ 271.709.737,50	R\$ 0,90
Valor total executado=	R\$ 302.761.510,91	

Fonte: Dirac/FNDE

Índice de autonomia administrativa e financeira das escolas públicas

Escolas com Unidades Executoras =	80.354	R\$ 0,63
Total de Escolas Atendidas=	126.953	

Fonte: Dirac/FNDE

Hiato da execução = proporção do não atendimento em relação à estimativa:

a) Escola Pública

- ▶ escolas não atendidas em relação à estimativa e
- ▶ alunos de escolas não beneficiados em relação à estimativa.

Escolas não beneficiadas =	20.810	14,08%
Quantidade de escolas estimada =	147.763	
Alunos não beneficiados =	2.251.014	7,32%
Quantidade de alunos estimada =	30.752.187	

Fonte: Dirac/FNDE

O hiato da execução reflete a proporção das quantidades de escolas e de alunos que foram excluídos do atendimento do programa, considerando a estimativa e a execução. Quanto mais próximo de zero, melhor a performance do PDDE e o benefício social promovido pela ação governamental, haja vista que o índice retrata o custo de oportunidade da não execução de parte dos recursos educacionais assegurados.

1376.0954 - Apoio à distribuição de materiais didáticos e pedagógicos para o ensino fundamental

Aspectos Gerais

A assistência financeira desta ação foi destinada à produção e/ou aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, a serem distribuídos entre professores e alunos do ensino fundamental, de modo a propiciar condições de melhoria da prática pedagógica e favorecer a aprendizagem e a permanência dos alunos na escola.

Execução

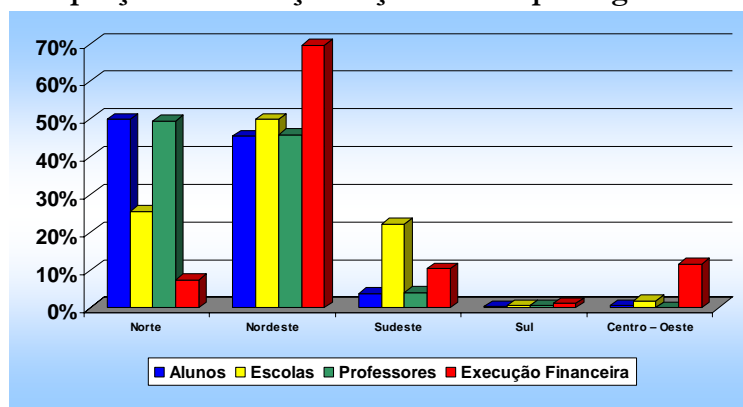
Em 2005, os R\$ 4 milhões destinados à ação de material didático foram quase totalmente utilizados, atendendo as 05 regiões, conforme tabela nº 164 e gráfico nº 69, abaixo.

Tabela nº 164: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	
Brasil	298.356	1.356	11.843	R\$ 3.998.444,08
Norte	149.093	346	5.860	293.225,70
Nordeste	135.677	677	5.442	2.784.702
Sudeste	11.009	300	480	412.541
Sul	941	8	61	43.205
Centro – Oeste	1.636	25	0	464.771

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 69: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

O desempenho da ação pode ser visto na tabela nº 165. O valor utilizado foi de R\$ 3.998.444,08, que corresponde ao atingimento de 99,96% da meta financeira e 1.147,52% da meta física. Este aumento do número de alunos beneficiados se deve a uma diminuição no valor unitário médio aprovado para o kit de material didático em relação à previsão inicial.

Tabela nº 165: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
26000	R\$ 4.000.000,00	298.356	R\$ 3.998.444,08	1147,52%	99,96%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1376.0969 - Apoio ao transporte escolar no ensino fundamental

Aspectos Gerais

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, cuja a assistência financeira visa atender, com transporte diário, alunos matriculados em escolas públicas das redes estadual e municipal do ensino fundamental, objetivando garantir-lhes o acesso e a permanência na escola, contribuindo para a elevação da taxa de conclusão do ensino fundamental.

A ação consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal ou estadual e para a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos transportados informados no censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), relativo ao ano anterior ao do atendimento. Em 2005, conforme a Resolução nº 05, os recursos foram repassados em nove parcelas iguais, entre os meses de abril e dezembro, no valor de R\$ 80,00 por aluno/ano para execução do Programa.

O programa conta com os seguintes agentes envolvidos e seus respectivos papéis:

- ▶ **FNDE** – órgão responsável pela assistência financeira, normatização, coordenação, acompanhamento, fiscalização, cooperação técnica e avaliação da efetividade da aplicação dos recursos financeiros, diretamente ou por delegação de competência;
- ▶ **Órgão executor** – responsável pelo recebimento e execução dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE à conta do Pnate, sendo:
 - a) **secretarias de educação dos estados e do Distrito Federal** – responsáveis pelo atendimento aos alunos das escolas públicas do ensino fundamental da rede estadual e do Distrito Federal, nos termos da Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.
 - b) **prefeituras municipais** – responsáveis pelo atendimento aos alunos das escolas públicas do ensino fundamental da rede municipal, nos termos também, da Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.
- ▶ **Equipe coordenadora** – responsável pela comunicação direta entre o órgão executor e os demais participantes do programa e pelo assessoramento ao órgão executor na gestão financeira, técnica e operacional do Pnate, além de outras atribuições que lhes forem conferidas pelos participantes do programa.
- ▶ **Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental e de Valorização do Magistério (CAC/Fundef)** de que trata a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 – responsável pelo acompanhamento e controle social, recebimento, análise e encaminhamento da prestação de contas do programa, conforme estabelecido pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004.

Execução

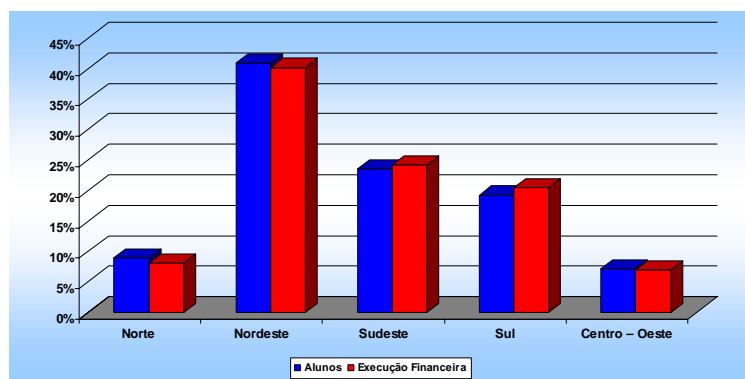
A dotação inicial desta ação era de R\$ 255.000.000,00, sendo executada em sua quase totalidade, e beneficiando 3.211.128 alunos.

Tabela nº 166: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	3.211.128	R\$ 246.931.651,50
Norte	289.434	R\$ 20.174.315,16
Nordeste	1.314.814	R\$ 99.249.854,36
Sudeste	758.072	R\$ 59.758.948,54
Sul	618.459	R\$ 50.494.988,40
Centro – Oeste	230.349	R\$ 17.253.545,04

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 70: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Conforme os dados apresentados na tabela nº 167 e considerando o critério de atendimento: aluno da área rural, informados pelo censo escolar, foram realizados 91,75% da meta física, empregando-se 96,84% dos recursos financeiros.

Tabela nº 167: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
3.500.000	R\$ 255.000.000,00	3.211.128	R\$ 246.931.651,50	91,75%	96,84%

Produto: aluno apoiado

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1376.0971 - Apoio à correção do fluxo escolar

Aspectos gerais

Esta ação visa possibilitar aos sistemas públicos de ensino municipal e estadual atenderem a todas as séries do ensino fundamental, com os meios necessários para combater o fracasso escolar, proporcionando aos alunos que apresentam distorção idade-série efetivas condições para superação de dificuldades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem e de regularização da relação idade e tempo escolar.

Execução

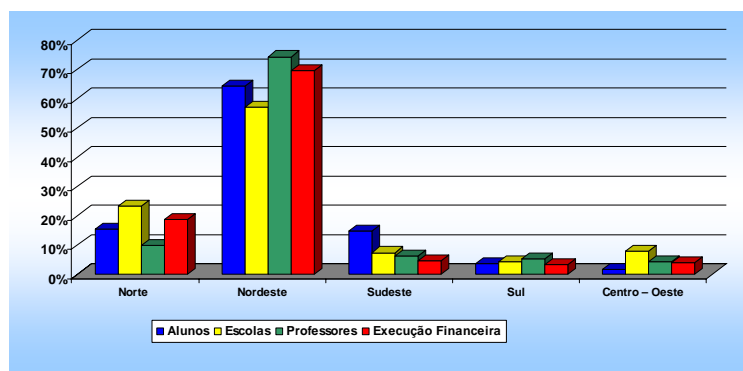
Na ação de Apoio à Correção do Fluxo do Escolar houve investimento de R\$ 3.999.868,78, beneficiando 284.035 alunos, 7.662 professores de 1.487 escolas.

Tabela nº 168: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	
Brasil	284.035	1.487	7.662	R\$ 3.999.868,78
Norte	43.680	348	757	R\$ 745.678,81
Nordeste	182.332	846	5.687	R\$ 2.779.429,25
Sudeste	42.331	111	479	R\$ 182.906,71
Sul	10.754	65	403	R\$ 130.733,33
Centro – Oeste	4.938	117	336	R\$ 161.120,68

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 71: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Conforme tabela nº 169, observa-se que a execução desta ação foi de 99,99% da meta financeira que corresponde a R\$ 3.999.868,78 e 97,94% da meta física.

Tabela nº 169: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
290.000	R\$ 4.000.000,00	284.035	R\$ 3.999.868,78	97,94%	99,99%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1376.09CK - Apoio à ampliação do ensino fundamental para 9 anos

Aspectos gerais

Esta ação visa ampliar o Ensino Fundamental para nove anos, com a inclusão de crianças de 6 anos de idade e tem como objetivo melhorar o processo de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar maior nível de escolaridade.

Execução

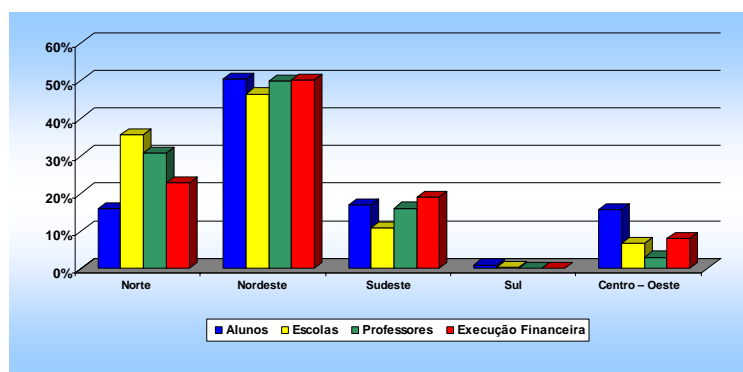
Foi investido nesta ação o valor de R\$ 2.996.842,81, beneficiando 9.930 alunos de 1.153 escolas.

Tabela nº 170: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	
Brasil	9.930	1.153	4.242	R\$ 2.996.842,81
Norte	1.590	412	1.306	R\$ 681.921,72
Nordeste	5.006	536	2.121	R\$ 1.507.444,37
Sudeste	1.679	124	681	R\$ 567.026,23
Sul	98	3	5	R\$ 1.475,58
Centro – Oeste	1.557	78	129	R\$ 238.974,91

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 72: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Conforme tabela nº 171 pode-se observar que foram utilizados cerca de 86% do recurso financeiro, atingindo 165,5% da meta física, ressaltando-se, contudo, que a meta física foi subestimada na LOA.

Tabela nº 171: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
6.000	R\$ 3.500.000,00	9.930	R\$ 2.996.842,81	165,50%	85,62%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1376.4046 - Distribuição de livros didáticos para o ensino fundamental

Aspectos gerais

A distribuição gratuita de livros didáticos a alunos e professores do ensino fundamental da rede pública, realizada pelo governo federal desde 1985, consubstanciou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que, no âmbito programático do orçamento, corresponde à ação **Distribuição de livro didático para o ensino fundamental**. Ao longo dos anos, o PNLD se consolidou por meio da ampliação, universalização de direitos e expansão de público-alvo. Com ele, traçou-se o caminho para uma política de alto grau de eficácia e efetividade e de inclusão social.

Entre tantas características importantes do programa, merece ser destacada a sua forma de atendimento. A cada exercício, são adquiridos e distribuídos livros a todos os alunos da 1ª série, porque, nesta série, as obras são consideradas de consumo não durável. Nas demais séries, o livro é utilizado por mais de um ano.

Neste sentido, a aquisição e distribuição seguem uma sistemática programação de alternância entre renovar todos os livros em um ano e complementar nos dois anos seguintes, conforme apresentado na tabela nº 172.

Segundo a tabela, por exemplo, foram adquiridos livros para todos os alunos da 1ª série, a cada ano, de 1998 a 2005. Já para os alunos da 2ª à 4ª série, a aquisição total ocorreu no ano de 2000, e nos dois anos seguintes foram feitas apenas as complementações.

Essas formas de atendimento, associadas à aquisição de livros em grande quantidade, respondem por boa parte da eficiência do programa.

Tabela nº 172: Consolidado do atendimento PNLD – de 1998 a 2005

Ano da aquisição	Ano da utilização	Destino dos livros e critérios de atendimento	Escolas	Alunos	Recursos
1998	1999	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 4ª série; todos os alunos da 5ª à 8ª série.	169 mil	32,9 milhões	373 milhões
1999	2000	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 8ª série.	165 mil	33,4 milhões	249 milhões
2000	2001	Todos os alunos da 1ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	163 mil	32,5 milhões	474,3 milhões
2001	2002	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 4ª série; todos os alunos da 5ª à 8ª série.	162 mil	31,9 milhões	539,04 milhões
2002	2003	Todos os alunos de 1ª série; última complementação da 2ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	159 mil	31,9 milhões	266,10 milhões
2003	2004	Todos os alunos da 1ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	153 mil	31,9 milhões	577,19 milhões
2004	2005	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 4ª série; todos os alunos da 5ª à 8ª série.	150 mil	30,9 milhões	594,84 milhões
2005	2006	Todos os alunos de 1ª série; última complementação da 2ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	147.407	29,8 milhões	352,79 milhões

Fonte:Dirac/FNDE

Execução

A execução do programa ocorre de duas maneiras:

a) Execução centralizada

Os livros são adquiridos pelo FNDE e distribuídos às escolas. Assim, as unidades de ensino público do País receberam diretamente, no período de setembro a dezembro de 2005 e em janeiro de 2006, livros da 1ª série além da complementação dos livros da 2ª à 8ª série para o ano letivo de 2006. Nesse sentido, foram adquiridos 44.245.296 livros didáticos, somando investimentos da ordem de R\$ 210.898.394,10. Esse valor, acrescido das parcelas correspondentes aos custos de distribuição de livros e dicionários de 1ª a 8ª séries e dicionário trilingue, totalizou R\$ 317.806.216,51, conforme a tabela nº 173. A este total, adicionou-se os valores correspondentes à despesas de aquisição e distribuição de periódicos, avaliação de títulos do PLND/2007, triagem das obras para avaliação do PNLD/2007, controle de qualidade, monitoramento junto as editoras, participação em feiras de livros, encontro nacional dos programas do livro e transcrição e impressão de livros em Braille somou-se R\$ 34.991.360,79. Portanto, o FNDE totalizou investimentos nos programas do livro da ordem de R\$ 352.797.577,31 conforme demonstrado na tabela nº 173.

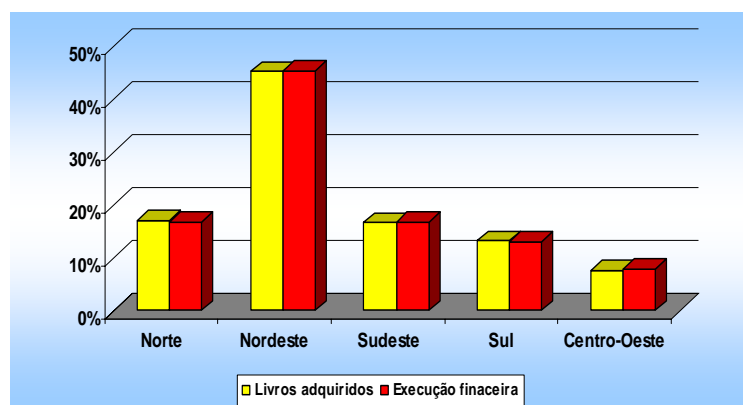
Tabela nº 173: Distribuição do livro didático do ensino fundamental por região - exercício de 2005

UF	Alunos Beneficiados	Escola Beneficiada	Qtde. de Exemplares	Valores			
				Aquisição	Distribuição	Distribuição de Dicionário de 1ª a 8ª e Dicionário Trilingue	Total
Brasil	29.864.445	147.407	44.245.296	210.898.394,10	46.468.228,99	60.439.593,42	317.806.216,51
Norte	3.191.957	22.866	6.436.676	30.685.094,37	7.270.756,69	7.258.488,36	45.214.339,42
Nordeste	9.882.553	70.610	17.180.974	81.827.632,93	20.472.951,75	22.376.157,46	124.676.742,14
Sudeste	10.762.777	29.981	12.719.312	60.067.961,32	9.765.937,75	18.259.819,66	88.093.718,73
Sul	3.894.361	17.220	5.011.941	23.730.954,33	5.753.258,32	8.646.636,18	38.130.848,83
Centro-Oeste	2.132.797	6.730	2.896.393	14.586.751,15	3.205.324,48	3.898.491,76	21.690.567,39

Fonte:Dirae/FNDE

Os dados da tabela nº 173, agrupados por critério geográfico, permitem a representação do gráfico nº 73.

Gráfico nº 73: Avaliação relativa da quantidade de livros e de recursos, por região - exercício de 2005

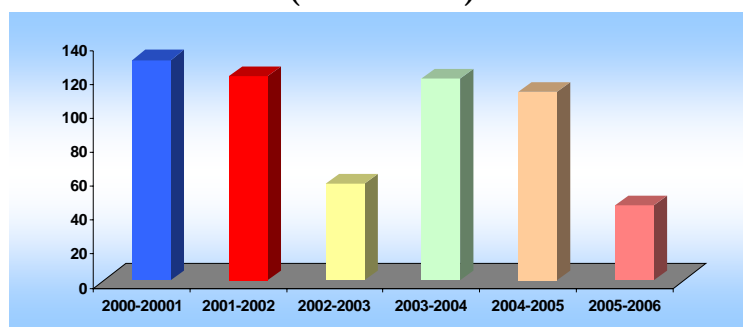


Fonte:Dirae/FNDE

Segundo se observa no gráfico nº 73, a Região Nordeste, a exemplos dos anos anteriores, foi a que recebeu mais livros (cerca de 39,23% do total), seguida da Sudeste, com 27,71%, excluindo o Estado de São Paulo.

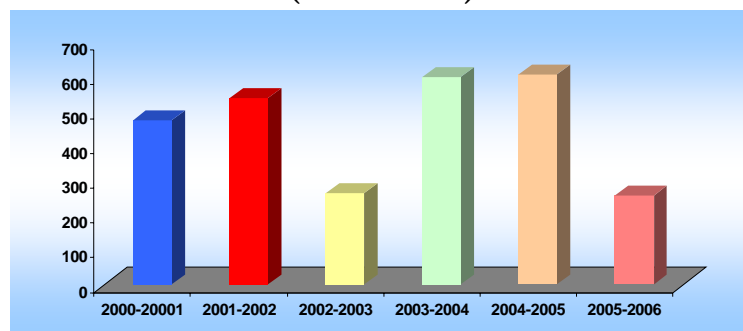
Nos Gráficos nºs 74 e 75, são apresentados a quantidade de livros adquiridos pelo PNLD e os recursos investidos de 2000 a 2005. Apenas ao longo desse período, o FNDE investiu cerca de 2,8 bilhões para adquirir e distribuir 583 milhões de livros, correspondendo cada obra, em média, a R\$ 4,80, o que equivale a cerca de 10% a 15% do preço de capa dos exemplares no mercado. As oscilações periódicas que se observam na quantidade e no valor do investimento no programa do livro são explicadas pela sistematizada programação de alternância nas aquisições analisadas anteriormente.

Gráfico nº 74: Evolução histórica dos livros adquiridos – de 2000 a 2005
(Em milhões)



Fonte:Dirae/FNDE

Gráfico nº 75: Evolução histórica dos investimentos do PNLD – de 2000 a 2005
(Em milhões)



Fonte:Dirae/FNDE

Dicionários

A sistemática de distribuição de dicionários foi reformulada, de maneira a dar prioridade à utilização do material em sala de aula. Assim, em 2005, em vez de entregar uma obra para cada aluno, forneceram-se acervos de dicionários para todas as salas de aula das escolas públicas do ensino fundamental.

► Para 1ª a 4ª série

Foram beneficiados 16.990.819 alunos de escolas públicas com 519.189 acervos que perfazem 4.672.701 exemplares de dicionários. Para a aquisição e distribuição, foram utilizados R\$ 44.301.055,56 .

► Para 5ª a 8ª série

Foram beneficiados 13.689.869 alunos de escolas públicas com 247.294 acervos, que perfazem 1.731.058 exemplares de dicionários. Para a aquisição e distribuição, foram utilizados R\$ 15.211.817,86.

Dicionários em Libras: Enciclopédico Ilustrado Trilíngue

Em acordo à política de inclusão dirigida aos alunos de escolas públicas com necessidades educacionais especiais e em interface com a Secretaria de Educação Especial (SEESP/MEC) foram distribuídos às escolas que atendem a alunos com surdez severa ou profunda, 11.000 dicionários enciclopédicos ilustrados trilingues (português – inglês - libras). Foram beneficiados 36.616 alunos de 8.315 escolas públicas. Para a aquisição e distribuição, foram utilizados R\$ 1.105.500,00.

Publicação

Aquisição de 4.339.552 revistas pedagógicas, Ciências Hoje das Crianças, Nova Escola, Pátio – Revista Pedagógica e Pátio – Educação Infantil a serem distribuídas às escolas publicas com recursos na ordem de R\$ 8.799.015,10.

b) Execução descentralizada

O Programa no Estado de São Paulo é executado de forma descentralizada. O FNDE transfere recursos mediante convênio e o estado, por meio da Secretaria de Estado da Educação, os executa. Em 2005, foram repassados R\$ 32.189.289,18 para aquisição e distribuição de 6.412.209 livros a 10.159 escolas, sendo beneficiados 5.119.593 alunos.

Desempenho

Quanto ao desempenho da execução do PNLD, em 2005, a meta física foi atingida empregando-se 99,89% do que havia sido programado financeiramente. O êxito apresentado é fruto da constante preocupação com a melhoria da gestão do programa, inclusive nos processos de negociação e aquisição do livro, que se refletiu na melhoria do índice de desempenho econômico, quando comparado com o do exercício anterior. No entanto, ressalta-se mais uma vez, a necessidade de se rever a formulação da meta física, evitando-se superestimação da mesma.

Tabela nº 174: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
77.077	R\$ 353.171.825,00	44.245	R\$ 352.797.577,32	57,40%	99,89%

Fonte:Dirac/FNDE

1376.5079 – Fortalecimento da escola – Fundescola III

Aspectos gerais

O Fundescola é um programa conjunto do Ministério da Educação, estados, municípios e Banco Mundial que busca dar efetividade às políticas educacionais, tomando como eixo a gestão educacional de qualidade, enfocando o fortalecimento das escolas e das instituições responsáveis.

Sua missão é melhorar o desempenho dos alunos no ensino fundamental das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, aumentando a eficácia e a equidade das escolas e dos sistemas educacionais, oferecendo serviços e produtos educacionais de qualidade e assistência técnico-financeira para o fortalecimento das escolas públicas e das secretarias de educação.

O Fundescola foi estruturado em etapas como estratégia para a distribuição dos recursos e definição do programa de trabalho. O Fundescola I, no valor de US\$ 125.0 milhões, foi desenvolvido no período de implantação, de junho de 1998 a junho de 2001, e o Fundescola II, no valor de US\$ 402.0 milhões, de dezembro de 1999 a dezembro de 2005. O Fundescola III-A, no valor de US\$ 320.0 milhões, vem sendo executado desde junho de 2002.

Assim, o Fundescola está terminando a etapa II de seu desenvolvimento e dando prosseguimento à implantação da etapa III (Fundescola III-A). Neste processo de mudança de etapas, o programa passou por algumas modificações na sua forma de operar e em suas estratégias.

Primeira mudança

A primeira mudança diz respeito a sua posição na estrutura do Ministério da Educação. Atualmente, o Fundescola está ligado ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE como um dos programas executados pela Diretoria de Programas Especiais – DIPRO.

Segunda mudança

A segunda mudança a ser considerada foi a montagem da estrutura da DIPRO com base no ciclo de vida dos programas. Cada programa tem um ciclo de criação e desenho de instrumentos, produtos e processos, que são implantados em escala piloto. A definição de novos projetos, parte de sugestões, e estes são analisados e aprovados por um comitê do qual faz parte o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, o Diretor da Diretoria de Programas Especiais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Diretor do Departamento de Projetos Educacionais da Secretaria de Educação Básica.

Terceira mudança

A terceira mudança foi na amplitude do atendimento do programa. No Fundescola I e II, trabalhou-se em Zonas de Atendimento Prioritário – zap(s), em cada estado, que correspondiam às microrregiões mais populosas. Na maioria dos estados, foram atendidas duas microrregiões, ou seja, duas Zonas de Atendimento Prioritário, num total de 384 municípios. Considerando o sucesso dos instrumentos elaborados e implantados nos sistemas estaduais e municipais, nas etapas do Fundescola I e II, e tendo em vista o interesse dos dirigentes estaduais e municipais de educação que clamaram pela ampliação do atendimento a todos os municípios, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE elaborou critérios para subsidiar a expansão gradativa das ações, no tempo previsto de duração do Fundescola. Para tanto, os municípios foram agrupados por prioridades, tendo sido feitos quatro agrupamentos: G1 a G4. Para a priorização dos municípios, foram utilizados dois indicadores: Indicador de Disponibilidade Financeira (IDF) e Índice de Capacidade Técnica (ICT).

Assim, o Fundescola passou a atender 2.704 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Este atendimento é diferenciado conforme critérios que definem os grupos e as matrizes de atuação do Fundescola. São duas matrizes: 1) tecnologia e assistência técnica por parte dos estados e 2) tecnologia, financiamento e assistência técnica.

Quarta mudança

A quarta mudança se deu na estrutura de gerenciamento do Projeto. O Fundescola I e II caracterizaram-se por um gerenciamento mais centralizado, o que significou que as equipes do Fundescola, apesar da estrutura das COEP(s) nos estados, entravam em contato direto com as escolas estaduais e municipais, tanto para treinamento quanto para orientação. As Secretarias de

Educação disponibilizavam, então, uma equipe como contrapartida à atuação do Fundescola. Com o tempo, esta situação foi se tornando inviável por vários motivos: a expansão da demanda, com um número cada vez maior de escolas a serem atendidas; a necessidade de internalização dos princípios e das estratégias educacionais que sustentavam a proposta de trabalho pelas equipes da Secretaria de Educação; e a necessidade de sustentabilidade das ações como resultado da internalização dos princípios e estratégias.

A necessidade de internalização e sustentabilidade das ações levou o FNDE a adotar nova estratégia para a implementação das ações em conjunto com os estados. Nessa nova estratégia, a responsabilidade de apoio e orientação às escolas passa a ser das Secretarias de Educação dos estados e dos municípios, sob mediação do FNDE. As equipes técnicas do Fundescola transferem as técnicas e as orientações para as equipes das COEP(s) e das Secretarias Estaduais de Educação e estas as repassam para as equipes das Secretarias Municipais de Educação, que, por sua vez, repassam para as escolas.

Nesse novo modelo, o papel das COEP(s) mudou substancialmente. A Coep hoje tem como uma das principais funções a de articular a estrutura das Secretarias de Educação para o alcance dos objetivos do Fundescola no estado. Além disso, ela atua como o elo de articulação da Secretaria Estadual com as Secretarias Municipais, viabilizando, na prática, o preceito constitucional de intercâmbio e complementaridade entre os sistemas de ensino estadual e municipal.

Produtos do Fundescola

1. Planejamento estratégico da secretaria de educação – PES

Consiste no processo gerencial desenvolvido para a Secretaria de Educação para o alcance de uma situação desejada, de maneira efetiva, com a melhor concentração de esforços e recursos. Ao realizá-lo, a Secretaria analisa seu desempenho, os processos, as relações internas e externas, as condições de funcionamento e os resultados. A partir dessa análise, projeta o futuro, define onde quer chegar, as estratégias para alcançar os objetivos, os processos e as pessoas envolvidas. O PES promove o fortalecimento institucional da Secretaria visando à melhoria da gestão da escola e do desempenho do aluno.

2. Plano de desenvolvimento da escola – PDE

É um processo gerencial de planejamento estratégico desenvolvido para a escola. Ele é implantado de modo participativo com a comunidade escolar (equipe escolar e pais de alunos), que pretende contribuir para o aperfeiçoamento da gestão da escola pública e melhorar a qualidade de ensino. Ao elaborar o PDE, a escola realiza um diagnóstico de sua situação, identificando, a partir dessa análise, seus valores e definindo sua visão de futuro e missão, bem como traçando objetivos, estratégias, metas e planos de ação a serem alcançados a longo, médio e curto prazos. Depois de elaborar o PDE, as escolas selecionam metas e ações que consideram essenciais para a melhoria da aprendizagem dos alunos e que poderão ser financiadas pelo Fundescola, as quais deverão ser descritas no Projeto de Melhoria da Escola – PME.

3. Projeto de Melhoria da Escola – PME

É o conjunto de metas e ações selecionadas pela escola, a partir do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE. O projeto viabiliza o repasse de recursos diretamente para a escola, tendo como foco a melhoria da aprendizagem dos alunos.

4. Escola Ativa

É uma estratégia metodológica do Programa para as escolas rurais, com classes multisseriadas (de 1ª a 4ª série) para combater a reprovação e o abandono. A experiência reúne auto-aprendizagem, trabalho em grupo, ensino por meio de módulos, livros didáticos especiais, participação da comunidade, capacitação e reciclagem permanente dos professores e acompanhamento constante de alunos e docentes.

5. Programa gestão da aprendizagem escolar – Gestar

É um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial e presencial, destinado à capacitação de professores, em exercício, de 1ª a 4ª série (gestar I) e de 5ª a 8ª série (gestar II), em Matemática e Língua Portuguesa. O gestar é um conjunto de ações pedagógicas que incluem discussões sobre questões prático-teóricas, sugestões de atividades de apoio e avaliações diagnósticas do processo ensino-aprendizagem.

6. Programa de apoio a leitura e escrita – Praler

É um programa de formação continuada, na modalidade semipresencial e presencial, destinado à capacitação de professores em exercício, das séries iniciais da educação básica. A proposta pedagógica do Praler proporciona uma diversificação de opções metodológicas para o processo de alfabetização.

7. Padrões Mínimos de Funcionamento das Escolas – PMFE

São as condições básicas e o conjunto de insumos necessários para a realização dos serviços escolares essenciais e para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de forma adequada. Para atingir esses padrões mínimos, o Fundescola considerou os seguintes insumos: espaço educativo e recursos humanos. A necessidade de promover o alcance de padrões mínimos de funcionamento por todas as escolas públicas resulta de uma visão mais ampla acerca da universalização da educação, com a redução das desigualdades existentes entre as escolas.

8. Microplanejamento Educacional

O microplanejamento é uma proposta metodológica de planejamento educacional capaz de apresentar as necessidades de ajustes na criação, ampliação ou reorganização da rede física, orientação do transporte escolar, distribuição do material de ensino-aprendizagem, e da contratação e capacitação de recursos humanos, a partir dos balanços entre déficit e superávit de salas de aula, material didático, professores, secretárias, diretores, entre outros profissionais necessários ao funcionamento de cada unidade escolar; o objetivo é o atendimento das reais necessidades na rede de ensino em relação aos índices de rendimento escolar do município, orientando técnicos e secretários de educação nas propostas orçamentárias, evitando o desperdício dos recursos disponíveis e garantindo o atendimento das comunidades carentes.

9. Levantamento da Situação Escolar – LSE

É um instrumento de coleta de informações sobre a situação das escolas de ensino fundamental regular, objetivando o planejamento da educação nos estados e municípios atendidos pelo Fundescola. Identifica as condições físicas dos prédios escolares e a disponibilidade de mobiliário, equipamento e material didático e escolar existente; verifica a situação das escolas frente aos padrões mínimos de funcionamento; estabelece prioridades de atendimento para o Projeto de

adequação do Prédio Escolar – Pape e para o Programa de Melhoria da Qualidade do Mobiliário e Equipamento – Pmqe; avalia os resultados da adequação escolar e do fornecimento do mobiliário; identifica a situação institucional das escolas.

O sistema informatizado do LSE, desenvolvido em 2002, permite que os estados e municípios atualizem os dados levantados anteriormente e emitam relatórios gerenciais que auxiliarão os gestores na tomada de decisão para o alcance dos padrões mínimos de funcionamento e para a melhoria das condições dos prédios escolares.

10. Projeto de adequação do prédio escolar – Pape

É um projeto que visa estabelecer, nas edificações escolares, condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade. No repasse de recursos direto às escolas, são priorizados os ambientes das salas de aula e sanitários dos alunos para que alcancem os padrões construtivos mínimos, disponham de condições para a utilização adequada do mobiliário e equipamento escolar fornecido.

11. Espaço Educativo Construção de Escolas

É a ação pela qual os estados e municípios têm a possibilidade de viabilizar novas vagas para sua rede escolar, por meio de construção de novas escolas conforme demandas detectadas pelo Microplanejamento.

Os Projetos arquitetônicos são disponibilizados pelo Fundescola e atendem às peculiaridades físicas e culturais de cada região, e são divididos em:

- Espaço Educativo Urbano I - 08 a 12 salas de aula
- Espaço Educativo Urbano II - 04 e 06 salas de aula
- Espaço Educativo Rural - 01 e 02 salas de aula
- Espaço Educativo Indígena - 01 sala de aula

12. Programa de melhoria da qualidade do mobiliário e equipamento escolar – PMQE

É a ação pela qual as escolas beneficiadas pelo Projeto de Adequação do Prédio Escolar recebem, para cada sala de aula adequada: armário de aço, mesa e cadeira para o professor, conjunto-aluno e ventiladores. Para as escolas construídas são financiados todo o mobiliário e equipamento necessário ao funcionamento das mesmas. O mobiliário e os equipamentos fornecidos são regulamentados pela nbr 14006/97 e, especificamente o conjunto-aluno, pelo Regulamento de Avaliação da Conformidade - Inmetro.

Disseminação

Critérios de atendimento *versus* sustentabilidade

Até o ano de 2004, o Fundescola atendia 384 municípios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em microrregiões denominadas Zonas de Atendimento Prioritário (Zaps) e definidas por critério populacional (IBGE).

Em 2005, este atendimento foi estendido a todos os 2.704 municípios das regiões supracitadas. Para isto, foi necessário desenvolver critérios que permitissem um atendimento justo e igualitário, otimizando os recursos disponíveis.

Para o desenvolvimento desta metodologia, utilizou-se de variáveis sociais, econômicas, demográficas e, principalmente, educacionais. Para tanto, foram desenvolvidos dois indicadores:

Indicador de Disponibilidade Financeira (IDF) e Índice de Capacidade Técnica (ICT), os quais possibilitaram a criação de 04 grupos de atendimento, distribuídos através de prioridades.

De posse dessas informações, foi realizado um cruzamento de dados, utilizando-se os critérios de atendimento com matrizes (M1 e M2) definidas pelo programa Fundescola. A matriz 1 (M1) implica no repasse das metodologias de todas as ações do Fundescola, conforme o interesse do município. Neste caso, o município se responsabiliza pela implantação e pelo financiamento das ações. O FNDE cede ao município a tecnologia composta de um kit, que varia conforme a ação. A matriz 2 (M2) beneficia os municípios com tecnologia, assistência técnica e financiamento, isto é, repasse das metodologias para as secretarias e o conjunto de escolas a serem beneficiadas, qualificação das equipes para implantação das ações e repasse de recursos destinados à implantação das ações que integram o Fundescola.

No biênio 2005/2006, no processo de disseminação, estão sendo atendidos 636 municípios da matriz M2, e no Biênio 2006/2007 serão atendidos mais 428 municípios da matriz M2. Para viabilizar um atendimento desta envergadura, o desafio do Fundescola é promover a mudança de paradigma e garantir capacidade técnica às Secretarias Estaduais de Educação e às suas Regionais de Ensino para que elas possam assegurar qualificação técnica e gerencial aos municípios na implementação das ações do Fundescola e, sobretudo, na implementação de suas políticas. Assim, foram desenvolvidos projetos de atendimento em parceria com os estados onde foram discutidos os critérios de atendimentos e definidos os cronogramas de qualificação.

Em conformidade com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União n ° 71, de 07 de dezembro de 2005, apresenta-se a seguir o demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados:

Discriminação

- **Código do projeto:** 4487-BR - Segundo Projeto de Fortalecimento da Escola (Fundescola III)
- **Descrição:** promoção da autonomia da escola, formação e titulação de professores, mobilização social, provisão de mobiliário e equipamento básico para a escola, adequação física de prédios escolares, construção de escolas, implementação de planos de desenvolvimento da escola, financiamento de projetos de melhoria da escola, desenvolvimento, certificação e implementação de modelos pedagógicos, melhoria da avaliação e da disseminação das informações educacionais e fortalecimento da colaboração do estado e do município.
- **Finalidade:** propiciar a melhoria do desempenho dos sistemas de ensino público nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio do fortalecimento das escolas de ensino fundamental e das instituições públicas responsáveis por estas instituições de ensino, em estrutura coordenada de gerenciamento. O Fundescola II visa melhorar os resultados educacionais dos alunos matriculados, garantir o acesso e ampliar o número de vagas em escolas públicas localizadas nas regiões de sua abrangência.
- **Organismo financiador:** Banco Mundial

Tabela nº 175 : Demonstrativo do fluxo previsto e do fluxo realizado – Fundescola III-A

Valores em EUR\$							
Custo total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
			Motivo	Valor no ano 2005	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
365.600.000,00	182.800.000,00	182.800.000,00	Despesas realizadas	72.337.006,68	131.229.947,71	Dificuldades nas informações relativas a dados de capacidade técnica e disponibilidade financeira necessária para a contrapartida do projeto.	Desenvolveram-se critérios que permitissem um atendimento justo e igualitário, com base em variáveis sociais, econômicas, demográficas e educacionais, otimizando os recursos disponíveis.
			BIRD	46.697.154,00	88.778.241,22		
			Contrapartida	25.639.852,60	42.451.706,49		
			Juros	1.522.658,22	2.430.926,99		

Fonte: Dipro/FNDE

Execução

Em 2005, o Fundescola obteve os seguintes índices de execução:

- 100% dos Planos de Trabalho (19) da Ação Plano de Desenvolvimento da Escola-Pde, cujo objeto é capacitar os técnicos da secretaria de educação (4.096), visando promover a implementação de um processo gerencial de planejamento estratégico a ser desenvolvido pela escola, elaborado de modo participativo com a comunidade escolar, com vistas à melhoria da qualidade do ensino, foram conveniados.
- 100% dos Planos de Trabalho (19) da Ação Escola Ativa, cujo objeto é capacitar os técnicos das secretarias de educação (2.835) para implementação desta estratégia metodológica, visando elevar a qualidade da educação oferecida nas classes multisseriadas, notadamente na área rural, combinando uma série de elementos de caráter pedagógico-administrativo, foram conveniados.
- 92% dos Planos de Trabalho (37) da Ação Equipamento/Mobiliário para Escola Adequada, cujo objeto compreende a aquisição de equipamentos e mobiliários escolares para escolas beneficiadas com a Ação Projeto de Adequação de Prédios Escolares, foram conveniados.

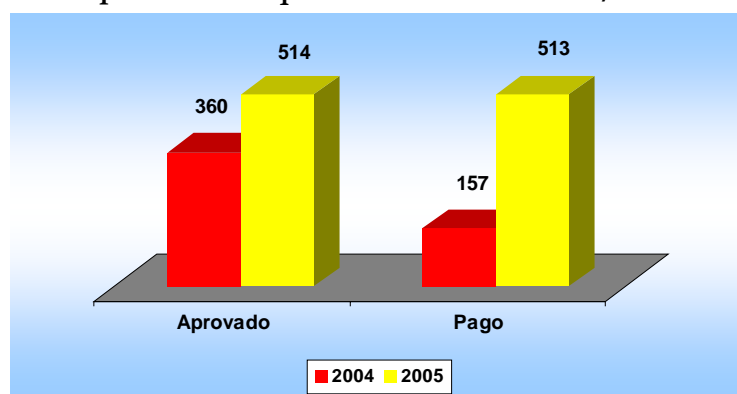
Com relação às Ações Projeto de Adequação de Prédios Escolares - Pape e Projeto de Melhoria da Escola - PME, houve significativa alteração na forma de execução, pois as transferências que eram feitas por meio de convênio passaram a ser automáticas, nos moldes do PDDE, elevando consideravelmente o atendimento e beneficiando escolas de municípios que ao longo do tempo não tiveram os recursos repassados em razão da não habilitação ou inadimplência do proponente.

Foram financiados todos os 74 Planos de Trabalho da Ação Projeto de Adequação de Prédios Escolares - Pape, cujo objeto visa restabelecer, nas edificações escolares, condições de segurança, salubridade, estabilidade e funcionalidade, priorizando os ambientes das salas de aula e

sanitários dos alunos para que alcancem os padrões construtivos mínimos. 55.492 alunos foram beneficiados e os recursos repassados diretamente a 180 escolas, por meio de suas Unidades Executoras.

A Ação Projeto de Melhoria da Escola - PME é o conjunto de metas e ações selecionadas pela escola, a partir do Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE, tendo como foco a melhoria da aprendizagem dos alunos. A execução desta ação foi a que mais cresceu em relação a 2004, pois praticamente 100% (513 de 514) dos Planos de Trabalho foram financiados, enquanto naquele ano dos 360 planos aprovados apenas 157 foram financiados, ou seja, 44%. Esta ação beneficiou 3.155.205 alunos e os recursos foram repassados diretamente a 5.286 escolas, por meio de suas Unidades Executoras.

Gráfico nº 76: Projetos de melhoria da escola – PME, aprovados e liquidados no biênio 2004/2005



Fonte: Dipro/FNDE

Desempenho

Em 2005, a dotação orçamentária final para o Fundescola III-A foi de R\$ 68.900.000,00. Desse total, foram executados R\$ 67.581.461,99, conforme demonstrado na tabela 176. O percentual alcançado na meta física deve-se às mudanças gerenciais implementadas no Fundescola, relatadas nos aspectos gerais desta ação. Destacou-se o Projeto de Melhoria da Escola - PME, como a ação impulsionadora dos percentuais obtidos.

Tabela nº 176: Desempenho físico-financeiro do Fundescola III-A – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
335	R\$ 68.900.000,00	5.416	R\$ 67.581.461,99	1.116,00%	98,09%

Produto: escola beneficiada

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dipro/FNDE

1377 - Educação para a diversidade e cidadania

A desigualdade e a discriminação são consideradas características inerentes e históricas da sociedade brasileira, e as mesmas estão vinculadas principalmente ao corte étnico racial. A comprovação desta tese pode ser realizada, por exemplo, ao se avaliar os dados da PNAD/IBGE, e outros tantos estudos, que mostram a perturbadora persistência da diferença de 2,3 anos nos anos médios de estudos entre brancos e negros entre 1992 e 2001. Tanto brancos quanto negros têm aumentado a média de anos de estudo, mas a diferença entre ambos continua. Outra pesquisa realizada pela UNESCO, que levanta o perfil dos professores brasileiros, indica que “estes não desejam ter como vizinhos principalmente: os viciados em drogas (69%), as pessoas que foram presas (50%), as prostitutas (42%), os favelados (27%) e os homossexuais (21%)”.

A manutenção dos índices de desigualdades, e a conseqüente discriminação, são perversas e nacionalizam uma participação diferenciada nos espaços educacionais de negros, indígenas, pobres, crianças e jovens com idade defasada para a série ou, ainda, crianças e jovens com orientação sexual para pessoas com o mesmo sexo, reforçando a estigmatização sofrida por esses extratos sociais. Tal fato inibe o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas destes indivíduos, aos quais é negada a igualdade de oportunidades que o país deve oferecer a todos os cidadãos, impedindo assim o usufruto da cidadania. De outro lado, o processo de exclusão do sistema educacional vivido por negros, indígenas, gays, lésbicas, transgêneros, crianças e jovens de baixa renda compromete a evolução democrática do país e a construção de uma sociedade mais justa e coesa.

Na tentativa de minimizar esta situação, o governo federal criou o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania, que tem por objetivo o combate às desigualdades étnico-racial, de gênero, orientação sexual, regional e cultural no espaço escolar. Ainda, o governo busca promover, por meio de uma atuação em conjunto com os sistemas educacionais, a inclusão escolar e o fortalecimento da diversidade social e ambiental, por meio de políticas sócio-educativas. Para tanto, as ações buscarão atingir os principais agentes e sujeitos educacionais, quais sejam: os alunos e seus familiares, bem como os profissionais da educação.

A estratégia de implementação do programa fundamenta-se no estabelecimento de parcerias com estados, Distrito Federal, municípios, instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público, que desenvolvem e executam projetos de educação diretamente referidos aos eixos centrais da proposta, que se responsabilizarão pela execução das ações financiadas para este fim. O Ministério da Educação é o responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações, e os parceiros são co-responsáveis no gerenciamento das ações.

Em 2005, para a efetivação das seis ações sob a responsabilidade do FNDE, pertinentes à educação no campo, à distribuição de material pedagógico, às atividades de valorização da diversidade no espaço escolar, entre outras, foram executados recursos financeiros na ordem de R\$ 43 milhões.

1377.0946 - Apoio à Educação do Campo

Aspectos gerais

Esta ação tem como finalidade contribuir para a implementação das diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo e oferecer subsídios e apoio técnico à implementação da política, visando à melhoria da qualidade da educação rural.

Execução

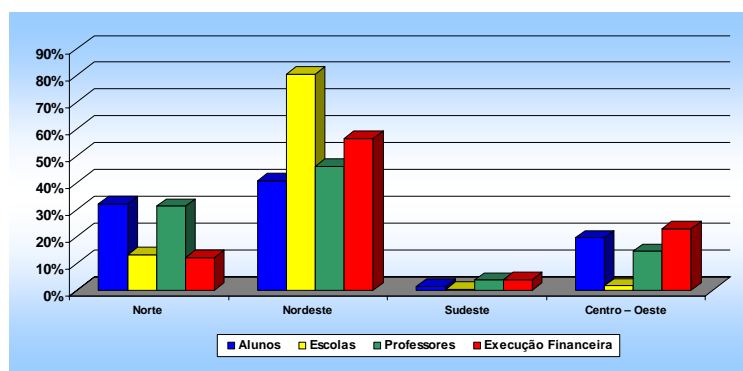
Com esse propósito, foi investido o valor de R\$ 2.498.276,42, beneficiando cerca de 208 mil alunos de 518 escolas. A região Nordeste recebeu o maior volume dos recursos e, em segundo lugar, ficou a região Centro-Oeste.

Tabela nº 177: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários			Execução Financeira
	Alunos	Escolas	Professores	
Brasil	208.603	518	12.532	2.498.276,42
Norte	66.966	68	3.915	299.635,42
Nordeste	85.073	417	5.771	1.412.596,72
Sudeste	3.033	1	457	97.038,97
Sul	13.074	24	585	116.192,57
Centro – Oeste	40.457	8	1.804	572.812,74

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 77: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Aferindo-se o desempenho desta ação, segundo a tabela nº 178, foi executado 1.036% da meta física e 71% da meta financeira. Observa-se que a meta física na LOA está subestimada.

Tabela nº 178: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
50	R\$ 3.499.990,00	518	R\$ 2.498.276,42	1036,00%	71,38%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1377.09EL - Apoio a atividades educacionais de valorização da diversidade no espaço escolar

Aspectos gerais

A ação consistiu em apoiar a implementação de atividades educativas que proporcionem o acesso, o reingresso e a permanência de alunos no sistema educacional, contribuindo assim para a melhoria da frequência e o desempenho escolar dos alunos.

Execução

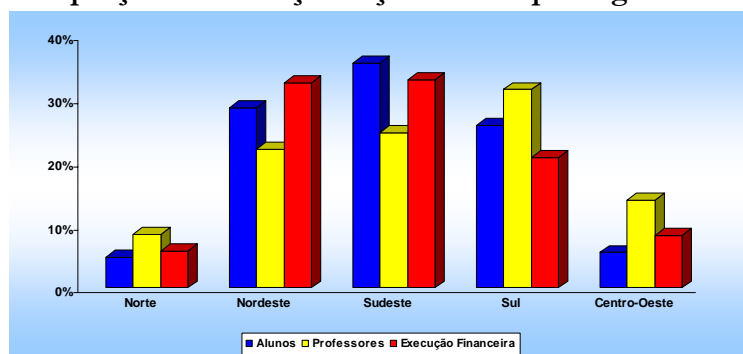
Esta ação apresentou execução de R\$ 19.611.805,22, beneficiando 1.002.438 alunos e 188.967 professores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela nº 179: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários		Execução Financeira
	Alunos	Professores	
Brasil	1.002.438	188.967	R\$ 19.611.805,22
Norte	48.569	16.023	1.131.907,12
Nordeste	285.342	41.419	6.362.316,57
Sudeste	356.067	46.241	6.460.210,97
Sul	256.679	59.166	4.030.263,63
Centro-Oeste	55.781	26.118	1.627.106,93

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 78: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Foram investidos R\$ 19.611.805,22, beneficiando 1.002.438 alunos, que correspondem a 100,24% da meta física e 94,29% da meta financeira, conforme demonstrado na tabela abaixo. A execução transcorreu dentro da normalidade

Tabela nº 180: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.000.000	R\$ 20.800.000,00	1.002.438	R\$ 19.611.805,22	100,24%	94,29%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1377. 09EM - Apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escolas abertas nos finais de semana

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade contribuir para a transformação da escola pública em um ambiente mais atuante e presente na vida dos estudantes, professores e da comunidade, mediante a implementação de ações educativas nos finais de semana objetivando tornar a escola um espaço integrador, contribuindo para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural - particularmente do jovem estudante do ensino básico das escolas públicas -, a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão, a promoção da paz e da melhoria da qualidade de vida da população. Pretende, ainda, transformar a escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos jovens e suas comunidades promovendo maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas, além de proporcionar geração de emprego e renda.

Abertura das escolas nos finais de semana, como estratégia para oferecer espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades complementares às ações educacionais, que proporcionem oportunidades de acesso à cultura, ao esporte, à arte e ao lazer aos alunos da educação básica das escolas públicas e seus familiares. É executada em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério da Cultura e em parceria com órgãos estaduais e municipais, ou outras organizações interessadas em participar da implementação da ação, mediante assistência financeira integral ou parcial do FNDE/MEC, condicionada à apresentação de planos de trabalho por parte das instituições governamentais ou não-governamentais ou, ainda, de forma indireta por intermédio de organismos internacionais.

Execução

Em 2005, o Escola Aberta teve como meta propiciar a abertura de 1.000 escolas a partir de setembro, nas regiões metropolitanas de Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Vitória. Estas escolas estão localizadas em comunidades urbanas, regiões metropolitanas, em situação de risco e vulnerabilidade. A expectativa é impactar diretamente os indicadores de violência escolar (conflitos entre alunos, professores, pichação interna, depredação escolar, roubo e furto no interior da escola e entorno), além de, indiretamente, melhorar os indicadores educacionais aferidos pelos índices de aprovação, reprovação, abandono, evasão, tendo como público-alvo a comunidade escolar em geral, com foco na juventude. Atualmente, estão em funcionamento 1.212 escolas de municípios, conforme demonstrado na tabela nº 181.

Tabela nº 181: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região Metropolitana	Escolas	Municípios
Belo Horizonte	171	11
Vitória	123	6
Recife	400	15
Rio de Janeiro	250	19
Salvador	98	3
Proto Alegre	170	15
Total	1.212	69

Fonte: Dipro/FNDE

Desempenho

A dotação inicial alocada para a ação Escola Aberta totalizou R\$ 28.604.660, no entanto, desse total, R\$ 9.560.957 foram cancelados. A dotação final atingiu a soma de R\$ 19.043.703, executados na sua totalidade.

O cumprimento e a superação da meta orçamentária deveu-se a mudanças estratégicas no gerenciamento e no modelo de operacionalização da ação.

Tabela nº 182: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
1.000	19.043.703	1.161	19.043.703	116,10	100,00

Produto: escola apoiada

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dipro/FNDE

1377.09HS - Apoio à qualificação de profissionais da educação em educação para diversidade e cidadania

Aspectos Gerais

Esta ação tem como finalidade apoiar a qualificação de profissionais em educação (gestores, professores, servidores e profissionais que lidam com a área de educação, inclusive do MEC) com relação às questões de valorização da diversidade, em suas múltiplas dimensões, dentro da Educação.

Execução

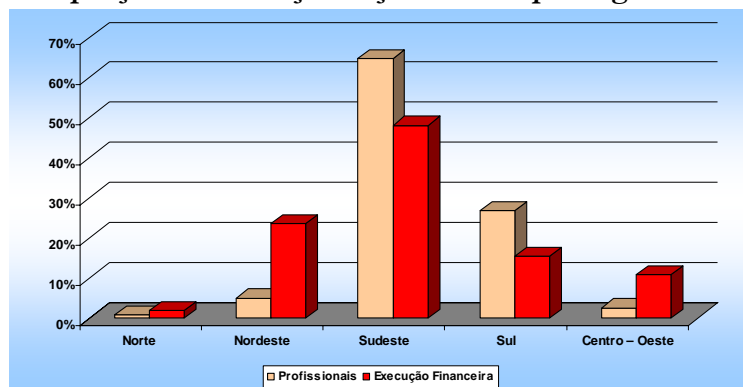
Foi descentralizado o valor de R\$ 1.840.752,42 para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o qual foi totalmente executado nos objetivos propostos pela ação.

Tabela nº 183: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Profissionais	
Brasil	27.750	R\$ 1.840.752,42
Norte	230	35.000,00
Nordeste	1.400	433.492,42
Sudeste	17.970	886.762,00
Sul	7.430	285.000,00
Centro – Oeste	720	200.498,00

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 79: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Com a utilização de 98% dos recursos financeiros, foi possível atender 4.672 profissionais qualificando-os, isto é, alcançando 594% da meta física prevista. Esse fato deve-se à análise criteriosa dos projetos e à capacitação de agentes multiplicadores, fato que consolida a necessidade de revisão das metas na LOA.

Tabela nº 184: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
4.672	R\$ 1.869.000,00	27.750	R\$ 1.840.752,42	593,96%	98,49%

Produto: profissional qualificado

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

1378- Desenvolvimento do Ensino Médio

O objetivo do programa é garantir o acesso e a permanência de todos os adolescentes e jovens no ensino médio regular, com melhoria de qualidade.

O Plano Nacional de Educação (Lei no 10.127/2001), com diretrizes e metas para dez anos, estabeleceu novas diretrizes para o ensino médio com base em um diagnóstico de 1997 que, atualizado em relação a 2001, mantém um cenário preocupante em termos da consecução do que preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/97), quanto ao dever do Estado de promover a progressiva extensão da obrigatoriedade do Ensino Médio (inciso II, artigo 4º).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE 2001, pouco mais de 10 milhões de pessoas são jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, considerada legalmente regular para se cursar o ensino médio. O senso escolar de 2001, porém, demonstra que, desses jovens, somente 37% (cerca de quatro milhões) estavam matriculados no ensino médio, enquanto mais de quatro milhões estavam cursando ainda o ensino fundamental ou freqüentando cursos na modalidade de educação de jovens e adultos ou de educação profissional. Com isso, conclui-se que cerca de 2 milhões de jovens na idade em que deveriam cursar o ensino médio, sequer estão na escola. Por outro lado, observa-se a demanda crescente pelo ensino médio, advinda tanto dos concluintes do ensino fundamental em idade regular, quanto daqueles que o concluem por outras estratégias, como as séries de aceleração, cursos para jovens e adultos e exames supletivos.

Analisando os dados, ainda do censo de 2001, observa-se que os concluintes do ensino fundamental pela escola pública em idade regular totalizaram 1.500.000, e outros 900 mil, mesmo com idade superior a 17 anos, também concluiriam este nível de ensino. Uma vez identificado que uma das razões que provocam a distorção idade/série e a elevada exclusão dos jovens do ensino médio é o não ingresso nesta etapa de ensino imediatamente após a conclusão do ensino fundamental, é preciso agir sobre sua origem, estendendo a obrigatoriedade do ensino médio a todos que o concluírem em idade escolar regular.

Para tanto, é necessário promover: melhoria curricular que contemple as diversas necessidades dos jovens, consolidando a identidade do ensino médio centrada nos sujeitos; valorização e formação de professores; melhoria da qualidade do ensino regular noturno; ensino médio comprometido com a diversidade sócio-econômica e cultural da população brasileira; bem como desenvolvimento de projetos juvenis, visando à renovação pedagógica e ao enfrentamento do problema da violência nas escolas.

O Programa está sendo implementado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública.

As ações intersetoriais obedeceram às diretrizes comuns a serem estabelecidas entre as secretarias e órgãos do MEC envolvidos.

As ações multissetoriais com entidades públicas, privadas e do terceiro setor estão sendo desencadeadas de forma a agregar objetivos comuns, para otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e projetos similares (economia de meios para fins idênticos).

As ações que decorrem do Programa poderão ser implementadas investindo-se recursos internos e externos. Poderão ser utilizados, também, instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades da Federação e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais, voluntárias e diretas.

Serão desenvolvidos mecanismos para acompanhamento e avaliação dos efeitos do Programa com a participação dos agentes envolvidos.

O FNDE é responsável pela execução orçamentária das dez ações pertencentes a este Programa. Desse total, duas estão sob a gestão direta desta Autarquia. Em 2005, o programa contou com uma dotação da ordem de R\$ 224.049.878,00, executando-se R\$ 213.390.349,00

Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio

Parte das ações do Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio financiam o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – Promed. Trata-se de um acordo de empréstimo firmado entre o governo federal, por meio do MEC, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apoiar a expansão e melhoria do ensino médio público brasileiro.

O Promed está estruturado em dois subprogramas: subprograma de projetos de investimento das Unidades Federadas (Sub A) e subprograma de políticas e programas nacionais (Sub B).

O Sub A visa proporcionar às Unidades da Federação recursos financeiros e assistência técnica para a implantação da reforma, melhoria da qualidade e expansão da oferta de ensino médio. A sua operacionalização se dá a partir da apresentação de um plano elaborado em cada estado e no Distrito Federal, contendo diagnóstico sobre a situação do ensino médio em seu território e, especialmente, na rede estadual pública de ensino, e suas políticas e estratégias de curto e médio prazos para solucionar os desafios apontados.

O Sub B destina-se a garantir que a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e o FNDE desempenhem as suas funções de impulsionadores e coordenadores nacionais da reforma do ensino médio, contribuindo de modo efetivo e eficaz para a melhoria e a expansão do atendimento desse nível de ensino em todo o País.

O Promed, no âmbito orçamentário, corresponde às ações **Expansão e melhoria da rede escolar do ensino médio (Código 3682)** e **Implantação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio (Código 3686)**¹⁴. Tem como objetivo geral apoiar a promoção da reforma e expansão do ensino médio, melhorando a qualidade e o grau de coberturas educacionais, e como objetivos específicos os abaixo relacionados:

- ▶ aumentar a cobertura do ensino médio para atender, em particular, jovens em idade escolar;
- ▶ reduzir os índices de repetência e de evasão das escolas de ensino médio; e
- ▶ aumentar o grau de aprendizagem dos alunos.

Em conformidade com a Decisão Normativa nº 71, de 07 de dezembro de 2005, do Tribunal de Contas da União, apresenta-se, a seguir, o demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados do programa até dezembro de 2005.

¹⁴ O Promed conta, também, com as ações Apoio à capacitação de professores de ensino médio (Código 0914) e Apoio à capacitação de recursos humanos no ensino médio (código 0958), do programa de Valorização e Formação dos Profissionais da Educação (código 1072), e a ação Estudo e pesquisa para a implantação das políticas para o ensino médio (código 3680), do programa Gestão da Política de Educação (código 1067), tratado nos capítulos anteriores.

Discriminação:

- **Código do Projeto:** 1225 OC-BR
- **Descrição:** Programa de Melhoria de Expansão do Ensino Médio (Promed)
- **Finalidade:** melhorar e expandir o ensino médio.
- **Organismo financiador:** Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Tabela nº 185: Demonstrativo financeiro do fluxo de recursos previstos e realizados – Promed

Acumulado até 31/12/2005 – Valores em US\$

Custo total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não se ter atingido	
						a conclusão total ou de etapa	
			Motivo**	Valor no	Valor acumulado	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
				ano 2005	no projeto		
220.000.000	110.000.000	110.000.000	Amortização	2.647.037	3.741.690	A amortização do empréstimo teve início em 2004, conforme contrato, com pagamento em duas parcelas anuais, em 28 de fevereiro e 31 de agosto.	
			Pagamento de Juros	2.215.216	5.461.188	Juros pagos de acordo com o contrato, nas mesmas datas da amortização.	
			Comissão de compromisso	253.419	4.685.411	Comissão paga de acordo com o contrato nas mesmas datas de pagamento de amortização e juros.	
			Inspeção e supervisão	0	0	Em 2005, não houve cobrança, por parte do BID, da taxa de inspeção e supervisão.	
Total			5.115.672	13.888.289			

Indicadores de desempenho:**Tempo médio de comprovação de gastos para reposição do fundo rotativo (FR)**

O tempo médio de comprovação de gastos para reposição do fundo rotativo deixou de ser apurado a partir de 2004 em virtude da determinação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, para que os fundos rotativos fossem "zerados" a partir de 16 de setembro daquele ano. Essa sistemática passou a não ser mais utilizada na administração de recursos oriundos de contratos de empréstimos internacionais.

Índice nacional de comprovação geral do acordo Promed – exercício de 2005

Valor comprovado = US\$ 150.242.076,83	= 68,29%
Valor contratado = US\$ 220.000.000,00	

Este índice apresenta a porcentagem de execução financeira do Promed e foi obtido do valor total de comprovações de gastos em relação ao valor total do contrato de empréstimo. O cancelamento parcial do programa, para US\$ 220,0 milhões, e o bom desempenho financeiro do Programa contribuíram para que o índice de comprovação geral, de 68,29%, representasse quase o dobro do índice de 2004, que foi de 34,91%. Esse comportamento pode ser observado nos demais índices, como pode ser verificado a seguir.

Índice nacional de comprovação de contrapartida – exercício de 2005

Valor comprovado = US\$ 82.183.554,83	= 74,71%
Valor contratado = US\$ 110.000.000,00	

Acumulado até 31/12/2005

Este índice demonstra a porcentagem do valor nacional comprovado de contrapartida em relação ao valor contratado de contrapartida. Em 2005, o índice atingiu 74,71%. O mesmo índice em 2004 foi de 39,70%, portanto, indicando um crescimento de quase 100%, pelas razões anteriormente mencionadas.

Percentual de implementação financeira do subprograma de políticas e programas nacionais – exercício de 2005

Valor comprovado = US\$34.984.243,00	= 60,80%
Valor contratado = US\$ 57.544.000,00	

Acumulado até 31/12/2005

Este índice apresenta a porcentagem de execução financeira do Sub B, em relação ao valor contratado do subprograma.

O alto valor alcançado por este índice reflete o resultado do cancelamento parcial do programa, da inclusão do Programa Nacional do Livro do Ensino Médio – PNLEM com item financiável pelo Promed e, obviamente, das melhorias gerenciais levadas a cabo pelo FNDE. O índice salta de 14,48% em 2004 para 60,80% em 2005.

Índice estadual de comprovação de contrapartida exercício de 2005

Acumulado até 31/12/2004

Valor comprovado = US\$ 61.062.198,00	= 86,25%
Valor contratado = US\$ 70.800.000,00	

Este índice demonstra a porcentagem de execução financeira da contrapartida estadual em relação ao valor contratado de contrapartida estadual.

O índice apurado evoluiu de 70,92%, em 2004, para 86,25%, em 2005, apresentando um incremento de mais de 20% indicando que o Programa não tem enfrentado dificuldades no aporte da contrapartida dos estados.

Dois aspectos devem ser, ainda, comentados nesse relatório. O primeiro diz respeito aos desembolsos anuais. Em 2005, o Programa bateu um recorde em desembolso, alcançando a cifra de US\$ 20,42 milhões, representando US\$ 5,0 milhões a mais do que o que foi desembolsado no ano de 2004. O segundo aspecto é o fato de o Programa ter transferido aos estados executores o saldo financeiro necessário ao seu encerramento em 2006. Com isso, os estados passaram a ter todas as condições financeiras para licitar e contratar os bens e serviços planejados no âmbito dos Projetos de Investimento aprovados pelo MEC e executar as despesas durante todo o ano de 2006.

1378. 0923 - Apoio à implantação do 4º ano vocacional no ensino médio

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade proporcionar aos alunos matriculados no ensino médio a possibilidade de ter um ano adicional para fins de profissionalização, aprofundamento de estudos, formação básica para o trabalho e iniciação cultural e científica.

A ação é viabilizada por intermédio de suporte técnico, financeiro e pedagógico às Unidades da Federação, para a ampliação dos cursos de ensino médio em mais um ano. Esta ampliação conta com a infra-estrutura física já existente nas escolas, subsidiando-se a compra de equipamentos para laboratórios de ciências, de informática, de línguas e de artes. A implantação ocorre gradativamente, ao longo dos quatro anos, por decisão compartilhada entre a Secretaria de Educação Básica do MEC e o sistema de ensino, que deve apresentar o projeto pedagógico, candidatando-se ao apoio financeiro. O projeto deve demonstrar a disponibilidade de professores para ministrarem as aulas e atividades previstas para o ensino médio integrado à educação profissional de nível técnico.

Execução

Em 2005, a execução ocorreu mediante apoio financeiro a três unidades federadas, Espírito Santo/ES, Santa Catarina/SC e Paraná/PR, por meio de convênio firmado junto ao FNDE, com apresentação de plano de aplicação apreciado pelo DPEM/SEB/MEC.

Desempenho

Não houve restrições para o bom desempenho desta ação. A sua operacionalização ocorreu de acordo com a programação inicial.

Tabela nº 186: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
0	R\$ 1.933.394,00	0	R\$ 1.930.776,00	0,00%	99,86%

Fonte: Dipro/FNDE

1378. 3680 - Estudos e pesquisas para a implantação das políticas para o ensino médio - Promed

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade promover a realização de estudos e pesquisas educacionais que tenham por objetivo consubstanciar a implementação das políticas públicas preconizadas pelo Ministério da Educação para esta etapa da educação básica.

A sua implementação ocorre mediante a realização de estudos e pesquisas que objetivam subsidiar a Secretaria de Educação Básica do MEC, os sistemas de ensino, os estados e o Distrito Federal na formulação de políticas para a expansão e melhoria do ensino médio.

Execução

Em 2005, foram distribuídos kits de materiais didáticos aos professores de 12.718 escolas de ensino médio contendo: gramática, livro do professor, dicionário monolíngüe e bilíngüe.

Público-alvo

- sistemas educacionais de ensino médio;
- dirigentes e equipes técnicas das redes estaduais e distrital de educação;
- professores de língua espanhola do ensino médio, em exercício na sala de aula; e
- estudantes de ensino médio.

Desempenho

Segundo se observa na tabela nº 187, a meta física foi totalmente executada com a utilização de 81,24% dos recursos financeiros previstos. Os resultados dos estudos irão contribuir para orientação na implantação de projetos pelas escolas das redes públicas de ensino.

Tabela nº 187: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
2	R\$1.000.000,00	2	R\$ 1.000.000,00	100,00%	100,00%

Produto: estudo realizado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Seb/Mec

1378. 3682 - Expansão e melhoria da rede escolar – Promed

Aspectos Gerais

Esta ação tem por finalidade promover a melhoria da qualidade do ensino médio e aumentar a sua oferta junto às Unidades da Federação, por intermédio da expansão da rede de escolas existentes no País e da capacitação de profissionais da educação.

A implementação da ação é viabilizada pela Secretaria de Educação Básica do MEC, junto às Unidades da Federação, com atividades que visem ao fortalecimento institucional das secretarias estaduais de educação; à racionalização e expansão da rede escolar e à melhoria do atendimento; à criação de redes alternativas de atendimento; à descentralização e autonomia da escola; e aos projetos juvenis.

Execução

Em 2005, esta ação foi contemplada com R\$ 46,5 milhões para atender 5.400 escolas.

Desempenho

Foram executados 100% da meta física e da meta financeira. De acordo com o índice de desempenho econômico couberam, em média, cerca de R\$ 8,6 mil por escola, conforme se observa na tabela nº 189.

Tabela nº 188: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
5.400	R\$ 46.500.000,00	5.400	R\$ 46.500.000,00	100,00%	100,00%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dipro/FNDE

Indicador de desempenho econômico = investimento por escola beneficiada pelo Promed – exercício de 2005

Investimento total da ação = R\$ 46.500.000,00	= R\$ 8.611,11
Escolas beneficiadas = 5.400	

Fonte: Dipro/FNDE

Percentual de implementação financeira do subprograma de financiamento de projetos de investimentos – exercício de 2005

Valor comprovado = US\$ 108.693.436,86	= 62,47%
Valor contratado = US\$ 174.000.000,00	

Acumulado até 31/12/2005

Fonte: Dipro/FNDE

O índice de implementação financeira apresenta a porcentagem de execução financeira do Subprograma de Financiamento de Projetos de Investimento (Sub A) em relação ao seu valor total contratado. Em 2004, este índice foi de 44,19% e, no exercício seguinte, apresentou um incremento de 16,5%, como reflexo do aumento no valor comprovado do Subprograma A, da ordem de US\$ 15.360.784,86. Este incremento deveu-se à realização de visitas técnicas da equipe do Promed a todas as unidades da federação, supervisionando e orientando a execução das ações conveniadas e as comprovações de gastos.

Destaca-se que, no exercício de 2005, foi solicitada a redução de US\$ 40,0 milhões nos montantes do BID e da contrapartida do Contrato de Empréstimo 1225 OC/BR. O novo valor contratado passou a ser de US\$ 220,0 milhões, sendo US\$ 110,0 do BID e US\$ 110,0 da contrapartida (aporte local).

Índice de comprovação de gastos de convênios – exercício de 2005

Valor comprovado = R\$ 279.735.246,30	= 81,37%
Valor efetivamente repassado = R\$ 343.777.178,27	

Acumulado até 31/12/2005

Fonte: Dipro/FNDE

O índice de comprovação de gastos demonstra a porcentagem de execução financeira dos convênios, considerando o valor total comprovado em relação ao total repassado, e é apurado com base em Reais (R\$), comparando os gastos comprovados dos convênios celebrados com o total obtido pela soma dos valores repassados pelo governo federal e pelos estados, e que estão relacionados ao Sub A.

1378.3686 – Implementação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio – Promed

Aspectos Gerais

Esta ação objetiva difundir os princípios pedagógicos e axiológicos do ensino médio a professores, gestores e comunidades, e possibilitar a formação inicial e continuada de professores nesta etapa da educação básica.

A sua implementação ocorre por meio da elaboração e produção de material e programas didático-pedagógicos e informativos, bem como sua distribuição e divulgação às escolas de ensino médio, incluindo a Revista do Ensino Médio, os programas da TV Escola, documentos curriculares, softwares, entre outros.

Execução

Em 2005, as atividades previstas na ação de implementação das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio foram:

- revisão e atualização dos parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio, com a produção do documento Diálogos, constituição de grupo de trabalho integrado por especialistas dos diferentes componentes curriculares do ensino médio, realização de 5 Seminários Regionais, realização de Seminário Nacional e produção do livro Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio.
- Programa Fenaceb, que tem por objetivo propor estratégias para melhorar o ensino de Ciências da Natureza, Matemáticas e Tecnologias Relacionadas; estimular e apoiar iniciativas regionais desenvolvidas pelos professores, estudantes e escolas de Educação Básica; e difundir as atividades de iniciação científica no ensino médio visando o desenvolvimento e elaboração de projetos e a apresentação de seus resultados na Feira Nacional de Ciências da Educação Básica.
- Produção, publicação e distribuição da Coleção Explorando o Ensino para 16.261 escolas de ensino da rede pública do país e secretarias estaduais de educação. A referida coleção conta com os seguintes volumes: Matemática (3 volumes), Química (2 volumes), Biologia, Física e Geografia.

Desempenho

As atividades desenvolvidas nesta ação contaram com recursos do Promed, da ordem de R\$ 6,1 milhões, dos quais foram executados R\$ 14,3 milhões. Quanto à meta física, a produção de material científico e pedagógico de apoio ao professor para o ensino das ciências da natureza e da matemática (Coleção Explorando o Ensino: Química, Física e Biologia) assegurou que fosse beneficiada a totalidade das escolas e dos professores do ensino médio.

Tabela nº 189: Desempenho físico financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
11.070	R\$ 14.900.000,00	11.070	R\$ 14.298.771,87	100,00%	95,96%

Produto: escola atendida

Unidade de medida: unidade

Fonte: Seb/MEC

1378.6322 - Distribuição de livros didáticos para o ensino médio

Aspectos gerais

O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que na estrutura orçamentária corresponde à ação **Distribuição do livro didático para o ensino médio**, foi implantado, em 2004, prevendo a distribuição de livros didáticos de acordo com os critérios definidos pela Resolução nº 38 do FNDE. O programa atendeu, experimentalmente, 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio de 5.392 escolas das regiões Norte e Nordeste, que receberam 1,4 milhões de livros das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. Em 2005, o programa passou a atender, também com livros de Língua Portuguesa e Matemática, as demais regiões do País, conforme dados da tabela nº 190, garantindo, assim, a universalização prevista por ocasião da implantação do Programa. Para tal recebeu aporte de recursos oriundos da ação 2C16, com a mesma denominação desta ação, mediante crédito extraordinário.

O PNLEM universalizou a distribuição de livros de Língua Portuguesa e Matemática para o ensino médio a partir de 2005 (para utilização em 2006). As escolas beneficiárias, como no caso do PNLD, são cadastradas no senso escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

Desempenho

Assim como ocorreu com o PNLD, a aquisição em escala também assegurou eficiência. A meta física executada foi de 93,12% e a financeira 98,63%. Por se tratar do primeiro ano de execução do programa, não há como fazer referências comparativas. Os indicadores, como preço médio e indicador de desempenho econômico, gerados neste exercício serão os balizadores da avaliação de desempenho dos exercícios futuros.

O orçamento aprovado para o exercício de 2005 foi de R\$ 145.834.243,00, valor suficiente para a aquisição e distribuição de livros de Língua Portuguesa e Matemática distribuídos a 3,7 milhões de alunos totalizando 6,8 milhões de livros.

No intuito de cumprir os propósitos progressivos de atendimento do Programa, conforme estabelecido quando de sua criação, a meta para o PNLEM/2006, com recursos de 2005, previa a aquisição de livros para 7,0 milhões de alunos de 1ª a 3ª série das escolas do ensino médio público do País. Assim foram alocados no Programa recursos suplementares por meio da ação 2C16, no valor de R\$ 73.585.422,00, dos quais 96,90% foram executados. O PNLEM totalizou um orçamento de R\$ 145.834,00 dos quais R\$ 143.522.201,49 foram executados.

Tabela nº 190 Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
6.800	R\$ 145.834.243,00	6.332,3	R\$ 143.834.243,00	93,12%	98,63%

Produto: exemplar distribuído

Unidade de medida: milhar

Fonte: FNDE

Indicador de desempenho econômico (investimento por aluno atendido pelo PNLEM) – exercício de 2005

Investimento total da ação = R\$ 145.834.243,00 População escolar atendida = 6.332,3	= R\$ 19,29*
---	--------------

No cálculo dos indicadores considerou-se o total de recurso das duas ações (2C16 e 6322). O valor da meta física executada foi ajustado na proporção dos recursos da meta financeira da ação 6322.

Foi possível ainda, em 2005, adquirir e distribuir a todos os professores de Língua Espanhola das escolas públicas de ensino médio 26.268 kits contendo livros, gramáticas e dicionários em espanhol, que totalizam 105.069 exemplares a um custo de R\$ 2.364.881,22.

8034 - Nacional de juventude

Aproximadamente 34 milhões de brasileiros compõem, hoje, o segmento juvenil de 15 a 24 anos, jovens que representam cerca de 20% da população brasileira dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000), em cidades que recebem maiores fluxos migratórios - como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Brasília.

A faixa etária de 18 a 24 anos (aproximadamente 23,4 milhões) constitui o grupo mais vulnerável, atingido pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e, ainda, pela falta de apoio recebido das redes de proteção social.

Os dados a seguir confirmam esse quadro de vulnerabilidade.

- De acordo com o censo do IBGE, em 2000 a maioria dos jovens brasileiros de 18 a 24 anos (68,7%) vivia em famílias que tinham uma renda per capita menor do que 1 salário mínimo, e os outros 41,3% (14,1 milhões), em famílias com renda acima de um salário mínimo.
- Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, em 2003, apenas 7,9 milhões (34%) estavam freqüentando a escola. Dos 15,4 milhões de jovens que estavam fora da escola, 753,4 mil (4,9%) eram analfabetos e 5,4 milhões (35,3%) não concluíram o Ensino Fundamental. Precocemente afastados da escola, grande parte destes não estava inserida no mercado de trabalho formal.
- Várias pesquisas atestam a precariedade das condições de vida dos jovens nas capitais brasileiras, conseqüência da perversa conjugação entre carências econômicas, presença do narcotráfico e certas práticas de corrupção policial, que criam a imagem do jovem, sobretudo do jovem negro, como um suspeito em potencial e alvo preferencial da violência urbana.

Considerando este perfil da população jovem e, também, outros indicadores de desigualdade social, pode-se afirmar que os principais problemas com os quais se depara hoje esse extrato populacional são : acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares, inadequada qualificação para o mundo do trabalho, envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio) e baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

É evidente que o Estado brasileiro, e mesmo a sociedade, têm a responsabilidade de construir políticas públicas para essa parcela específica da população.

Em 2004, como resposta à situação acima descrita, o governo federal criou o Grupo Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com 19 Ministérios e Secretarias, que produziu um detalhado levantamento dos programas federais dirigidos total ou parcialmente à população jovem, analisou políticas públicas já implementadas, os dados, estudos e diagnósticos produzidos sobre a população jovem do Brasil. O GTI identificou os principais desafios para uma nova política de inserção da população jovem que ora era debatida e concluiu ser fundamental integrar as ações dos vários ministérios e secretarias nacionais que desenvolviam tais ações.

Em resposta ao trabalho desenvolvido pelo GTI, foi instituído o Programa Pró-Jovem por meio da MP 238 de 01/02/05, convertida na Lei 11.129, aprovada em 30/06/05, que implantou a Política Nacional de Juventude, fruto da reivindicação de variados movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e ainda das iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal.

O público-alvo a ser beneficiado é formado por jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, que possuam entre 18 e 24 anos, que tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental mas não tenham finalizado a 8ª, e que não tenham vínculos formais de trabalho.

O programa tem por objetivo a formação integral do jovem. Para tanto, o governo federal coordena a execução de ações que propiciem a reintegração dos jovens ao processo educacional buscando a elevação do grau de escolaridade, e minimamente a conclusão do ensino fundamental, a capacitação para o mundo do trabalho por meio da qualificação profissional e da inclusão digital, e, ainda, de ações que estimulem na população jovem o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.

A gestão do programa, no âmbito federal, é coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, apoiada pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contando com a participação de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. No âmbito local, o programa integrará os órgãos públicos das áreas de educação, de trabalho, de assistência social e de juventude, com o respaldo das secretarias estaduais de juventude, onde houver, e de outros órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e municipal, do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Executado em parceria com as prefeituras das capitais, o programa ofereceu aceleração de estudos para a conclusão do ensino fundamental, oficinas de qualificação profissional de 1.200 horas/aula, adequadas ao mercado de trabalho da região onde vivem, inclusive inclusão digital, e uma bolsa de R\$ 100,00 mensais, por um ano, a ser ressarcida por meio de trabalho comunitário.

Para fins de execução do Pró Jovem, a União ficou autorizada a realizar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como com entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, observada a legislação pertinente.

Já em 2005, foram destacados cerca de R\$ 8,92 milhões para o programa, que está subdividido em nove ações que abrangem desde a distribuição de material didático e capacitação de professores até o fornecimento de lanches. Sua execução atingiu em torno de R\$ 8,67 milhões.

8034.09JG - Apoio à aceleração da aprendizagem de jovens

Aspectos Gerais

Esta ação tem como finalidade o resgate dos jovens atendidos pelo Pró-Jovem, excluídos involuntariamente da escola, propiciando oportunidades de aceleração da aprendizagem, promovendo a conclusão do ensino fundamental em curto espaço de tempo e, para este fim, recebeu aporte de recursos oriundos da ação 0B44, com a mesma denominação, por meio de um crédito extraordinário, no valor de R\$ 49.600.000,00.

Execução

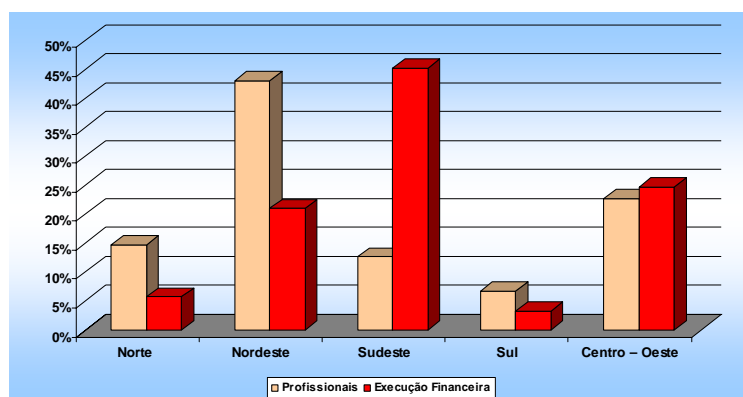
Para esta ação foram disponibilizados R\$ 157.330.128,00 para beneficiar 9.295 jovens em todas as regiões. A execução totalizou R\$ 149.550.479,45, sendo as regiões Nordeste e Centro-Oeste as que tiveram maior número de atendimentos, e as regiões Sudeste e Centro-Oeste as com maior execução financeira.

Tabela nº 191: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Alunos	
Brasil	7.568	R\$ 149.550.479,45
Norte	1.118	8.566.158,83
Nordeste	3.264	31.442.253,62
Sudeste	956	67.751.127,68
Sul	510	4.889.142,28
Centro – Oeste	1.720	36.901.797,04

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 80: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

O desempenho desta ação, retratado na tabela nº 192, demonstra a execução de 95,06% dos recursos financeiros previstos, e atingidos 81,42% da meta física estimada.

Tabela nº 192: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
9.295	R\$ 157.330.128,00	7.568	R\$ 149.550.479,45	81,42%	95,06%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: Unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

8034.2272 - Gestão e administração do programa

Aspectos gerais

Esta ação tem por finalidade constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas. Estas despesas são: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso por órgãos da União de frota de veículos, própria ou de terceiros; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Execução:

A execução se deu por meio de contrato e empenho centralizados, mediante convênio no valor de R\$ 5.004.947,70, de uma dotação de 7.500.000,00.

Tabela nº 193: Desempenho físico-financeiro

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
	R\$ 7.500.000,00		R\$ 5.004.947,70		66,73%

Fonte: Dirpe/FNDE

8034.2E06 - Fornecimento de lanche aos jovens do programa nacional da juventude

Aspectos Gerais

Os participantes do projeto são jovens de baixa renda. Por esta razão o programa oferece, no período em que os alunos participam dos cursos, oficinas, e de outras ações pedagógicas, uma alimentação balanceada composta de nutrientes básicos, indispensáveis ao fornecimento de energia, que é consumida no transcorrer das atividades. Esta ação recebeu aporte de recursos oriundos da ação 2C32, de mesma denominação, por meio de um crédito extraordinário no valor de R\$ 4.500.000,00.

Execução

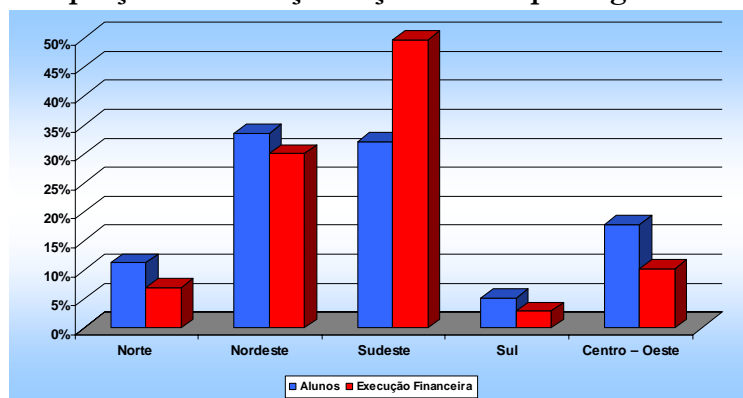
Em 2005, foi disponibilizado o valor de R\$ 22.661.694,00 para o fornecimento de alimentação dos jovens do Pró-Jovem, sendo investidos R\$ 22.279.368,25, para beneficiar 206.500 alunos, conforme demonstrado na tabela nº 194 e no gráfico nº 81.

Tabela nº 194: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Profissionais	
Brasil	206.500	R\$ 22.279.368,25
Norte	23.250	1.553.681,25
Nordeste	69.450	6.699.206,25
Sudeste	66.300	11.087.418,25
Sul	10.600	655.875,00
Centro – Oeste	36.900	2.283.187,50

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 81: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

Segundo os dados apresentados na tabela abaixo, foram executados 98,31% da meta financeira prevista e 4.419,95% da meta física. O desempenho acima do esperado desta ação deve-se, em primeiro lugar, a um aporte financeiro suplementar, e, em segundo lugar, a uma redução dos valores repassados por aluno cuja importância foi de R\$ 100,74 quando se previa inicialmente o valor de R\$ 400,05.

Tabela nº 195: Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
4.672	R\$ 22.661.694,00	206.500	R\$ 22.279.368,25	4419,95%	98,31%

Produto: aluno beneficiado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

8034.86AB - Distribuição de material didático e pedagógico para escolarização de jovens

Aspectos gerais

A presente ação tem por objetivo a produção, aquisição e distribuição de material didático e pedagógico básico a ser entregue aos jovens atendidos pelo programa. O material didático tem por finalidade apoiar a prática pedagógica dos professores, apresentando conteúdos e atividades que possam ser desenvolvidas em sala de aula, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Execução:

A execução desta ação se deu por meio de uma licitação centralizada na Autarquia visando a prestação de serviços de impressão de materiais gráficos no valor de R\$ 2.961.548,60, para atendimento aos jovens do programa.

Desempenho

A ação teve um desempenho satisfatório, atingindo 100% da meta financeira

Tabela nº 196 : Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
	R\$ 2.961.548,60		R\$ 2.961.548,60		100,00%

Produto: jovem beneficiado
Unidade de medida: unidade
Fonte: Dirpe/FNDE

8034.86AC - Qualificação de jovens

Aspectos gerais

A ação visa à qualificação social, profissional e ocupacional de jovens atendidos pelo Programa, oferecendo oficinas motivadoras, palestras e debates sobre temas que permitem a reflexão sobre a cidadania e o mundo trabalho. Qualificação de jovens recebeu aporte de recursos oriundos da ação 2C33, com a mesma denominação desta ação, mediante crédito extraordinário.

Execução

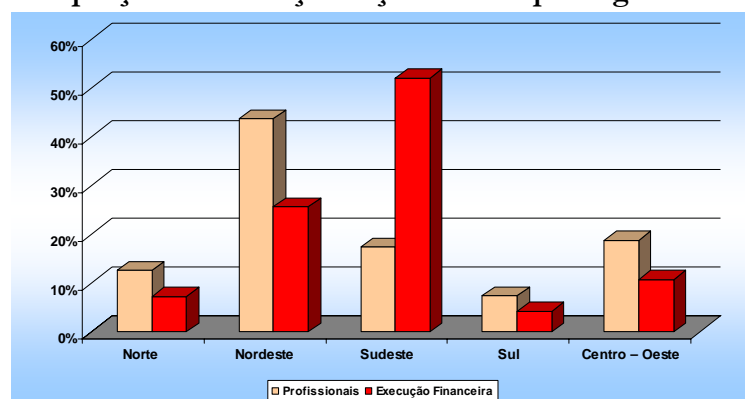
A execução desta ação se deu por meio de convênios com os diversos entes federados, para qualificação de jovens em todo o território nacional, com a utilização da dotação de recursos financeiros no valor de R\$ 20.391.429,75, dos quais R\$ 8.100.000,00 da ação 2C33, conforme mencionado anteriormente. Estes recursos foram executados na sua totalidade.

Tabela nº 197: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	
	Profissionais	Execução Financeira
Brasil	18.288	R\$ 20.391.429,75
Norte	2.313	1.489.357,39
Nordeste	7.995	5.230.285,83
Sudeste	3.184	10.619.829,43
Sul	1.356	858.430,44
Centro – Oeste	3.440	2.193.526,66

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 82: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho:

Na ação específica, com base nos dados apresentados na tabela nº 198, constatou-se que a execução financeira foi de 100% em relação à meta estabelecida.

Tabela nº 198 : Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
	R\$ 20.393.932,01		R\$ 20.291.429,75		99,98%

Fonte: Dirpe/FNDE

8034.86AD - Capacitação de professores em metodologias inovadoras para educação de jovens

Aspectos Gerais

Esta ação tem como objetivo proporcionar, aos profissionais da educação comprometidos com o ensino dos jovens atendidos pelo programa, oportunidades de capacitação em conteúdos inovadores e práticas metodológicas que premiam a aceleração da aprendizagem, visando à melhoria da qualidade do ensino ofertado no âmbito do programa.

Execução

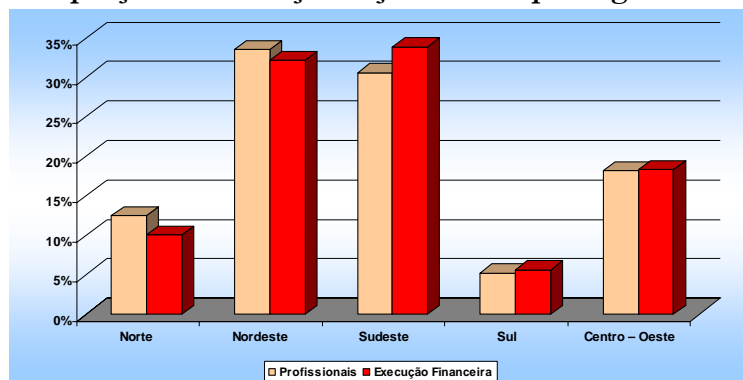
A dotação desta ação compreendeu R\$ 13.202.575,40. A execução da meta financeira atingiu a casa dos R\$ 13 milhões e capacitou 9.839 professores, conforme tabela nº 199 e gráfico nº 83.

Tabela nº 199: Execução financeira por região – exercício de 2005

Região	Beneficiários	Execução Financeira
	Profissionais	
Brasil	9.839	R\$ 13.202.575,40
Norte	1.231	1.325.100,84
Nordeste	3.297	4.247.289,29
Sudeste	3.009	4.472.203,48
Sul	514	744.243,39
Centro – Oeste	1.788	2.413.738,40

Fonte: Dirpe/FNDE

Gráfico nº 83: Proporção da execução orçamentária por região – exercício de 2005



Fonte: Dirpe/FNDE

Desempenho

De acordo com a tabela nº 200, foram executados 100,00% dos recursos financeiros disponíveis atingindo 91,76% da meta física.

Tabela nº 200 : Desempenho físico-financeiro – exercício de 2005

Metas previstas		Metas realizadas		Meta física	Meta financeira
Física	Financeira	Física	Financeira		
10723	R\$ 13.202.575,40	9.839	R\$ 13.202.575,40	91,76%	91,76%

Produto: professor capacitado

Unidade de medida: unidade

Fonte: Dirpe/FNDE

Anexos

Anexo nº 1: Ementas das Resoluções do Conselho Deliberativo em 2004/2005

Resolução nº 38 de 23 de agosto de 2004: publicada no D.O.U nº 164, seção 1, pg. 23, de 25 de agosto de 2004, que estabelece critérios para execução do Pnae.

Resolução nº 39 de 24 de agosto de 2004: publicada no D.O.U nº 166, seção 1, pg. 16, de 27 de agosto de 2004 que altera o item I do art. 2º da Resolução/CD/FNDE nº 038, de 15 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União, em 23 de outubro 2003.

Resolução nº 40 de 24 de agosto de 2004: publicada no D.O.U nº 166, seção 1, pg. 16, de 27 de agosto de 2004, que dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático –PNLD.

Resolução nº 41 de 27 de agosto de 2004: publicada no D.O.U nº 167, seção 1, pg. 10, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, para o ano de 2004.

Resolução nº 42 de 15 de setembro de 2004: publicada no D.O.U nº 180, seção 1, pg. 27, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Especial, para o ano de 2004.

Resolução nº 43 de 17 de setembro de 2004: publicada no D.O.U nº 181, seção 1, pg. 22, que estabelece as orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais em educação ambiental, no âmbito do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas”, a ser executado pelo FNDE no exercício de 2004.

Resolução nº 44 de 20 de setembro de 2004: publicada no D.O.U nº 183, seção 1, pg. 09, de 22 de setembro de 2004, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, para o ano de 2004.

Resolução nº 45 de 28 de setembro de 2004: publicada no D.O.U Nº 188, seção 1, pg. 113, de 29 de setembro de 2004, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Médio.

Resolução nº 46 de 04 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 192, seção 1, pg. 21, que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais voltados para Educação no Campo, a ser executada pelo FNDE, no exercício de 2004.

Resolução nº 47 de 08 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 196, seção 1, pg. 25, que estabelece novo critério para o desembolso financeiro das parcelas dos convênios regidos pelas resoluções CD/FNDE nºs 12,13 e 14/2004 e dá outras providências.

Resolução nº 48 de 15 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 203, seção 1, pg. 19, que aprova assistência financeira à representação do Ministério da Educação no Estado de São Paulo, no âmbito do Ensino Básico, para a execução dos Programas do Livro.

Resolução nº 49 de 21 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 204, seção 1, pg. 20, de 22 de outubro de 2004, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Especial, para o ano de 2004.

Resolução nº 50 de 21 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 204, seção 1, pg. 20, de 22 de outubro de 2004, que altera a relação de proponentes e beneficiários constantes na resolução nº 05 do Conselho Deliberativo do FNDE, para fins de apresentação de projetos educacionais, no âmbito da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, para o ano de 2004.

Resolução nº 51 de 21 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 204, seção 1, pg. 20, que estabelece as orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Ensino Médio, a ser executada pelo FNDE no ano de 2004.

Resolução nº 52 de 25 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 208, seção 1, pg. 40, de 28 de outubro de 2004, que dispõe sobre a criação do Programa Escola Aberta : Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude.

Resolução nº 53 de 10 de dezembro de 2004: publicada no D.O.U nº 238, seção 1, pg. 35, de 13 de dezembro de 2004 que aprova a realização da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas para 2004/2005.

Resolução nº 54 de 14 de dezembro de 2004: publicada no D.O.U nº 240, seção 1, pg. 98, de 15 de dezembro de 2004, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, para o ano de 2004.

Resolução nº 55 de 21 de outubro de 2004: publicada no D.O.U nº 240, seção 1, pg. 98, de 15 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a aquisição de dicionários brasileiros da Língua Portuguesa para o Programa Nacional do Livro Didático- PNLD.

Resolução nº 56 de 17 de dezembro de 2004: publicada no D.O.U nº 243, seção 1, pg. 29, que aprova a assistência financeira suplementar a Projetos de Construção, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Escolas Públicas do Ensino Fundamental, no exercício de 2004.

Resolução nº 57 de 22 de dezembro de 2004: publicada no D.O.U nº 246, seção 1, pg. 45, de 23 de dezembro de 2004, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional no âmbito da Educação Especial, para o ano de 2004.

Resolução nº 58 de 23 de dezembro de 2004: publicada no D.O.U nº 247, seção 1, pg. 14, de 24 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE/2005.

Anexo nº 2: Ementas das Resoluções do Conselho Deliberativo em 2005

Resolução nº 01 de 26 de janeiro de 2005: publicada no D.O.U nº 19, seção 1, pg. 7, de 27 de janeiro de 2005, que altera dispositivos da Resolução CD/FNDE/nº 38, de 23 de agosto de 2004 e revoga a Resolução CD/FNDE/nº 001 de 06 de fevereiro de 2001.

Resolução nº 02 de 10 de março de 2005: publicada no D.O.U nº 48, seção 1, pg. 9, de 11 de março de 2005, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, para o ano de 2005

Resolução nº 03 de 23 de março de 2005: publicada no D.O.U nº 59, seção 1, pg. 9, de 29 de março de 2005, que sistematiza e consolida o modelo de cálculo de multas, a ser aplicado nos contratos administrativos de execução dos Programas Educacionais de competência da Diretoria de Ações Educacionais –DIRAE, e dá outras providências.

Resolução nº 04 de 31 de março de 2005: publicada no D.O.U nº 63, seção 1, pg. 9, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para o ano de 2005.

Resolução nº 05 de 22 de abril de 2005: publicada no D.O.U nº 77, seção 1, pg. 7, que estabelece os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar.

Resolução nº 06 de 22 de abril de 2005: publicada no D.O.U nº 77, seção 1, pg. 9, que estabelece os documentos necessários à comprovação de regularidade para transferência de recursos e para habilitação das Entidades Mantedoras das Escolas de Educação Especial, beneficiários do PDDE e do PAED, para o ano de 2005.

Resolução nº 07 de 04 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 85, seção 1, pg. 09, de 05 de maio de 2005, que aprova o manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 08 de 04 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 85, seção 1, pg.10, de 05 de maio de 2005, que estabelece as orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais da Educação Especial, no exercício de 2005.

Resolução nº 09 de 04 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 85, seção 1, pg.11, que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 010 de 04 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 85, seção 1, pg. 12, que estabelece as diretrizes e orientações para o apoio financeiro suplementar do Programa Nacional de Transporte Escolar –PNTE, no âmbito da Educação Especial, para o ano de 2005.

Resolução nº 011 de 05 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 113, seção 1, pg. 10, que estabelece diretrizes e normas para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais voltados à implementação de Ações Educativas Complementares por Estados, Municípios, Distrito Federal e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos, a ser executada pelo FNDE no exercício de 2005.

Resolução nº 12 de 05 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 86, seção 1, pg. 15, de 06 de maio de 2005, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito da Educação Escolar Indígena .

Resolução nº 13 de 05 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 86, seção 1, pg. 15, de 06 de maio de 2005, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Ensino Fundamental nas áreas remanescentes de quilombos, para o ano de 2005.

Resolução nº 14 de 05 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 86, seção 1, pg. 17, que dispõe os critérios e procedimentos para apoio financeiro suplementar por meio do Programa Nacional de Saúde do Escolar –PNSE, no exercício de 2005, a ser executado pelo FNDE.

Resolução nº 15 de 05 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 86, seção 1, pg. 18, de 06 de maio de 2005, que estabelece orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais, voltados para Educação do Campo, a ser executada pelo FNDE, no exercício de 2005.

Resolução nº 16 de 05 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 86, seção 1, pg. 17, de 06 de maio de 2005, que estabelece diretrizes e normas para assistência financeira suplementar a projetos educacionais, voltados à implementação de Ações de Apoio Educacionais por Entidades Privativas sem Fins Lucrativos, a ser executada pelo FNDE no exercício de 2005.

Resolução nº 17 de 09 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 92, seção 1, pg. 26, de 16 de maio de 2005, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e dá outras providências.

Resolução nº 18 de 09 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 92, seção 1, pg. 14, de 16 de maio de 2005, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência (PAED) e dá outras providências.

Resolução nº 19 de 13 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 92, seção 1, pg. 29, de 16 de maio de 2005, que dispõe sobre a descentralização de créditos orçamentários constantes do orçamento do FNDE para outros órgãos e entidades do Governo Federal, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União.

Resolução nº 20 de 24 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 99, seção 1, pg. 6, que dispõe sobre a execução do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio -PNLEM.

Resolução nº 21 de 27 de maio de 2005: publicada no D.O.U nº 101, seção 1, pg. 14, que altera o disposto no inciso II do art. 15, os artigos 14, 18, 19 e acrescenta o art. 19 –A na resolução CD/FNDE/nº 38, de 23 de agosto de 2004.

Resolução nº 22 de 06 de junho de 2005: publicada no D.O.U nº 108, seção 1, pg. 16, que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens –Pro-Jovem, a ser executado pelo FNDE no exercício de 2005.

Resolução nº 23 de 08 de junho de 2005: publicada no D.O.U nº 109, seção 1, pg. 07, de 09 de junho de 2005, que estabelece os critérios e os procedimentos para transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Resolução nº 24 de 14 de junho de 2005: publicada no D.O.U nº 111, seção 1, pg. 12, de 15 de junho de 2005, que aprova a assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 25 de 16 de junho de 2005: publicada no D.O.U nº 115, seção 1, pg. 19, que estabelece os critérios e as normas de transferência de recursos financeiros ao Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos – Fazendo Escola.

Resolução nº 26 de 16 de junho de 2005: publicada no D.O.U nº 116, seção 1, pg. 39, que estabelece as orientações e diretrizes para execução e assistência financeira suplementar aos projetos educacionais no âmbito do Programa FUNDESCOLA, para o ano de 2005.

Resolução nº 027 de 05 de julho de 2005: publicada no D.O.U nº 128, seção 1, pg. 14, que dispõe sobre as competências na gestão de contratos firmados pelo FNDE, quando este viabilizar os procedimentos de aquisição de bens e contratos de serviços, em atendimento às diversas Secretarias do MEC e aos demais órgãos do Poder Executivo.

Resolução nº 28 de 14 de julho de 2005: publicada no D.O.U nº 136, seção 1, pg.16, de 18 de julho de 2005, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para as entidades privadas, sem fins lucrativos, e instituições federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos) de Ensino Superior (IES), que comprovem experiência em projetos de alfabetização e de educação de jovens e adultos, para o ano de 2005.

Resolução nº 29 de 14 de julho de 2005: publicada no D.O.U nº 136, seção 1, pg. 19, de 18 de julho de 2005, que estabelece os critérios e os procedimentos para assistência financeira à prestação de contas dos recursos financeiros transferidos aos estados e ao Distrito Federal, por meio de celebração de convênios, no âmbito do Programa de Melhoria e Expansão no Ensino Médio – Promed, para o exercício orçamentário de 2005.

Resolução nº 30 de 14 de julho de 2005: publicada no D.O.U nº 136, seção 1, pg. 21, que dispõe os critérios para celebração, execução e prestação de contas dos convênios referentes aos projetos escolares do Programa de Expansão da Educação Profissional –Proep, já aprovados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica –SETEC e submetidos ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Resolução nº 31 de 21 de julho de 2005: publicada no D.O.U nº 140, seção 1, pg. 23, de 22 de junho de 2005, que estabelece orientações e diretrizes para execução do Projeto Escola de Fábrica, no âmbito do Ministério da Educação.

Resolução nº 32 de 29 de julho de 2005: publicada no D.O.U nº 146, seção 1, pg. 45, de 01 de agosto de 2005, que altera o prazo de encaminhamento de projetos objetivando assistência financeira suplementar a projetos educacionais voltados à implementação de Ações Educativas Complementares, Educação Escolar Indígena, Áreas Remanescentes de Quilombos e Educação no Campo, a ser executada pelo FNDE, no exercício de 2005.

Resolução nº 033 de 01 de agosto de 2005: publicada no D.O.U nº 147, seção 1, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 034 de 09 de agosto de 2005: publicado no D.O.U nº 154, seção 1, que estabelece os critérios e os procedimentos para a apresentação, seleção e execução de projetos de cursos de licenciatura para professores em exercício nas redes públicas nos anos/séries finais do ensino médio, na modalidade de educação a distância.

Resolução nº 035 de 01 de setembro de 2005: publicado no D.O.U nº 170, seção 1, que dispõe sobre as prestações de contas do Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar, no exercício de 1999.

Resolução nº 036 de 08 de setembro de 2005: publicado no D.O.U nº 174, seção 1, que altera o art. 2º da resolução /CD/FNDE nº 058, de 23 de dezembro de 2004, pertinente ao Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2005.

Resolução nº 037 de 15 de setembro de 2005: publicado no D.O.U nº 179, seção 1, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 038 de 21 de setembro de 2005: publicada no D.O.U. nº 184, seção 1, pg. 348, que dispõe sobre a prestação de contas dos municípios que não têm CACS do FUNDEF.

Resolução nº 039 de 23 de setembro de 2005: publicado no D.O.U nº 185, seção 1, pg. 18, que altera o prazo de encaminhamento de projetos objetivando a assistência financeira suplementar a projetos educacionais voltados à implementação do Programa Nacional de Transporte Escolar – PNTE, a ser executada pelo FNDE no exercício de 2005.

Resolução nº 040 de 28 de setembro de 2005: publicada no D.O.U nº 189, seção 1, pg. 16, que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais, voltados para a Construção de Unidades Escolares no Campo e em Áreas de Reforma Agrária, a ser executada pelo FNDE, no exercício de 2005.

Resolução nº 041 de 04 de outubro de 2005: publicada no D.O.U nº 192, seção 1, pg. 09, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para Projetos de Reestruturação da Rede Física Escolar Pública, para o ano de 2005.

Resolução nº 042 de 26 de outubro de 2005: publicado no D.O.U nº 211, seção 1, pg. 13, que estabelece os procedimentos para habilitação, cadastro, enquadramento e análise dos planos de trabalho, visando à celebração e ao acompanhamento de convênios no âmbito do FNDE.

Resolução nº 043 de 11 de novembro de 2005: publicado no D.O.U nº 218, seção 1, pg. 14, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e prestação de contas de recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e dá outras providências.

Resolução nº 044 de 11 de novembro de 2005: publicado no D.O.U nº 218, seção 1, pg. 218, que Aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Médio, para ano de 2005.

Resolução nº 045 de 14 de novembro de 2005: publicado no D.O.U nº 225, seção 1, pg. 35, que estabelece os critérios e os procedimentos para a apresentação, seleção e execução de projetos de curso a distância, em nível de especialização, pós-graduação lato sensu em Tecnologias na Educação, para professores das redes públicas de ensino básico.

Resolução nº 046 de 02 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 232, seção 1, pg. 33, que altera o Art. 1º da Resolução /CD/FNDE nº 55, publicada no Diário Oficial da União, em 15 de Dezembro de 2004, seção 1, página 98.

Resolução nº 047 de 12 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 246, seção 1, pg. 58, que altera a Resolução nº 31 de 22 de julho de 2005, do projeto Escola da Fábrica, no âmbito do Ministério da Educação.

Resolução nº 048 de 12 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 238, seção 1, pg. 18, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação Básica, para ano de 2005.

Resolução nº 049 de 12 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 238, seção 1, pg. 19, que aprova a assistência financeira, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, para ano de 2005.

Resolução nº 050 de 12 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 239, seção 1, pg. 28, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 051 de 14 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 241, seção 1 pg.75, que aprova a assistência financeira a projeto educacional, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, para o ano de 2005.

Resolução nº 052 de 21 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 245, seção 1, pg. 34, que altera dispositivos da Resolução CD/FNDE nº 23, de 08/06/2005, que estabelece os critérios e os procedimentos para transferência automática dos recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Resolução nº 053 de 21 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 245, seção 1, pg. 34, que estabelece novo critério para o desembolso financeiro das parcelas dos convênios regidos pela resolução CD/FNDE nº 28/2005, do Programa Brasil Alfabetizado, e dá outras providências.

Resolução nº 054 de 22 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 246, seção 1, pg. 59, que altera a listagem de municípios que receberão apoio financeiro do Programa Nacional de Saúde do Escolar – PNSE, no exercício de 2005.

Resolução nº 055 de 30 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 15, seção 1, pg. 17, que aprova assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 056 de 30 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 15, seção 1, pg. 17, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 057 de 30 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 15, seção 1, pg. 17, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 058 de 30 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 15, seção 1, pg. 18, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 059 de 30 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 18, seção 1, pg. 32, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Resolução nº 060 de 30 de dezembro de 2005: publicado no D.O.U nº 18 seção 1, pg. 32 que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da Educação Básica, para o ano de 2005.

Anexo nº 3 : Relação de licitações realizadas em 2005

Modalidade	Objeto	Valor estimado	Valor Total	Observações
Concor. Nº 01/2005	Contração de serviços técnicos de Informática.	11.736.000,00	10.270.000,00	Homologado
TP Nº 01/2005	Reforma do depósito do FNDE (CGLOG)	200.000,00		Revogado
TP Nº 02/2005	Reforma do depósito(CGLOG)	372.450,24	257.703,80	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 01/2005	Terceirização de Serviços de Transporte	620.000,00	575.900,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 02/2005	Aquisição de suprimentos de informática.	19.264,00	5.685,40	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 03/2005	Fornecimento de café, açúcar, leite, chás e adoçantes dietéticos - 2005	87.824,50	70.088,96	Homologado
Pregão Presencial Nº 04/2005	Serviços de impressão gráfica do Catálogo do Programa do Livro para o Ensino Médio - PNLEM-2006	58.880,00	52.000,00	Homologado
Pregão Presencial Nº 05/2005	Aquisição de aparelhos e gravadores de DVD			Cancelado, retomado como Pregão Eletrônico nº 17/2005
Pregão Eletrônico Nº 06/2005	Impressão gráfica do material didático – PROJOVEM	6.800.000,00	2.388.421,96	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 07/2005	Vacinas.	11.960,25	12.930,00	Homologado
Pregão Presencial Nº 08/2005	Vigilância Pavilhão das Metas	321.170,40	264.900,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 09/2005	Aquisição de material elétrico e lógico para pontos de rede de computadores	17.467,47	9.950,79	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 10/2005	Impressão "Agenda 21 e Consumo Sustentável" – SECAD e Passo a Passo	469.185,00	360.183,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 11/2005	Registro de Preços Material Expediente	860.000,00	393.988,40	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 12/2005	Aquisição DE NOOTEBOOKS	285.093,30	198.975,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 13/2005	Serviços Gráficos – Revista Criança nºs 40, 41 e 42	1.168.000,00	613.500,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 14/2005	Contratação de empresa de prestação de serviço Call Center - PROJOVEM	11.520.376,00	7.781.968,80	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 15/2005	Equipamentos – PROINESP e salas de recursos /SEESP/MEC			Retomado como Pregão Eletrônico nº 29/2005
Pregão Eletrônico Nº 16/2005	9º Encontro Técnico do PNLD	165.581,77	113.596,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 17/2005	Aquisição de aparelhos e gravadores de DVD	12.560.000,00	6.230.700,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 18/2005	Kit básico para deficiente visual	904.000,00	596.300,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 19/2005	Serviços de autoração e reprodução mídias - DVD	10.000.000,00	8.181.000,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 20/2005	Manutenção predial	52.388,58	197.039,40	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 21/2005	Material para as copas do FNDE	23.431,80	16.351,35	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 22/2005	Aquisição de mobiliário – PROINESP e salas de recursos	806.600,00 83.511,00 400.866,87	1.349.999,50	Homologado

Modalidade	Objeto	Valor estimado	Valor Total	Observações
Pregão Eletrônico Nº 23/2005	Manutenção e suporte técnico - BMC	310.452,97	302.691,65	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 24/2005	Evento 1º encontro PDDE – 2005.	150.000,00	71.800,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 25/2005	Correio RH	33.056,00 (exercício 2005)	25.724,40 (Anual)	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 26/2005	Aquisição de 185 microcomputadores (sem teclado, monitor e mouse)	249.750,00	163.725,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 27/2005	Equipamentos de informática – PROJOVEM PROINFO.			Revogado, Retomado como Pregão nº 43
Pregão Eletrônico Nº 28/2005	Aquisição de 80 módulos de memória	53.440,00	24.399,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 29/2005	Equipamentos – PROINESP e salas de recursos /SEESP/MEC	5.069.200,00	4.311.749,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 30/2005	Instalação e organização serviços de rede compaq em racks	95.118,88	73.000,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 31/2005	Confecção de crachá	7.670,00	2.380,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 32/2005	Xadrez nas Escolas (SEB/DIPRO)			Revogado. Retomado como Pregão nº 55.
Pregão Eletrônico Nº 33/2005	Mixagem - PNLD 2006 / PNBE 2005 (CGPLI)	5.676.026,94	2.980.470,30	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 34/2005	Aquisição envelopes (CGPLI)	11.353,15	4.440,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 35/2005	Manutenção preventiva equipamentos	12.786,00	7.800,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 36/2005	Aquisição de bebedouros.	13.464,00	8.250,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 37/2005	Encontro 50 anos.	489.000,00	177.530,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 38/2005	Contratação circuito acesso Internet	56.700,00	28.900,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 39/2005	Kits de matemática e kits de português (SEED/ MEC)	1.234.440,00	462.788,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 40/2005	Aquisição de arquivo deslizante. (COMPC)	16.820,00	9.000,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 41/2004	Reprodução de fitas e confecção de capas dos estojos e rótulos	30.800,00	23.600,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 42/2005	Fornecimento e instalação de persianas.	15.416,43	10.494,48	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 43/2005	Equipamentos de informática – PROJOVEM e PROINFO.	45.237.413,00	30.385.907,00	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 44/2005	Aquisição de café e outros para 2006.	107.508,96	59.575,40	Homologado
Pregão Eletrônico Nº 45/2005	Água mineral para 2006.	73.480,00	22.176,00	Homologado

Modalidade	Objeto	Valor estimado	Valor Total	Observações
Pregão Eletrônico N° 46/2005	Kit PROFA – Prof. Alfabético – (SEED).	237.960,00	261.750,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 47/2005	Cartão Presença.	24.193.890,37		Revogado
Pregão Eletrônico N° 48/2005	Computadores para controle de frequência dos alunos.	36.135.879,50		Revogado
Pregão Eletrônico N° 49/2005	Aquisição de 400 microcomputadores.	1.019.000,00	546.000,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 50/2005	Aquisição de arquivos deslizantes eletrônicos	1.080.000,00	950.000,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 51/2005	Infra-estrutura de suporte a serviço de TI (CGETI)	873.050,75		Revogado
Pregão Eletrônico N° 52/2005	Revista criança	1.168.000,00	767.991,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 53/2005	Livro do ano 2005 – TV escola.	600.000,00	380.000,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 54/2005	Aquisição de livros para a biblioteca e para a CGETI.	21.689,84		Em curso
Pregão Eletrônico N° 55/2005	Xadrez nas Escolas (SEB/DIPRO)	897.000,00	289.995,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 56/2005	CD – ROOM imp. de cadernos técnicos	715.128,00	294.960,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 57/2005	Aquisição equipamento PROFA-(TV, estabilizadores e conversores de fitas (SEED/MEC)	46.793,57	21.417,13	Homologado
Pregão Eletrônico N° 58/2005	Grades de programação TV Escola	1.200.000,00	769.900,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 59/2005	Reprodução de mídias eletrônicas – kit PROFA (SEED/MEC)	360.000,00	104.405,00	Homologado
Pregão Eletrônico N° 60/2005	Manutenção de 05 centrais de ar condicionado	62.560,89	22.000,00	Homologado
Total		185.774.866,56	83.480.276,32	

Anexo nº 4: Execução orçamentária por programa e ação de governo

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA			% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA		
		CÓD.		EMPENHOS	DESTAQUES	TOTAL		CRÉDITO DISPONÍVEL	DOTAÇÃO INDISPONÍVEL	TOTAL
LEGENDA			A	B	C	D = B + C	E = C / A	F	G	H = F + G
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	001S	1.200.000,00	1.185.145,85	0,00	1.185.145,85	98,76%	0,00	14.854,15	14.854,15
0089	Inativos e Pensionistas da União	0181	16.698.165,00	16.670.363,05	0,00	16.670.363,05	99,83%	27.801,95	0,00	27.801,95
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	0948	1.645.810,00	1.232.335,50	0,00	1.232.335,50	74,88%	413.474,50	0,00	413.474,50
		0970	668.000,00	0,00	620.391,00	620.391,00	92,87%	47.609,00	0,00	47.609,00
		09DX	1.004.400,00	990.010,71	0,00	990.010,71	98,57%	14.389,29	0,00	14.389,29
		TOTAL	3.318.210,00	2.222.346,21	620.391,00	2.842.737,21	85,67%	475.472,79	0,00	475.472,79
0750	Apoio Administrativo	09HB	3.799.247,00	3.230.425,85	0,00	3.230.425,85	85,03%	568.821,15	0,00	568.821,15
		2000	61.474.527,17	47.094.428,40	5.000.000,00	52.094.428,40	84,74%	9.380.098,77	0,00	9.380.098,77
		2004	1.900.000,00	1.459.034,00	0,00	1.459.034,00	76,79%	440.966,00	0,00	440.966,00
		2010	141.463,00	71.232,70	0,00	71.232,70	50,35%	70.230,30	0,00	70.230,30
		2011	716.362,00	691.631,85	0,00	691.631,85	96,55%	24.730,15	0,00	24.730,15
		2012	1.208.136,00	580.868,69	0,00	580.868,69	48,08%	627.267,31	0,00	627.267,31
		TOTAL	69.239.735,17	53.127.621,49	5.000.000,00	58.127.621,49	83,95%	11.112.113,68	0,00	11.112.113,68
0901	Sentenças Judiciais	0005	2.064.011,00	0,00	2.064.011,00	2.064.011,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
0903	Transferências Constitucionais	0369	3.599.999.972,00	3.599.697.791,77	0,00	3.599.697.791,77	99,99%	302.180,23	0,00	302.180,23
0999	Reserva de Contingência	0998	42.890.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	42.890.980,00	42.890.980,00
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	0081	448.213.000,00	448.213.000,00	0,00	448.213.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		0507	6.213.213,00	1.577.500,00	2.663.212,99	4.240.712,99	68,25%	302.500,01	1.670.000,00	1.972.500,01
		0920	197.750.000,00	197.477.366,22	271.540,00	197.748.906,22	100,00%	1.093,78	0,00	1.093,78
		0965	4.095.854,00	2.274.114,00	1.091.278,00	3.365.392,00	82,17%	430.462,00	300.000,00	730.462,00
		0972	3.691.710,00	808.190,00	1.876.610,00	2.684.800,00	72,73%	0,00	1.006.910,00	1.006.910,00
		09BT	12.125.000,00	12.050.650,00	8.400,00	12.059.050,00	99,46%	65.950,00	0,00	65.950,00
		09EP	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	2.400.000,00	2.400.000,00
		09ET	660.958,00	660.651,75	0,00	660.651,75	99,95%	0,00	306,25	306,25
		TOTAL	675.149.735,00	663.061.471,97	5.911.040,99	668.972.512,96	99,09%	800.005,79	5.377.216,25	6.177.222,04

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA			% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA		
		CÓD.		EMPENHOS	DESTAQUES	TOTAL		CRÉDITO DISPONÍVEL	DOTAÇÃO INDISPONÍVEL	TOTAL
LEGENDA			A	B	C	D = B + C	E = C / A	F	G	H = F + G
1061	Brasil Escolarizado	0509	95.449.490,00	73.717.194,10	11.416.230,86	85.133.424,96	89,19%	10.316.065,04	0,00	10.316.065,04
		0513	1.264.999.999,00	1.225.289.753,32	423.149,52	1.225.712.902,84	96,89%	94.840,28	39.192.255,88	39.287.096,16
		09CW	57.850.000,00	57.127.618,40	414.213,00	57.541.831,40	99,47%	308.168,60	0,00	308.168,60
		09DM	4.928.345,00	4.428.250,31	0,00	4.428.250,31	89,85%	500.094,69	0,00	500.094,69
		09EA	500.000,00	361.500,00	30.815,00	392.315,00	78,46%	107.685,00	0,00	107.685,00
		09EB	1.500.000,00	0,00	1.499.991,00	1.499.991,00	100,00%	9,00	0,00	9,00
		09EV	4.250.000,00	4.186.735,82	48.966,00	4.235.701,82	99,66%	14.298,18	0,00	14.298,18
		12CH	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	3.400.000,00	3.400.000,00
		2272	28.400.000,00	25.479.291,13	2.400.000,00	27.879.291,13	98,17%	520.708,87	0,00	520.708,87
		4042	7.880.000,00	7.877.746,80	0,00	7.877.746,80	99,97%	0,00	2.253,20	2.253,20
		4045	49.000.000,00	47.217.194,61	51.142,00	47.268.336,61	96,47%	1.731.663,39	0,00	1.731.663,39
		4389	1.450.000,00	979.474,42	237.836,55	1.217.310,97	83,95%	232.689,03	0,00	232.689,03
		4641	5.278.846,00	0,00	5.278.846,00	5.278.846,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		6372	28.650.000,00	28.649.998,48	0,00	28.649.998,48	100,00%	1,52	0,00	1,52
		6375	4.000.000,00	1.149.990,00	1.883.200,00	3.033.190,00	75,83%	466.810,00	500.000,00	966.810,00
		7744	5.200.000,00	0,00	2.788.398,35	2.788.398,35	53,62%	2.411.301,65	300,00	2.411.601,65
		869R	8.000.000,00	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		1.570.736.680,00	1.476.464.747,39	34.472.788,28	1.510.937.535,67	96,19%	16.704.335,25	43.094.809,08
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	09EJ	1.000.000,00	937.310,74	60.000,00	997.310,74	99,73%	2.689,26	0,00	2.689,26
		0A13	13.000.000,00	7.844.850,00	0,00	7.844.850,00	60,35%	5.155.150,00	0,00	5.155.150,00
		3676	5.336.000,00	5.336.000,00	0,00	5.336.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		3681	590.000,00	590.000,00	0,00	590.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		3685	11.228.756,22	10.869.793,29	0,00	10.869.793,29	96,80%	358.962,93	0,00	358.962,93
		3687	1.506.000,00	1.506.000,00	0,00	1.506.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		3688	600.000,00	548.894,27	0,00	548.894,27	91,48%	0,00	51.105,73	51.105,73
		7109	110.604.312,00	86.590.530,89	19.286.326,43	105.876.857,32	95,73%	19.600,02	4.707.854,66	4.727.454,68
		7365	2.348.000,00	2.348.000,00	0,00	2.348.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		7742	220.000,00	220.000,00	0,00	220.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		146.433.068,22	116.791.379,19	19.346.326,43	136.137.705,62	92,97%	5.536.402,21	4.758.960,39

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA			% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA		
		CÓD.		EMPENHOS	DESTAQUES	TOTAL		CRÉDITO DISPONÍVEL	DOTAÇÃO INDISPONÍVEL	TOTAL
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	0960	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		09HI	2.500.000,00	1.854.417,15	0,00	1.854.417,15	74,18%	645.582,85	0,00	645.582,85
		09HJ	10.574.600,00	3.472.568,15	0,00	3.472.568,15	32,84%	772.431,85	6.329.600,00	7.102.031,85
		0E04	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	55.000,00	55.000,00
		6351	1.000.000,00	767.991,00	0,00	767.991,00	76,80%	232.009,00	0,00	232.009,00
		TOTAL	16.629.600,00	8.594.976,30	0,00	8.594.976,30	51,68%	1.650.023,70	6.384.600,00	8.034.623,70
1067	Gestão da Política de Educação	09DH	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
		12C6	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	10.000.000,00	0,00	10.000.000,00
		4029	7.000.000,00	793.175,66	0,00	793.175,66	11,33%	6.206.824,34	0,00	6.206.824,34
		4082	11.370,00	11.370,00	0,00	11.370,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		4572	400.000,00	397.009,22	0,00	397.009,22	99,25%	2.990,78	0,00	2.990,78
		6334	399.933.939,95	399.933.939,50	0,00	399.933.939,50	100,00%	0,00	0,45	0,45
		8373	256.000,00	255.339,46	0,00	255.339,46	99,74%	0,00	660,54	660,54
		8673	300.000,00	0,00	300.000,00	300.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		TOTAL	418.901.309,95	401.390.833,84	300.000,00	401.690.833,84	95,89%	16.209.815,12	1.000.660,99	17.210.476,11
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	0304	737.803.494,00	737.803.494,00	0,00	737.803.494,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		0914	6.413.059,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	6.413.059,00	6.413.059,00
		0966	15.000.000,00	12.494.046,40	0,00	12.494.046,40	83,29%	2.505.953,60	0,00	2.505.953,60
		0968	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		0973	6.000.000,00	5.998.142,64	0,00	5.998.142,64	99,97%	1.857,36	0,00	1.857,36
		09CY	2.000.000,00	1.999.967,88	0,00	1.999.967,88	100,00%	32,12	0,00	32,12
		09DP	8.690.633,00	3.690.578,14	3.000.000,00	6.690.578,14	76,99%	2.000.054,86	0,00	2.000.054,86
		0A30	808.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	808.400,00	0,00	808.400,00
		6332	7.474.000,00	0,00	7.282.000,00	7.282.000,00	97,43%	192.000,00	0,00	192.000,00
		6369	3.700.000,00	2.380.693,22	349.092,00	2.729.785,22	73,78%	970.214,78	0,00	970.214,78
		6377	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		TOTAL	791.639.586,00	765.616.922,28	13.131.092,00	778.748.014,28	98,37%	6.478.512,72	6.413.059,00	12.891.571,72
1336	Brasil Quilombola	0974	632.000,00	608.832,74	0,00	608.832,74	96,33%	23.167,26	0,00	23.167,26
		09CG	400.000,00	316.406,19	0,00	316.406,19	79,10%	83.593,81	0,00	83.593,81
		09CJ	1.243.000,00	1.114.248,38	0,00	1.114.248,38	89,64%	128.751,62	0,00	128.751,62
		TOTAL	2.275.000,00	2.039.487,31	0,00	2.039.487,31	89,65%	235.512,69	0,00	235.512,69

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA			% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA		
		CÓD.		EMPENHOS	DESTAQUES	TOTAL		CRÉDITO DISPONÍVEL	DOTAÇÃO INDISPONÍVEL	TOTAL
LEGENDA			A	B	C	D = B + C	E = C / A	F	G	H = F + G
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	0511	1.570.000,00	1.487.748,03	0,00	1.487.748,03	94,76%	2.251,97	80.000,00	82.251,97
		0959	2.537.136,00	2.425.181,30	0,00	2.425.181,30	95,59%	61.954,70	50.000,00	111.954,70
		0977	5.000.000,00	4.999.705,22	0,00	4.999.705,22	99,99%	54,70	240,08	294,78
		09DK	7.403.082,00	6.325.602,26	0,00	6.325.602,26	85,45%	17.479,74	1.060.000,00	1.077.479,74
		09EG	4.300.000,00	4.286.110,19	0,00	4.286.110,19	99,68%	13.889,81	0,00	13.889,81
		09EH	2.600.000,00	2.454.190,36	144.647,21	2.598.837,57	99,96%	1.162,43	0,00	1.162,43
		09EI	6.040.563,00	4.283.666,28	1.756.163,00	6.039.829,28	99,99%	733,72	0,00	733,72
		09FD	5.115.000,00	4.559.999,99	0,00	4.559.999,99	89,15%	275.000,01	280.000,00	555.000,01
		09GL	2.787.418,00	0,00	2.787.418,00	2.787.418,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		8371	2.975.000,00	2.927.477,24	0,00	2.927.477,24	98,40%	0,00	47.522,76	47.522,76
		TOTAL	40.328.199,00	33.749.680,87	4.688.228,21	38.437.909,08	95,31%	372.527,08	1.517.762,84	1.890.289,92
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0515	335.259.669,00	302.761.510,91	0,00	302.761.510,91	90,31%	30.706.779,13	1.791.378,96	32.498.158,09
		0954	4.000.000,00	3.998.444,08	0,00	3.998.444,08	99,96%	1.555,92	0,00	1.555,92
		0969	255.000.000,00	246.931.651,51	0,00	246.931.651,51	96,84%	0,00	8.068.348,49	8.068.348,49
		0971	4.000.000,00	3.999.868,78	0,00	3.999.868,78	100,00%	131,22	0,00	131,22
		09CK	3.500.000,00	2.996.842,81	0,00	2.996.842,81	85,62%	3.157,19	500.000,00	503.157,19
		09CN	400.000,00	397.000,00	0,00	397.000,00	99,25%	3.000,00	0,00	3.000,00
		0E01	8.045.000,00	4.286.875,80	0,00	4.286.875,80	53,29%	1.858.124,20	1.900.000,00	3.758.124,20
		0E02	3.117.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	3.117.000,00	3.117.000,00
		4046	358.171.825,00	347.606.514,15	5.191.063,16	352.797.577,31	98,50%	374.247,69	5.000.000,00	5.374.247,69
		5079	68.900.000,00	67.581.461,99	0,00	67.581.461,99	98,09%	318.538,01	1.000.000,00	1.318.538,01
		TOTAL	1.040.393.494,00	980.560.170,03	5.191.063,16	985.751.233,19	94,75%	33.265.533,36	21.376.727,45	54.642.260,81
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	0946	3.499.999,00	2.498.276,42	0,00	2.498.276,42	71,38%	1.722,58	1.000.000,00	1.001.722,58
		09ED	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		09EL	20.800.000,00	19.611.805,22	0,00	19.611.805,22	94,29%	1.100.486,28	87.708,50	1.188.194,78
		09EM	19.043.703,00	19.043.703,00	0,00	19.043.703,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		09HR	169.000,00	0,00	144.163,00	144.163,00	85,30%	24.837,00	0,00	24.837,00
		09HS	1.869.000,00	0,00	1.840.752,42	1.840.752,42	98,49%	28.247,58	0,00	28.247,58
		TOTAL	45.481.702,00	41.153.784,64	2.084.915,42	43.238.700,06	95,07%	1.155.293,44	1.087.708,50	2.243.001,94

CÓDIGO	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA			% EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA		
		CÓD.		EMPENHOS	DESTAQUES	TOTAL		CRÉDITO DISPONÍVEL	DOTAÇÃO INDISPONÍVEL	TOTAL
LEGENDA			A	B	C	D = B + C	E = C / A	F	G	H = F + G
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	0921	2.216.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	2.216.000,00	2.216.000,00
		0922	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
		0923	1.933.394,00	1.930.776,00	0,00	1.930.776,00	99,86%	0,00	2.618,00	2.618,00
		0928	522.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	522.878,00	522.878,00
		0962	720.000,00	228.995,00	0,00	228.995,00	31,80%	1.005,00	490.000,00	491.005,00
		2C16	73.585.422,00	71.304.380,49	0,00	71.304.380,49	96,90%	281.041,51	2.000.000,00	2.281.041,51
		3680	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		3682	46.500.000,00	46.500.000,00	0,00	46.500.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		3686	14.900.000,00	14.298.771,87	0,00	14.298.771,87	95,96%	601.228,13	0,00	601.228,13
		6322	72.248.821,00	66.777.405,28	5.471.415,72	72.248.821,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		TOTAL	214.626.515,00	202.040.328,64	5.471.415,72	207.511.744,36	96,69%	883.274,64	6.231.496,00	7.114.770,64
8034	Nacional de Juventude	09JG	107.730.128,00	99.950.479,45	0,00	99.950.479,45	92,78%	(0,00)	7.779.648,55	7.779.648,55
		0B44	49.600.000,00	49.600.000,00	0,00	49.600.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		2272	7.500.000,00	5.004.947,70	0,00	5.004.947,70	66,73%	0,00	2.495.052,30	2.495.052,30
		2C32	4.500.000,00	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		2C33	8.100.000,00	8.100.000,00	0,00	8.100.000,00	100,00%	0,00	0,00	0,00
		2E06	18.161.694,00	17.779.368,25	0,00	17.779.368,25	97,89%	0,00	382.325,75	382.325,75
		86AB	2.961.548,60	2.961.548,60	0,00	2.961.548,60	100,00%	0,00	0,00	0,00
		86AC	12.293.932,01	12.291.429,75	0,00	12.291.429,75	99,98%	0,03	2.502,23	2.502,26
		86AD	13.202.575,40	13.202.575,40	0,00	13.202.575,40	100,00%	0,00	0,00	0,00
		TOTAL	224.049.878,01	213.390.349,15	0,00	213.390.349,15	95,24%	0,03	10.659.528,83	10.659.528,86
TOTAL GERAL			8.922.055.840,35	8.577.757.399,98	98.281.272,21	8.676.038.672,19	97,24%	95.208.804,68	150.808.363,48	246.017.168,16

Anexo nº 5: Execução financeira por programa e ação de governo

CÓD.	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	VALORES PAGOS		TOTAL	% PAGO / DOT. UTILIZADA
					ENTIDADES FEDERAIS	DEMAIS ENTIDADES		
LEGENDA			A	B	C	D	E = C + D	F = E / B
0073	Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	001S	1.200.000,00	1.185.145,85	0,00	699.739,06	699.739,06	59,04%
0089	Inativos e Pensionistas da União	0181	16.698.165,00	16.670.363,05	0,00	16.670.363,05	16.670.363,05	100,00%
0150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	0948	1.645.810,00	1.232.335,50	0,00	1.032.335,50	1.032.335,50	83,77%
		0970	668.000,00	620.391,00	266.520,50	0,00	266.520,50	42,96%
		09DX	1.004.400,00	990.010,71	0,00	990.010,71	990.010,71	100,00%
		TOTAL	3.318.210,00	2.842.737,21	266.520,50	2.022.346,21	2.288.866,71	80,52%
0750	Apoio Administrativo	09HB	3.799.247,00	3.230.425,85	0,00	3.230.425,85	3.230.425,85	100,00%
		2000	61.474.527,17	52.094.428,40	4.500.000,00	38.723.782,78	43.223.782,78	82,97%
		2004	1.900.000,00	1.459.034,00	0,00	1.308.771,12	1.308.771,12	89,70%
		2010	141.463,00	71.232,70	0,00	71.232,70	71.232,70	100,00%
		2011	716.362,00	691.631,85	0,00	691.631,85	691.631,85	100,00%
		2012	1.208.136,00	580.868,69	0,00	570.868,69	570.868,69	98,28%
		TOTAL	69.239.735,17	58.127.621,49	4.500.000,00	44.596.712,99	49.096.712,99	84,46%
		0901	Sentenças Judiciais	0005	2.064.011,00	2.064.011,00	0,00	2.064.011,00
0903	Transferências Constitucionais	0369	3.599.999.972,00	3.599.697.791,77	0,00	2.983.926.157,29	2.983.926.157,29	82,89%
0999	Reserva de Contingência	0998	42.890.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	0081	448.213.000,00	448.213.000,00	0,00	447.987.446,24	447.987.446,24	99,95%
		0507	6.213.213,00	4.240.712,99	1.251.957,49	30.000,00	1.281.957,49	30,23%
		0920	197.750.000,00	197.748.906,22	105.659,00	175.694.823,87	175.800.482,87	88,90%
		0965	4.095.854,00	3.365.392,00	0,00	1.979.154,00	1.979.154,00	58,81%
		0972	3.691.710,00	2.684.800,00	139.514,10	808.190,00	947.704,10	35,30%
		09BT	12.125.000,00	12.059.050,00	21.661,00	10.875.495,20	10.897.156,20	90,36%
		09EP	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		09ET	660.958,00	660.651,75	0,00	660.651,75	660.651,75	100,00%
		TOTAL	675.149.735,00	668.972.512,96	1.518.791,59	638.035.761,06	639.554.552,65	95,60%
1061	Brasil Escolarizado	0509	95.449.490,00	85.133.424,96	8.272.372,08	4.014.438,97	12.286.811,05	14,43%
		0513	1.264.999.999,00	1.225.712.902,84	342.290,87	1.225.065.956,37	1.225.408.247,24	99,98%
		09CW	57.850.000,00	57.541.831,40	0,00	5.909.767,64	5.909.767,64	10,27%
		09DM	4.928.345,00	4.428.250,31	0,00	3.992.780,50	3.992.780,50	90,17%
		09EA	500.000,00	392.315,00	0,00	119.850,00	119.850,00	30,55%
		09EB	1.500.000,00	1.499.991,00	1.276.125,53	0,00	1.276.125,53	85,08%
		09EV	4.250.000,00	4.235.701,82	0,00	281.468,06	281.468,06	6,65%
		12CH	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
		2272	28.400.000,00	27.879.291,13	0,00	20.171.095,76	20.171.095,76	72,35%
		4042	7.880.000,00	7.877.746,80	0,00	5.752.830,60	5.752.830,60	73,03%
		4045	49.000.000,00	47.268.336,61	0,00	1.071.472,32	1.071.472,32	2,27%
		4389	1.450.000,00	1.217.310,97	257.016,06	920.212,68	1.177.228,74	96,71%
		4641	5.278.846,00	5.278.846,00	5.000.000,00	0,00	5.000.000,00	94,72%
		6372	28.650.000,00	28.649.998,48	0,00	0,00	0,00	0,00%
		6375	4.000.000,00	3.033.190,00	1.883.200,00	0,00	1.883.200,00	62,09%
		7744	5.200.000,00	2.788.398,35	1.887.510,35	0,00	1.887.510,35	67,69%
		869R	8.000.000,00	8.000.000,00	6.324.307,50	0,00	6.324.307,50	79,05%
		TOTAL	1.570.736.680,00	1.510.937.535,67	25.242.822,39	1.267.299.872,90	1.292.542.695,29	85,55%
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	09EJ	1.000.000,00	997.310,74	0,00	752.760,01	752.760,01	75,48%
		0A13	13.000.000,00	7.844.850,00	0,00	299.100,00	299.100,00	3,81%
		3676	5.336.000,00	5.336.000,00	0,00	5.336.000,00	5.336.000,00	100,00%
		3681	590.000,00	590.000,00	0,00	590.000,00	590.000,00	100,00%
		3685	11.228.756,22	10.869.793,29	0,00	5.206.552,73	5.206.552,73	47,90%
		3687	1.506.000,00	1.506.000,00	0,00	1.506.000,00	1.506.000,00	100,00%
		3688	600.000,00	548.894,27	0,00	0,00	0,00	0,00%
		7109	110.604.312,00	105.876.857,32	306.638,19	24.405.989,96	24.712.628,15	23,34%
		7365	2.348.000,00	2.348.000,00	0,00	2.348.000,00	2.348.000,00	100,00%
		7742	220.000,00	220.000,00	0,00	220.000,00	220.000,00	100,00%
		TOTAL	146.433.068,22	136.137.705,62	306.638,19	40.664.402,70	40.971.040,89	30,10%
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	0960	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	2.480.135,00	2.480.135,00	99,21%
		09HI	2.500.000,00	1.854.417,15	0,00	0,00	0,00	0,00%
		09HJ	10.574.600,00	3.472.568,15	0,00	100.000,00	100.000,00	2,88%
		0E04	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
		6351	1.000.000,00	767.991,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
		TOTAL	16.629.600,00	8.594.976,30	0,00	2.580.135,00	2.580.135,00	30,02%

CÓD.	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	VALORES PAGOS		TOTAL	% PAGO / DOT. UTILIZADA	
					ENTIDADES FEDERAIS	DEMAIS ENTIDADES			
LEGENDA			A	B	C	D	E = C + D	F = E / B	
1067	Gestão da Política de Educação	09DH	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		12C6	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		4029	7.000.000,00	793.175,66	0,00	732.215,59	732.215,59	92,31%	
		4082	11.370,00	11.370,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
		4572	400.000,00	397.009,22	0,00	252.916,34	252.916,34	63,71%	
		6334	399.933.939,95	399.933.939,50	0,00	399.933.939,50	399.933.939,50	100,00%	
		8373	256.000,00	255.339,46	0,00	255.339,46	255.339,46	100,00%	
		8673	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
	TOTAL	418.901.309,95	401.690.833,84	0,00	401.174.410,89	401.174.410,89	99,87%		
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	0304	737.803.494,00	737.803.494,00	0,00	398.247.601,32	398.247.601,32	53,98%	
		0914	6.413.059,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		0966	15.000.000,00	12.494.046,40	0,00	12.010.971,92	12.010.971,92	96,13%	
		0968	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00	100,00%	
		0973	6.000.000,00	5.998.142,64	0,00	5.334.952,67	5.334.952,67	88,94%	
		09CY	2.000.000,00	1.999.967,88	0,00	1.314.169,77	1.314.169,77	65,71%	
		09DP	8.690.633,00	6.690.578,14	250.000,00	3.453.512,92	3.703.512,92	55,35%	
		0A30	808.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		6332	7.474.000,00	7.282.000,00	7.282.000,00	0,00	7.282.000,00	100,00%	
		6369	3.700.000,00	2.729.785,22	242.510,96	0,00	242.510,96	8,88%	
		6377	2.500.000,00	2.500.000,00	1.669.300,00	0,00	1.669.300,00	66,77%	
			TOTAL	791.639.586,00	778.748.014,28	9.443.810,96	421.611.208,60	431.055.019,56	55,35%
		1336	Brasil Quilombola	0974	632.000,00	608.832,74	0,00	448.400,25	448.400,25
09CG	400.000,00			316.406,19	0,00	105.712,74	105.712,74	33,41%	
09CJ	1.243.000,00			1.114.248,38	0,00	211.640,45	211.640,45	18,99%	
	TOTAL			2.275.000,00	2.039.487,31	0,00	765.753,44	765.753,44	37,55%
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	0511	1.570.000,00	1.487.748,03	0,00	129.994,91	129.994,91	8,74%	
		0959	2.537.136,00	2.425.181,30	0,00	1.749.001,33	1.749.001,33	72,12%	
		0977	5.000.000,00	4.999.705,22	0,00	4.825.137,44	4.825.137,44	96,51%	
		09DK	7.403.082,00	6.325.602,26	0,00	5.982.915,82	5.982.915,82	94,58%	
		09EG	4.300.000,00	4.286.110,19	0,00	1.055.371,43	1.055.371,43	24,62%	
		09EH	2.600.000,00	2.598.837,57	144.647,21	1.637.454,54	1.782.101,75	68,57%	
		09EI	6.040.563,00	6.039.829,28	1.349.639,00	4.008.780,34	5.358.419,34	88,72%	
		09FD	5.115.000,00	4.559.999,99	0,00	4.179.301,59	4.179.301,59	91,65%	
		09GL	2.787.418,00	2.787.418,00	2.787.418,00	0,00	2.787.418,00	100,00%	
		8371	2.975.000,00	2.927.477,24	0,00	0,00	0,00	0,00%	
			TOTAL	40.328.199,00	38.437.909,08	4.281.704,21	23.567.957,40	27.849.661,61	72,45%
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	0515	335.259.669,00	302.761.510,91	0,00	300.544.897,60	300.544.897,60	99,27%	
		0954	4.000.000,00	3.998.444,08	0,00	3.939.744,01	3.939.744,01	98,53%	
		0969	255.000.000,00	246.931.651,51	0,00	246.931.651,50	246.931.651,50	100,00%	
		0971	4.000.000,00	3.999.868,78	0,00	3.241.964,16	3.241.964,16	81,05%	
		09CK	3.500.000,00	2.996.842,81	0,00	2.318.314,73	2.318.314,73	77,36%	
		09CN	400.000,00	397.000,00	0,00	103.130,60	103.130,60	25,98%	
		0E01	8.045.000,00	4.286.875,80	0,00	110.000,00	110.000,00	2,57%	
		0E02	3.117.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		4046	358.171.825,00	352.797.577,31	5.191.063,16	155.108.141,84	160.299.205,00	45,44%	
		5079	68.900.000,00	67.581.461,99	0,00	48.537.768,44	48.537.768,44	71,82%	
			TOTAL	1.040.393.494,00	985.751.233,19	5.191.063,16	760.835.612,88	766.026.676,04	77,71%
		1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	0946	3.499.999,00	2.498.276,42	0,00	1.748.621,76	1.748.621,76
09ED	100.000,00			100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	100,00%	
09EL	20.800.000,00			19.611.805,22	0,00	16.893.484,83	16.893.484,83	86,14%	
09EM	19.043.703,00			19.043.703,00	0,00	5.000.000,00	5.000.000,00	26,26%	
09HR	169.000,00			144.163,00	144.163,00	0,00	144.163,00	100,00%	
09HS	1.869.000,00			1.840.752,42	1.760.682,40	0,00	1.760.682,40	95,65%	
	TOTAL			45.481.702,00	43.238.700,06	2.004.845,40	23.642.106,59	25.646.951,99	59,31%
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	0921	2.216.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		0922	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		0923	1.933.394,00	1.930.776,00	0,00	1.930.776,00	1.930.776,00	100,00%	
		0928	522.878,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	
		0962	720.000,00	228.995,00	0,00	29.995,00	29.995,00	13,10%	
		2C16	73.585.422,00	71.304.380,49	0,00	8.393.203,55	8.393.203,55	11,77%	
		3680	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00	100,00%	
		3682	46.500.000,00	46.500.000,00	0,00	46.500.000,00	46.500.000,00	100,00%	
		3686	14.900.000,00	14.298.771,87	0,00	14.086.990,95	14.086.990,95	98,52%	
		6322	72.248.821,00	72.248.821,00	5.370.369,08	48.307.488,28	53.677.857,36	74,30%	
			TOTAL	214.626.515,00	207.511.744,36	5.370.369,08	120.248.453,78	125.618.822,86	60,54%

CÓD.	PROGRAMA DE GOVERNO	AÇÃO	DOTAÇÃO FINAL	DOTAÇÃO UTILIZADA	VALORES PAGOS		TOTAL	% PAGO / DOT. UTILIZADA
					ENTIDADES FEDERAIS	DEMAIS ENTIDADES		
LEGENDA			A	B	C	D	E = C + D	F = E / B
8034	Nacional de Juventude	09JG	107.730.128,00	99.950.479,45	0,00	76.381.645,98	76.381.645,98	76,42%
		0B44	49.600.000,00	49.600.000,00	0,00	49.600.000,00	49.600.000,00	100,00%
		2272	7.500.000,00	5.004.947,70	0,00	3.739.943,36	3.739.943,36	74,72%
		2C32	4.500.000,00	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	4.500.000,00	100,00%
		2C33	8.100.000,00	8.100.000,00	0,00	8.100.000,00	8.100.000,00	100,00%
		2E06	18.161.694,00	17.779.368,25	0,00	17.779.368,25	17.779.368,25	100,00%
		86AB	2.961.548,60	2.961.548,60	0,00	929.395,80	929.395,80	31,38%
		86AC	12.293.932,01	12.291.429,75	0,00	12.291.429,75	12.291.429,75	100,00%
		86AD	13.202.575,40	13.202.575,40	0,00	13.199.575,40	13.199.575,40	99,98%
	TOTAL	224.049.878,01	213.390.349,15	0,00	186.521.358,54	186.521.358,54	87,41%	
TOTAL GERAL			8.922.055.840,35	8.676.038.672,19	58.126.565,48	6.936.926.363,38	6.995.052.928,86	80,62%

Anexo nº 6: Execução do Pnae financeira por região e Unidade da Federação – exercício de 2005

Região/UF	Beneficiários	
	Alunos	Execução Financeira
Brasil	35.823.841	R\$ 1.225.289.753,32
Norte	3.585.928	R\$ 123.739.345,56
Rondônia	311.454	R\$ 11.037.696,48
Acre	161.073	R\$ 5.864.322,72
Amazonas	811.014	R\$ 29.228.670,04
Roraima	85.322	R\$ 2.292.351,86
Pará	1.782.870	R\$ 60.283.443,84
Amapá	139.396	R\$ 4.867.895,86
Tocantins	294.799	R\$ 10.164.964,76
Nordeste	12.001.287	R\$ 404.870.676,24
Maranhão	1.748.997	R\$ 57.938.349,60
Piauí	762.499	R\$ 25.533.503,24
Ceará	1.889.963	R\$ 63.987.751,74
Rio Grande do Norte	628.406	R\$ 21.715.907,40
Paraíba	872.965	R\$ 29.775.384,46
Pernambuco	1.696.175	R\$ 57.405.602,42
Alagoas	749.134	R\$ 25.527.292,96
Sergipe	457.128	R\$ 15.426.304,82
Bahia	3.196.020	R\$ 107.560.579,60
Sudeste	13.030.182	R\$ 448.312.380,74
Minas Gerais	3.623.415	R\$ 124.828.515,96
Espírito Santo	626.376	R\$ 21.569.617,74
Rio de Janeiro	2.303.571	R\$ 78.473.249,76
São Paulo	6.476.820	R\$ 223.440.997,28
Sul	4.725.250	R\$ 162.563.106,22
Paraná	1.841.912	R\$ 63.630.409,32
Santa Catarina	1.094.712	R\$ 37.666.322,00
Rio Grande do Sul	1.788.626	R\$ 61.266.374,90
Centro-Oeste	2.481.194	R\$ 85.804.244,56
Mato Grosso do Sul	471.894	R\$ 16.585.105,84
Mato Grosso	624.427	R\$ 21.830.993,44
Goiás	1.032.894	R\$ 35.331.054,08
Distrito Federal	351.979	R\$ 12.057.091,20

Fonte: FNDE/DIRPE

Anexo nº 7: Execução financeira do PDDE por região e Unidade da Federação – exercício de 2005

Região/UF	Execução Financeira
Brasil	302.761.510,91
Norte	32.786.304,79
Rondônia	3.505.821,70
Acre	1.879.925,40
Amazonas	6.486.519,90
Roraima	838.087,70
Pará	16.208.653,40
Amapá	919.385,50
Tocantins	2.947.911,19
Nordeste	123.621.724,82
Maranhão	17.631.309,50
Piauí	8.595.752,20
Ceará	18.166.441,70
Rio Grande do Norte	6.526.865,70
Paraíba	9.747.145,70
Pernambuco	16.393.610,10
Alagoas	7.332.699,90
Sergipe	4.393.694,40
Bahia	34.834.205,62
Sudeste	82.399.528,46
Minas Gerais	27.036.663,25
Espírito Santo	4.430.900,46
Rio de Janeiro	15.859.818,95
São Paulo	39.458.736,80
Sul	36.371.358,64
Paraná	14.400.460,49
Santa Catarina	7.980.254,15
Rio Grande do Sul	13.990.644,00
Centro – Oeste	23.196.003,20
Mato Grosso do Sul	4.508.520,00
Mato Grosso	6.253.435,80
Goiás	10.283.953,10
Distrito Federal	2.150.094,30

Anexo nº 8: Execução financeira do Pnate por região e Unidade da Federação – exercício de 2005

Região/UF	Execução financeira
Brasil	246.931.651,51
Norte	20.174.315,17
Rondônia	4.206.049,33
Acre	741.591,56
Amazonas	4.018.467,97
Roraima	139.810,33
Pará	8.517.721,51
Amapá	781.766,06
Tocantins	1.768.908,41
Nordeste	99.249.854,36
Maranhão	5.565.236,47
Piauí	6.138.376,51
Ceará	12.163.316,71
Rio Grande do Norte	5.391.526,33
Paraíba	9.267.923,56
Pernambuco	14.791.103,38
Alagoas	7.231.452,38
Sergipe	3.316.672,88
Bahia	35.384.246,14
Sudeste	59.758.948,54
Minas Gerais	32.941.142,72
Espírito Santo	5.374.894,66
Rio de Janeiro	3.244.425,37
São Paulo	18.198.485,79
Sul	50.494.988,40
Paraná	21.016.259,13
Santa Catarina	12.063.166,25
Rio Grande do Sul	17.415.563,02
Centro – Oeste	17.253.545,04
Mato Grosso do Sul	4.314.753,96
Mato Grosso	5.821.596,30
Goiás	5.857.752,41
Distrito Federal	1.259.442,37

Anexo nº 9: Execução financeira do PNLD por região - exercício de 2005

UF	Alunos Beneficiados	Escola Beneficiada	Qtde. de Exemplares	Valores			
				Aquisição	Distribuição	Distribuição de Dicionário de 1ª a 8ª e Dicionário Trilíngüe	Total
Brasil	29.864.445	147.407	44.245.296	210.898.394,10	46.468.228,99	60.439.593,42	317.806.216,51
Norte	3.191.957	22.866	6.436.676	30.685.094,37	7.270.756,69	7.258.488,36	45.214.339,42
Nordeste	9.882.553	70.610	17.180.974	81.827.632,93	20.472.951,75	22.376.157,46	124.676.742,14
Sudeste	10.762.777	29.981	12.719.312	60.067.961,32	9.765.937,75	18.259.819,66	88.093.718,73
Sul	3.894.361	17.220	5.011.941	23.730.954,33	5.753.258,32	8.646.636,18	38.130.848,83
Centro-Oeste	2.132.797	6.730	2.896.393	14.586.751,15	3.205.324,48	3.898.491,76	21.690.567,39

* Não estão incluídas na tabela:

a) aquisição e distribuição de periódicos: R\$ 8.799.015,10

b) distribuição de livros (PNLD/2005) ocorrida em 2006: R\$ 14.270.133,36

c) avaliação de títulos do PNLD/2007: R\$ 8.286.269,00

d) triagem das obras para avaliação do PNLD/2007: R\$ 1.283.105,70

e) controle de qualidade: R\$ 565.526,52

f) monitoramento junto às editoras: R\$ 2.417,04

g) participação em feiras de livros: R\$ 50.135,00

h) encontro nacional dos programas do livro: R\$ 100.271,75

i) transcrição e impressão de livros em Braille: R\$ 1.634.487,33

Anexo nº 10: Execução financeira do PNLEM por região – exercício de 2005

UF	Alunos Beneficiados	Escola Beneficiada	Qtde. de Exemplares	Valores		
				Aquisição	Distribuição	Total
Brasil	7.012.619	13.253	12.581.620	121.688.612,49	13.392.539,86	135.081.152,35
Norte	715.620	1.412	1.083.138	11.288.657,04	1.284.168,37	12.572.825,41
Nordeste	2.473.423	4.268	3.617.130	35.598.290,35	4.073.879,65	39.672.170,00
Sudeste	2.513.689	4.777	5.245.395	49.599.530,55	5.144.668,87	54.744.199,42
Sul	712.978	1.494	1.390.931	13.175.544,64	1.511.677,08	14.687.221,72
Centro-Oeste	596.909	1.302	1.245.026	12.026.589,91	1.378.145,89	13.404.735,80

* Não estão incluídas na tabela:

a) os valores correspondentes ao controle de qualidade, à triagem e avaliação pedagógica, no valor total de R\$ 6.027.739,02

b) os valores correspondentes à produção e distribuição do Catálogo do PNLEM, no valor total R\$ 79.428,90

c) os valores correspondentes à aquisição e distribuição do material de língua espanhola, no valor total de R\$ 2.364.881,22

Anexo nº 11: Demonstrativo agregado de ações de pequena materialidade e de baixa execução – exercício de 2005

Cód	Programa Governamental	Ação		Dotação final	Dotação utilizada	Execução %	
		Cód	Nome			financeira	física
150	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	0970	Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para a Educação Escolar Indígena	668.000,00	620.391,00	92,87	107,78
0750	Apoio Administrativo	2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e EMP	141.463,00	71.232,70	50,35	0,00
		2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	716.362,00	691.631,85	96,55	0,00
		2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	1.208.136,00	580.868,69	48,08	0,00
		TOTAL		2.733.961,00	1.964.124,24	71,84	
0901	Sentenças Judiciais	0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitado em Julgado	2.064.011,00	2.064.011,00	100,00	0,00
0999	Reserva de Contingência	0998	Reserva de Contingência	42.890.980,00	0,00	0,00	0,00
1060	Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	09EP	Apoio a Ações Assistenciais aos Alunos da Educação de Jovens e Adultos	2.400.000,00	0,00	0,00	0,00
		09ET	Apoio à Capacitação dos Profissionais Atuantes na Educação Básica de Jovens e Adultos	660.958,00	660.651,75	99,95	75,66
		TOTAL		45.951.938,00	660.651,75	1,44	
1061	Brasil Escolarizado	09EA	Apoio à Distribuição de Material Didático para Formação Continuada em Educação Ambiental	500.000,00	392.315,00	78,46	1.084,87
		12CH	Expansão do Uso do Sinal do TV Escola	3.400.000,00	0,00	0,00	0,00
		7744	Modernização da Transmissão do Sinal do TV Escola e do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação	5.200.000,00	2.788.398,35	53,62	1.700,00
		TOTAL		9.100.000,00	3.180.713,35	34,95	
1062	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	3681	Desenvolvimento de Modelos de Gestão Escolar para a Educação Profissional - PROEP	590.000,00	590.000,00	100,00	100,00
		3688	Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional - PROEP	600.000,00	548.894,27	91,48	100,00
		7742	Implantação do Sistema Nacional de Certificação Profissional - PROEP	220.000,00	220.000,00	100,00	100,00
		TOTAL		1.410.000,00	1.358.894,27	96,38	
1065	Desenvolvimento da Educação Infantil	09HJ	Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública de Educação Infantil	10.574.600,00	3.472.568,15	32,84	*
		0E04	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Infantil	55.000,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		10.629.600,00	3.472.568,15	32,67	
1067	Gestão da Política de Educação	09DH	Apoio à Qualificação do Sistema de Ensino Médio	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
		12C6	Aquisição e Reforma do Edifício-Sede do FNDE	10.000.000,00	0,00	0,00	0,00
		4029	Controle e Inspeção da Arrecadação do Salário-Educação e sua Regular Aplicação	7.000.000,00	793.175,66	11,33	
		4082	Gerenciamento das Políticas da Educação Especial	11.370,00	11.370,00	100,00	100,00
		4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	400.000,00	397.009,22	99,25	121,60
		8373	Gerenciamento das Políticas da Educação Básica	256.000,00	255.339,46	99,74	
		8673	Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores	300.000,00	300.000,00	100,00	100,00
		TOTAL		18.967.370,00	1.756.894,34	9,26	
1072	Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação	0914	Apoio à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio	6.413.059,00	0,00	0,00	0,00
		0A30	Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica	808.400,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		7.221.459,00	0,00	0,00	

Cód	Programa Governamental	Ação		Dotação final	Dotação utilizada	Execução %	
		Cód	Nome			financeira	física
1336	Brasil Quilombola	0974	Apoio à Capacitação de Professores do Ensino Fundamental para Atuação nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	632.000,00	608.832,74	96,33	96,33
		09CG	Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos	400.000,00	316.406,19	79,10	193,67
		TOTAL		1.032.000,00	925.238,93	89,65	
1374	Desenvolvimento da Educação Especial	0511	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial	1.570.000,00	1.487.748,03	94,76	
1376	Desenvolvimento do Ensino Fundamental	09CN	Apoio à Produção e Distribuição de Material Didático para Ações Educativas Integradas	400.000,00	397.000,00	99,25	120,71
		0E01	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental	8.045.000,00	4.286.875,80	53,29	
		0E02	Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para o Ensino Fundamental	3.117.000,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		11.562.000,00	4.683.875,80	40,51	
1377	Educação para a Diversidade e Cidadania	09ED	Concessão de Prêmio para Monografias sobre Educação para Diversidade e Cidadania	100.000,00	100.000,00	100,00	50,00
		09HR	Apoio à Distribuição de Material Didático-Pedagógico sobre Educação para Diversidade e Cidadania	169.000,00	144.163,00	85,30	93,63
		TOTAL		269.000,00	244.163,00	90,77	
1378	Desenvolvimento do Ensino Médio	0921	Apoio à Melhoria da Qualidade do Ensino Médio Noturno	2.216.000,00	0,00	0,00	0,00
		0922	Apoio à Educação para a Ciência no Ensino Médio	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
		0928	Apoio à Implantação de Ações Voltadas para o Protagonismo Juvenil Desenvolvidas nas Escolas de Ensino Médio - PROMED	522.878,00	0,00	0,00	0,00
		0962	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio	720.000,00	228.925,00	31,80	
		TOTAL		4.458.878,00	228.925,00	5,13	
TOTAL GERAL				113.336.206,00	18.476.048,83	16,30	

Face à grande quantidade de ações sob responsabilidade orçamentária do FNDE, optou-se por aglutinar aquelas de pequena materialidade ou de baixa execução, apresentando seus dados de execução na tabela "Demonstrativo agregado de ações de pequena materialidade e de baixa execução - exercício de 2005" -, destacando-se que boa parte das inexecuções deveu-se a problemas de limite de empenho (comentado anteriormente neste relatório).

